

UNIVERSIDADE ABERTA



**As Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável:
Representações Sociais da Sociedade Civil – o Estudo de Caso
do Baixo Alentejo**

--- APÊNDICES e ANEXO ---

Maria Inês de Campos de Sousa Faria

Doutoramento em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento

2018

LISTA DE APÊNDICES

I	Tabelas de análise de conteúdo dos documentos políticos estratégicos: PEDBA, GOPs dos municípios do estudo de caso.	3
II	Consentimento Informado (modelo)	47
III	Guião Técnica de Associação Livre de Ideias	49
IV	Guião Inquérito por Entrevista a ADL	51
V	Guião Inquérito por Entrevista a Autarca	53
VI	Tabela Síntese Associação Livre de Ideias	55
VII	Transcrição de Entrevistas a ADLs	60
VIII	Transcrição de Entrevista a Autarcas	179
IX	Tabela Sinopse Análise de Conteúdo das entrevistas a ADLs	245
X	Tabela Sinopse Análise de Conteúdo das entrevistas a Autarcas	279

ANEXO

A	Email da CIMBAL, 17 de Junho de 2017	301
---	--------------------------------------	-----

APÊNDICE I

**Tabelas de análise de conteúdo dos documentos políticos estratégicos:
PEDBA, GOPs dos municípios do estudo de caso.**

ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE PPLDS NO BAIXO ALENTEJO

PEDBA 2020

Conceito	Categoria	Unidade de Registo	Unidade de contexto	Enumeração
Desenvolvimento Sustentável	Eixos estratégicos de desenvolvimento	Domínios de consolidação	- “ <i>armadura</i> formada pelos principais aglomerados urbanos da região (tipicamente sedes de concelho, a par de outros aglomerados de dimensão relevante) ganhe <i>massa crítica</i> ”	D1 P.12
			- Cooperação intermunicipal e que catalise uma gama mais alargada de iniciativas da sociedade civil - Recursos turísticos primários da região organizados numa ótica de produto - Projeção externa da região como estratégia de atração de novos investimentos e de novos residentes ganhe maior consistência e capacidade de penetração junto dos segmentos de procura pertinentes	D1 P.12 D1 P.12
			- potencial turístico regional (...)a concretização do potencial turístico regional será tanto mais eficaz quanto maior for a capacidade de fazer evoluir a atual oferta em termos de produto, distribuição e promoção - assegurar um melhor capitalização do enorme potencial de transformação económica aberto pelos projetos de expansão do regadio (Alqueva)	D1 P.13 D1 P.13
			- fraca capacidade de captação dos fluxos migratórios (...) revelando-se fundamental para mitigar a incapacidade de auto-regeneração demográfica -- de assegurar uma melhor capitalização do enorme potencial de transformação económica aberto pelos projetos de expansão do	D1 P.13 D1 P.13

		Efeitos de Bloqueio	<p>regadio já concretizados e perspetivados para a região (com destaque para o Alqueva) (...)que liguem a exploração agrícola com a transformação agroindustrial”</p> <p>- “o carácter estrutural da trajetória de progressivo e continuado definhamento da sua base demográfica e produtiva ao longo do último meio séculos, salientando a insustentabilidade dum cenário de continuidade dessa tendência nas próximas décadas ”</p> <p>- comportamento recessivo da demografia regional desvitalização social e económica de importantes aglomerados urbanos e dos territórios de baixa densidade, reduzido dinamismo do tecido empresarial, debilidades dos fatores estruturantes da atração de novos investimentos e desvantagens competitivas face a regiões concorrentes (igual no PAR)</p> <p>- condicionantes endógenas: escassez de massa crítica (...) menor capacidade competitiva do tecido empresarial da região (...) a dificuldade de afirmação da região como espaço atrativo para a fixação de residência, fruto da escassez de oportunidades de emprego suficientemente diversificadas e remunerada</p> <p>- condicionantes exógenas: “ameaças” “riscos para o Baixo Alentejo”: “risco de periferização/marginalização em relação aos territórios mais dinâmicos da sua envolvente imediata (...)”</p> <p>- “o Baixo Alentejo parece não estar a acompanhar as dinâmicas de consolidação/aumento de centralidade e atratividade locativa que se estão a desenhar na sua envolvente imediata”</p>	<p>D1. P.15</p> <p>D1 p. 10</p> <p>D1 p.11</p> <p>D1 p.11</p> <p>D1 p.12</p>
--	--	---------------------	--	--

			<ul style="list-style-type: none"> - atual prevalência das debilidades da região sobre as suas potencialidades - num território (igualmente) marcado pela fragilidade da sua base institucional, considera-se ser largamente desejável não coartar o <i>espaço de atuação</i> próprio dos agentes coletivos não pertencentes ao sector público - tendências <i>pesadas</i> instaladas - inversão de tendências <i>pesadas</i> - A dimensão do afastamento entre o atual <i>status quo</i> socioeconómico do Baixo Alentejo (agravado pelas tendências <i>pesadas</i> instaladas) e a Visão de desenvolvimento 	<p>D1 p. 15</p> <p>D1 p. 16</p> <p>D1 p. 17</p> <p>D1 p. 16</p>
		Estratégia de desenvolvimento	- “(...) seis ideias principais (...) reversão do processo de desvitalização demográfica (...) o surgimento de novas iniciativas empresariais com capacidade para gerar valor, emprego e fixação de ativos na região (...) <i>endogeneização</i> de uma cultura de empreendedorismo como valor de identidade futura da região terá de ser vista como uma prioridade estratégica e transversal (...) a valorização do capital humano e o reforço das suas condições de empregabilidade (...) a mitigação das diferentes necessidades, carências e problemas sociais com que a região (...) oferta de níveis elevados de qualidade de vida deve afirmar-se como um fator de diferenciação e atratividade do território regional junto dos residentes atuais e futuros”.	D1 P.16
		Objetivos e	Território amigo do investimento	D1 P.18

		Ações	<p>Território empreendedor e produtivo</p> <p>Território de excelência ambiental</p> <p>Território residencial apelativo</p> <p>Território em rede</p> <p>Território amigo do investimento</p>	
			<p>Uma parcela muito relevante destas Ações está direta ou indiretamente relacionada com a promoção do crescimento económico, admitindo-se que, na ausência deste, dificilmente existirão condições para (re)criar condições de atração de novos investimentos e pessoas para a região”</p> <p>- O Acordo de Parceria Portugal'2020 prevê a implementação de operações integradas de reabilitação e revitalização de áreas urbanas com recurso ao instrumento regulamentar das Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS) (...)As AIDUS incidirão nas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) dos centros urbanos que, nos termos do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo), estruturam o sistema urbano regional, designadamente Beja (centro urbano regional) e Aljustrel, Castro Verde, Moura e Serpa (centros urbanos estruturantes)</p>	<p>D1 P.21</p> <p>D1. P.35</p>

	GOVERNANÇA	Reconhecimento da necessidade de envolver os stakeholders	<p><i>O PEDBA foi elaborado por iniciativa da CIMBAL e com o apoio do Programa Valorizar, resultando de “um amplo processo de reflexão e concertação estratégica que incorpora plenamente o contributo específico dos principais stakeholders da região”. P.3</i></p> <p><i>- envolvimento permanente desses stakeholders na sua elaboração e da sujeição da validação coletiva das suas sucessivas versões de trabalho, configurando assim um verdadeiro Pacto para o Desenvolvimento do Baixo Alentejo que agrega à ação dos Municípios todo o conjunto de</i></p>	
--	------------	---	--	--

			<p><i>recursos, competências e capacidades de iniciativas disseminadas por outros agentes (públicos e não-públicos) com relevância para a trajetória futura de desenvolvimento da região. P3</i></p> <p><i>- incorporasse plenamente o contributo específico dos principais stakeholders da região. P.5</i></p> <p>- essa cooperação intermunicipal seja catalisadora de uma gama mais alargada de iniciativas da sociedade civil, apoiando as que revelem maior potencial de diversificação, enraizamento no território e demonstração de resultados P.12</p> <p>- o conceito de política pública defendido inclui também a ativação de novas modalidades de <i>governance</i> regional, permitindo assim associar um leque bastante diversificado de organizações emanadas da sociedade civil à intervenção dos poderes públicos P.15</p> <p>- considera-se ser largamente desejável não coartar o <i>espaço de atuação</i> próprio dos agentes coletivos não pertencentes ao sector público, entendendo-os em alternativa como um suporte fundamental para conferir uma vitalidade reforçada à sociedade civil da região P.15</p> <p>- torna-se evidente que todo o processo participativo já seguido na elaboração do PEDBA'2020 terá forçosamente de se traduzir na adoção de um modelo de <i>governance</i> que consagre expressamente o reforço da parceria estabelecida entre a CIMBAL e os principais <i>stakeholders</i> da região. P.39</p> <p>- Entende-se, assim, que o modelo amplo de <i>governance</i> aqui apresentado deverá concentrar-se preferencialmente nas dimensões macro de gestão e acompanhamento da implementação do PEDBA'2020 p.39</p>	
--	--	--	---	--

			<p>- adoção de um modelo de <i>governance</i> que consagre expressamente o reforço da parceria estabelecida entre a CIMBAL e os principais <i>stakeholders</i> da região através de mecanismos permanentes de cooperação e concertação estratégica p.39</p>	
		<p>Momentos e modos de participação</p>	<p>- <i>amplo processo de planeamento participado conduzido pela CIMBAL (...) teve como suporte Elementos Centrais de Diagnóstico consensualmente reconhecidos e partilhados pelos stakeholders regionais. P.4</i></p> <p>- <i>o envolvimento permanente desses stakeholders foi concretizado através da realização de numerosas reuniões de trabalho (workshops temáticos, oficinas de projeto, etc), da solicitação de contributos específicos e da sujeição a validação coletiva das várias versões do presente documento.p.5</i></p> <p>- <i>“é também de realçar a criação do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal do Baixo Alentejo, em Janeiro de 2014, o qual congrega quase duas dezenas de entidades”. P.5.</i></p> <p>- <i>momentos formais de auscultação, debate e validação:</i> <i>apresentação inicial a stakeholders-chave (2013);</i> <i>4 workshops temáticos com stakeholders (2013)</i> <i>Apresentação ao Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI)(2014);</i> <i>Apresentação pública da versão preliminar (2014);</i> <i>Realização de 6 oficinas de projeto com stakeholders (2014);</i> <i>Apresentação do PEDBA ao CEDI-(p.5)</i></p> <p>- <i>a validação do processo colaborativo foi feita junto de um conjunto restrito de stakeholders-chave (...). Este grupo de stakeholders envolveu o</i></p>	

			<p><i>núcleo central de agentes e veio mais tarde a ser integrado no Conselho Estratégico Intermunicipal da CIMBAL. P.5</i></p> <p>- através de mecanismos permanentes de cooperação e concertação estratégica. P.39</p> <p>- No que respeita à integração dos restantes <i>stakeholders</i> regionais, o modelo de <i>governance</i> proposto prevê o alargamento deste núcleo <i>interno</i> de decisão em função de dois níveis distintos (e complementares) de envolvimento e participação: o Conselho Consultivo do PEDBA'2020 e os Grupos Temáticos de Operacionalização do PEDBA'2020. (p.40)</p> <p>- constituição de cada um destes Grupos deverá partir da iniciativa da Direção Executiva do PEDBA'2020 e ser validada pela Direção Política e pelo Conselho Consultivo, assentando na mobilização dos agentes com relevância para a concretização daquelas Ações. P.41</p>	
		Amplitude do processo de envolvimento dos stakeholders	<p>- <i>abriram o debate sobre o futuro da região a perto de 4 dezenas de stakeholders. (p.6)</i></p> <p><i>as 6 oficinas de projeto procuraram mobilizar contributos dos municípios e de um conjunto muito alargado de outros stakeholders (quase 6 dezenas). (p.7)</i></p> <p><i>O Anexo 4 (do PEDBA) apresenta a lista extensiva de todas as entidades que foram convidadas a participar no processo de elaboração do PEDBA, atestando bem a amplitude do processo de envolvimento dos stakeholders regionais que a CIMBAL procurou assegurar. (p.8)</i></p>	

			<p>o Conselho define-se como um órgão de natureza consultiva destinado ao apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos da CIMBAL, sendo constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses intermunicipais . p.40</p>	
		<p>Estratégias de abordagem bottom-up</p>	<p>(As EDLBC) correspondem a abordagens integradas de desenvolvimento construídas numa lógica <i>bottom-up</i> aplicáveis a territórios de matriz rural, urbana e piscatória/costeira com vista a promover a diversificação da sua base económica, a criação de emprego e a resposta a problemas de pobreza e exclusão social. P.33</p> <p>concretização das EDL/DLBC encerra um contributo potencial muito expressivo para a prossecução de diversos Objetivos Temáticos do QEC que se encontram acolhidos na estratégia de desenvolvimento preconizada para o Baixo Alentejo p. 33</p> <p>No caso específico do Baixo Alentejo, interessa assinalar que a grande aposta da região (em linha com as orientações do Programa Operacional Regional Alentejo 2020) assenta no aprofundamento e capitalização das experiências de promoção do desenvolvimento rural levadas a cabo em anteriores períodos de programação por parte dos GAL com atividade no seu território (...) p.34</p> <p>interessa destacar que todos estes agentes (5 GAL) integram o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal da CIMBAL e participaram de forma muito intensa no processo de elaboração e aprovação do PEDBA'2020 (...) Realça-se, a este respeito, o estreito trabalho de cooperação e concertação estratégica que foi já levado a cabo entre a CIMBAL e estes agentes com vista à</p>	

			preparação das respetivas candidaturas ao concurso para pré-qualificação das parcerias que serão responsáveis pela gestão de EDL/DLBC (...) p.34	
--	--	--	--	--

	Relação Local-Nacional-Fundos Estruturais Europeus	correspondência	<p>-PEDBA 2014-2020 coincide com implementação do período de programação dos FEEI em Portugal</p> <p>- articulação eficaz da estratégia regional com objetivos a nível europeu através da Estratégia Europa 2020.</p> <p>- “interessa frisar que estas metas de alto nível enquadram mas não se confundem com aquelas que virão a ser oportunamente acordadas no contexto específico de instrumentos contratuais concretos (...)naturalmente dependentes das tipologias de intervenção abrangidas e dos recursos financeiros alocados”</p> <p>- a Visão de Desenvolvimento preconizada e o conjunto de Objetivos Estratégicos fixados pelo PEDBA’2020 são largamente convergentes com as orientações e apostas formuladas no âmbito do Plano de Ação Regional Alentejo'2020</p> <p>- “O Quadro 4 atesta o enquadramento e contributo da carteira de Ações Estruturantes do PEDBA’2020 para os Objetivos Temáticos do Quadro Estratégico Comum para o período 2014-2020, demonstrando assim o seu pleno alinhamento com a Estratégia Europa’2020” e com as prioridades de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.</p> <p>- o <i>matching</i> estimado entre as apostas propostas e os referenciais já conhecidos permite antever um assinalável potencial de mobilização dos recursos financeiros que virão a ser disponibilizados.</p>	<p>D1 . 3</p> <p>D1</p> <p>D1 p. 16 e 17</p> <p>D1 p. 19</p> <p>D1 P.22</p> <p>D1 P. 23</p>
--	--	-----------------	---	---

			<p>- Neste contexto, e sem prejuízo do recurso a outras fontes, considera-se absolutamente decisivo potenciar a oportunidade que o período de programação 2014-2020 dos FEEI é suscetível de constituir para a região, razão pela qual se justifica aqui uma referência mais detalhada ao conjunto de instrumentos de implementação de base territorial previstos no Acordo de Parceria Portugal'2020 (PDCT, EDLBC, AIDUS, PTE) p. 31</p> <p>- o investimento Territorial Integrado (ITI) (...) são geridos pelas Comunidades Intermunicipais (CIM) e Áreas Metropolitanas (AM) e</p> <p>- Em matéria de financiamento, estas EDL/DLBC poderão recorrer a diferentes Programas Operacionais e combinar recursos do FEDER, FSE, FEADER (no caso dos territórios de matriz rural) e FEAMP (no caso dos territórios de matriz piscatória/costeira).</p> <p>- No caso específico do Baixo Alentejo, interessa assinalar que a grande aposta da região (em linha com as orientações do Programa Operacional Regional Alentejo 2020) assenta no aprofundamento e capitalização das experiências de promoção do desenvolvimento rural levadas a cabo em anteriores períodos de programação por parte dos GAL</p>	<p>D1 P.31</p> <p>D1 P.33</p> <p>D1 P.34</p>
		Não correspondência/incerteza	<p>- (sobre a Política Comunitária de Coesão) “a grande incerteza prendeu-se com a suficiência de aplicação do conjunto de recursos financeiros que virão a ser canalizados para a região, assim como o grau de ajustamento (<i>matching</i>) entre as prioridades temáticas de intervenção a privilegiar e as necessidades concretas a nível local e regional”</p> <p>- risco de desinvestimento e/ou falta de apoio ajustado às necessidades e desafios específicos de desenvolvimento da região por parte das</p>	D1 P.11

			<p>políticas públicas da responsabilidade da Administração Central e da própria União Europeia”.</p> <p>- “não são também claros os termos em que a Política Comunitária de Agricultura e Desenvolvimento Rural poderá ser mobilizada para acorrer eficazmente às necessidades específicas da região” (designadamente mutação do modelo agrícola e baixa densidade).</p> <p>- “Muito embora a canalização de recursos para estas áreas deva continuar a assumir expressão orçamental relevante, justificável pelo seu impacte direto na melhoria da qualidade de vida das populações e pela geração de externalidades económicas, sociais e ambientais, será no entanto fundamental assegurar a racionalidade dos investimentos associados.</p> <p>- Quanto às políticas nacionais, o principal foco de preocupação relaciona-se com as restrições que vêm sendo impostas em matéria de despesa pública em diversos domínios setoriais de atuação da Administração Central (ex: educação, saúde, transportes, ação social, justiça, etc) e, em concreto, às implicações especialmente gravosas que assumem em territórios regressivos e de baixa densidade como o Baixo Alentejo; o impasse que afeta atualmente a conclusão de infraestruturas determinantes para o futuro da região (IP8 e o IP2).</p> <p>- Para além da previsão de recursos financeiros específicos destinados ao apoio técnico à coordenação, dinamização, execução e acompanhamento dos PTE, associada à PI:11.2 (Reforço de capacidades junto de todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais),</p>	<p>D1 P.11</p> <p>D1 P.22</p> <p>D1 P.22</p>
--	--	--	---	--

				D1 P.38
--	--	--	--	---------

	PPLDS	Valorização dos Instrumentos de PP	<p>- O PEDBA'2020 mereceu já a aprovação do Conselho Intermunicipal da CIMBAL, do Conselho Estratégico Intermunicipal, e beneficiou do acompanhamento sistemático dos trabalhos da CCDRA.</p> <p>- O PEDBA'2020 posiciona-se como um instrumento de macroescala que procura traduzir a pertinência e coerência das intervenções propostas.</p> <p>- (o PEDBA) procurou tirar pleno partido do enquadramento estratégico fornecido pelos diversos referenciais de política pública relevantes, com destaque para o PAR Alentejo'2020, a EREI Alentejo (2014), e o PROT Alentejo (2010).</p> <p>- (O PEDBA) corresponde a uma iniciativa promovida e dinamizada pela CIMBAL.</p> <p>- o PEDBA'2020 assume-se declaradamente como um referencial estratégico que ambiciona marcar um claro <i>ponto de viragem</i> ao nível das políticas públicas dirigidas a este território, as quais terão forçosamente de estar suportadas numa base reforçada e aprofundada de cooperação entre as Administrações Local e Central</p> <p>- o conceito de política pública defendido inclui também a ativação de novas modalidades de <i>governance</i> regional, permitindo assim</p>	<p>D1</p> <p>D1 p.4</p> <p>D1. P.4</p> <p>D1 p.5</p> <p>D. p.15</p> <p>D1 p.15</p>
--	-------	------------------------------------	---	--

			<p>associar um leque bastante diversificado de organizações emanadas da sociedade civil à intervenção dos poderes públicos</p> <p><i>- Para além dos seus signatários, todos eles integrantes do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, compete aqui assinalar a presença de altos responsáveis da CCDRA neste ato formal de grande valor em termos políticos e institucionais.</i></p> <p><i>- (O PEDBA) “guião estratégico” para o desenvolvimento do BA consiga mobilizar efetivamente a diversidade de agentes com contributos relevantes para a concretização daquela Visão</i></p> <p>- o PEDBA’2020 se posicione como um referencial de política pública fortemente voluntarista</p> <p><i>- a Visão de Desenvolvimento preconizada e o conjunto de Objetivos Estratégico fixados pelo PEDBA’2020 são largamente convergentes com as orientações e apostas formuladas no âmbito do Plano de Ação Regional Alentejo 2020.</i></p> <p><i>-“Por último, mas com máxima relevância, interessa aqui destacar e salientar o conjunto de contributos que o Programa de Ação preconizado é suscetível de fornecer para o reforço/aprofundamento dos domínios de especialização selecionados no âmbito da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo (EREI Alentejo).</i></p> <p>-O Acordo de Parceria Portugal'2020 prevê a implementação de Pactos para a Coesão e Desenvolvimento Territorial (PCDT) à escala das subregiões NUTS III do Continente com recurso ao instrumento regulamentar do Investimento Territorial Integrado (ITI). Estes PCDT/ITI serão geridos pelas Comunidades Intermunicipais (CIM) e Áreas Metropolitanas (AM) e deverão abranger as intervenções das</p>	<p>D1 P. 17</p> <p>D1 P. 19</p> <p>D1 p. 21</p> <p>D1 P.28</p> <p>D1 P.31</p> <p>D1 P.32</p>
--	--	--	--	--

			<p>entidades municipais e intermunicipais essenciais à concretização das respetivas Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial.</p> <p>- No caso específico do Baixo Alentejo, interessa assinalar que a CIMBAL iniciou já os trabalhos com vista à preparação do respetivo PDCT/ITI, encontrando-se neste momento a analisar e consolidar as intenções de investimento propostas pelos Municípios associados e pela própria CIMBAL.</p> <p>- O PEDBA'2020 assume-se como um referencial estratégico de política pública que parte da iniciativa da CIMBAL e visa dar corpo à prossecução dos fins públicos que lhe estão conferidos no âmbito do Estatuto das Entidades Intermunicipais, designadamente em matéria de promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental para o Baixo Alentejo.</p> <p>- natural centralidade que a CIMBAL assume nesta matéria</p> <p>- Nesta ótica, a CIMBAL posiciona-se naturalmente como o primeiro e principal tomador das orientações estratégicas e programáticas constantes do PEDBA'2020, cabendo-lhe zelar pela sua implementação ao longo do horizonte temporal compreendido entre 2014 e 2020.</p>	<p>D1 P.38</p> <p>D1 P.39</p>
		(des)responsabilização	<p>- deve no entanto ser relevado que a prossecução destas metas se encontra obviamente condicionada ao comportamento e desempenho efetivo por parte de todos os agentes relevantes para esse fim, assim como à base de recursos que venha a ser possível mobilizar para o efeito.</p>	<p>D1 P. 17</p>

			<p>- o novo perfil de políticas públicas para a região exige tempo de aprendizagem e de sedimentação de novas práticas de intervenção</p> <p>- a verificação de resultados no terreno não será imediata e que a condução das referidas políticas terá de apresentar elevada consistência na sua formulação e, sobretudo, uma forte persistência na respetiva prossecução.</p> <p>- (as tendências pesadas instaladas) impõem que o PEDBA'2020 se posicione como um referencial de política pública fortemente voluntarista.</p>	<p>D1 P.17</p> <p>D1 P.17</p> <p>D1 P. 21</p>
		Supremacia do Alentejo sobre o Baixo Alentejo	<p>- O acesso às AIDUS pressupõe a prévia apresentação à Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional Alentejo 2020 de estratégias integradas de desenvolvimento urbano (Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano) por parte das autoridades urbanas competentes, prevendo-se que os mesmos venham a ser elaborados assim que o seu conteúdo e formato se encontrem plenamente definidos por parte daquela entidade.</p> <p>- considera-se fundamental tirar pleno partido das oportunidades que o Programa em apreço disponibiliza no quadro dos Eixos Prioritários 6, 7 e 8 (que enquadram recursos adicionais para a prossecução da PI:9.8, PI:4.5 e PI:6.5, respetivamente) para financiamento daquele tipo de operações nos designados centros urbanos complementares, designadamente em Almodôvar, Alvito, Barrancos, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Ourique e Vidigueira</p>	<p>D1 P. 36</p> <p>D1 P.37</p>
		Alinhamento 2020	O Acordo de Parceria Portugal'2020 prevê a implementação de Pactos Territoriais para a Empregabilidade (PTE), os quais, partindo	D1 P.37

			<p>da criação/aprofundamento de mecanismos de antecipação e identificação de formação, visam promover uma maior articulação na intervenção territorial das medidas ativas de emprego e da formação profissional à escala das NUTS 3.</p> <p>- O Programa Operacional Regional Alentejo 2020 reforça esta orientação nacional, já anteriormente sinalizada pelo Plano de Ação Regional Alentejo'2020 através da Iniciativa-Âncora do Pacto Regional para a Qualificação, Empregabilidade e Inclusão Social</p> <p>O Acordo de Parceria Portugal'2020 prevê a implementação de Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) com recurso ao instrumento regulamentar do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), as quais serão promovidas e geridas por Grupos de Ação Local (GAL) assentes em parcerias de natureza interinstitucional.</p>	<p>D1 P.38</p> <p>D1 p. 33</p>
--	--	--	---	--------------------------------

			Positiva	<p><i>- considera-se fundamental assegurar que a imagem de excelência ambiental do Baixo Alentejo encontre tradução adequada no seu padrão de desempenho energético</i></p>	<p>D1. P.19</p>
--	--	--	----------	---	-----------------

		Imagem do Baixo Alentejo	Negativa	<p>- território bastante fragilizado em termos socioeconómicos, reflexo de um percurso de mais de meio século</p> <p>- Trajetória de progressivo e continuado definhamento da sua base demográfica e produtiva.</p> <p>- reduzido dinamismo do tecido empresarial.</p> <p>- debilidade dos fatores estruturantes da atração de novos investimentos.</p> <p>- “a magnitude de todas estas condicionantes configura um quadro estrutural particularmente adverso ao desenvolvimento da região. A atual prevalência das debilidades da região sobre as suas potencialidades...”</p> <p>- a dimensão de afastamento entre o atual status quo socioeconómico do Baixo Alentejo (agravado pelas tendências pesadas instaladas) e a Visão de Desenvolvimento...</p>	<p>D1. P. 9</p> <p>D1. P. 9</p> <p>D1 P.13</p> <p>D1 P.21</p>
			Diluída no Alentejo	O desenvolvimento de um Alentejo mais competitivo, mais sustentável e social e territorialmente mais coeso	D1 P.20

ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE PPLDS NO BAIXO ALENTEJO

Fonte: Orçamento e Grandes Opções do Plano 2016_Município de Beja

Conceito	Categoria	UR	Unidade de Contexto	Frequência
Desenvolvimento Sustentável	Eixos Estratégicos de Desenvolvimento	Vias de intervenção 1: domínios de consolidação	<p>- O património imaterial e a concretização do Plano Estratégico do Cante e sua proteção e defesa é uma prioridade para os próximos anos .P. 6</p> <p>- a divulgação dos recursos endógenos e das potencialidades económicas como forma de atração de investimento afigura-se essencial (...) as obras de qualificação das áreas para as atividades económicas e infraestruturas de novas vão prosseguir. P.6.</p> <p>- relativamente ao processo de viabilização económica do Aeroporto, prevê-se a continuação da tomada de posições necessárias em sua defesa, no plano institucional e político, e prosseguir esforços para atrair o investimento externo. P. 6</p>	3
		Vias de intervenção 2: vantagens competitivas	<p>- Aproveitamento da respetiva valia histórica e arqueológica, enquanto fatores importantes no processo construtivo da identidade local e como elementos potenciadores de dinâmicas económicas e sociais necessárias ao fomento cultural e ao desenvolvimento. P.5</p> <p>- a agricultura é um setor em desenvolvimento, particularmente no domínio do regadio, com potencialidades para incremento da base económica do espaço rural e da polarização de serviços nos núcleos urbanos do concelho P. 6</p>	2
		Efeitos de bloqueio	<p>- Em 2016, depois de dois anos marcados por condicionamentos ao nível das receitas. GOP 2016_Beja_p. 3</p> <p>- como existem incertezas quanto ao OE de 2016, foi opção o nivelamento de receitas... p.3</p> <p>- Apesar dos condicionamentos que persistem face ao contexto económico e político dos últimos anos com incidência nas autarquias... p.3</p>	5

			<p>- a situação económica e financeira do País tem impactes diretos ao nível orçamental (...) tendência global tem sido de decréscimo. P.9</p> <p>- as disposições relativas aos trabalhadores do setor público, às regras para as aquisições de bens e serviços, às matérias de finanças locais, destacando-se os montantes referentes à participação das autarquias locais nos impostos do Estado, as determinantes sobre a regularização de dívidas a fornecedores, as normas dos compromissos e, ainda, a cobertura de atividades resultantes de competências descentralizadas (...) Estes fatores constituem pressupostos que dificultam os trabalhos preparatórios e a avaliação das alternativas a seguir, face ao grau de imprevisibilidade que representam, em termos de enquadramento financeiro, com consequências extremamente influentes ao nível da elaboração do presente orçamento e das grandes opções do plano. P. 9</p>	
		Estratégia de Desenvolvimento	<p>- O orçamento prevê o início de projetos e iniciativas estruturantes que possibilitam a qualificação urbana e o desenvolvimento socioeconómico do Concelho- p3</p> <p>- a estratégia definida pelo atual Executivo (...): 1. Planificando e priorizando as intervenções em função do Desenvolvimento económico e social...: apoio e captação de novas empresas e atividades, designadamente agroindústrias; as zonas industriais e a sua progressiva requalificação; asfaltamento de ruas e múltiplas intervenções em caminhos rurais...; promoção de Beja no exterior; (...) requalificação dos silos de moagem, zonas para atividades económicas e comerciais. 2. (...) cultura, desporto e regeneração urbana: classificação do Centro histórico; conceito Alma Criativa, dinamização do Centro Histórico ..., requalificação de edifícios históricos...apoio às festas nas freguesias rurais. 3.O planeamento, ambiente e qualidade de vida: as intervenções na Rua General Teófilo da Trindade (...) os espaços públicos nas freguesias (...); as várias intervenções nas redes de águas (...) um programa de asfalto de vias em todo o concelho; arranjos e embelezamento de várias entradas nas nossas freguesias. P.</p>	6

			<p>- promoção da cidadania e da identidade local, conducentes ao reforço da consciência social e cívica, é fundamental para a melhoria de vida e o reforço das condições de base do desenvolvimento P. 7</p> <p>- A estratégia realista de desenvolvimento integrado (...) se baseia numa gestão participada para projetar Beja como concelho com potencialidades e centro criativo e empreendedor. P. 7</p> <p>- (...) aprofundamento das políticas e prioridades associadas ao rumo de desenvolvimento económico e social (...) incremento de processos de desenvolvimento e qualificação do território, por via da dinamização da estrutura urbana e do tecido económico e social. P.13</p>	
		Objetivos e ações	<p>Em termos gerais, o bem estar e qualidade de vida, através da revitalização dos espaços públicos nas freguesias e agregados do Concelho e da dinamização sociocultural e desportiva constituem objetivos transversais e sempre presentes-</p> <p>Estão em curso medidas, projetos e ações assentes nos seguintes pressupostos: 1. Incremento de dinâmicas culturais como meios estruturantes das atividades criativas de natureza sociocultural e artística (...) 2. Consolidação dos processos de regeneração do Centro Histórico e melhoria das funcionalidades do espaço urbano (...). 3. Reabilitação e qualificação patrimonial (...). 4 Promoção do Concelho e atração do investimento externo (...) 5. Incremento de processo de inovação social e melhoria da qualidade de vida (...) 6. Continuação dos processos de organização dos serviços municipais na perspetiva de reforço das relações de proximidade e de interatividade com os munícipes. (P.5,6 e7)</p>	2
	PPLDS	Valorização dos instrumentos de PP	<p>- Importa reforçar que este Executivo se pauta por um sentido reforçado de responsabilidade que determina uma gestão criteriosa e ponderada sobre o investimento e programações financeiras (...) foi assim desde o início... .p.3.</p> <p>- mas o empenho e a motivação que dispomos são grandes. P.7</p>	5

			<p>- tem sido apanágio deste executivo reforçar o rigor e assumir elevada prudência na assunção da despesa. P.9</p> <p>- cumprimento de opções estratégicas associadas a uma gestão criteriosa e orientada para o desenvolvimento sustentável do concelho. P. 9</p> <p>- para dar resposta aos respetivos desafios conta-se com a dedicação e o empenho dos funcionários do Município P.7</p>	
		Desresponsabilização	<p>- Importa referir que os dois anos de mandato não foram fáceis, sobretudo (devido ao atraso) dos incentivos financeiros associados ao Portugal 2020 .p.3</p> <p>- os propósitos não são fáceis de alcançar P. 7</p>	2
		Alinhamento AP2020-Alentejo2020_PEDBA 2020	<p>- Em 2016 (...) surge a oportunidade de desencadear processos de investimento decorrentes da apresentação de candidaturas ao Portugal 2020 e a iniciativas comunitárias no âmbito do Acordo de Parceria com a União Europeia. P. 3</p>	1
	Relação Local vs Fundos Estruturais Europeus	Correspondência	<p>- As opções do Plano (...) o acréscimo das disponibilidades para o investimento com o propósito de aproveitamento do período de programação 2020. P. 13.</p>	1
		Clima de incerteza e não correspondência	<p>- Os incentivos financeiros associados ao Portugal 2020 conheceram atrasos muito significativos, que condicionaram o investimento autárquico essencial para a concretização dos objetivos propostos. P.3.</p> <p>- Este quadro de referência traduz-se num contexto de incerteza real, agravado pela influência que o Acordo de Parceria com a União Europeia, por via dos incentivos contemplados no Portugal 2020, tem em matérias importantes relativas ao investimento municipal, ao caracterizar-se por indefinições significativas quanto ao volume e ao tempo dos fluxos financeiros, determinantes ao nível das receitas e despesas. P.9</p>	3

			- Sobre o efeito do Portugal 2020, há que referir igualmente a incerteza quanto à execução financeira, quer em relação ao período de candidaturas, quer em relação aos processos de aprovação e de realização física dos respetivos projetos e ações. P.9	
Governança	reconhecimento da necessidade de envolvimento da sociedade civil/stakeholders		<p>- É neste sentido que se aprofunda o apoio ao movimento associativo e aos criadores culturais do concelho, considerando-os parceiros privilegiados neste processo (...) com o respetivo envolvimento da população na apropriação de uma forte identidade cultural. P.3</p> <p>- Com o envolvimento dos produtores culturais locais. A descentralização cultural é para continuar, com processo de parceria e de envolvimento de diversos agentes e instituições com particular destaque em relação às atividades nas freguesias rurais e à articulação da programação do Município com as iniciativas de outras entidades públicas e privadas, de modo a incrementar dinâmicas criativas e atividades de animação. P.3</p> <p>- A participação e o envolvimento dos munícipes e dos diferentes agentes em intervenções da autarquia constitui seguramente um dos mais importantes meios e um recurso imprescindível à promoção do desenvolvimento que se pretende. As pessoas estão sempre primeiro, pois são os sujeitos e destinatários das intervenções do Município quer individualmente, quer organizados em estruturas. P</p>	3
	momentos e modos de participação		<p>- apoio e estímulo à organização de associações e de estruturas de defesa de interesses de cidadania; apoio a iniciativas que reforcem a auto-organização em torno de causas coletivas; incentivo a iniciativas de participação voluntária no desenvolvimento de processos cívicos; fomento de iniciativas de criação estruturas de acompanhamento das intervenções de serviços públicos. P7.</p> <p>- outro exemplo que confirma esta metodologia refere-se ao processo de auscultação, interno e externo, para as presentes opções do plano e orçamento, que se concretizou com a realização de mais de 30 reuniões. P.7</p>	3
	amplitude do processo de envolvimento dos stakeholders		- com a consciência de que os parceiros são sempre essenciais, como é o caso, entre outros, da ACOS, da ACSTDB, do CEBAL, do IPBeja e do NERBE. P.7	2

			- reuniões com as populações de todas as freguesias e alguns bairros e com a presença dos executivos das juntas e uniões, os serviços dos município, os empresários e entidades, as coletividades e associações e agentes do desporto e cultura (...) Foram os serviços do município e um grupo de trabalho interno que materializou as GOP e Orçamento da CMB que agora se apresenta P.7	
--	--	--	---	--

ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE PPLDS NO BAIXO ALENTEJO

Fonte: Grandes Opções do Plano 2016-19 Ferreira do Alentejo

Conceito	Categoria	UR	Unidade de Contexto
Desenvolvimento Sustentável	Eixos Estratégicos de Desenvolvimento	Vias de intervenção 1: domínios de consolidação	<p>- Continuaremos a apostar na Feira de Ferreira e nos Jogos Desportivos (...) os apoios às coletividades culturais, desportivas, cívicas e ambientais merecerão sempre a melhor atenção. P12</p> <p>- O Ambiente tem sido, e será sempre, uma preocupação constante da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo. Nos últimos anos foram remodeladas, reabilitadas ou instaladas novas ETAR'S por todo o Concelho. Estes investimentos, só com paralelo nos primeiros anos do pós 25 de Abril, contribuirão para uma melhoria significativa da qualidade de vida das populações que irão servir, assim como darão um importante contributo para a sustentabilidade ambiental. P. 13</p> <p>- Também no âmbito do Programa "Ferreira Sustentável" destacamos o peso que as despesas com a Recolha de Resíduos Sólidos, a Água, o Saneamento e a Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes têm neste Orçamento. P.13</p> <p>- (CMFA) continuará a desenvolver com grande empenho o programa "Ferreira Solidária" nas suas várias vertentes e a prestar o apoio social aos mais carenciados. P13</p>
		Vias de intervenção 2: vantagens competitivas	<p>- A promoção do território municipal, assente na estratégia "FERREIRA DO ALENTEJO NO CENTRO DO QUE É IMPORTANTE/CAPITAL DO AZEITE", cujas potencialidades são atualmente reconhecidas e aproveitadas, continuarão a merecer, por parte do executivo municipal, a maior atenção. P11</p>
		Efeitos de bloqueio	<p>- desde o ano 2008 vivemos uma crise económico-financeira mundial, sem paralelo na nossa história recente (...) tendo a nossa economia entrado numa espiral recessiva da qual ainda não saiu. GOP_FA_p.9</p>

			<p>- nas Autarquias Locais o impacto dessa recessão foi especialmente sentido, e de forma muito significativa, principalmente nos municípios do interior, onde as autarquias locais são, infelizmente, o centro de toda a atividade económica local p.9</p> <p>- A Administração Central reduziu nos últimos anos as transferências de verbas para a Administração Local. Estas reduções têm afetado toda a atividade municipal, já que a dependência destas transferências por parte de municípios como o de Ferreira do Alentejo é enorme face à arrecadação de receitas próprias (p.9)</p> <p>- Também as receitas próprias, nomeadamente Taxas e Outras Receitas Municipais, que dependem exclusivamente da “economia local”, com a conjuntura que vivemos, sofreram uma brutal quebra e o aumento geral dos preços dos bens e serviços, inflacionado pelo aumento colossal dos impostos a entregar ao Estado (Administração Central), p.9</p> <p>- considerando o contexto macroeconómico dos últimos anos, cujos efeitos negativos continuam ainda a afetar a atividade municipal p. 10.</p> <p>- Para além das dificuldades resultantes da aplicação deste quadro legal extremamente exigente, também a instabilidade política e governativa que vivemos não nos permite otimismo quanto ao Orçamento do Estado para 2016. P.10</p> <p>- Assistimos, nos últimos anos, a um aumento geral dos preços, nomeadamente na energia, nos transportes e nos combustíveis, assim como a um aumento dos impostos, com especial destaque para o IVA.p.13</p> <p>- As Receitas Municipais, pelo contrário, sofreram uma redução muito significativa p.14</p>
--	--	--	--

			<p>- contexto político, social e económico em que é elaborado este Orçamento de 2016 e GOP's 2016-2019, com enormes incertezas quanto ao futuro, sem se conhecerem as linhas orientadoras para o Orçamento de Estado de 2016, torna todo este exercício extremamente difícil p.14</p> <p>- Apesar da situação Social e Económica ser muito desfavorável, complexa e sem fim à vista e assistirmos a um crescente estrangulamento das Autarquias Locais desde o ano 2010- p14</p>
		Estratégia de Desenvolvimento	<p>- as Freguesias, continuarão, como foi sempre por nós referido, pilares importantes na estratégia de desenvolvimento do nosso Concelho, a ser apoiadas no âmbito dos protocolos de delegação de competências, p.11</p> <p>- O Desenvolvimento Económico, assumido como determinante para o sucesso do nosso território, continua a ser uma aposta deste executivo, nomeadamente através do Ninho de Empresas/CEDEC – Centro de Desenvolvimento Económico e Captação de Investimento, criando oportunidades para o empreendedorismo e valorização das potencialidades endógenas, assim continuará a procurar, a exemplo do que tem sido feito nos últimos anos, captar mais investimentos privados, geradores de riqueza e criadores de emprego para o nosso Concelho p.11</p> <p>- principais eixos de intervenção e que serão objeto de candidatura a Fundos Comunitários: Requalificação/Regeneração Urbana; Modernização Administrativa; Eficiência Energética em Edifícios Municipais; Refuncionalização de Edifícios Municipais; e Programa de Recuperação de Edifícios e Espaços Escolares.p.12</p>
		Objetivos e ações	Não se aplica.
	PPLDS	Valorização dos instrumentos de PP	- é nossa obrigação continuar a tentar cumprir com os objetivos definidos no início do mandato p14

			<p>- Continuaremos com grande empenho, a dar o nosso contributo para o desenvolvimento social, económico e cultural do nosso Concelho, com a mesma determinação e o rigor de sempre, pois só assim poderemos superar as dificuldades que enfrentamos diariamente e sempre com o objetivo primeiro de servir as pessoas, JUNTOS PELA NOSSA TERRA</p>
		Desresponsabilização	Não se aplica.
		Alinhamento AP2020-Alentejo2020_PEDBA 2020	Não se aplica.
	Relação Local vs Fundos Estruturais Europeus	Correspondência/dependência	<p>- No Quadro Comunitário de apoio - QREN 2007-2013 – que será encerrado no final 2015 – foram obtidos, para os mais variados projetos, financiamentos comunitários que rondaram os 2,3 milhões de euros, tendo a Câmara Municipal procurado sempre que esses projetos fossem ao encontro das efetivas necessidades das pessoas, assegurando a sua sustentabilidade p.10</p> <p>- Como é do conhecimento de todos, a Câmara Municipal tem, nos últimos anos, procurado, com sucesso, utilizar as complicações financeiras da União Europeia para a concretização da maioria dos seus projetos. P12</p> <p>- As complicações comunitárias têm nos últimos anos assumido uma importância incontornável na realização dos investimentos municipais, uma vez que a possibilidade de financiamento junto da banca através de empréstimos de médio/longo prazo se tornou praticamente impossível. P12</p> <p>- Continuaremos a utilizar as complicações financeiras da União Europeia, apesar dos constrangimentos já referidos anteriormente quanto aos atrasos e indefinições do Quadro Estratégico Comum – Portugal2020, na concretização de muitos dos projetos incluídos neste Documento. P12</p> <p>- A sua construção (de uma nova ETAR para Ferreira do Alentejo) estará sempre dependente de financiamento comunitário, sendo</p>

			objeto de candidatura ao POSEUR (...) A construção deste equipamento só será possível executar, como já foi referido com financiamento comunitário. P. 12.
		Clima de incerteza e não correspondência	<p>- A elaboração deste documento ocorre num período de enormes incertezas quanto ao futuro, quer a nível de Orçamento de Estado, não se sabendo ainda, nesta altura, se será aprovado, quer a nível de financiamentos comunitários através do Quadro Comunitário Portugal 2020, programa que teve teoricamente o seu início em 2014, mas que na prática ainda não se materializou em investimentos, muito por culpa da excessiva burocracia que o envolve. GOP_FA_2016; p. 9.</p> <p>- Continua a subsistir uma total indefinição quanto à utilização e aproveitamento do novo Quadro de Apoio Comunitário – Portugal 2020, com a agravante de já terem passado dois anos sobre a sua entrada em vigor (2014) e até ao momento não terem sido disponibilizados quaisquer apoios. P10.</p> <p>- O Quadro Comunitário de Apoio - Portugal 2020, programa que teve teoricamente o seu início em 2014, continua sem se materializar em reais investimentos, muito por culpa da excessiva burocracia que o envolve, afetando de forma negativa a atividade do Município.p.14</p>
	Governança	reconhecimento da necessidade de envolvimento dos stakeholders	Não se aplica.
momentos e modos de participação		Não se aplica.	
amplitude do processo de envolvimento dos stakeholders		Não se aplica.	

ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE PPLDS NO BAIXO ALENTEJO

Fonte: Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano 2016 e 2017, Município de Mértola

Conceito	Categoria	UR	Unidade de Contexto
Desenvolvimento Sustentável	Eixos Estratégicos de Desenvolvimento	Vias de intervenção 1: domínios de consolidação	<p>- investimentos em áreas como a Habitação, Saneamento Básico, Abastecimento de Águas, Arruamentos, Transportes e Acessibilidades, Desenvolvimento Social e Saúde, entre outros, visando continuar a infraestruturar o concelho, melhorar as condições de vida das nossas populações, dinamizar a economia, aumentar os apoios e respostas sociais e saúde. 2016. P.3</p> <p>- Pretendemos manter todas as grandes iniciativas culturais e lúdicas, pela importância estratégica que continuam a ter para a dinâmica e imagem de Mértola, bem como a diversa programação cultural e musical. 2016. P.3.</p> <p>- As Grandes Opções do Plano para 2017 compreendem ainda um valor significativo de verba afeta à conclusão de algumas intervenções iniciadas em anos anteriores, como sejam por exemplo: a obra de Saneamento Básico e Pavimentação de João Serra e a obra de Construção do Loteamento Habitacional em Minas de São Domingos. Preveem ainda já com financiamento definido, um conjunto de intervenções que deverão iniciar logo nos primeiros meses de 2017, como sejam: Construção de Arruamentos em São Miguel do Pinheiro, a Construção de Arruamentos em São João dos Caldeireiros, a obra de Saneamento Básico e Pavimentação em Montes Altos, a Repavimentação da EM 506 desde a EN 122 até São Pedro de Sólis, as obras de transformação da Zona de Lazer da Achada de São Sebastião e as obras de adaptação da Casa Cor de Rosa, no Centro Histórico da Vila. . GOP 2017, p.3.</p> <p>- um leque de investimentos definidos numa segunda linha de prioridades, caso a situação financeira evolua favoravelmente (...) podemos destacar a Construção do Centro de Apoio Ocupacional a Deficientes do Concelho, o Saneamento Básico e Pavimentação em Alcaria Longa, Alves e Picoitos. GOP 2017, p.3 e 4.</p>

			- Um leque considerável e diversificado de investimentos que irão contribuir para o reforço da infraestruturação do concelho, melhorando as condições de vida das nossas populações, dinamizando a economia e aumentando os apoios e as respostas sociais. GOP 2017, p.4.
		Vias de intervenção 2: vantagens competitivas	- rúbricas da receita mantem a sua evolução esperada (...)um incremento também interessante ao nível dos rendimentos da propriedade, resultante das rendas das Eólicas da Corredoura. GOP 2017, p. 4).
		Efeitos de bloqueio	. os documentos apresentados, apesar dos constrangimentos referidos com impacto direto na sua elaboração(...) p.2.
		Estratégia de Desenvolvimento	- Nas Grandes Opções do Plano, são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da Autarquia, e incluem, designadamente, o Plano Plurianual de Investimentos, onde são elencados os principais investimentos a concretizar, e as Atividades mais Relevantes da gestão autárquica, onde se incluem um conjunto de atividades de carácter social, cultural, desportivo entre outros. P. 2. - As áreas prioritárias de investimento continuam a ser a Habitação e serviços coletivos, com 31,00% do investimento previsto, os Transportes e comunicações com 14,00% do investimento previsto e os Serviços Culturais e Recreativos e o Parque Móvel que contam com uma afetação de 10,00% do valor total de investimento previsto. GOP 2016. 8
		Objetivos e ações	- Objetivo 24 Habitação e Serviços Coletivos (ordenamento do território, saneamento, abastecimento de água, resíduos sólidos, proteção Meio Ambiente Conservação da Natureza) com 31%; Objetivo 33 “Transportes e Comunicações” com 14%; objetivo 25 “serviços culturais recreativos e religiosos” com 9%; e o Objetivo 34 “Comércio e Turismo” com 9% (p.7). - Objetivo 24: construção do loteamento ZEU1 da Mina de São Domingos; Saneamento Básico, abastecimento de água em João Serra; Saneamento Básico, abastecimento de água em Alcaria Longa e Montes Altos (obra ainda

			sem financiamento definido). Objetivo 33: construção de arruamentos em João Serra; Reparação da Ponte sobre Ribeira de Oeiras; Conclusão da beneficiação da estrada desde São Miguel do pinheiro até à estrada nacional; (...) construção de arruamentos em São Miguel do Pinheiro (...); Objetivo 34: Construção do Pavilhão Multiusos de Mértola. (GOP Mértola 2016, p. 8 e 9).
	PPLDS	Valorização dos instrumentos de PP	<p>- (o Orçamento e o GOP) seguem necessariamente uma tendência de rigor e de contenção já traçada nos últimos anos e permitem mesmo assim, seguir a linha estratégica dos anos anteriores no que respeita aos principais eixos de investimento. P.2</p> <p>mas tudo isto alavancado na excelente capacidade financeira demonstrada pela Autarquia, quer seja ao nível das disponibilidades de tesouraria, quer seja na capacidade de endividamento apresentada, quer seja ainda, ao nível do equilíbrio financeiro corrente. GOP 2017. P3.</p> <p>- Apesar do otimismo que os documentos evidenciam, os mesmos continuam a ter na base da sua elaboração, uma tendência de rigor e de contenção já demonstrada e comprovada, e que de certa forma contribuíram também para a boa capacidade financeira revelada atualmente pelo Município. GOP 2017, p.2.</p>
		Desresponsabilização	(o novo quadro comunitário Portugal 2020 tarda em arrancar), e dado que ainda não estão disponíveis os regulamentos dos vários eixos estratégicos, só podemos fazer suposições e previsões sobre as atividades e investimentos que pretendemos fazer. 2016 P.2
		Alinhamento AP2020- Alentejo2020_PEDBA 2020	
Relação Local vs Fundos Estruturais Europeus	Correspondência		- Os documentos previsionais do Município de Mértola para 2017 traduzem claramente o início de um novo ciclo. Ultrapassados os constrangimentos resultantes da instabilidade económica/financeira que o País atravessou e os impasses registados também no arranque do novo Quadro Comunitário de

			<p>Apoio, é possível assim, para 2017 e anos seguintes programar a realização de um conjunto significativo de investimentos que ascendem aos dez milhões de euros. GOP 2017, p.2.</p> <p>- Aproveitando as fontes de financiamento que estão ao dispor como sejam o endividamento bancário e os próprios fundos comunitários. GOP 2017, p.3.</p> <p>- Ao nível da componente de capital (...) o reforço (...) resulta do aumento das transferências do orçamento de estado, mas resulta também das primeiras verbas já aprovadas, no âmbito do novo quadro comunitário. (GOP 2017, p.6).</p>
		Clima de incerteza e não correspondência	<p>Os documentos previsionais do Município de Mértola para 2016 à semelhança dos orçamentos dos restantes Municípios do País são elaborados e apresentados num cenário de incerteza, por um lado devido ao desconhecimento do orçamento de estado para 2016, o que tem implicações maiores quer no que respeita ao montante das transferências resultantes do Fundo de Equilíbrio Financeiro, mas também ao nível dos custos com pessoal, bem como ao nível do endividamento, e por outro lado devido aos Quadros Comunitários, pois o anterior QREN ainda não está fechado, podendo obter este município financiamentos pelo overbooking, e o novo quadro comunitário Portugal 2020 tarda em arrancar. 2016 P.2</p> <p>- Ainda sem perspetivas reais de financiamento comunitário. 2016. P.3</p> <p>- No que respeita à componente capital verifica-se um ligeiro aumento da rubrica venda de bens de investimento e um decréscimo das transferências de fundos comunitários. GOP 2016, p. 5.</p>
	Governança	reconhecimento da necessidade de envolvimento dos stakeholders	
momentos e modos de participação			
amplitude do processo de			

		envolvimento dos stakeholders	
--	--	--------------------------------------	--

ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE PPLDS NO BAIXO ALENTEJO

Fonte: Opções do Plano 2016-19_Município de Serpa

Conceito	Categoria	UR	Unidade de Contexto
Desenvolvimento Sustentável	Eixos Estratégicos de Desenvolvimento	Vias de intervenção 1: domínios de consolidação	<p>- “situação financeira do município mais estável” (p.1).</p> <p>- “manter política rigorosa de gestão de recursos financeiros (...) atração de investimentos que promovam crescimento económico e criação de emprego (...) melhorar a qualidade de vida urbana do município e valorizar o património (...) fomentar atração turística (...) dinâmica cultural e desportiva, promovendo e apoiando o importante papel do movimento associativo (...) solidariedade e desenvolvimento social (...) aprofundar a gestão pública, baseada na participação, nas parcerias e no exercício da cidadania (...) fomentar as potencialidades das novas tecnologias ... para aproximar a administração dos cidadãos”. P4</p>
		Vias de intervenção 2: vantagens competitivas	<p>- “as potencialidades ambientais e agrícolas, sobretudo as que decorrem do regadio do Alqueva, assim como as oportunidades de desenvolvimento relacionadas com a cultura, o património e o turismo” (P.10).</p> <p>- “O concelho de Serpa tem uma vincada identidade nas suas tradições e nas suas origens” P. 10</p> <p>- “uma grande diversidade de recursos turísticos, com destaque para o património edificado erudito e popular, o património cultural e o património natural”</p>
		Efeitos de bloqueio	<p>“o facto do concelho ter uma população muito envelhecida e fragilizada” P.15</p>

		<p>Estratégia de Desenvolvimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> - “Iremos continuar a seguir as linhas orientadoras já definidas para um desenvolvimento sustentável, assente em três pilares que consideramos fundamentais: coesão económica e social, preservação do património natural e cultural e uma competitividade territorial mais equilibrada”. P5 - “4 grandes eixos estratégicos: Eixo 1- Serpa. Um concelho de historia, cultura e identidade; Eixo 2 – Serpa – um concelho ativo, de qualidade de vida e sustentável; Eixo 3 – Serpa – um concelho de coesão social, inclusivo e de igualdade de oportunidades; Eixo 4 – Serpa – um concelho de gestão participada e em defesa da população”. P. 5 - “A cultura, a História e a Identidade são áreas fundamentais para o desenvolvimento sustentado do concelho de Serpa” - “Atribuímos grande importância ao desenvolvimento económico e à criação de condições para atrair investimentos e criar emprego, no caminho que fazemos para um concelho globalmente mais desenvolvido, e onde o bem-estar dos munícipes seja efetivo” P. 10. - “promover as atividades económicas através dos saberes-fazer tradicionais, convergentes com as prioridades do desenvolvimento sustentável e práticas inovadoras, torna-se determinante” P.10 - “promover as potencialidades do regadio e das várias culturas que estão a surgir e que contribuem para uma nova agricultura com a capacidade de fixação de talentos, de aumento da qualidade de vida e da criação de indústrias de valor acrescentado, com destaque para a transformação agroalimentar” P.10
--	--	---	---

			<ul style="list-style-type: none"> - “através do CADES – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Económico de Serpa- apostando na transferência de conhecimentos entre a comunidade científica e empresários, através de atividades de formação, demonstração prática e aplicada aos recursos e na valorização e promoção dos recursos” P. 10 - “estratégia de desenvolvimento capaz de atrair turistas e visitantes, regionais e nacionais” P10 - “pensar e planear o desenvolvimento turístico do concelho significa privilegiar a sustentabilidade dos recursos, a identidade local, os sistemas de comunicação, a diversidade económica e os produtos culturais, criando novos fatores de atração” P.10 - “o ordenamento do território adequado, um urbanismo de qualidade e um ambiente preservado são indispensáveis e determinantes para a qualidade de vida, para o bem-estar das populações (...) promovendo o equilíbrio territorial e de qualificação das áreas urbanas, numa ótica de desenvolvimento sustentado”. P.10 - “continuaremos a dar particular atenção à questão dos resíduos urbanos e limpeza pública (...) realizando campanhas de sensibilização em colaboração com as juntas de freguesia e outras entidades, designadamente estabelecimentos de ensino. (P. 13) - melhoria das condições de vida da população mais vulnerável assentes na estratégia de desenvolvimento sustentável do
--	--	--	--

		<p>concelho (...) novas realidades para a inclusão e coesão social” P.15</p> <p>- Os índices de desenvolvimento e de bem-estar que prosseguimos, a par com uma efetiva coesão social apenas são possíveis com uma aposta forte na qualificação e na formação” P. 15</p> <p>- “no que respeita ao apoio às entidades e instituições que trabalham nesta área continuaremos a apoiar (...) projetos (...) para o desenvolvimento social do concelho”</p>	
		<p>Objetivos e/ou ações</p>	<p>- Eixos e respetivas linhas de ação: Para Eixo 1: a salvaguarda e a valorização do património, a cultura e as indústrias criativas, e dinâmicas culturais; Eixo 2: a dinamização económica, dinâmicas do turismo, o espaço urbano e ambiente; Eixo 3: a educação e a promoção da igualdade de acesso ao ensino, a intervenção social, o desporto, a juventude e o associativismo; Eixo 4: a qualificação dos serviços municipais, uma gestão participada e eficiente e em defesa da população.P.5</p> <p>- A valorização ambiental. A eficiência energética e uso racional de energia: (...) ações no quadro da eficiência energética e uso racional de energia no quadro do Plano de Ação na área do Ambiente e alterações climáticas /Pacto de Autarcas (...) ações que visem a eficiência energética dos edifícios e instalações municipais (...) Programas Ambientais (...) Sistemas de recolha de resíduos urbanos e limpeza urbana (rede de abastecimento de água (...) redes de saneamento (...))” P. 13</p>

	PPLDS	Valorização dos instrumentos de PP	<p>“cabe à Câmara Municipal “elaborar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal as opções do plano e a proposta de orçamento”” p. 2</p> <p>“as Opções do Plano e o Orçamento do Município são os principais documentos legais que fundamentam e orientam atividade global do Município de Serpa”.P2.</p> <p>- há medidas e reivindicações que por serem de âmbito nacional, devem ter carácter universal e, por conseguinte, deverão ser assumidas pelo Poder Central, sabendo que pela parte que nos cabe, tal como temos feito até aqui, não declinaremos o que for da nossa competência realizar” P.15</p>
		Desculpabilização	<p>“estes documentos foram elaborados sem existência de proposta de Orçamento de Estado para 2016, o que significa que não sabemos quais as verbas transferidas no próximo ano, nem quais as regras que eventualmente teremos de seguir” P.1.</p> <p>“Elaborar documentos previsionais neste cenário é um exercício difícil, como se pode perceber”.P.1.</p>
		Alinhamento AP2020- Alentejo2020_PEDBA 2020	<p>Porque estamos agora num novo período de programação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) 2014-2020, é necessário concertar a estratégia municipal com a estratégia regional, nacional e europeia. P. 21</p> <p>“No quadro da CIMBAL (...), estando nós integrados no PDCT – Plano de Desenvolvimento e Coesão Territorial, já temos um conjunto de projetos inscritos nas áreas da inclusão e coesão social, da educação, da dinamização das atividades económicas, do património, da proteção civil, da eficiência energética e da modernização administração”. P. 21</p> <p>- E também estamos integrados na estratégia DLBC (...), parceria liderada pela Rota do Guadiana e a desenvolver trabalho no</p>

			<p>âmbito do INTERREG V-A, com estabelecimento de parcerias para futuras candidaturas”. P. 21</p> <p>- o município de Serpa estabeleceu em 2015 a candidatura a um PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano) que visa a requalificação urbana de Serpa, e no âmbito do qual elabora o PAMUS (Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável), desenvolvido através da CIMBAL. P.21</p>
	Relação Local vs Fundos Estruturais Europeus	Correspondência/dependência	<p>os nossos investimentos estão muito dependentes das verbas disponibilizadas através do Portugal 2020. P1</p> <p>“Preparar candidaturas a financiamentos externos (...) e aproveitar até ao limite os apoios nacionais e comunitários” P-4</p> <p>- para conseguirmos levar por diante aquilo que nos propomos fazer e que é nossa estratégia, é fundamental aproveitar ao máximo os fundos comunitários disponíveis. P. 21</p> <p>- Trata-se, sobretudo, de aproveitar ao máximo as possibilidades destes financiamentos para continuar a trabalhar para o desenvolvimento do concelho e da sua população, sendo que grande parte dos projetos que pretendemos concretizar está muito condicionada à aprovação desse financiamento” P.21</p>
		Clima de incerteza e não correspondência	<p>“e, face ao atraso e indefinições que se verificam no arranque das candidaturas e falta de clarificação sobre este processo, a calendarização de todas as ações torna-se muito difícil” _p1</p>
	Governança	reconhecimento da necessidade de envolvimento dos stakeholders	<p>“aprofundar a gestão pública, baseada na participação, nas parcerias e no exercício a cidadania”. P.4</p> <p>- “pretendemos em 2016 continuar este caminho, promovendo a descentralização, diversificação e qualificação da oferta,</p>

			<p>estimulando a participação das pessoas e organizações, reforçando parcerias” P. 6</p> <p>- “salientando o trabalho de proximidade com os empresários do turismo e as diferentes parcerias, onde se estaca a colaboração estreita com a Entidade Regional de Turismo”. P.10</p> <p>- “Importa salientar que a nossa posição é sempre a defesa dos direitos das populações em todas as áreas onde forem postos em causa e estabelecer cooperação e parcerias com outras entidades locais, regionais e nacionais neste âmbito” P. 15</p> <p>- “para nós as populações estão em primeiro lugar” P.15</p> <p>- no âmbito da educação e ensino continuaremos a dinamizar (...) projetos e ações de promoção de igualdade de oportunidades para todos, fomento do sucesso educativo e inclusão social, trabalhando com base em parcerias e envolvimento da comunidade” P.15</p> <p>- na área do desporto, continuaremos também a política do fomento do desporto envolvendo o movimento associativo e todos os agentes desportivos do concelho” P.15</p> <p>- no que respeita à juventude (...) apoiando as associações de jovens e grupos informais, referindo-se ao trabalho em parceria para a realização de iniciativas, de que é exemplo a organização do Festival da Juventude”. P 15.</p> <p>Esta política de parceria e de colaboração tem seguimento na nossa estratégia para o movimento associativo, sabendo-se que é um dos elementos de maior dinâmica e coesão no concelho e</p>
--	--	--	--

		<p>Serpa assumindo-se um papel preponderante da afirmação da cidadania e da participação em causas comuns e interesses coletivos” P.15</p> <p>- por reconhecer o seu papel determinante e insubstituível, num relacionamento que se pretende o mais possível regular e saudável” P. 16</p> <p>- A Câmara Municipal de Serpa privilegia o trabalho para as pessoas e com as pessoas, fomentando a participação, o diálogo e a discussão. A intervenção cívica nos assuntos coletivos, é uma das frentes de atuação desta autarquia e motor de todo o processo de planeamento, através da mobilização dos agentes e população neles interessados” P. 21</p> <p>- porque, nos tempos de hoje, a participação cívica e a mobilização são cada vez mais exigentes e, da nossa parte, utilizaremos todos os meios possíveis para defender os direitos das populações e exigir políticas do Governo capazes de promover o desenvolvimento deste território e das suas populações. P. 21</p>	
		<p>momentos e modos de participação</p>	<p>O município de Serpa tem desde sempre apoiado o movimento associativo do concelho, colaborando com as entidades e apoiando as suas atividades” P.15</p> <p>Conselho Municipal de Educação – promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção no âmbito do sistema educativo dos agentes educativos e os parceiros sociais interessados” P.16</p>

		<p>Em 2015 iniciou-se um processo de consulta pública, com reuniões com a população em todas as freguesias e visitas às entidades e instituições locais, ouvindo os seus problemas, necessidades e sugestões para incluir no Plano de Atividades do município. Vamos continuar a realizar reuniões de Câmara descentralizadas em todas as freguesias e a trabalhar num modelo que nos permita encontrar as melhores formas de sistematizar um processo de gestão participada (...).P. 21</p> <p>Conselhos Gerais – Participação de representantes do Município em reuniões. 16</p> <p>O reforço da comunicação e informação institucional, com a melhoria das várias plataformas e sistemas de informação, bem como a divulgação dos eventos e outras informações de interesse dos munícipes. (...) aprofundar a utilização das redes sociais e ferramentas on line. P. 21</p> <p>Em 2016 vamos continuar a trabalhar com grande proximidade com as Juntas de Freguesia (...) Gabinete de Apoio às Freguesias, através de contactos permanentes e dos protocolos de transferência de competências e de verbas.</p> <p>- “Gestão participada e eficiente e em defesa da população: protocolos de descentralização para as juntas de freguesia, reuniões da CM descentralizadas, reuniões regulares com a população, auscultação pública aos munícipes para o Plano de Atividades, revisão do Código de Posturas e do regulamento de taxas e outras receitas municipais, reforço da informação e divulgação municipal, ações em defesa dos serviços públicos no concelho e na região” P. 22 e 23.</p>
--	--	---

		amplitude do processo de envolvimento dos stakeholders	Pretendemos incrementar o trabalho em parceria em várias áreas (...) através da participação em redes para o desenvolvimento de que são exemplos a Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, a Rede de Municípios com Centro Histórico ou a Plataforma de Colaboração entre o Instituto Politécnico de Beja e a CIMBAL. P. 21
--	--	---	--

APÊNDICE II

Consentimento Informado (modelo)



Consentimento Informado

A presente investigação é desenvolvida no âmbito da Tese de Doutoramento em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento, da Universidade Aberta, Lisboa, e visa identificar as representações sociais da sociedade civil sobre as políticas públicas locais de desenvolvimento sustentável, com base num estudo de caso do Baixo Alentejo.

Esta entrevista terá uma duração entre 40 a 50 minutos e espera-se que o/a participante, de livre e espontânea vontade, responda de modo sincero e honesto sobre um conjunto de questões que pretendem aferir qual a imagem e significado de sustentabilidade, bem como a sua opinião sobre como promover e pôr em prática estes valores.

Esta investigação compromete-se a assegurar a confidencialidade da identidade dos participantes, utilizando as informações prestadas para fins científicos.

Declaro que tomei conhecimento dos propósitos do estudo, e que é de minha livre vontade participar na investigação acima referida:

Ass: _____

Beja, /2016.

APÊNDICE III

Guião da Técnica de Associação Livre de Ideias

GUIÃO DA TÉCNICA DE ASSOCIAÇÃO LIVRE DE IDEIAS

1º Momento:

- a) Qual a 1ª palavra/expressão/imagem que associa a Sustentabilidade ?
- b) Indique outras. Hierarquize da mais relevante para a menos relevante.

2º Momento:

- a) Escreva ou desenhe palavras ou imagens diferentes que associa ao desenvolvimento sustentável.

3º Momento:

- a) Qual a 1ª palavra/expressão/imagem que associa a PPLDS ?
- b) Indique outras. Hierarquize da mais relevante para a menos relevante.

4º Momento: Qual a imagem que melhor corresponde ao Desenvolvimento Sustentável no Alentejo ? O que tem a dizer sobre isso ? Hierarquize.

APÊNDICE IV

Guião do Inquérito por Entrevista

a Dirigentes das Associações de Desenvolvimento Local do Baixo Alentejo

Guião do Inquérito por Entrevista a Dirigentes das ADLsBA	
<i>(adaptado de Patton, 1990)</i>	
<i>Imagem e Significado de Desenvolvimento Sustentável</i>	
1	O que é para si o desenvolvimento local sustentável ?
2	Quais os pilares fundamentais do DS a nível Local ?
3	Quais são os principais desafios da sustentabilidade ?
4	Quais os principais constrangimentos ?
5	O que é que acha que contribui efetivamente para o DS ?
6	Quais as ideias que tem sobre as PPLDS, tendo em consideração as ações, os processos, e os resultados ?
7	De modo geral, qual a sua opinião sobre as PPLDS ?
8	O que é que sente sobre as mesmas ?
9	Como tem conhecimento das políticas públicas ? através de que meios de comunicação?
10	Quais as dimensões das PPLDS que considera mais estruturantes para o Desenvolvimento local ?
<i>O papel da sociedade civil na definição e operacionalização das PPLDS</i>	
11	Na sua opinião, qual é o papel de uma ADL na promoção do desenvolvimento sustentável ?
12	Qual a experiência de participação na definição/elaboração das PPLDS ?
13	e na operacionalização das mesmas ?
14	O que pensa que significa o PPLDS para as outras ADL ?
15	O que é que as ADL sabem sobre as PPLDS ?
<i>Expetativas face à mudança</i>	
16	Quais são as suas expetativas face às PPLDS ?
17	Quais as mudanças que identifica em si como resultado do seu envolvimento na ADL ?
18	E quais as da ADL a que pertence ?
19	E quais as das outras ADLs ?
20	Deseja acrescentar algo mais que não tenha sido perguntado?

Caracterização do/a Inquirido/a	Nº: _____ Data: _____
Idade / Sexo	
Habilitações académicas	
Área de Formação	
Instituição de pertença	
Função	
Nº de anos no ativo	
Experiências de Participação Cívica anteriores	

APÊNDICE V

Guião do Inquérito por Entrevista a Autarcas de municípios do Baixo Alentejo

Guião do Inquérito por Entrevista Autarcas do Poder Local do BA <i>(adaptado de Patton, 1990)</i>	
<i>Imagem e Significado das PPLDS</i>	
1	O que é para si o desenvolvimento local sustentável ?
2	Quais os pilares fundamentais do DS a nível Local ?
3	Quais são os principais desafios da sustentabilidade ?
4	Quais os principais constrangimentos ?
5	O que é que acha que contribui efetivamente para o DS ?
6	Quais as ideias/opinião que tem sobre as PPLDS, tendo em consideração as ações, os processos, e os resultados ?
7	Como tem conhecimento das políticas públicas ? através de que meios de comunicação?
8	O que é que sente sobre as mesmas ?
9	Quais as dimensões das PPLDS que considera mais estruturantes para o Desenvolvimento local ?
<i>O papel da sociedade civil na definição e operacionalização das PPLDS</i>	
10	Na sua opinião, qual é o papel de uma ADL na promoção do desenvolvimento sustentável ?
11	O que é que as ADL sabem sobre as PPLDS ?
12	O que pensa que significam as PPLDS para as ADLs ?
13	A nível político, como é contemplada a participação das ADLs na tomada de decisão sobre DS ?
14	Como aprecia a experiência de participação das ADLs na definição/elaboração das PPLDS ?
15	E na operacionalização das mesmas ?
<i>Expetativas face à mudança</i>	
16	Quais são as suas expetativas face às PPLDS ?
17	Quais as mudanças que identifica em si como resultado do seu envolvimento nas PPLDS?
18	Na sua opinião, o que é preciso para existir uma efetiva construção conjunta da sustentabilidade a nível local ?
19	O que poderia melhorar nas relações entre poder local e sociedade civil ao nível da implementação da sustentabilidade ?
20	Deseja acrescentar algo mais que não tenha sido perguntado?

Caracterização do/a Inquirido/a	Nº: _____ Data: _____
Idade / Sexo	
Habilitações académicas	
Área de Formação	
Instituição de pertença	
Função	
Nº de anos no ativo	
Experiência de Participação Cívica anteriores	

APÊNDICE VI

Tabela Síntese da Associação Livre de Ideias

TABELA SÍNTESE DA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE IDEIAS

Conceito	Palavra/Imagem/Expressão referida por ordem sequencial			
	1º	2º	3º	4º
Sustentabilidade	E1ADL. Consciência (percepção da realidade) E2ADL. Utilização racional dos recursos. E3ADL. Bem-Estar Social. E4ADL. Organização. E5ADL. Preservação dos Valores económicos, sociais e culturais. E6ADL. – Futuro E7ADL- Iniciativa	E1ADL. Ação E2ADL. Sustentabilidade ambiental. E3ADL. Biodiversidade. E4ADL. Colaboração. E5ADL. Cidadania. E6ADL. – Coesão E7ADL - Conhecimento	E1ADL. Futuro E2ADL. Promoção de um desenvolvimento integrado. E3ADL. Governança. E4ADL. Parceira. E5ADL. Participação. E6ADL. – Conforto E7ADL - Continuidade	E1ADL. Planeta (visão global) E2ADL. Garantia de renovação dos recursos existentes. E3ADL. Participação. E4ADL. Base. E5ADL. Gestão Local. E6ADL. – Começar E7ADL - Progresso
	E8P. Equilíbrio. E9P. Ambiente. E10P. Futuro E11P. Necessidade E12P. Educação	E8P. Salvaguarda E9P. Futuro E10P. Ambiente E11P. Dificuldade E12P. Cultura	E8P. Natureza. E9P. Legado E10P. Economia E11P. Fantasia E12P. Independência	E8P. Identidade E9P. Preservação E10P. Desenvolvimento E11P. Pragmatismo E12P. Paz

Desenvolvimento Sustentável	<p>E1ADL. Não pode ser um mero chavão. E2ADL. Promoção integrada das 3 vertentes: económica, ambiental e social. E3ADL. Educação E4ADL. Caminho.</p> <p>E5ADL. Construção de processos participativos locais.</p> <p>E6ADL. Todos. E7ADL - Participação</p>	<p>E1ADL. Visão integrada das várias vertentes do DS. E2ADL. Sustentabilidade ambiental e social. E3ADL. Utilização Eficiente dos recursos, Energia e restantes. E4ADL. Construção.</p> <p>E5ADL. Valorização dos recursos locais e ambientais.</p> <p>E6ADL. – Inclusão. E7ADL - Persistência</p>	<p>E1ADL. Perenidade dos ecossistemas E2ADL. Desenvolvimento integrado com respeito pelo ambiente. E3ADL. Reconstrução do Mundo que se estragou aplicado aos recursos (reconstruir recursos que se perderam). E4ADL. Apoio.</p> <p>E5ADL. Gestão partilhada (recursos, projetos, etc.)</p> <p>E6ADL. – Terra. E7ADL - Conhecimento</p>	<p>E1ADL. Responsabilidade perante as futuras gerações (“pedimos a Terra emprestada”). E2ADL. Promoção do fator humano sempre presente no Desenvolvimento. E3ADL. Valorização dos Recursos ambientais, patrimoniais, no sentido lato. E4ADL. Composição. E5ADL. Valorização do local e o que é a oferta de serviços e bens locais (disponibilizados no local). E6ADL. – Pessoas/ Animais. E7ADL – Avaliação dos processos</p>
	<p>E8P. Equilíbrio. E9P. Ambiente</p> <p>E10P. Futuro E11P. Imperativo E12P. Economia</p>	<p>E8P. Preservar (Natureza). E9P. Recursos</p> <p>E10P. Evolução E11P. Sobrevivência E12P. Bem-estar</p>	<p>E8P. Salvaguarda do Património. E9P. Preservação E10P. Responsabilidade E11P. Demografia E12P. Justiça</p>	<p>E8P. Respeito pela Natureza. E9P. Continuidade E10P. Sociedade E11P. Paz E12P. Participação</p>

PPLDS	<p>E1ADL. Pouco conhecimento do território. E2ADL. Definição e hierarquização dos recursos existentes, nomeadamente os recursos financeiros. E3ADL. Incentivo à participação e cidadania/subsidiariedade na execução dessas políticas. E4ADL. Cooperação. E5ADL. Distância entre a definição de políticas e a sua aplicação. E6ADL. – Capacidade. E7ADL – Dificuldade na Participação</p>	<p>E1ADL. Há pouca consciência por parte dos autarcas. E2ADL. Direcionamento das PP para as tecnologias que promovem a qualidade ambiental. E3ADL. Educação. E4ADL. Organização. E5ADL. Envolvimento dos atores/parceiros locais. E6ADL. – Conhecimento. E7ADL – Projetos curtos sem continuidade</p>	<p>E1ADL. Visão economicista do desenvolvimento. E2ADL. Qualificação dos recursos humanos para a promoção das tecnologias “limpas”. E3ADL. Utilização Eficiente dos Recursos. E4ADL. Apoio. E5ADL. Apelo à construção local. E6ADL. – Experimentação. E7ADL – Peso dos interesses partidários sobre os interesses comunitários.</p>	<p>E1ADL. Insuficiência das políticas locais. E2ADL. Implementação de políticas de utilização dos recursos naturais com garantia de renovação. E3ADL. Valorização dos recursos (energéticos, ambientais, patrimoniais). E4ADL. Estudo. E5ADL. Gestão local. E6ADL. – Tenacidade. E7ADL – Necessidade de Descentralizar.</p>
	<p>E8P. Qualidade de Vida. E9P. Combate às alterações climáticas E10P. Futuro E11P. Realismo E12P. Planeamento</p>	<p>E8P. Salvaguarda do Património. E9P. Dinamização/Promoção de Energias Renováveis. E10P. Responsabilidade E11P. Coerência E12P. Regionalização</p>	<p>E8P. Maior e melhor utilização dos recursos da Terra. E9P. Eficiência Energética E10P. Participação da Comunidade E11P. Firmeza E12P. Descentralização</p>	<p>E8P. Estratégia para o desenvolvimento socio-económico. E9P. “Ferreira Sustentável” E10P. Ambiente. E11P. Vontade E12P. Autonomia.</p>

Legenda: EADL – Entrevistado/a Dirigente de Associação de Desenvolvimento Local.

EP – Entrevistado Autarca Poder Local

APÊNDICE VII

Transcrição das Entrevistas a Dirigentes das ADLs do BA

Transcrição Entrevista – E1ADL

7 Dezembro de 2016

Duração 1h27m

ASSOCIAÇÃO LIVRE DE IDEIAS

“Sustentabilidade”

“consciência”: do que existe, como é que estamos, temos a percepção da realidade correta, não é? Se as pessoas não têm consciência, não há mudança.

“Planeta”: a visão mais global que, hoje em dia, é preciso ter nestas coisas. Tudo se passa a uma escala de interrelação.

Deixe-me lá ver... tenho que pensar assim um bocadinho.

“Ação”: é preciso ação.

Se não há ação, para termos futuro e ainda ficarmos com o planeta.

Dimensão: DS

A “perenidade dos ecossistemas”, dito de uma forma global, inclui tudo.

No fundo aquela imagem de que nós herdamos dos nossos antepassados, mas que está emprestada, portanto, a responsabilidade perante as futuras gerações. A nossa responsabilidade perante as futuras gerações. É um pouco esta imagem.

Uma “visão integrada” das várias vertentes em que o desenvolvimento se consubstancia, económica, ambiental, social, enfim...

E mais... hoje em dia é um bocado chavão, essa noção de desenvolvimento sustentável toda a gente a utiliza, não é? Tem que ser uma assunção dos protagonistas, a todos os níveis, por exemplo: o desenvolvimento sustentável não pode ser um mero chavão, isto é, tem que ser... ando nisto há tantos anos que o discurso acaba por ser assumido por toda a gente mesmo que ... enfim, a primeira ação que faz não tenha nada a ver com o assunto.

Pois, aqui é mais difícil. É difícil hierarquizar porque está tudo interligado. Se quisermos dar uma sequência de pensamento, para termos a perenidade temos que ter... para chegar lá temos que ter a visão integrada, ou seja, não pode ser um mero chavão, temos que ter uma visão integrada, no sentido de garantirmos a perenidade dos ecossistemas e, no fundo, garantirmos o que nos está emprestado... eu punha assim uma ordem. Pedimos emprestado, e pagamos o empréstimo (sorriu), com juros positivos.

PPLDS

É um bocado mais específico. Eu tenho uma ideia de que há muita insuficiência nessas políticas e, no fundo, resulta, de certa forma, que há pouca consciência, ainda. O que é que representa? Muitas pessoas que estão envolvidas nestas questões (já estou a fazer aqui comentários!), as pessoas têm a formação que têm, enfim... vão parar aos cargos por questões políticas, enfim, as autarquias... as pessoas ganham...enfim... vão para lá para aprenderem algo, e saem de lá sem terem aprendido. Pronto. Há uma insuficiência das políticas locais ligadas a isso, há uma pouca consciência que, no fundo, se resume nessa insuficiência das políticas. E há uma visão muito economicista do desenvolvimento, ou seja, não há visão integrada, não é? Mas está muito virado para essa vertente, seria o que eu acho. A... e não há, falta, às vezes, no fundo é o que está aí, há pouca consciência, quando consciência é em relação ao desenvolvimento. Às vezes até há pouco conhecimento do território e das suas características, isto é, sem conhecermos o meio onde estamos, como é que podemos programar um desenvolvimento sustentável? Pronto, isto também é pensado assim de repente, não é um texto literário, porque há tanta coisa, mas isto é o que me vem assim...

Temos que hierarquizar também isso, não é? Então, se calhar temos que ter um bom conhecimento do território, de modo a, enfim, termos uma consciência, que nos leva a não termos só esta visão economicista, de modo a que não haja uma insuficiência das políticas.

ENTREVISTA

1. 10' Olhe, tem de ser, no fundo, um conjunto de objetivos e metas que têm em consideração as características biofísicas, económicas e sociais do território, o que irá permitir, no futuro, garantir a perenidade dos ecossistemas, e com isso, também, obviamente, garantir que as populações, a economia, o bem estar social, económico, a qualidade de vida de modo geral, seja aquela de acordo com os padrões que nós consideramos aceitáveis, no mundo de hoje, continuem a ser garantidos. E quando falamos disso estamos a falar em garantir a sustentabilidade dos habitat, o parque natural, a agricultura, tudo no fundo, embora aí, já resume tudo, não é? Quando estamos a falar disto, estamos a falar em todos estes aspetos. É o tal conhecimento para se conseguir que as políticas garantam esse... pronto, dito assim.
2. 11' Os pilares... os pilares não quer dizer que sejam as áreas, o que é que estamos aqui a definir por pilares? (Clarifiquei). Obviamente sendo eu uma pessoa ligada às questões do ambiente, um tem que ser o ambiente, quer dizer, não vou estar aqui a negar aspetos de desenvolvimento social ou outros, mas acho que a base de tudo é o ambiente, quer dizer, a sustentabilidade assenta sempre no território, e o território, em primeiro lugar, é a parte biofísica, é o solo, é a parte do biotopo, é a parte viva, e que depois se consubstancia na parte natural e na agricultura, não é? neste caso. E, portanto, são coisas fundamentais, não é? Pronto, até com as perspetivas das alterações climáticas temos que ter isto em conta, o solo, a vegetação, portanto, as questões da disponibilidade hídrica, é fundamental, não só aqui, embora aqui se fale muito, às vezes. Os recursos hídricos disponíveis, em

quantidade e qualidade, são questões base para assegurar um futuro, são pilares fundamentais, qualquer aposta de desenvolvimento tem que ter em consideração estes aspetos. Não podem ser políticas que não tenham em conta o tipo de solos que temos, a vegetação, o clima que temos e que vamos ter, ter em conta essa parte do futuro. É outra coisa que o desenvolvimento sustentável tem em conta e se aqui há vinte anos alguém falasse disso... agora, felizmente, enfim... levou tempo para que isto fosse percebido que estava mesmo a acontecer alguma coisa, portanto, é um pouco isto, ter em conta estes aspetos, do clima, do solo, ou da parte natural, biofísica, climática. Tudo isso tem que ser pilares fundamentais. Obviamente, depois, também há as vertentes sociais e económicas, mas é assim: o tipo de agricultura, depois lá vai o tipo de agricultura que se fizer vai ter em conta o solo, a água que temos, e a que vamos ter, de acordo com as projeções, e daí também todo o setor primário. O setor secundário também terá que ter em conta a poluição... está tudo... mas a base, penso eu, tem muito que ver com esse aspeto: o ambiente. Estando eu aqui numa área ambiental essas são as coisas fundamentais. A água, o solo, o biótopo, e o clima. Tudo se relaciona, pronto. São questões fundamentais que era o que dantes faltava olhar aqui muito, e ter em consideração em qualquer projeto de desenvolvimento. Há uns anos a esta parte não se olhavam a essas questões, ou olhava-se de forma incompleta.

3. 14' Aqui? Estando nós a falar de sustentabilidade de uma forma abrangente, também na parte económica e social, embora eu aborde mais a questão ambiental que é onde estou inserido, onde me é mais fácil comentar, ou responder. Eu penso que, nessa parte ambiental, vamos estar muito dependentes das alterações climáticas. Porque isso vai influenciar todos esses aspetos que eu foquei anteriormente: o solo, a disponibilidade hídrica, toda a parte natural, pode haver até alterações dos padrões de vegetação que temos no natural; mas, aí, influencia a agricultura, até o próprio regadio, que é hoje uma aposta aqui na região de Beja, por exemplo, não é? e noutros pontos. A questão das alterações climáticas é um desafio a nível global, mas aqui, na nossa região, também o é. Esse é um desafio

fundamental. Obviamente que, outras questões aqui ao nível do ambiente é o uso do solo, é o mau uso do solo que se tem feito, as más práticas agrícolas e florestais são já da História, não é? fala-se tanto, mas continuam. Continuam, Continuam. Vê-se, noutra dimensão, de outro modo, vê-se! Basta andar aí à volta, e vemos. Também continuamos a não ter. E na parte da água, continuamos a pensar muito nas questões da quantidade, e a pensar pouco nas questões de qualidade. Não nos interessa ter uma barragem cheia se a água não tiver qualidade. Não é só para beber, às vezes até para regar. Aliás, sabemos que tem acontecido, termos as barragens cheias e as pessoas não podem beber porque há bactérias ou outro problema qualquer. E as águas subterrâneas, enfim! Todos os químicos, neste momento, da agricultura intensiva, algumas regiões aqui do Alentejo estão...!!! Portanto, as questões da água, as questões da gestão do solo: as mobilizações, a erosão, os próprios herbicidas (ainda há dias quando choveu, havia para ali zonas, em que a areia era toda na estrada), fora os desastres do passado quando se tentou que isto fosse o celeiro da nação, um desastre! Nos terrenos de xisto foi... os barros é a mesma coisa, a maior parte do Alentejo não são os barros de Beja. Isto para dizer, as questões do solo, as questões da água, as questões das práticas agrícolas, mais? ... pronto, e mesmo a paisagem natural. Repare, as doenças que estão a afetar os montados, que são uma marca da região do Alentejo, com os fungos e tudo o mais, tem a ver com as más práticas e com os fungos invasores que não eram de cá, não é? Isto está a perturbar tudo isso. Portanto, há também um desequilíbrio natural associado a espécies invasoras. Fauna e flora, por vezes até microrganismos, não é? Olhe, por exemplo, falando de (se calhar estou a dizer muitas coisas), estou a falar da flora e dos montados, e na fauna, uma espécie base da cadeia alimentar na Península Ibérica são os coelhos. Os coelhos apanham doença hemorrágica e vírus que não são de cá! Exóticos. Estão a dar cabo disto tudo, E, depois, como é que há águias, como é que se introduz? Os lince, depois não há comida! Quero dizer, há um profundo desequilíbrio. Esses fungos que estão a atacar os sobreiros, as azinheiras, quer dizer, é... as palmeiras não eram de cá, mas vimos agora o escaravelho a atacar; mas já faziam parte da paisagem cultural do Alentejo! De certa

forma. Estas palmeiras das Canárias, não é? São as mais atacadas. Portanto, este aspeto natural tem desafios imensos: a questão do solo, a questão da água, as espécies invasoras, portanto, são desafios imensos da parte natural que, obviamente, aquilo que eu disse antes das alterações climáticas, vieram exacerbar. Uma coisa que se fala muito aqui é a desertificação no Alentejo. É um desafio imenso. Nós estamos a sofrer um processo de desertificação, no Alentejo. Portanto, esse é um problema. Só que, as pessoas não têm a perceção do que é a desertificação. Para elas desertificação é “falta água”. Desertificação é a perda da capacidade do solo em sustentar a vegetação. Pode chover o mesmo, que só estão ali os calhaus porque a terra já foi toda embora com a erosão (sorriu), como que já acontece em alguns sítios por causa das más práticas agrícolas. Portanto, isto é uma ilusão. Aliás, o próprio, regadio pode provocar desertificação. Se os solos ficarem salinos, que as águas não são propriamente da chuva, começam a perder... pronto. A questão da desertificação é um desafio imenso para o desenvolvimento sustentado da região. E não há ainda uma perceção, continua a haver, ainda, muito más práticas, e aí são as próprias pessoas ligadas ao poder político, e eu que andei aí em muitos debates quando foram as questões do Alqueva e etc., isto é tudo ignorante sobre esses assuntos. E isto é uma tristeza ouvir os responsáveis a dizer cada (como está aqui a gravar) cada “asneira”, vá, enfim, de quem não tem conhecimento... nada! Depois achavam que bastava ter barragens que combatiam a desertificação, acham que se combate a desertificação com barragens! Combate-se com boas práticas agrícolas e florestais. Os terrenos agrícolas é para a agricultura, e os terrenos que não são agrícolas é para floresta, os terrenos com mais pendente não são para se fazer agricultura, como se fez aí nesses todos em Alcoutim, Tavira e Mértola. Parece que agora tem lá umas estevazitas em cima do xisto (riu). Nem as azinheiras já quase conseguem crescer, nem os pinheiros mansos! Isto para dizer que a desertificação é um... e as alterações climáticas irão exacerbar, mas não é por causa só disso, mas irão exacerbar, e tudo o mais.

Claro que do ponto de vista económico e social, pois toda a agricultura que se fizer pois está dependente se houver menos água, até o próprio projeto Alqueva, e há

estudos sobre isso, basta haver menos disponibilidade, e estudos de cenários climáticos, pois há menos água, o tipo de culturas que se fizer, as questões associadas ao montado: a cortiça, outros valores, as pastagens de baixo dos montados, os produtos regionais associados ao porco alentejano, aos rebanhos de ovinos, os queijos, quer dizer... bom, vem tudo por aí fora, não é? Os pinheiros mansos estão aí com um gorgulho, bom! Vamos lá ver o que é que aí vem. Estes olivais intensivos é químicos de toda a maneira! É uma loucura o que se está aí a fazer, e a erosão e a perda de biodiversidade. Portanto, a ação humana, lá está, não estamos a ter em consideração o tal futuro. É ganhar dinheiro agora, porque isto está a dar, as empresas, porque isto já não é agricultura, isto é fábricas de azeitona. Estes olivais já não são olivais, são fábricas de azeitonas. As pessoas, já não é o agricultor que recebeu do pai a terra! Não. As ribeiras passaram a ser canais de drenagem. Vai uma máquina e limpa tudo. Bom! Não há cuidado com as ribeiras e a vegetação à volta, toda a gente fecha os olhos... é tudo intensivo para dar o máximo. E depois vai dar durante uns anos, e depois veremos, daqui a trinta ou quarenta anos, o que é que isto tem. Porque se disse que a campanha dos trigos estragou os solos, e agora estraga-se de outra maneira!

Eu: quer dizer que não se aprende com a experiência do passado?

É uma coisa impressionante! É difícil! É a tal questão da economia. A questão da economia. É uma questão de economia... porque estamos num mundo de concorrência, porque não é só a concorrência interna, é com os outros países. Quer dizer, e acaba por se fechar os olhos a determinadas questões. E isto não é desenvolvimento sustentável. Estas práticas agrícolas... ainda ontem, o meu colega trabalha aqui nesta área (se calhar já estou a desviar-me) e estava a contar-me isso: “eh pá passei ali, não sei se era um amendoal novo, e atiraram com o herbicida e mataram a erva toda. (Choveu agora estas chuvadas), eh! A estrada estava coberta de terra”. E aqui numa zona dos Barros. Quer dizer, primeiro, os solos de xistos até eram mais ondulados, aqui esta parte dos Barros é mais plana. Quanto mais inclinado, mais fácil é a erosão, por razões mecânicas e óbvias. Mas também eram

solos menos espessos, a rocha estava mais perto. Aqui, agora os barros, é uma loucura a erosão! Você vê as ervinhas, é tudo limpo; além de perder a biodiversidade, os olivais tradicionais eram de uma riqueza. Agora, eu compreendo que o olival tradicional não dá rendimento de um destes, andar com a varazinha ali... agora chega ali com a máquina quase que sai o azeite logo na garrafa (e riu). Aquelas máquinas enormes passam por cima, aquilo parecem videiras, e chegam a por três vezes herbicida por ano!! É uma Loucura! Todos estes aquíferos estão a ficar contaminados. Agora fala-se tanto que o glifosato ser um problema, que é um dos mais usados aqui na cidade, bem! Tudo isto está... dá mais dinheiro, eu sei que dá mais dinheiro!

4. 23'33" Eu já respondi um bocado mas, para já, é (eu nem vou falar dos responsáveis) é a população em geral. Porque os responsáveis não vieram da lua. Os responsáveis refletem, no fundo, a consciência da sociedade em que estamos, porque eles, no fundo, são pessoas. Portanto, a falta de consciência... tem a ver com a formação e educação geral da população para estas questões: do ambiente e desenvolvimento. Não há ainda uma percepção... as pessoas preocupam-se, no fundo, se cheira aqui a azeite, se está lixo ali na rua, mas não percebem, não têm uma visão integrada, não é? isso falta, falta muito essa visão. E sem ter essa população informada e consciente, falta depois, obviamente, uma atitude de cidadania mais ativa por parte das pessoas, que só se preocupam com o problema que lhes bate à porta ali mais direto. Aliás, eu vi tantas vezes associações formarem-se porque a autoestrada passava ao pé, porque a ribeira ali ao lado estava suja. Mas, associações como aquelas (agora já falo no plural) em que estou envolvido (é a primeira vez que estou a usar esta expressão!) é mais complicado de as pessoas aderirem. Quer dizer, nós não estamos aqui para resolver o problema ali da árvore do senhor não sei o quê, ou que a ribeira tem ali um lixo... OK, também podemos ajudar! Estamos aqui numa perspetiva global, esta visão integrada. E é mais difícil as pessoas perceberem. Mas para que é que querem a autoestrada... "ah chegamos ali mais depressa", mas há ali um ecossistema! Enfim, as pessoas não têm... eu estou

a dizer aqui este exemplo, que aqui com o Alqueva foi um problema para as pessoas perceberem as questões que nós colocávamos. “É preciso é água”, mas não percebiam... havia seca na altura, em 93-95, achavam que ia evaporar, que começava a chover mais, quer dizer... e diziam “Em Cabo Verde farta-se de chover como tem aquela água toda à volta”. As pessoas não percebem... evaporar, evapora, agora, onde é que ela vai chover... pronto, isto só para dizer que falta uma..., aliás, isto que eu estou a dizer ouvi a responsáveis!! Diretores regionais do Ambiente, e a outros, e a outros stakeholders importantes aqui na região. Quando ouvi esses a dizer isso, imagina ir a autarquias... naquela fase de 93-95 em que o projeto foi aprovado. Andei em mais debates que sei lá o quê!! E ouvi as maiores barbaridades sobre o que é a desertificação. Ouvi o Presidente dos Empresários “ah, mas ao menos estamos a dar um bom exemplo com isto, estamos a por aqui um muro para travar o avanço do deserto”. Como se isto se travasse com uma coisa física, em que o deserto chega aqui e não passa. A desertificação é aquilo que eu lhe disse: as más práticas. Outro, que era responsável, “a água evapora” e depois lá intervi e ficou a olhar para mim! Ouvi muito disto, só para lhe dar exemplo. Aliás, um autarca, em Vila Real de Santo António, falava da água “pois, agora com o Alqueva chove mais”. As pessoas em Moura tinham essa perspetiva, outros eram “a água infiltrava-se”, nas zonas de regadio vai ter água mas, à volta, continua tudo igual! (e riu). Isto só para dizer a falta de conhecimento da população em geral e, depois, dos responsáveis. Portanto, a falta de conhecimento, a falta de uma atitude cívica de participação. As pessoas telefonarem para aqui para resolver, nós tentamos é que, eu digo sempre quando há um problema “Mas estão a cortar aí as árvores no lugar (eu digo sempre) mas não tem também aí vizinhos que também estão preocupados com isso?”, “juntem-se, façam um abaixo assinado”, tem muito mais valor serem os munícipes a fazerem pressão do que andar agora eu aqui a fazer um telefonema ou mandar uma carta para lá... Essa atitude, mas não! Mas depois as pessoas não são sócias de uma associação destas. Eu digo, “então estou aqui sozinho para uma região enorme, não vou agora a Estremoz ver não sei o quê na ribeira, ou à Vidigueira! Mas, se eu tivesse, em vez de 70 sócios tivesse 7 000, se

calhar já tinha mais apoios, já conseguia ter mais funcionários, engenheiros do ambiente ou sei lá o quê... para estarem a dar resposta a esta consultadoria, quase às vezes parece de advogado ou outra coisa. Portanto, falta essa consciência e essa cidadania, que toda a gente fala muito, a sociedade civil, vá lá, esse discurso todo... E depois isso reflete-se na classe política, e nos decisores, seja a nível empresarial, seja no poder político local e nacional. E, depois, quer dizer, até pessoas que eu considero que têm uma cultura no geral, mas, depois, não toca nas questões ambientais, quer dizer, nunca os ouvi falar praticamente, (o entrevistado deu exemplo que pediu para não constar) nem tocar em nada que dissesse “isto é importante”. Claro que se as pessoas tiverem a tal consciência, preparam os planos para as coisas avançarem e aí, supostamente, começa a mudança, não é?

5. 30’ Tenho que ir na linha do que disse anteriormente: educação. E as coisas mudaram muito desde o eu tempo de escola, meu Deus? A gente aprendia aquelas coisinhas das Ciências da Natureza, como era o estômago da rã em vez de aprender as questões do ambiente, a tal visão do mundo, na geografia (que eu tive geografia) e era a poluição da mina e não sei o quê. Embora foi aí que eu ouvi pela primeira vez a palavra poluição, foi numa disciplina de geografia, é verdade, no Liceu, não me esqueço! Um trabalho que tive que fazer. Desde os dez anos que comecei a gostar destas coisas, mas depois acabei por nem sequer seguir numa área de ambiente, mas pronto. Quando eu digo educação, é educação e formação, não é? A educação num sentido muito lato, as pessoas terem formação e informação. Não é só a escola, é também a sociedade toda, é também o que nós fazemos nas ONGs que é tentar passar a mensagem, consciencializar as pessoas para os problemas e tentar lançar alertas, enfim, e isso é fundamental. Sem isso não vamos lá, é a base principal.
6. 31’30’’ Sou sincero, não tenho acompanhado ultimamente mercê um pouco do tipo de trabalho que estou a fazer agora, não tenho a noção exata, vou ouvindo quase de forma solta o que é que se vai fazendo de forma solta. Há aí umas Agendas, a

Agenda 21, agora por causa daquela questão das alterações climáticas, ainda participei sobre isto numas sessões no Politécnico, aliás, na área da agricultura e houve umas com Ferreira sobre a mitigação dos efeitos das alterações climáticas, e há uma série de autarquias a participar, mas penso que ainda é tudo muito pouco consistente, muito pouco consistente o que ainda se faz. É muito solto, é aproveitar um Programa ou outro, portanto, é preciso mesmo que as autarquias tenham uma agenda, mas que tenham em consideração a tal base do que é a realidade do seu território. Às vezes não tenho bem a noção, é para aproveitar ali a oportunidade de projetos, financiamentos... é mais a pensar, às vezes, infelizmente, nas oportunidades de verbas para projetos que aquilo pode trazer do ponto de vista económico, do que uma verdadeira consciência... olhe, isto é um pouco, às vezes, quando “ah! Vamos criar aqui um Parque Natural”. Este Parque Natural é importante porque tem aqui valores e não sei o quê, mas porque “será que isto pode trazer turismo?”, “traz mais gente”, “traz mais dinheiro”, e aí, pronto, está a ver um bocado a ideia? Quer dizer, muitas vezes, eu vejo as autarquias a meterem-se nisto, mas não porque os autarcas digam que “isto é mesmo fundamental”, não estou a dizer que não haja pessoas que não tenham esta... é as oportunidades, é “vêm aí uns dinheiros para isto e para aquilo”, é mais nessa perspetiva, e isso é pouco, e depois não há a tal visão integrada. E depois você vê esse Programa e ao lado vê a Câmara a tomar decisões, ou a aprovar, ou a fazer de conta que não está a ver, porque as autarquias também não têm, digamos, responsabilidades, algumas são do Governo, ou do privado, e não têm até o poder de dizer que não, e depois, ao lado, estão umas autarquias como Ferreira diz...mas depois ao lado está um olival intensivo maluco a fazer a poluição toda que a gente sabe etc., quer dizer, e a assobiar para o lado, porque aquilo é muito bom, e em termos económicos está a dar muita riqueza ao concelho, quer dizer, isto é incongruente com, não estou a dizer que não fizessem a agricultura, mas “meus amigos, vamos lá a pôr regras”, “Meus amigos, porque é que se estão a destruir aqueles montados? Porque é que os taludes não são protegidos? Porque é que os químicos não são mais contidos?”, bom! Isto para usar um exemplo concreto. Eu já disse muito, usa-se o tal discurso,

assume-se a palavrinha de desenvolvimento sustentável, ou então assumem-se determinados programas porque... é uma oportunidade! Mas, depois, assobia-se para o lado em questões em que a autarquia, por vezes, até tem capacidade de intervir, ou onde não tem mas poderia protestar, como protestam que não se faz a autoestrada, não é? como aqui. Ou protestam que a estrada de Grândola que está cheia de buracos, está antiga, são as lutas que vejo aí nas autarquias, pronto... (sorriu). Portanto, protestam que fecharam a escola aqui ou que o hospital não tem médicos, poderiam protestar também que estão a usar químicos a mais no seu território! Poderiam protestar que a nossa agricultura poderia ter uma fiscalização maior...ou et., pronto. Assim, com exemplos concretos. A ideia é essa. Nas políticas públicas locais não há essa visão integrada, é aproveitar oportunidades muito no sentido do que é que a autarquia ganha ou a região nesse aspeto. Porque não há a tal consciência ainda, as equipas que vão para as autarquias vão pelos partidos, calhou naquele momento serem autarcas, pronto, é um bocado isto.

7. Bem, eu estou todo o dia sentado ali à frente do computador, recebo ou mandam diretamente, estando a trabalhar numa delegação de uma associação destas, por vezes recebo... por vezes até para nós participarmos em sessões de apresentação, ou até para participarmos (como foi esse caso do clima) nos próprios debates, não é? para participar, para dar parecer, portanto, recebo via email, das Câmaras ou de outras entidades; neste caso de Ferreira, foi da Luísa Schmidt, conhece? (o entrevistado pediu que não constasse uma certa informação); ou, então, alguém telefona para eu ir participar, ou então chega a outra parte da associação a algum grupo de trabalho e sou solicitado para, sou informado para participar. Ou é dentro da própria associação ou é a entidade, a gente faz reencaminhamento; se é alguma coisa do Alentejo mandam para mim, não é? Recebo boletins, newsletters, ouça...recebo informação de tudo! Nacional e internacional, não é? Até porque estas associações fazem parte de plataformas europeias e internacionais. Nós estamos na CLIMATE, na plataforma que tem que ver com o clima, na que tem que ver com os transportes, a dos pesticidas, portanto, o *Pesticide Action Network*, o

PAN europeu. Há de tudo um bocadinho, depois há sobre o solo, ainda agora houve uma campanha de recolha de assinaturas a nível europeu, é um trabalho em rede a nível nacional e a nível internacional. Nós fazemos parte de federações europeias, e como estamos na Comunidade Europeia, há mesmo a Federação europeia, e grupos de trabalho profissionalizados, até para conseguirmos acompanhar estas políticas públicas tem que haver um bocadinho de lobby em Bruxelas, para não serem só as empresas, as ONG também têm o seu lobby. E há outras específicas para outras áreas. Hoje em dia é fundamental este tipo de trabalho em rede, e a gente participa em abaixo-assinados, em mandarem cartas ao ministro tal, ou este sobre os acordos com o Canadá, ou aquele com o Estados Unidos, que tem a ver com o ambiente, tem a ver com o desenvolvimento, não é? Estamos sempre a par disso.

8. -

9. 41' Aqui no Alentejo? Se calhar por deformação profissional, mas a questão ambiental, para mim, continua a ser a fundamental porque é a base do território. As competências das autarquias não lhes permitem também, mesmo que haja pouco essa consciência, não lhes permite também intervenção tão profunda quanto poderia ser necessário. Nós falamos aqui dos autarcas e eles têm a noção de que isto está a ser intensivo, que pode por em causa o futuro com o que se está a fazer aqui com esta intensificação, mas eles não têm o poder de mudar isso. Eu penso que a nível local o que se pensa mais é a questão do emprego, é o que é mais assumido. Pensa-se se vem ali para a Base de Beja uma coisa que dê mais emprego, se esta agricultura...que afinal não veio dar o emprego que se pensava, eu já sabia que não era, mas, pronto! tinha aqui os estudos, não era preciso estar à espera. É muito essa questão do emprego, da empresa que vem trazer... mas depois o Parque Industrial aqui está vazio, é muito o emprego, e não a base. Estamos a falar de que tipo de emprego? Uma coisa é o emprego associado ao setor primário e a outra coisa é... que é complicado aqui... não sei se será suficiente o que se está a fazer.

Não sei se será suficiente. Penso que no que tem que ver com o setor primário, que há uma aposta demasiada no intensivo que é algo que, a longo prazo, pode pôr em causa a galinha dos ovos de ouro, vá lá, os recursos locais. Sei que há algumas autarquias, lá está, que estão a tentar apostar nos seus parques industriais, para terem, no fundo, condições para as empresas, mas as empresas acabam por não vir; e têm lutado para que haja autoestradas, para que haja caminho de ferro, e depois era na altura em que se falava do TGV, é o porto de águas profundas de Sines e o aeroporto, mas também não chega! Aliás, é melhor nem falar nalgumas coisas. O aeroporto, então, é melhor nem falar! Se calhar não estão a apostar... isto é assim: cada região tem as suas características. Vamos lá ver se eu consigo explicar-me... um desenvolvimento que tenha por base um setor primário, eu acho que a região não tem condições para ter uma grande população. A questão demográfica, como é que nós... “ah! Mas tínhamos o dobro da população há cinquenta anos”, basta ver os gráficos e víamos como é que era. E como é que nós tínhamos esse dobro? Nalguns sítios, muito mais que o dobro, diga-se, não é? Como é que tínhamos? Com uma economia de subsistência, e com uma subexploração do solo, que era quase tudo na agricultura. Vá, lá em Mértola você tinha as Minas de São Domingos que fez com que aquela zona crescesse e tivesse milhares de habitantes, não é? Santana de Cambas e etc.. Aqui e acolá havia as questões mineiras, Aljustrel. Mas em geral no Alentejo, tirando essas zonas que têm questões específicas, como é que nós tínhamos essa gente toda? Portanto, você hoje ouve o discurso “ah... tínhamos tanta gente, voltar a ter”, mas voltar a ter como? Portanto, a questão é essa. Fala-se um bocadinho... o mundo mudou, a nossa consciência do que é o tipo de solo, as tais questões de base do território. Temos que ter consciência. Queremos ter um desenvolvimento, queremos ter mais gente mas, se calhar, nunca vamos poder ter. Temos é que os que temos cá terem qualidade. Não podemos voltar a ter trezentos mil habitantes no Alentejo, não é? Mas, e baseado no quê? No setor primário? Mas atendendo aquelas questões, as questões do solo, os montados, o que é que vem aí de clima, e tal. Agora, se você apostar no secundário, tudo é possível! Ou se, de repente, instalar aqui uma fábrica que dê dois mil empregos... se agora uma

Microsoft ou não sei o quê resolve que o Alentejo é muito bom para criar aqui um polo tecnológico, mas isso já não tem que ver se o solo é de xisto, se chove muito ou se chove pouco. Quer dizer, o modelo de desenvolvimento quer assentar no quê? Assentar no primário? Vamos sempre utilizar o território; mas aí nunca vai poder ser muito. Porque não podemos sobreexplorar um território que já está em desertificação, muito já foi usado a mais, agora, os terrenos que sobravam ainda estão a ter agricultura intensiva. Os outros, fizeram trigo onde não deviam, e agora os solos de boa qualidade é com a agricultura intensiva. Daqui a quarenta anos veremos como é que isto está. Pronto, depois... quer dizer, eu acho que... é complicado responder a esta. Se calhar essa preocupação da população não pode ser... a questão demográfica não é a base. As pessoas preocupam-se muito com isso porque vive tudo numa economia de mercado e temos que ter mercado, “se não vier não sei o quê, não tem clientes”, mas com base no quê? Só com base no primário não pode ser. Este território não tem condições para dar, aliás, se vir a agricultura que está aí é tudo mecanizado. Numa herdade onde trabalhavam trinta agra basta um tipo com uma máquina; os que vêm para a azeitona, até nas vinhas, já há máquinas a apanhar as uvas!!! Até esse trabalho sazonal, isto a tecnologia não está...aliás, essas questões de desenvolvimento, a robotização e etc., são questões muito importantes no futuro. E na agricultura esta a notar-se isso tudo: a mecanização, esses olivais... meu Deus! Uma máquina grande faz ali numa hora o trabalho em que andavam ali não sei quantas pessoas, não é? pronto. A questão demográfica é uma preocupação errada, é um mito, não podemos, eu pergunto sempre: como é que nós tínhamos essa gente toda? Era a subexplorar, a fazer trigos independente dos trinta graus, depois ía a terra toda quando começava a chover no Outono, e as queimadas que se faziam, as coisas incongruentes que se faziam por aí, e ainda se faz um bocadinho. Depois, na questão demográfica, o emprego se calhar, alguma coisa na agricultura, mas nunca poderá ser muito, terá que ser uma aposta a trazer... claro que nós gostaríamos que seja muito coisas que não sejam poluentes, uma aposta na questão mineira, tentar que as minas voltem, há uma capacidade mineira, obviamente, não podemos negar, desde que haja os devidos

cuidados, para tratarmos destas matérias primas. Mas... de resto... é muito relativo, depende do que é que se instala no território; mas é preciso ter esta consciência na parte, pelo menos, que tem mais que ver com o ambiente, que é essa parte que tem que ver com o solo, que eu acho que há muito mito à volta de... quando foi com o Alqueva, “ah! Isto vai dar ali!”, as pessoas imaginavam o velho Alentejo outra vez! Não vai, não vai... e o trabalho que está a haver são os paquistaneses, a viver em contentores, é que andam aí a apanhar o... enfim, o mundo mudou, as coisas não voltam... enfim, enfim. (já começo a perder-me, desculpe-lá! Começo a falar e... são assuntos que eu gosto imenso!). As pessoas vão comparar a historia sem ver a tendência, não é? compara-se agora com “antes do 25 de abril era assim, se não fosse aquilo”, não, as coisas iam mudar à mesma, não é comparar aquilo com o agora. Isto ía assim, mas como não foi, foi assado, mas ía sempre, não ía ficar igual. Mas isso custa-me imenso, que eu estive em tanto debate a debater-me com pessoas com formação e a usarem esta ideia... depois é complicado explicar as nossas ideias, não é?

10. 52'14" Pronto. Eu aqui estou numa associação que é mais de defesa do ambiente do que de desenvolvimento, embora, no fundo, alguns dos projetos que nós desenvolvamos acabam por ser de desenvolvimento local, não é? Num projeto em que estive envolvido envolveu a produção da atividade pecuária, de estábulos, a promoção de queijos, etc. pronto. De algum modo tinha uma componente de conservação mas associada também a essa parte económica. Mas qual é o papel? Não é o que está a perguntar? Eu, pelo menos, no tipo de associação onde estou é de dois tipos: por um lado, na ajuda de tomada de consciencialização da população, para aquilo que é o desenvolvimento sustentável, a sua base, os seus pilares, não é? (como já falamos). Pronto. O que é que é isso do desenvolvimento, porque é que assenta, e porque é que é importante, etc. Na tomada de consciência da população em geral. Isso nós fazemos com a parte da educação ambiental, de algum modo. Por outro lado, na participação, no debate público, nos documentos de orientação, nos parceiros que se fazem, no fundo, na discussão das linhas orientadoras que

tiverem, propondo, fazendo propostas, e não havendo esses documentos, fazendo pressão para que eles existam. Pronto. Ver o que não está a ser cumprido, as metas, e etc. Tem essa componente, participar e pressionar. Mas por outro lado, ainda pode haver uma participação mais prática nesse desenvolvimento quando a própria entidade realiza, desenvolve projetos, que ajudam esse desenvolvimento local, sejam eles demonstrativos, ou de outro tipo, uma associação de ambiente também acaba por fazer projetos demonstrativos. Como a conservação se conjuga com o desenvolvimento que, aliás, é fundamental, diga-se. Estamos num território que é humanizado, não é?

11. 1h03'50'' Não mantenho uma ponte muito grande com elas, neste momento presente, tirando as reuniões a que vou... mas eu quero crer que estarão a par do que se está a fazer, pelo menos nas suas áreas, quer dizer, assim como eu tenho ter na minha área um conhecimento mínimo, eu penso que estarão (a par das PPLDS). Parto do princípio que acompanham e que sabem o que se está a fazer nas suas áreas de intervenção, não é? até porque, na maior parte dos casos, como disse, têm uma ligação muito próxima com o poder local.

12. 59' As outras ? Pronto, eu tenho ideia que nós nas ONGA, e isto é para chegar aos outros: eu estou a diferenciar as ADL pura e dura, das ONGA. As de ambiente. Eu tenho ideia que as ADL têm menos em consideração, nesses modelos de desenvolvimento, esta parte ambiental, se calhar é a tal formação, porque muitas vezes as pessoas que as formam... estão mais na perspetiva de ganhar o tal emprego para a região. Nós aqui temos uma visão muito abrangente, fazemos consciencialização, e ali é muito para o desenvolvimento local: como é que vamos trazer emprego para aqui, procurar projetos, financiamentos, quer dizer, uma ADL não faz o mesmo tipo de participação que uma ONGA faz, a crítica à política pública disto e daquilo, não! É mais um projeto. Nós, aqui, somos muito críticos, em relação às políticas da floresta, disto e daquilo, da energia, vamos supor, é muito mais

global. Vivemos mais em conflito (e sorriu) com o poder do que uma ADL que é mais específica no seu âmbito de atuação, quer produzir projetos locais, não é? quer produzir projetos locais para a sua região, seja ela mais ou menos concelhia ou inter-regional, e, portanto, se calhar, tem uma visão mais estreita dessa, e eu, obviamente, gostaria imenso que tivessem essa visão mais alargada para que, também na participação que têm na elaboração, com os parceiros, etc., pudessem incorporar isso. Mas, pronto, cada um tem a sua parte, não é? Nós tentamos ter uma visão mais global, não temos tanto essa componente de produzir projetos de desenvolvimento porque estamos também muito numa de denunciar, promover... cada um tem a sua. Há aqui uma ponte, há uma parte que se sobrepõe, mas há uma parte que é própria de cada um, não é? Se calhar eles vão dizer que nós vemos menos a parte económica e social e que vemos muito a ambiental, pronto, mas isto é a tal coisa, é o complemento. E eu vejo que nessas associações há menos... até porque, vamos lá ver, algumas são formadas e ligadas perfeitamente às autarquias, é uma maneira das autarquias irem buscar Fundos de outra maneira, no fundo, estão muito ligadas à visão clássica do poder, não são as mesmas pessoas, mas são do mesmo círculo., é quase que um funcionário. Por isso é que eu digo isto. Pelo que vejo do discurso, não as vejo ter uma atitude... quando há questões do ambiente, mesmo ali ao lado deles, não os vejo falar nada disto. Não têm esta visão integrada em que o ambiente tenha uma presença forte na sua visão do futuro. Mas, pronto, é porque também têm a sua própria génese muito associada ao poder político, algumas delas, pelo menos, não quero generalizar. Há de tudo. Há umas mais históricas e tal. Mas, enfim (não consigo resumir, desculpe-lá!).

13. , 14. Isto não é uma coisa de agora. Já participei nalguns grupos de trabalho com autarquias, com autarcas e não só! Tenho participado nalguns, aqui a nível de Beja, nomeadamente, aqui mais em Beja, diga-se, não é? Mais em Beja. Mas também já tive noutra tipo de... ali em Ferreira também cheguei a participar em debates sobre essas temáticas... aqui nestes dois, assim que me lembre, não é? Depois em coisas mais gerais, a nível nacional.

Perguntei se considera que os contributos da Associação são tidos em consideração na operacionalização das PPLDS.

É difícil de avaliar, para já. Porque estamos a falar de uma parte de um todo de tanta gente, que é difícil dizer que foi mesmo integrado ou não, mas... eu diria que é insuficiente o *apport*... aquilo que nós dizemos, as nossas contribuições ainda ficam um bocadinho postas de lado. Embora, tendencialmente, se eu fizer um histórico, tendencialmente, vão entrando, vão entrando. É uma realidade. Se eu comparar com há vinte anos atrás para agora, pronto, isso não há dúvida, não é? Discutimos imensos modelos de desenvolvimento para a região quando foram estas discussões nos anos noventa, meu Deus! Passar certas mensagens! E, agora, elas já estão escritas em muitos documentos, já estão assumidas, porque também é uma nova geração de técnicos com outra formação, não é? Certas coisas nas universidades e todo o debate que se faz à volta disso. Há vinte e tal anos, apesar de tudo, era uma outra geração que fez uma diferença.

14. (respondida na anterior).

15. Pois, quer dizer, o nosso contributo é parcial, somos parcialmente ouvidos ou integrados na ideia, o que não quer dizer que depois seja praticado ou posto em prática, mas... Pronto, enfim... estou a lembrar-me por causa da reunião da semana que vem por causa do rio, estou a lembrar-me de casos, quando foi da bacia do Sado, em que eu estive contra, e a apreciação não foi considerada. Estive mais envolvido em Comissões de participação e acompanhamento, como aquela em que tenho a reunião para a semana, sou um dos conselheiros do Conselho Regional da Região Hidrográfica, mas participei em comissões de acompanhamento ligadas a resíduos, a comissões ligadas à sinérgica, a património, do rio Guadiana, em geral, do Alqueva, em particular, conselhos culturais que tinham algumas questões de desenvolvimento ligadas à parte cultural, ao longo destes anos participei em várias destas... e comissões de acompanhamento também de empresas, algumas até fora

da região. Todas tinham a ver com o desenvolvimento, de uma forma ou de outra, embora algumas fossem setoriais, mas, pronto, de algum modo, o que lá se decidiu tinha a ver com as perspetivas de desenvolvimento, não é?

16. 1h04'45'' Eu, pronto, não é ser pessimista, mas já há uns anos que ando nisto, e acho que as pessoas estão a ir de uma forma muito lenta. As pessoas estão a ir de uma forma muito lenta. As questões estão a ser integradas nas políticas locais, mas tem que haver mais... uma das coisas que eu gostava é que houvesse mais rapidez, não é? Mais rapidez nesta... e na aplicação. E há autarquias que ainda não estão a afazer grande coisa nesse domínio. Algumas já estão, e estão a fazer debates sobre isso, como Beja ou Ferreira, mas há outras aí que não há grande coisa nesse domínio, não é? No fundo, mais rapidez porque o tempo urge! Quer dizer, sempre à espera que seja a próxima geração a mudar as coisas... não pode ser, não é? A minha expectativa é que haja mais rapidez na aplicação. As coisas hoje em dia... um dos recursos naturais que temos é o tempo. E é escasso! É um recurso natural escasso em termos dos prazos que temos para fazer a mudança. Há cem anos tínhamos o planeta todo à nossa frente para poder degradar, era "logo vemos"; agora não. As coisas são numa rapidez e numa dimensão, e numa dimensão. A rapidez e a dimensão é uma preocupação crescente. Temos que ser todos a mudar. É uma mudança gradual, não é só uma geração que, de repente, é super iluminada. Há saltos históricos, como sabe. Há momentos na História em que as pessoas são mais de intervir, as circunstâncias históricas e políticas promovem uma maior dinâmica social e etc. Mais rapidez, porque eu oiço falar destas coisas há anos e as coisas vão devagar.

17. 1h07'45'' Desde os catorze anos que eu estou na vida pública, e no ambiente, desde os dezoito, que sou dirigente associativo, há muitos anos. Passei a ter uma perspetiva muito mais integrada das coisas. Sem dúvida! Isso é o que eu vou ganhando cada vez mais. E eu que sou uma pessoa que sou muito pela conservação da natureza, há pessoas que começam nisto porque são engenheiros do ambiente

e interessam-lhes os resíduos ou a energia, eu, comecei em miúdo, porque eram os animais, a natureza, e fui adquirindo a visão de que está tudo relacionado com o resto. Interesse-me imenso por estas questões associadas à globalidade, as questões do desenvolvimento, não é? Penso que se tem que trabalhar mesmo nesta... e já perspetivando o futuro, até porque estou numa altura de mudança, vou dedicar-me mais a essas questões do que ao projetozinho da micro reserva de... porque, infelizmente, há projetos em que eu tinha um amor por isto, mas estas mudanças... se calhar vou trabalhar numa escala mais global; intervenção, em áreas ligadas à poluição e a químicos e etc., e, depois, nestas questões de desenvolvimento para a conservação. Mas é isso, o que eu tenho adquirido é uma visão cada vez mais... porque uma pessoa quanto mais informação tem, que é que tem que ver com toda a gente e com tudo o que eu disse, é fundamental haver informação, e quanto mais informação a gente tem mais percebe a interrelação entre as coisas, e só com essa visão é que se consegue alguma mudança. Pronto, e é a consciência também, para além da... é a consciência do papel que cada um tem. Não é só as entidades. Cada cidadão tem que ter. As pessoas dizem “ah é fábrica que polui, e a Câmara não faz nada...é o Governo...”, é sempre os outros. É sempre a entidade. Nunca há nada que não seja eles. “o ecoponto está muito longe, já não vou pôr! Eles põem tudo junto!”. Ou seja, essa foi outra das coisas que eu ganhei: temos que ser nós, as pessoas, em pequenas coisas (e isso foi outra coisa que eu ganhei), temos que mudar. E eu tentei na minha vida ir fazendo isso, poupar, ando ali com um saco de plástico há não sei quanto tempo, é um exemplozinho... é atitude. Tentar poupar o carro ao máximo. Ganhei essa, mas que, infelizmente, a maior parte das pessoas não tem. Vai devagarinho... mas vai.

18. À medida que os anos passam, isto não é pessimismo é realismo, e eu que já ando nisto há quarenta anos (dizer isto até me custa), está no meu ADN, hei-de continuar a lutar, porque não consigo estar de outra maneira, mas, às vezes, quando estamos entre nós que estamos nisto, e quando estou à frente do computador e vou vendo os Relatórios da FAO, das Nações Unidas sobre o clima, os relatórios sobre o solo e sei que se perdem não sei quantos milhares de hectares por dia, quando ainda há

bocadinho chegou o postal do Professor Paiva, ele faz todos os anos um postal que manda para todos os amigos, especialista em botânica já jubilado, é uma pessoa espetacular, quando ele diz aqui que “resta no globo pouco mais de 20% do que existia depois da glaciação, números da FAO relevam que de 2000 a 2010, treze milhões de hectares por ano dessas florestas tropicais foram destruídas”. Quer dizer, ele diz “por cada minuto que passa, por cada dez segundos é derrubada uma área de floresta tropical de um relvado de um campo de futebol”. Bom, isto só para dar um exemplo, porque acabei de ver isto ali, embora tenha ideia destes números, que eu costumava usar nas dissertações públicas. Quando a gente lê relatórios, e o mercúrio não sei o quê, e o lixo dos oceanos, eu não tinha ideia (estamos sempre a aprender, está a ver) os esfoliantes para a pele entram na cadeia alimentar. Quando a gente passa o dia inteiro a ler relatórios... e depois ouve “já puseram li lince, já há lince” mas depois vem uma nova estirpe de doença viral que está a matar os coelhos todos! Como é eu eles se vão fixar no território? É tudo uma vitoriazinha... e ao lado, as palmeiras, está tudo a morrer com o gorgulho, as palmeiras que vêm não sei de onde, e noutro dia há-se vir outra coisa qualquer, que já está aí para chegar, que já está noutros países aí ao lado. Está a ver? Pronto, é esta perspetiva, ou seja, estou a ficar pessimista... e depois a questão demográfica, que se fala sempre muito nas intervenções. Porque em Portugal somos muito tentados, como temos a população estável, a questão do envelhecimento, a segurança social, e “temos que dar apoios para as pessoas terem mais filhos”. Há umas autarquias em que dão dois mil euros... e não sei o quê... mas, à escala global, nós somos muitos, isto é uma loucura!! Nós somos setenta milhões a mais cada ano que passa. E está a descer o Índice de Fertilidade. Mas, à escala global, setenta milhões... isto é galopante. Ora, são consumidores/utilizadores de recursos, como é que sobra floresta tropical? Até os parques naturais de África estão cheios de gente lá dentro... Por isso é que eu diria que as coisas são muito difíceis, diria que temos que trabalhar para o desenvolvimento sustentável, mas, estamos com pouco tempo para isso. Quando se fala aí do clima e dizem que se não tomarmos medidas que depois são mais os tais dois graus e que a partir daí isto já não pára, e é a questão do clima e o

resto... conseguem rapar a floresta tropical até ao último hectare! Tudo, tudo, a desaparecer. É muito difícil. Às vezes costuma-se dizer “felizes os ignorantes”, vivem a sua vidinha, preocupando-se com o emprego do dia, o filme da noite, com o fim de semana. Esta fotografia (o entrevistado mostra a foto de uma floresta tropical do Professor Paiva), é uma floresta luxuriante, é uma imagem que sempre gostei, é um sinal de vida!! Acho que estamos nos limites do tempo que temos para a mudança. E estamos a ir muito devagarinho nisto, nos planos das autarquias, agora, a conferência de Paris, e pôr em prática? O tempo que leva. Agora fala-se em economia circular, a descarbonização da economia, nós já falávamos disto há anos!! Mas, até que isto seja uma prática, vamos lançando trinta milhões de CO² para a atmosfera. Consumir menos carne, passar essas mensagens... “ah! A carne é boa, vamos lá agora deixar”. É que andamos a produzir agricultura para dar de comer às vacas. Andamos a produzir campos de rações, e nas aves consegue-se menos. Eu não consumo vaca também por causa da saúde, aliás é a minha formação académica, eu sou médico, e depois fui para saúde pública. Acho que vou começar a ligar mais a estas questões.

Transcrição Entrevista – E2ADL

14 Dezembro de 2016

1h01m

1. Eu diria que não tenho um conceito de desenvolvimento local ou desenvolvimento nacional, tenho um conceito mais do desenvolvimento em si, independentemente de ser local ou nacional, que seja promovido de uma forma que possa garantir que as pessoas tenham em garantia as condições mínimas de subsistência, e que tenham garantia à sua qualificação, e que essa garantia, esse desenvolvimento que é dado às pessoas não seja feito em prejuízo de causar danos graves em termos do ambiente, e de uma renovação de recursos que tem que estar sempre presente e garantir que temos o desenvolvimento económico sem degradação das condições ambientais, e de condições de sustentabilidade de renovação de recursos, não é? Ou seja, sob pena...não podemos... não podemos com base no desenvolvimento económico a todo o custo, degradar regiões em termos de perspetivas de médio prazo. Basicamente é isso.
2. A nível local, a qualificação de recursos humanos. Eu penso que para termos desenvolvimento local temos que ter qualificação dos recursos humanos, e temos que ver os recursos humanos como uma mais valia que possa promover a transformação das regiões. Para isso temos que ter massa crítica, não é? E temos que ter pessoas que possam promover essa transformação. Essa transformação ocorre quando há pessoas que são capazes de liderar os processos, lá está a existência de recursos, de recursos também financeiros, se não houver recursos humanos que possam promover essa mudança, pura e simplesmente não há desenvolvimento, independentemente de haver potencialidades. Portanto, a chave passa sempre pela qualificação desses recursos, e passa sempre pela qualificação

deses recursos humanos que possam ser agentes para promover esse desenvolvimento, ou seja, todo o desenvolvimento baseia-se no Homem.

3. A sustentabilidade só tem um desafio, neste momento: a utilização racional dos recursos naturais. Portanto, se não houver essa utilização e nós não garantirmos que há uma reposição, ou seja, que os utilizamos dentro do espaço dessa reposição, coisas muito simples, como por exemplo se não tivermos a pesca que garanta que as costas de pesca que continuem a existir, dentro de alguns anos deixa de ter pesca, não é? A mesma coisa em relação à agricultura e em relação à parte do minério, à parte industrial, de tudo isso, não é? Mesmo neste momento as grandes potências têm graves problemas ambientais, como é o caso da China, por exemplo, estão a perceber que esse modelo está esgotado, o modelo da utilização intensiva de recursos sem haver uma renovação é um modelo que tem os dias contados, não é? Há que promover essa transformação, essa transformação tem custos, daí a importância que está a ser salientada na hierarquia dos recursos ou seja as políticas públicas têm que se direccionar, essencialmente, para a parte em que tem que haver um investimento público, para haver uma transformação, porque muitas vezes esse investimento, numa primeira fase, não tem chamado a rentabilidade económica, não é? Tem mais uma rentabilidade social... uma rentabilidade de transformação de tecnologias, portanto, esses empurrões públicos, esse direccionamento das políticas públicas e dos recursos financeiros para isso, é fundamental, para podermos perceber essas... apanhar esse comboio pode... de mudança de economia, aquilo que nós chamamos uma economia baseada no carbono para uma economia baseada noutros itens, ou seja, que é uma transformação da utilização das fontes de energia, portanto, isso é... essa transformação, não vale a pensa ignorarmos que é extremamente cara, não é? Porque isto não basta fazermos uma transformação da energia que utilizamos nas casas, não é? Portanto, a todos os produtos que são baseados...nomeadamente em petróleo, não é? Nomeadamente, grande parte de tudo o que nós temos feito é com base no petróleo, os têxteis, isto e aquele outro... portanto essa descarbonização da economia envolve custos

financeiros muito elevados, não é? Mas é fundamental que se faça, e daí a importância das políticas públicas nesses domínios, exatamente nesses domínios, portanto o Estado pode desempenhar através, o Estado e a Sociedade Civil, pode desempenhar um papel muito importante nessas políticas de qualificação de recursos humanos para essas novas tecnologias, da criação de condições para que esses novos modelos de negócios e essas novas... essa nova economia possa aparecer, a promoção dessa economia numa perspectiva de futuro, não é? É essencialmente isso que eu penso.

4. 13'11'' No seguimento da resposta anterior, há constrangimentos necessários relacionados com os custos. Como sabe, nós estamos num mundo global, é o mundo da competitividade, os custos são muito importantes, não é? A economia é global. Há um grande movimento comercial em todo o mundo de um lado para o outro, e tudo isto tem que ser gerido ao mesmo tempo que a gente faz transformações, portanto, daí a importância das políticas públicas. Estes constrangimentos são reais, não é? as pessoas não vão comprar as nossas coisas a trinta euros quando são vendidas ao lado a cinco euros, isso é uma utopia, não é? Portanto, temos que fazer essa transformação por forma que essas coisas possam acontecer como políticas públicas, políticas viradas para o desenvolvimento sustentável, direcionamento dos recursos financeiros públicos para determinadas situações e não para outras. Portanto, a política é isso: é essencialmente fazer escolhas, não é? Por isso é que nós temos política, senão teríamos apenas negócios e empresas, não é?
5. 14'24'' Na minha opinião, a qualificação dos recursos humanos. Eu acho que é a pressão da opinião pública, a pressão da sociedade civil, que leva à transformação. Portanto, a qualificação dos recursos humanos, o investimento em políticas educativas viradas para essa situação, a educação cívica dos cidadãos, a pressão da opinião pública é mais forte, e é o mais forte no meio disto tudo. É isso que leva à transformação, é quando a sociedade o exige. Os políticos, a sociedade e tudo isso

só se transformam quando as sociedades exigem que essa transformação ocorra, não é? Depois é partos com mais dor ou com menos dor. Neste momento temos um parto com muita dor: temos os populismos xenófobos, temos uma série de problemas que decorrem de todas... no fundo, não decorrem mais do que transformações que estão a decorrer na economia, decorrem transformações na economia, tudo isto decorre dessa situação, ocorre e é a gestão que tem que ser feita disto tudo ... daí a muita importância, eu costumo dizer, pessoalmente, que um cidadão consciente é um cidadão que está orientado para a transformação, e é esse cidadão consciente que nós temos que conseguir através das políticas públicas educativas criar, não é?. Sempre é mais importante do que, muitas vezes, vinte coletores solares ou dos carros elétricos. Isso é consequência da outra.

6. 16' Eu acho que há mudanças efetivas, e portanto há aí... começa a haver uma preocupação com a... com essa situação. Há políticas públicas que foram muito positivas, e que efetivamente mudaram e houve transformações. Penso que as pessoas muitas vezes não se lembram que nós há... não vamos muito longe, mas nós há dez ou quinze anos tínhamos um país cheio de lixeiras, não é? Sem qualquer controle, largadas no meio da rua, portanto, as pessoas também muitas vezes não têm a noção das transformações que ocorreram no país; nós não tínhamos cá qualquer reparação dos resíduos, isso pura e simplesmente não existia. Nós não tínhamos qualquer política em termos de transformações energéticas, e essas coisas, a utilização de outras fontes de energia, isso era inexistente há algumas décadas, não é? Portanto, e não podemos dizer isso hoje. Perfeitamente essas coisas tiveram transformações e tiveram... e ocorreram por força política, por políticas publicas muito direcionadas, e por pressão da própria opinião pública. Portanto, tivemos claramente uma transformação...ah...uma transformação nesse sentido, isso sem dúvida absolutamente nenhuma. Por parte das empresas nota-se, por dois tipos de situação. As empresas movem-se, essencialmente, por interesses comerciais. As empresas não estão ali, não são asilos, mas estão ali para ganhar dinheiro, e devem ganhá-lo senão fecham, não é? Não vale apenas estar à

espera que as empresas são asilos, porque as empresas não são asilos. As empresas começaram a perceber que a opinião pública estava a mudar e que havia conveniência por parte delas mesmas, para se manterem no mercado, de uma transformação das suas políticas. Necessariamente, numa primeira fase, essa transformação vai ocorrer por força da pressão da opinião pública, portanto, elas são obrigadas a isso, com o passar do tempo, eu estou convencido que essas políticas se vão implementar dentro das empresas e elas se vão vocacionar, necessariamente, primeiro empresas com alguma capacidade, e que essa política vai estar sempre presente e vai levar à transformação. Portanto, nesse aspeto, eu penso que estamos. Agora, tudo isto se passa num mundo global, num mundo onde temos vários polos de países em desenvolvimento, de países onde, onde a preocupação com estes temas é quase nula, porque a preocupação é a preocupação de sobrevivência, e o desenvolvimento económico a todo o custo para por as pessoas a comer, não é? No mínimo, e, por tanto, tudo isto são balanças que estão a jogar em termos mundiais, não é? E com avanços e recuos... se vamos a tempo de não liquidar completamente o planeta? não sei, não sou guru, não consigo adivinhar, nem bruxo, (sorriu), mas tenho e continuo a ter sobre a vida um aspeto positivo. Penso que poderá haver soluções que nos levem a essa nova economia que tanto falamos, não é?

7. A nível Local, sim, tem havido mudanças, tem havido mudanças, ah... e há a preocupação a nível dos municípios hoje em dia há uma preocupação cada vez maior, até por força do mediatismo, não é? Os municípios são eleitos, os cidadãos gostam (embora muitas vezes não pratiquem) as políticas ambientais e, portanto, por força disso, há, mais ou menos empenhadamente, com mais ou menos consciência, mas há uma mudança para esse tipo de situações, não é? Uma vez mais consciente, outras menos consciente, mais empenhado ou menos empenhado, independentemente de tudo isso temos, efetivamente, transformações, não é?

8. 20'42'' É basicamente através da internet, sim, internet, páginas, mas é a minha fonte de informação legítima (sorriu), é praticamente a rede, com todos os problemas que a rede tem, não é? Portanto (sorriu), o excesso de informação, muita informação má, muita informação boa... por isso temos que trabalhar e seriar a informação que nos passa, não é? Em termos da ADL, como sabe, temos um conjunto que é a Federação Minha Terra, que reúne todas as ADL onde temos discussões em pormenor sobre uma série de temas e de políticas, portanto, há uma conjugação de todas as associações de desenvolvimento para a discussão dos temas e para a apresentação, não é de indicativos, mas de propostas, sobre todos os diplomas emitidos pelo Governo, e em interação com municípios, portanto, há uma forte interação nesse domínio, e com os cidadãos, não é? Como sabe, nós temos unidades de gestão dos fundos comunitários, somos uma participação muito grande da sociedade civil. Nós, na nossa unidade de gestão, temos cerca de quarenta e tal organizações da sociedade civil que participam, que participam nessa parceria e temos reuniões regulares da parceria para a discussão de temas, a definição de políticas, portanto, com essa sociedade civil.

Perguntei qual a proveniência dessas 40 organizações.

Elas incidem na nossa área de intervenção, nós não temos todo o Baixo Alentejo. Nós temos o concelho de Beja, parte do concelho da Vidigueira, temos parte do concelho de Mértola, temos parte do concelho de Castro Verde, e uma parte pequena do concelho de Aljustrel que é freguesia de Ervidel. Portanto, neste território de intervenção é que se situam sempre estas cerca de quarenta e tal ... pouco mais de 70% são organizações privadas da sociedade civil. E a unidade de gestão tem também maioria de membros da sociedade civil.

9. –

10. 20'31''

Eu acho que do ponto de vista daquelas com maior impacto são as intervenções no domínio energético, não é? É onde os municípios, neste momento, podem desempenhar de uma forma concreta, atual, e muito perto, podem desempenhar as suas funções, quer pela promoção da utilização das energias renováveis, nos diversos domínios que os municípios têm, a ligação pública, não sei o quê... tá, tá, tá, tá. Nós, em termos do nosso, da nossa... do tipo dos Fundos Comunitários que gerimos, procuramos ter sempre uma discriminação positiva em relação a operações que visem a sustentabilidade energética, não é? Portanto, quer no domínio de utilização da energia na agricultura, que é um dos principais temas que temos, quer do domínio da utilização e da racionalização dos recursos provenientes da agricultura, portanto, tecnologias que de facto façam isso, portanto, estão no domínio das nossas principais preocupações e discriminações positivas em termos de investimento.

11. 24'56'' Eu vejo uma ADL como uma instituição que faz, no fundo, usando a figura da costureira, que faz a ligação e cose as diversas partes, não é? Não é, não é uma instituição como uma cooperativa, uma associação de agricultores, não, é uma instituição até porque pelo tipo de técnicos que tem, pelo tipo de história que tem, tem a obrigação de promover o diálogo entre as diversas partes, não é? Portanto, como sabe, no desenvolvimento económico faz-se muitas vezes, e nestas situações fazem-se compromissos entre partes, não é? Portanto, no fundo, tecer e ser o palco onde se põem essas entidades a dialogar umas com as outras é importante. No fundo, esse é o papel de uma ADL: tem que ser o palco onde diversas instituições podem falar umas com as outras, e se pode promover esse diálogo e encontrar plataformas coletivas para haver esse tal desenvolvimento sustentável. Eu, muitas vezes, não gosto muito dessa palavra porque a acho um bocado gasta, não é? Para mim é mais um desenvolvimento integrado, com utilização racional de recursos, portanto... é mais esse desenvolvimento integrado que se procura. Portanto, encontrar as plataformas e as formas que possam promover isso, não é? E é essa, e essa busca que, portanto, uma ADL pode e deve ser muito importante. É uma fonte

de diálogo. É uma plataforma de diálogo entre as instituições, e essa plataforma de diálogo que é fundamental numa ADL, mais do que todas as outras situações, é encontrar essa plataforma de diálogo entre... não se vai substituir aos municípios, nem se vai substituir às juntas de freguesia, não é esse o papel de uma ADL, eu procuro sempre na ADL, não é criar mais empresas na ADL, nem criar mais unidades de formação dentro da ADL, é isso, há empresas e instituições públicas que desempenham e fazem bem esse trabalho. Portanto, a ADL é uma plataforma de diálogo entre essas instituições, não é um meio em si (eu sei que algumas ADLs têm feito isso, pessoalmente não concordo), portanto não acho que se devam transformar em grandes conglomerados de empresas, andarem elas a fazerem de empresas, a fazerem isto, a fazer aquilo, não é esse o papel. Para isso, a sociedade civil, os empreendedores, aqueles que terão que desempenhar essas funções. A ADL está lá para coser, falar com as pessoas, poder ter depois as políticas nos recursos que aplica viradas para os resultantes desse diálogo. É esse o papel, não é um papel, não vamos fazer aqui uma unidade de tapetes de Arraiolos para por pessoas a fazer tapetes e empregar quatro ou cinco pessoas. Não é para isso que a gente serve. Esta é a minha opinião. Pode haver outras. Eu pessoalmente não tenho essa visão.

12. 28'49'' Nós, quando nós fizemos o ultimo Plano Estratégico que fizemos...a portanto, tivemos um diálogo muito grande com todas as instituições e esse diálogo foi muito gratificante, permitiu-nos perceber o que é que as principais instituições querem, quer empresas, quer associações do nosso território de intervenção pensavam, o que é que tinham como perspectiva para o futuro, qual era a sua estratégia... qual era a sua estratégia de atuação, o que é que pensavam, o que é que iriam fazer, e quais os meios que pensavam utilizar, quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista de recursos humanos, para a persecução dessas metas e objetivos que estavam a definir. Isso foi uma experiência muito gratificante, eu acho, essencialmente, que o diálogo entre as pessoas, as instituições, é fundamental, e depois que, esse diálogo possa levar a coisas

concretas de atuação, ou seja, se possa traduzir, depois, em ações, em operações que resultem e que possamos trabalhar de uma forma integrada, e com sinergia para todas as partes, basicamente é isso que eu penso, penso e promovemos aqui dentro da associação esse diálogo. Nós falamos muito com os promotores, ouvimos os promotores, falamos muito com as diversas associações e procuramos responder aquilo que são as suas preocupações, dentro dos quadros normativos, e quando os quadros normativos não servem para aquilo que estamos a encontrar, procuramos promover a transformação e a alteração desses quadros normativos.

13. Nós temos uma equipa técnica, não é? Temos uma equipa técnica que é composta por pessoas na área da sociologia, na área da economia, portanto, temos essas vertentes e depois também na área da agricultura, que é essencialmente a área de atuação da nossa associação. Portanto, a utilização de recursos do FEADER, para o PRODEP, para a região. Portanto, temos uma equipa técnica diversificada, como digo, e dispomos dos quadros que nos permitem ter este... este... este tipo de atuação. Nós neste momento já temos vários avisos de Fundos Comunitários abertos em apreciação, quer no domínio de... nós trabalhamos sempre com a parte de baixo, ou seja, pequenos investimentos da agricultura, e pequenos investimentos nas pequenas e médias empresas, portanto, trabalhamos sempre nisso, não temos grandes projetos, portanto, esses estão consignados a outras entidades, não é? Portanto, nós, digamos (como eu costumo dizer) somos que quase a “ADL do Café, do Restaurante, da pequena indústria”, procuramos trabalhar com as pessoas, porque não nos podemos esquecer que grande parte do emprego estão nas PMEs, não é? É do domínio das PMEs e foram as PMEs que agora durante o período da TROIKA sofreram o grande embate, e tiveram a grande diminuição de emprego que se repercutia diretamente nos índices de emprego e de empregabilidade, quer no aumento de desemprego quer na diminuição drástica do número de empregos da economia, foram os dois índices que, se calhar, mais sofreram. Portanto, nós trabalhamos nessa área que é muito sensível a qualquer tipo de mudança, não é?

14. 33'16'' Do que eu consigo perceber, destes temas que eu lhe falei, há um consenso em termos das ADLS, não é? Há um grande consenso sobre essas situações. Pela minha experiência própria de participação em reuniões da Federação, que é a Federação que engloba quase a totalidade das ADLS do país, se calhar, neste momento, é mesmo a totalidade das ADLS do país. Portanto, há um grande consenso sobre estes temas, no fundo as ADLS são participações da sociedade civil na gestão de dinheiros públicos, portanto, não são uma experiência de unidades de gestão pública. Todas as outras unidades de gestão de Fundos Comunitários são unidades de gestão pública., e esta é uma experiência que decorre da antiga experiência LEADER, não é? E que é, eu diria mesmo que é, uma experiência no país que quase que única, não é? Portanto são instituições da sociedade civil, não é? que se agrupam, têm uma unidade de gestão que é configurada numa associação, e que fazem gestão de dinheiros públicos, gestão de dinheiros de Fundos Comunitários, não é? Vai muitas vezes ao arrepio daquilo que a gente pensa, não é? Portanto, ou que verifica, portanto é dar às populações algum... algum direito de definirem a utilização de parte desses dinheiros públicos, não é? Penso que isto é consensual em todas as associações, não é?

15. 35'19'' Eu considero que as ADLS, neste momento, são das instituições, no país, que mais sabem sobre políticas públicas, e que têm um conhecimento muito profundo das políticas públicas e, aqui, quando estamos a falar das políticas públicas também as comunitárias, porque as políticas públicas comunitárias, muitas pessoas não têm essa noção, mas têm um impacto muitíssimo forte no país, não é? e cada vez mais. Tudo que nós somos neste momento tem que ver com políticas públicas comunitárias, que depois passam por transposição. Ou seja, a nossa margem de manobra, hoje em dia, não é assim tão elevada, não é? E, portanto as ADLS estando muito ligadas à gestão de Fundos Comunitários, penso que têm uma percepção muito grande da definição dessas políticas públicas comunitárias. Eu o que acho (e isto agora só para ter um pessoalmente só pessoal, meu) é que muitas vezes não há

ainda no país, ou os governantes procuram torneir um bocado, esta questão desta imposição, porque é ... as ADLS e esta gestão de dinheiros públicos a nível local, que vieram através do LEADER é uma imposição da Comunidade Europeia. Eu não sei se isto não existisse se o país teria isto. Eu acho que o país só tem isto porque há comunidade europeia, se não teria esta... não vejo isto diretamente dos governantes, eu acho que isto é quase, resultou muitas vezes da imposição de Bruxelas, não é? Penso que agora, com o atual Ministro da Agricultura, tenho uma opinião bastante positiva da atuação dele, não é? Quer do ponto de vista da gestão agrícola, mas isso é mais uma gestão técnica, quer do ponto de vista como tem dialogado com as ADLs, e tem promovido alguma normalização das relações com as ADLs, não é? Isto não tem nada a ver com política, porque as ADLs têm desde o PC ao PSD, portanto... (sorriu) são percorridas por todos os partidos, mas tem a ver como dentro dos próprios partidos, quer de esquerda, quer de direita, são observadas essas situações em relação a esta, situação um bocado anómala, que é ter dentro da sociedade civil a gestão de dinheiros públicos, isto ainda faz confusão a muita gente, a muita cabeça (e riu).

16. 38'18'' Para mim as expetativas... eu sou um otimista por natureza, e acho sempre que tudo vai correr bem. Portanto, estou com algumas expetativas que as ADLs... como sabe, houve agora uma transformação: elas deixaram de ser financiadas unicamente através do Ministério da Agricultura e, portanto, passaram a ter a gestão de Fundos FEDER e gestão do Fundo Social Europeu. Estou com alguma expetativa com essa... ainda não se consubstanciou a utilização, continuamos só com a utilização dos fundos FEADER até ao momento, ainda não se consubstanciou os Fundos FEADER e o Fundo Social Europeu, mas estou com alguma expetativa na gestão desses fundos, para que, porque acho que a gestão desses fundos pode-nos permitir de forma integrada trabalhar naquilo que há bocado falávamos sobre o desenvolvimento sustentável, não é? Que é ter intervenções diretas na economia, como promoção de desenvolvimento económico, portanto, as preocupações ambientais nessa atribuição de recursos, e a utilização depois de recursos do Fundo

Social Europeu para permitir colmatar algumas políticas no domínio social. Se isso for possível e nós fizermos esta integração dos três fundos para a promoção de alterações que venham a ter impacto no território de intervenção, nomeadamente uma questão que a mim me parece muito, que são as questões da economia social, ou seja, entendida como... que as associações possam promover operações que venham a garantir a empregabilidade das pessoas, que tenham sustentabilidade económica que é fundamental, que tenham estas preocupações de carácter ambiental, portanto, talvez nós, agora, estou com expectativas positivas em relação a esta nova figura e espero que vá correr bem.

17. E 18. Muito grandes, muito grandes (riu)!! Eu estou aqui há aproximadamente... cinco ou seis anos, não é? Portanto, eu antes fazia... vinha... nunca tinha trabalhado antes numa ADL, não é? Para mim tem sido extremamente gratificante poder trabalhar. O que tenho procurado, no trabalho que tenho aqui desenvolvido, portanto é introduzir alguns conceitos de gestão, racionalização de recursos que é feita, portanto, e que são importantes nestas associações, não é? Mantendo todas as outras questões que uma ADL tem que promover, ter também preocupações em relação à sua própria sustentabilidade interna, não é? E, portanto, ir procurar que esses conceitos de gestão e de sustentabilidade interna da organização estejam presentes para o futuro desta organização. Tem trazido a mim, pessoalmente, algumas experiências enriquecedoras, e... e por agora espero manter-me por aqui mais alguns tempos.

Redirecionei para a questão.

O ter recursos e ter a capacidade de sempre intervir é sempre positivo, não é? Ou seja, se nós estivermos numa rua, e podermos intervir na rua, é bom. Se podermos intervir no quarteirão, ainda é melhor! (riu) se podermos intervir numa cidade, ainda é melhor, não é? Portanto, em termos pessoais isso é sempre gratificante, não é? Que é ver, na prática, que algumas situações podem traduzir em situações positivas, não é? Nós fizemos, no anterior Quadro Comunitário de apoio, fizemos

uma análise do nosso trabalho, como é óbvio, não é? E neste, vamos também fazê-lo, e... estamos sempre procurando corrigir, procurando que as coisas possam correr melhor em termos futuros, como eu disse. Nós temos na nossa ADL uma grande preocupação em termos de gestão. Para nós é muito importante a sustentabilidade da organização, porque as organizações sem uma gestão correta não sobrevivem (sorriu) ... tem que ser, nós temos que passar muitas vezes de um certo “romantismo” das ADLs para conceitos de gestão clara e temos que medir, e temos que saber como é que estamos, e como é que estamos a cumprir, e como é que nos estamos a comportar, não é? E isso é fundamental em termos de uma associação, ter prazos para fazer as coisas, temos que ter objetivos, temos que ter metas, como qualquer outra organização, ou seja, eu acho que em termos de gestão uma ADL tem que estar no top, como qualquer empresa tem que estar, e tenho essa preocupação, para mim, uma ADL, só a entendo assim, não é? Não pode ser somente “romântico”, não pode ser. Temos que ter preocupações claras de gestão.

18. (respondida na seguinte)

19. Eu, o que noto, em relação às restantes ADLs, é um aumento com preocupações de rigor, rigor e qualidade do trabalho. Isso, noto, como sabe, as ADLs têm sido sujeitas, nos últimos tempos, a sucessivas operações de fiscalização, normas comunitárias, não é? Normas comunitárias e... quer da comunidade diretamente, quer do ministério da agricultura e, portanto, na minha opinião isso tem aumentado muito as preocupações de rigor e de qualidade do trabalho das ADLs, não é? Ah... nitidamente, no meu parecer, as ADLs estão muito melhores, do ponto de vista da organização e gestão, e estão muito melhor no trabalho que têm vindo a desenvolver no que respeita à qualidade técnica do mesmo. Tenho notado isso, e tenho notado um grande aumento de preocupações de gestão das organizações.

E na Alentejo XXI?

Julgo que tem acompanhado essas preocupações gerais que lhe referi há pouco; são conjuntas às ADL, não é? Nós neste momento, portanto, temos uma

informatização total dos serviços que fizemos, temos um circuito em que toda a nossa documentação é feita já sem papel, não é? Aliás como repara pela limpeza das secretárias (sorri), é tudo feito de forma digital, portanto, com aplicações próprias, houve uma transformação muito grande nesse domínio, em aplicação de novas tecnologias de gestão, em tecnologias de tratamento da documentação, tratamento de processos e, portanto, qualificação dos profissionais que tínhamos para trabalhar nesse tipo de domínio, claramente, essas situações mudaram imenso. Não sei se para melhor, ou para pior, mas, em si, mudaram.

20. Não, penso que falamos sobre esta questão.

Retomei a questão sobre a demanda ambiental enfrentar constrangimentos de âmbito económico, e como superá-los.

Todos os dias temos, claramente, constrangimentos. Temos também constrangimentos de carácter ambiental, mas temos que os saber gerir, não é? O facto de optar pela cultura intensiva, cria problemas, não é? Nós não podemos deitar para trás a existência desses problemas, mas também não podemos pura e simplesmente dizer que não. Temos que encontrar as formulações, para que essas situações possam ser minimizadas e, essencialmente, possam ser medidas. O que é fundamental é saber medir. Porque, eu acho que, toda a sociedade em geral, e nós enquanto cidadãos cada vez mais temos a tendência (não sei se portuguesa) de falar muito, sem medir. Nós falamos muito, mandamos umas bocas, umas coisas, mas muitas vezes não sabemos exactamente o que se passa. Não sabemos. A gente pode dizer assim “Ah, e tal...”, “a terra está toda queimada”. Mas estão queimados quantos? Quantos hectares é que são? No total, o que é que aconteceu? Mediram o que é que está a acontecer com os solos ou não mediram? Sabem ou não sabem? Eu acho é que as políticas públicas, como disse há bocado, têm que ser direccionadas e vocacionadas para esse tipo de situações. Sim, como? Devem ser direccionadas para promover tecnologias limpas e tudo isso. O Estado tem que assumir o seu

papel de regulador. O Estado é o regulador. O Estado não deve fazer economia, mas deve fazer, cada vez mais, tem a obrigação, de fazer regulação e fiscalização. E é isso que o Estado deve fazer. Portanto, eu diria que nós não devemos cortar no desenvolvimento, tudo bem, mas não nos devemos demitir também do nosso papel de fiscalização, e saber o que é que está a ocorrer. E isso é... não é fácil!! Não é fácil. Você neste momento tem problemas graves na Califórnia, têm aí amêndoas, e nogueiras, e não sei o quê... têm problemas graves, esgotou o modelo, não é? Esgotou o modelo e agora têm produções de qualidade inferior, têm solos esgotados; Espanha está rebentada em grande parte do território, com essas situações e nós não podemos correr o risco de que nos vá acontecer o mesmo daqui a trinta anos. E, portanto, temos que gerir isto, obrigatoriamente. E aí é o papel... sabe que os políticos são, cada vez mais, políticos mediáticos. É o amanhã. Amanhã são eleições, e a seguir há eleições outra vez, e a seguir irá haver eleições outra vez... nós estamos em ciclo eleitoral permanente, e como estamos integrados no espaço europeu, temos um ciclo eleitoral permanente! Quando é o problema da Itália, é a Itália porque não sei o quê... depois é Áustria, depois é a França, “agora não se faz nada até vir a Alemanha no próximo ano”, nós vivemos... não conseguimos definir nada. Mas isto também não é mal dos políticos, o mal é desta ordem mediática que nós temos instalada. E, portanto, saber gerir e atuar, não é fácil. É muito complicado, não há respostas, não é? Se alguém disse que há respostas é porque está a mentir, isso é demagogia, é...

(sobre o conceito de desenvolvimento sustentável) Ah, isso é um chavão para vender, vende-se muito disso nas universidades... “ah! A economia... os recursos humanos... o ambiente... conjugar, e tal” e no meio disto tudo sai a sustentabilidade. Ah! É um chavão de sala de aula. Agora, como é que nós gerimos isto, como é que preservamos? Posso dizer-lhe claramente como. Há coisas em que temos que ser intransigentes. Quanto aos recursos humanos: nós não podemos ter 40 imigrantes num barracão!!! E temos que ser claros quanto a isso. E a Autoridade das Condições de Trabalho tem que ser clara quanto a isso. Não podemos ser uma região para isso.

E isso tem que ser dito aos inspetores de trabalho, alguém tem que lhes dizer isso. E a opinião pública tem que fazer força para que isso não aconteça. Há pontos claros que podem ser atuados de imediato e que podem levar a que isso não aconteça.

Perguntei e a agricultura intensiva?

A mesma coisa com a agricultura intensiva. Nós podemos ter quotas de quantidades de hectares disto, daquilo e daquele outro, podemos ter quotas de renovação, podemos ter obrigatoriedades de recuperação dos solos após a utilização: ao, 12 anos, muda a unidade de cultura, faz a recuperação dos solos, faz não sei o quê...quer dizer, essas coisas podem ser feitas.

E isso está a ser feito?

Nós somos uma ADL, nós apenas podemos falar sobre isso, não é? (sorriu). Eu diria que não. Eu diria que não. Eu diria que não. Mas tenho esperança que isso mude, não é? Até porque, hoje em dia já não se aceita tão facilmente o modelo espanhol, ou o da Califórnia... Mas para isso também temos que subir no valor acrescentado. Porque se nós produzirmos azeite só para vender a granel...o que nós temos que fazer é a política que está a ser feita com o vinho e tem sido umas das políticas mais corretíssimas nos últimos anos. Estamos a vender cada vez menos, e estamos a ganhar cada vez mais dinheiro. Ou seja, estávamos a vender...sei lá... (não tenho presente os números) vender 1.8 euros por litro ou 1.75, e já estamos a vender a 2.25 ou 2.30 . Vendemos muito menos e ganhamos muito mais. Isso é que é fundamental! No azeite, podemos fazer muito mais, até porque temos capacidade produtiva, temos as novas tecnologias (chegamos atrasados, não é?) Não somos mais espertos que os outros, nós chegamos à plantação agora. Eles chegaram à plantação há 20 anos. Portanto, nós estamos a pôr as plantações com um grau de tecnologia agora, e eles têm lá os olivais que têm há 20 anos. Portanto, não é sermos mais espertos que os outros; chegamos mais tarde! Neste caso foi uma vantagem, não é?

Até que ponto o “chegar mais tarde” permite não cair nos mesmos erros?

Permite, permite, permite, porque pode permitir exatamente a gestão dessas políticas, e a gestão dessas tecnologias agrícolas com o que hoje em dia já existe, não é? E que podem minimizar estes efeitos negativos que estas plantações podem ter, não é?

Isso, é o discurso. E a prática?

A prática, isso nem são políticas locais, são políticas do país. São contraditórias... são contraditórias...são contraditórias... até há pouco estavam muito viradas para a política europeia, da europa central, não é?... a mudança tem sido muito lenta...

Até que ponto é possível construir a sustentabilidade da base para o topo ?

Eu acredito na pressão mediática. Eu acredito muito na pressão das pessoas. As pessoas informadas... por isso é que falávamos do processo educativo, não é? Porque, se isso ocorrer, os cidadãos quiserem e estiverem disponíveis para; porque, se as pessoas estiverem disponíveis para isso, as transformações ocorrem. Porque há pressão mediática por parte das pessoas para que isso ocorra, não é? E os políticos vão fazer aquilo que, nesta cidade mediática, as pessoas lhes estão a pedir. Não tenha dúvida nenhuma (sorri).

E aqui no baixo Alentejo ?

Aqui é uma região muito envelhecida... portanto, necessariamente, temos os defeitos todos de uma região envelhecida, com menos pessoas... ‘costuma dizer-se “Évora é uma aldeia”. Uma cidade, no mínimo, devia ter 100 000 habitantes, para ter algumas sinergias, mais equipamentos públicos, para ser capital disto tudo é uma aldeiazeca, ali situada a caminho de Lisboa.

E então como é que se pode capacitar uma região assim?

(riu) se eu soubesse a resposta, candidatava-me a Primeiro Ministro!! Eu acho que cada um, no local em que trabalha, procurar em fazer a sua atuação de acordo com

estas linhas. Se a pessoas fizer, no seu local de trabalho, na forma como trabalha, fizer isto, é uma pequena contribuição para o global. E neste momento, é este somatório (isto pode ser um bocado minimalista), ... claro, o que é que vocês vão transformar? Mas eu não vejo outra forma. Fazer pressão, eu acho que temos que participar. Sei lá! Eu assino participações cívicas quando tenho que assinar, não tenho problemas nenhuns... e eu acho que é isso que a gente tem que fazer.

13'50'' E consegue-se proteger o Baixo Alentejo das pressões económicas?

Esqueça isso! Proteger não vale a pena, porque isso nós não conseguimos! Isso digo-lhe já que nós não conseguimos. Você vive numa sociedade comercial, não os pode impedir de comprar terrenos, tratar, e mais não sei o quê... Esqueça! Isso andamos à cabeçada com a parede e acabamos magoados de certeza absoluta. Agora, podemos é, podemos é, podemos e devemos procurar sensibilizar para quem tem algum poder para que tome medidas que possam... possam minimizar isso, que possam minimizar isso. E isso aí acho que podemos. Os municípios podem tomar, podem facilitar mais isso, têm planos de ordenamento, podem passar nesses planos de ordenamento, podem transmitir algumas dessas situações. Muitas vezes demitem-se disso, não é? Nota: aqui começa a falar como funcionário da Câmara.

Como valorizar as especificidades da região ?

Nós não podemos assistir indiferentes a situações que nos violentam e devemos denunciá-las, não é? Porque isso cria alguns engulhos sob o ponto de vista económico. Eu acho que, nestas situações do trabalho, nestas situações do trabalho, nós devemos mostrar. Como cidadãos podemos perguntar, numa Assembleia Municipal, podemos perguntar isso.

Perguntei sobre a participação nas reuniões da Assembleia Municipal.

Nula, ninguém lá vai (riu).

Passa por fomentar a participação através das escolas; as escolas têm um papel nisso.

Eu já não tenho expetativas de que possa acontecer tudo amanhã. A idade traz-me isso. Eu tenho expetativas de que possa transformar algumas coisas pequeninas, e que algumas coisas possam ir mudando todos os dias de uma forma que eu considere positiva e que eu possa contribuir para isso, não é? É para isso que eu trabalho.

Transcrição Entrevista E3ADL

23 Dezembro de 2016

Duração: 1h14m

1. O desenvolvimento local sustentável é aquele que tem em vista a melhoria da satisfação do bem-estar das pessoas, mas com respeito, naturalmente, com os valores em presença. E isto implica o quê? (Posso ficar por aqui? Se calhar depois existem perguntas que... respondi que pode responder conforme entende melhor). Isto implica muito a aposta na Educação, e a aposta na participação e criação de mecanismos de governança, que levem à apropriação e ao desenvolvimento, ou à valorização dos recursos locais, por parte das populações. Das populações e das suas expressões organizadas, não é? Nós somos população e somos simultaneamente expressão organizada dessa, como nós, associação de desenvolvimento, não é?
2. A intervenção, social, económica e ambiental. E cultural. Penso que devem merecer a intervenção, continuada.
3. Quais é que são os principais desafios? Elencá-los... de forma hierárquica, não o gostaria de fazer, mas vamos pôr, mas vamos pôr: a questão do despovoamento, e a questão do despovoamento, para mim, liga-se seriamente à questão económica, existe um fenómeno de exclusão social, ou socio territorial, tem, como origem, a questão do emprego. Nós, à cabeça, surge sempre essa questão. Em diversos estudos que fizemos por essa região fora, surge sempre a questão do emprego. As pessoas todas querem continuar a viver cá, mas o fator do emprego é o fator limitante. Portanto, repita-me a pergunta, se não se importa. (Repeti). Depois há a valorização dos recursos, todos, depois a inserção do espaço local, o espaço geográfico local, em espaços geográficos mais abrangentes, regional, nacional,

Europeu e mundial, portanto. Isto implica a participação em redes que tenham este mesmo fim, não é? Abrir ao exterior quer dizer contactar-mos com outros agentes que tenham este mesmo propósito com o exterior, não é? Sejam económicas, ou outras... Existe muito a questão das alterações climáticas mas que está subjacente à intervenção da valorização dos recursos, não é? E da proteção e da reconstrução. Hoje estamos a fazer reconstrução de solo e termos práticas agrícolas mais consentâneas com essa mesma reconstrução, com essa mesma proteção. Estamos a evitar as emissões de carbono, estamos a promover a reflorestação, estamos também a dar um contributo para a mitigação do carbono, enfim, eu ponho a questão das alterações climáticas inserida nisso tudo, não é? Quando estamos a falar do uso eficiente dos recursos, nomeadamente dos energéticos. Quando falo aí das questões do emprego, à partida, falo das questões do emprego e do bem estar social. Nós estamos numa região onde existem bolsas de pobreza... falo do combate à exclusão, de uma forma geral; da exclusão social de uma forma geral, não é?

4. Os constrangimentos, como disse, e bem estão obviamente ligados ao... o vencer um constrangimento implica vencer um desafio, não é? Portanto, estão obviamente ligados, como disse. Mas eu situava-me mais nos meios para vencer esses constrangimentos, não é? Penso que isso seria a questão. E obviamente que não existem políticas locais sem políticas nacionais, pronto, e sem políticas europeias, pronto. E também sem obviamente desígnios de política mundial, como aqueles que são feitos a nível do ambiente, não é? Depois, não existe desenvolvimento local sem elevação do nível cultural que permita a participação plena do ser humano na sociedade, enquanto ser que tem a capacidade em influenciar os seus destinos e os destinos da comunidade. Não existe capacidade de participação sem satisfação, também, de necessidades mais prementes, mais básicas; que é a garantia. Claro que, no meio disso, para que nesta questão do desenvolvimento local as pessoas participem, depois há que criar instrumentos que progressivamente participem... sei lá, uma rede social é um instrumento... nós aqui, o GAL é um instrumento, a criação de mecanismos de governança, são instrumentos e simultaneamente

mecanismos, não é? Por os agentes em contacto. Por fim, por causa desta questão mais materialista (se quiser) centrada nas pessoas, iria colocar a intervenção ao nível da economia. A intervenção integrada ao nível da economia. Quando eu falo da intervenção integrada ao nível da economia, abrangendo todos os setores e subsectores, e procura de ligação entre eles, pronto.

5. Olhe, tudo o que se move em torno destas áreas e com estas direções, não é? Existem diversos projetos, diversas iniciativas, diversos eventos, diversas intervenções, em torno disto, destas linhas centrais, com estes objetivos, não se pode estar a isolar uma ou outra. Pode promover uma pequena zona industrial, não opressora do ambiente, ou uma unidade de turismo rural também não opressora do ambiente, como pode promover uma escolha cada vez mais seletiva de resíduos, ou pode promover um programa de incremento de eficiência energética nas habitações aqui de Serpa. São tudo projetos, e iniciativas, ou educação de adultos, nós também fazemos aqui. Nós sempre tivemos uma linha fortíssima ao nível da educação de adultos para depois intervirmos na componente económica e educacional, aliás, esta casa é um Centro Qualifica, não é? Nós temos a nossa sede mas não estamos lá agora temporariamente. É um exemplo, a questão de não concebermos o desenvolvimento sem educação. Educação com esse fim, pronto. Com o fim da promoção da cidadania e da autonomia da pessoa, não é?

O desenvolvimento sustentável não é um projeto isolado na área ambiental, não é? Não é, só por si, um parque natural. Se é que me faço entender. Um parque natural tem subjacente um conjunto de ideias, inclusive uma prática governativa participada, por exemplo, não é? Portanto, não é só a intervenção, ou a proteção de uma espécie ou de outra, não é? É isso que eu gostava de transmitir. Podem existir muitos projetos, mas que tenham estes fins, não é? E todos eles são válidos, à sua medida.

6. 21'33" Faço uma ideias positiva, naturalmente com necessidade de evolução, abrangendo estes cinco municípios, com diferenças de implementação: há municípios mais avançados, e municípios menos avançados, mas faço uma ideia, como disse, globalmente positiva, quer nos domínios social, educacional, e económico e cada vez mais, o ambiental.

Positivo em que sentido?

Positivo no sentido em que têm feito muitas coisas importantes. De facto, as políticas públicas locais têm evoluído de forma bastante... (eu agora não queria...), de forma evidente nos últimos anos, aliás, uma leitura que nós fazemos (esta daquelas parte que depois pode apagar a gravação) uma leitura que nós fazemos, quando começamos a implementar os programas LEADER e coisas do género, nós tínhamos uma linguagem, uma forma de abordar as questões, mesmo ao nível da conceção de projetos, que hoje e dia é cada vez mais comum, nessas políticas públicas locais. Portanto, só por si, nota-se uma evolução. Agora, se me fizer a pergunta: "está bem, mas isso partiu daqui?". Partiu do exterior. Pronto, e essa é que é a questão. Porque é assim: efetivamente, as redes sociais, por exemplo, o Programa das Redes Sociais, veio dar um impulso enorme à concertação, a nível local, de políticas em torno da problemática social. Portanto, foi o despoletar...fez com que despoletasse um conjunto de políticas ao nível local, que não...que não... existiam. Só para dizer isto: a questão da questão dos resíduos, é o mesmo exemplo, não é? Com a criação das comunidades intermunicipais, ou para a gestão dos resíduos, estou a falar das CIM, das comunidades para a gestão dos resíduos. Portanto, todas essas políticas, e todos esses instrumentos que foram criados, tiveram impacto, depois, ao nível das políticas ao nível local, e é desejável que assim seja, não é? e é desejável que assim seja, não é? Depois, isto também deu uma evolução no território, na forma de pensar, houve até quem, as câmaras, umas priorizaram mais umas atuações, outras priorizaram menos, que não se esqueceram, ou que passaram a tê-las presentes quando não as tinham, se quer, pronto, por isso é que eu falo de diferenças ao nível aqui da sub-região da Margem

Esquerda do Guadiana, depois também podemos equacionar se essas diferenças são tidas, às vezes não é só a preocupação política, é também a capacidade técnica que se tem instalada, é um conjunto de situações muito vasto.

Relativamente à pergunta, questionei se tem havido participação da comunidade. É assim, lá está, com a criação de mecanismos e instrumentos de participação e governança, não é? Eu estou muito habituado a esta questão das parcerias e das redes desde há muito tempo, e... posso dar-lhe quatro exemplos a nível local de coisas muito diferenciadas. Por exemplo, as redes sociais, já falei. Que é um órgão que é aberto a todos, a todos os agentes com intervenção ao nível social, depois, posso falar-lhe do GAL, deste próprio GAL; são 33 unidades parceiras, muito nos honra cá ter o Politécnico, mas... onde procuramos onde nenhum agente ficasse de fora, quer fosse agente setorial ou agente social, portanto, ter aqui participação. Depois posso falar-lhe de uma coisa que estamos a fazer agora que, por acaso, é esta de Serpa. Mas todas elas já aderiram, da margem esquerda, que é um Centro de Competências para a Agricultura Biológica; onde, também, temos feito diversos encontros, ah... tivemos um, agora há pouco tempo com quase 60 produtores da agricultura biológica, portanto, daqui da Margem Esquerda, também, foi ótimo, e está a evoluir para a criação desse Centro de Competências com um conjunto também muito lato de entidades. Todas as entidades que, no fundo, se manifestaram interessadas em participar neste processo e está-se a fazer isso, repare, é um projeto de criação de um instrumento de governança em evolução, que vai marcar o plano de atividades daqui muito, que vai ser uma agenda de investigação para os próximos anos e de aprofundamento, não é, e depois também uma agenda de trabalho, pouco se sabe o que é que se produz, se há necessidade de diversificar as produções... há muita problemática à volta da agricultura biológica, mas está-se a fazer isso, não por oposição à intensificação que se está no Alentejo fruto de... conhece! Não por oposição a isso, mas obviamente que, ao estar-se a fazer isso está-se a trabalhar no sentido da sustentabilidade dos recursos. A agricultura biológica visa, pressupõe, essa mesma... pressupõe depois visará essa

mesma sustentabilidade dos recursos, não é? Falamos da energia, da água, do solo, pronto. Tudo isso, não é? E posso dar-lhe um quarto exemplo, já lhe dei o da rede social, o exemplo, do GAL, o exemplo do CCBIO, e agora um quarto (que me estou a esquecer, ... ah!), que pode ser este mesmo aqui que é o Centro Qualifica. Este Centro Qualifica, agora chama-se Centro Qualifica. Eu familiarizo-a com esta questão dos Centros, que é assim: primeiro foram Centro Novas Oportunidades, depois deixaram de ser e passaram a ser Centros de Qualificação para o Acesso ao Ensino Superior e, agora, vai-se voltar um bocado à filosofia... com um novo nome, que é o Centro Qualifica, a partir do final deste ano. Pronto. Também aqui nós temos uma participação, e nós abrangemos aqui três concelhos, não é os cinco da Margem Esquerda, porque, entretanto, há outros Centros que abrangem os outros dois, ah... porque depois a tutela também tem aquilo organizado por distritos, pronto, (... 29'42''), e abrange mais doze entidades parceiras, por exemplo o Politécnico é uma das entidades parceiras e muito contribui, e assinou até este novo protocolo para este novo triénio, muito contribuem essencialmente com formadores, ah... professores, e dentro das áreas que temos, que é um exemplo de uma parceria que tem, que tem os municípios, tem-nos a nós, que somos a entidade que apoia o Centro, tem as escolas, todas, tem as escolas profissionais, tem, ainda, o Politécnico. Ah! E a Administração de Saúde do baixo Alentejo, a ULSBA, bom! E isso quer dizer que há um exemplo de junção de todas as entidades, para uma causa, que é a causa da qualificação dos adultos, não é? Pronto. Em cada domínio, é sempre possível, e é sempre desejável nós criarmos estes mecanismos, nós criarmos estas parcerias, e depois criarmos em cima delas mecanismos de...de... governança e de operacionalização que leve depois ao estabelecimento de regras e ao trabalho conjunto. Nesse trabalho coletivo estamos a aproximar as nossas inteligências, as nossas inteligências coletivas, das nossas organizações, não é? E estamos continuamente a ser sujeitos a uma coisa que se chama a “avaliação crítica pela participação”, e à procura de novos caminhos, o que quer dizer inovação, não é? Nenhuma de nós é dono do saber em qualquer destes processos, não é? Isto para dizer que, muito habituados às parcerias, com geometria variável, lá está: para

uma questão, é um tipo de parceria, para outra questão, é outro tipo de parceria, muito habituados às parcerias vemos, em todas elas, uma virtude imensa porque a nossa atuação, e sabemos que depois a atuação dos parceiros, não é só a nossa, não emana da nossa cabeça, emana, de facto, da concertação, do diagnóstico participado, primeiro da caracterização e depois da concertação para a ação, enfim, não é?

7. (respondida na anterior).

8. Meios de comunicação, contactos com as tutelas, não é? Fontes do ministério; ao nível local temos fontes de contactos com os agentes, e não apenas só com as autarquias, não é? Com os agentes, e depois com aquilo que lemos, naturalmente, em matéria de regulamentação europeia, não é? Da regulamentação, não, antes da regulamentação a definição de políticas, não é? Normalmente acompanhamos aquilo que é a política internacional no âmbito da preservação do ambiente, diariamente acompanhamos em que é que aquilo se traduz em políticas europeias, obviamente; também no âmbito da promoção do desenvolvimento rural, também no âmbito da promoção da educação e da aprendizagem ao longo da vida, também no âmbito, se quiser, da igualdade de género, pronto, em vários domínios, nós temos conhecimento dessas políticas, porque nos interessamos, também vamos à pesca da informação, se é esse o caso, não é? Pronto. Também através da interação social, mas mais com pessoas que trabalham no meio, não é? Ou nesses diferentes meios.

9. –

10. Eu vejo logo... vai-me desculpar mas, dado a minha, a nossa, fortíssima preocupação com o despovoamento, com a falta de condições com estas populações, eu digo a intervenção no domínio económico, pelas mais diferentes formas, ah... e quando eu digo “as mais diferentes formas” digo desde a produção do empreendedorismo, o apoio à diversificação das atividades económicas, ao estabelecimento de locais e de equipamentos favorecedores de infraestruturas favorecedoras da atividade

económica, à discriminação positiva da atividade económica nas regiões do interior. A dimensão económica, para mim, tem uma importância fundamental. Mais uma vez na lógica de criação de emprego.

E isto tem acontecido?

Tem acontecido, mas podia acontecer muito mais. Embora a organização seja protagonista disto, como lhe vou demonstrar daqui a bocadinho, acho que podemos todos evoluir muito mais. Não é por acaso que está aí agora aquela coisa da UMVI, Unidade de Missão de Valorização do Interior. Isso aí... pensava que aquilo desse mais do que aquilo que deu, mas, no entanto,.. pronto, mas a dimensão económica... tem, de facto, existir uma agenda para o interior. Vamos lá a ver: pode começar por aqui, aliás, o Programa deverá ter vários componentes dessa agenda, não é? Mas depois se entende, naturalmente, aquilo que são os serviços às populações, são de diversa ordem: saúde, educação, ah... depois (é forçoso que eu as repita, não é?), ambientais, e patrimoniais, o património em tudo, material e imaterial: o cante é património, como é ... no sentido completamente lato. E todas as dimensões que eu falei. (pode repetir-me a pergunta? Repeti.) Ah, e depois a educação para a cidadania, e que levam à interação ser humano-ambiente (para não ser “homem”), mais profícua. E aí, também, não apenas o ambiente natural, mas também o ambiente-contexto.

11. 38'31'' Já falei um pouco sobre isso... nós começamos por falar de desenvolvimento local mas, depois, isto começa a entrar no registo dos políticos mas, por vezes, já não tem nada que ver com desenvolvimento local, porque não tem nada eu ver com uma coisa que chama “governança” e aprofundamento da democracia, não é contruir uma estrada, não é? Ou fazer uma festa! Na altura do Natal. Primeiro é preciso identificar as pessoas e, depois, ajudá-las a participarem, é preciso educação para a participação. Nós, um dos projetos que temos, é o trabalho com a etnia cigana, e com os públicos desfavorecidos de uma forma geral. Porque quando fazemos formação, apanhamos aí, muitas vezes, pessoas que partilham os mesmos problemas: vestem-se mal, conseguem dificilmente aquecer a sua casa, têm

deficiências na sua habitação, comem mal e por aí fora, e por aí fora; dificuldades com a aprendizagem dos filhos...quadros multiproblemáticos. A... e muitas vezes, antes da formação, nós temos que fazer ações de pré-formação: são pessoas que não têm hábitos de horários, hábitos de saber estar, mesmo de recolha e de limpeza da sua casa diariamente, de higiene pessoal, de saber sobre que tipo de alimentos devem consumir, um conjunto de situações. Isto tem que ser feito. Ações de pré-formação para que depois sejam capazes de... é preciso pensar assim. Só que é preciso gastar dinheiro para isto. E esta é a realidade do nosso território.

Sobre a UMVI

Por isso é que eu digo que aquilo ficou muito aquém. De facto, abrange ali um conjunto de domínios interessantes, mas, por exemplo, nós tivemos com a Professora Helena Freitas em vários momentos, porque nós também participamos em projetos do ICS, e falamos sempre de várias coisas. Por exemplo: há ali uma dimensão que lhe pode parecer muito simples, que é a questão da comunicação TDT. A TDT já foi a não sei quantas Assembleias Municipais de vários municípios por este Alentejo todo, e por este Portugal todo, porque não tinha uma cobertura suficiente, primeiro; porque se limitava aos quatro canais. Eu cheguei a dar um exemplo: tenho lá uma antena em casa TDT, está virada para Portugal, cá, apanha quatro e dezassete espanhóis, mas ela só está da parte de trás porque se virar a antena para Espanha, apanho muitos mais!! Esta dimensão, para idosos sozinhos em casa... ninguém sabe a importância disto! Podíamos depois falar se a televisão é educacional ou não, mas a dimensão “companhia” é uma coisa importante e ninguém liga isto. É uma coisa tão simples! Depois ouvi falar dos outros aspetos da solidariedade, do idoso estar cuidado, da assistência domiciliar, disso tudo, pronto. Não foi por causa da TDT que eu considereei que aquilo não vale, mas acho que na dimensão económica podia-se ter avançado muito mais, depois tem para ali umas ideias peregrinas de roteiros nacionais, depois, enfim, depois das 163 medidas se calhar 70% é dito que está em curso, então e o que falta fazer? E o que está em curso, está em curso em que medida?

Retomei a questão (sobre papel da ADL no DS)

É tanto mais quanto (vou dar-lhe aqui uma expressão demasiado fabricada) mas é assim, é aquela que nós utilizamos há muitos anos, que depois traduzo por miúdos, quanto mais tiver iniciativas nestes domínios todos que eu mencionei, para ter iniciativas precisa ter competências nestes domínios todos que eu mencionei, o que remete para a pluridisciplinaridade, das suas competências, e para ter, ainda, eficiência, eficácia, quanto maior for a sua capacidade de implementação de mecanismos de governança, portanto, e de criar parcerias, de participar em redes, de interação com o exterior. São essas três, se quiser, capacidade de consensualização, estratégias, em função do desenvolvimento sustentável, ou que visem o desenvolvimento sustentável. Criar instrumentos participados de intervenção. E isso funciona em contínuo. Quanto maior forem essas capacidades, maior é o papel da organização. Quanto menor for, menor é o papel.

Eu acho que tem tendência para melhorar. Os municípios cada vez mais atentos, os agentes setoriais também, mas... agora, por acaso, na minha cabeça, estavam os municípios, mas os agentes setoriais também, de uma forma geral. Existe uma evolução ao nível dos agentes que permitem hoje criar novas, novos tabuleiros de consenso (se quiser), novas plataformas de consciencialização de iniciativas, realização de iniciativas conjuntas, por aí fora... Numa palavra, ou numa expressão (se quiser) cada vez, independentemente da rentabilidade política com que cada um tirará das suas intervenções, mas, cada vez menos é possível fazer-se um bom projeto de intervenção que não tenha parcerias e que não tenha a participação de outros agentes. É difícil! Para uma autarquia fazer isto em que ela cada vez menos consegue fazer isto ou um agente qualquer que ele seja, até nós! Já ninguém pensa, como anteriormente pensava que se consegue fazer tudo sozinho, não é? É algo que já está na cabeça. Mas como a outra que passou (está dito, não estou a dizer nenhuma... novidade), já está estudado a nível nacional, que foi a questão dos resíduos. Como é que a questão da seleção dos resíduos entrou tão rapidamente

na sociedade portuguesa? Porque é que ela entrou? Foi através da educação. E das crianças que levaram para os pais, que levaram para a família, e as famílias levaram... é o projeto nacional que mais rapidamente mudou mentalidades, portanto, só por aqui se vê. A nível nacional, foi uma questão de mudança de mentalidades com uma rapidez. Todos nós sabemos que mudar de mentalidades é algo que... isto vem na sequência das parcerias, já ninguém hoje pensa fazer coisas sozinho!

12. Envolvemo-nos bastante e pedem-nos muito! Repare, quando nós fazemos aqui a estratégia de um DLBC (agora é DLBC, anteriormente foram os LEADERS), nós temos um protagonismo elevado porque somos a entidade gestora, somos nós que criamos os instrumentos de participação, fazemos os documentos de planeamento, em conjunto com os outros, não é? Portanto, temos algum papel de, temos algum papel de intervenção, isso a nível local, depois também há coisas em que participamos, que somos chamados por outras pessoas, lá está, por aquilo que foi definido ao nível das Redes Sociais, o que foi definido ao nível das políticas educativas municipais, aquilo que é definido, agora, se quiser, na agricultura biológica, por exemplo, já nacionais, portanto, aí, procuramos envolver-nos e dar o nosso contributo. Cada vez mais somos procurados, temos vários exemplos disso ao longo da história de vida desta organização; por vezes, às vezes, sem grande capacidade de resposta, face aos recursos que dispomos, não é?
13. Tem, tem, tem sido uma participação efetiva. Nada disso é sempre definitivo, à medida que as coisas evoluem podemos sempre melhorar. Cada dia em que nós nos levantamos pensamos que podemos fazer sempre melhor, não é? Quer individual, quer coletivamente, poderemos sempre melhorar este aspeto ou o outro. A... mais uma vez, aí, deixo a palavra “futuro”, não é? Futuro e construção do caminho. Nada disto é inacabado, não é? Até nós estamos pouco tempo na Terra!

14. Além dos GAL, GAL: ESDIME, Alentejo XXI, ADL Litoral Alentejano, Terras Dentro (Alcáçovas).

Entidades não gestoras do LEADER da Margem Esquerda: ADC Moura, (ADR Mourão já não é Baixo Alentejo), Associação de Desenvolvimento de Barrancos, e ADPM de Mértola.

Há uma notoriedade dos GAL, mas isso... tem que ver com os instrumentos que gerem, das capacidades, têm mais competências.

Oque é que para elas significa? Todas elas estão, de maneira diferente, têm maior ou menos grau de autonomia em relação aos poderes políticos locais, isto, só por si, condiciona muito as perceções que elas têm, mas temos que fazer esta análise (sorriu), mas pronto. A... umas mais, outras menos, umas com menor grau de autonomia, outras mais, outras são mais inovadoras, outras são menos inovadoras, umas a apostarem em coisas que as Câmaras nunca apostaram, outras a apostarem em continuidades, ou em parcelas de coisas que têm origem nas Câmaras. Tudo isso, essa questão da autonomia, depois... esmiúça-se em muitos pormenores, não é? Todas elas com diferentes graus de autonomia, portanto, todas elas com diferentes atuações no domínio do desenvolvimento sustentável, mais ou menos dependentes das políticas públicas locais, portanto. Mas penso que todas elas, de uma forma geral, almejam trabalhar com os agentes locais, em particular com as autarquias, e nesse sentido podem ser críticas por um lado de um aspeto mas são, certamente, contributivas para muitas das políticas, com atuações sérias no terreno. Na globalidade, ajudam a contribuir para as políticas.

15. Varia muito, varia muito. São medianamente informadas, o que decorre da procura de informação e de lhes ser dada informação, no fundo, é isso. Delas participarem mais ou menos, porque se as pessoas participarem normalmente têm informação, não é? Mas para participarem precisam de ser convidadas, não é?

Sobre as Assembleias Municipais: Em todas as assembleias municipais, no fundo, são os eleitos, é a democracia representativa em detrimento da participativa, é constante, é constante. Assim como as reuniões do executivo, que também podem

ser participadas pela população, e vai ver em qualquer ata das reuniões do executivo de qualquer Câmara que é diminuta a participação das populações.

16. As ADL podem ser melhores, elas não dependem só das Câmaras. As políticas públicas locais, para já, há uma dimensão que são as que dependem das Câmaras Municipais. Mas, depois, há muitas outras que influenciam a nossa atividade, ou a atividade de outros agentes, não é? No desenvolvimento rural, se nós o protagonizamos tem que haver medidas, política para implementar o desenvolvimento rural. Há muitas diferenças, eu penso que as coisas evoluem de uma forma geral, mas posso dizer-lhe que, por exemplo, no domínio do desenvolvimento rural houve um retrocesso bastante elevado com este Quadro Comunitário de Apoio, não é? Aliás, tem havido, como já aconteceu com o anterior, este e o anterior, o retrocesso com percas de autonomia, centralização excessiva, etc, etc,etc..., meios financeiros e por aí fora... Isso é grave. Quando falamos de políticas públicas locais, nós nunca podemos distanciar o local do nacional, porque há elementos de política, há políticas territoriais, se quisermos nacionais, mas que são territoriais, que são as expressões territoriais das políticas públicas, não é? Que podem evoluir mais ou menos, falamos da UMVI, mas se calhar aquilo pode evoluir muito mais, não é?

17. Sabe que eu tenho um percurso já um bocado grande (sorriu), inclusivamente estive na ANIMAR, então... ouça... o que é que identifico em mim? Olhe, para já, um grande conhecimento sobre as diferentes formas de pensar por este território fora a nível nacional. Nós tentámos influenciar políticas públicas ao nível nacional, sabe? Eu estive muitos anos ligado à direção da ANIMAR, fui Diretor e depois fui Presidente, quase 7 anos, é Associação Nacional para o Desenvolvimento Local, e a Rota depois foi também participar ativamente nisso: organização de manifestos e por aí fora? Mas... o que eu destaco é alguma falta de vitalidade no todo nacional... (relembrei que era a perspetiva mais individual) ah, e a minha mudança é fruto disso. Olhe, conhecer pessoas boas (sorriu), conhecer pessoas com grande...

conhecer outros exemplos de abnegação e de luta e de militância em todas as questões que têm que ver com o território onde as pessoas habitam, particularmente naqueles domínios que fomos abordando ao longo da entrevista. É saber que não estou sozinho. Tem sido uma cruzada coletiva, gostava de sublinhar isso, e também com outras pessoas, aqui dentro desta casa, e saber que existem outras casas, com os mesmos problemas...

18. Fortes! Perca de capacidade de intervenção por via da escassez de recursos financeiros, com esta mudança do Quadro Comunitário de Apoio. Nós já passamos por aquilo que foi a crise, não é? Com aquilo que foram as mudanças de política, aquela questão dos CNOS (Centro Novas Oportunidades), quando acabaram com os CNOS, enquanto não foram criados os CQ tivemos o despedimento de 10 pessoas; nós já tivemos 27 colaboradores... portanto, mudanças de política abruptas, depois a questão dos financiamentos, e agora, obviamente, dos saneamentos para o desenvolvimento territorial, (pode por aí, se quiser, essa expressão) porque o desenvolvimento territorial abrange depois todas as outras políticas, ao nível da educação, social e por aí fora...portanto, o desinvestimento no desenvolvimento dos territórios do interior (se calhar é mais claro, não é?). Desinvestimento e, agora, uma coisa que nunca se viu que é este atraso no Quadro Comunitário de Apoio, nós já passámos por... este é o terceiro momento de passagem e é aquele que temos conhecimento que é o mais penoso. Também, mais uma vez, estrangimentos financeiros, derivados disso, depois derivam numa capacidade de intervenção da associação menor.
19. É o mesmo, ... com o conhecimento de diversas extinções, e com todos os dramas sociais e humanos que isso cria, porque as pessoas perderam emprego e, depois, havendo menos gente para lutar pela comunidade... há uma dupla perda pessoal e comunitária, esta ideia é importante.

20. Aí não deixo de sublinhar uma ideia que também esteve subjacente ali à UMVI, eu também não falo só mal, também falo bem (sorriu) mas, de facto, há políticas públicas com expressão territorial que não podem ser desenhadas sem a intervenção dos contextos onde elas se aplicam, dos agentes que estão nesses contextos porque, caso contrário, existem formatações nacionais que não se aplicam, ou se aplicam menos, aos territórios, que tencionam visar, porque isto não é tudo homogéneo! Isto não é o Minho! A realidade que nós temos aqui, sabemos bem, não é? Só pela questão fundiárias, podemos ter aí um pano para mangas para conversar, não é? Era só isso que eu sublinharia. Agora, se me dá licença, vou buscar dois documentos para si.

Transcrição Entrevista E4ADL

19 Dezembro de 2016

Duração: 1h10m

1. Eu acho que, para mim, e estou desde o início da ADTR, depois, entretanto tivemos ali um percurso, a ADTR continua e eu saí por outros motivos, e agora volto, mas nunca fui presidente, fiz parte dos corpos, sou agora presidente. Mas, esta área do Desenvolvimento Local sempre foi uma área que me interessou muito e, mais pessoalmente do que se calhar em representação da ADTR mas as coisas acabam por confluir, para mim o desenvolvimento local sustentável é inevitável que seja composto por um conjunto de entidades, ou seja, tem que se apoiar sempre numa parceria que trabalhe para o mesmo, que trabalhe no mesmo, num caminho mais ou menos comum, e que tenha os mesmos objetivos. Porque só assim é que ele é sustentável. Para este tipo de associações, e para a minha associação, é sempre muito complicado falarmos de sustentabilidade porque toda a nossa intervenção tem obrigação de ser sustentável mas, na prática, ao longo do tempo acaba muitas vezes por não o ser, porque as condicionantes políticas, financeiras, às vezes até sociais, travam muito essa sustentabilidade. Nós estamos agora a passar um período um bocadinho complicado dos Quadros Comunitários, estamos a viver isso, e intervenções que nós fizemos, e que temos feito ao longo do tempo, com jovens, com adultos, com crianças...com idosos, essencialmente, estão agora um bocadinho em *stand by* porque não temos condições de as continuar. Ah...mas considero, que, a sustentabilidade de qualquer projeto, e do desenvolvimento local (chapéu largo) só se consegue fazer com esta participação de todos e definindo objetivos comuns.
2. 6'50 Um bom relacionamento entre as instituições, quer sejam elas públicas, privadas... até mesmo colegas entre Câmaras, entre associações de desenvolvimento, entre agentes privados. Eu acho que esse bom relacionamento é muito importante. Conseguir a definição dos objetivos comuns, ou seja,

conseguirmos todos perceber o que é importante para a nossa região, mesmo para as pessoas que lá estão e, às vezes, nós tendemos a confundir isso com os nossos interesses, da nossa instituição, de nós próprios e não é a mesma coisa e leva a alguns conflitos. E uma parceria eficaz porque as pessoas...e ultimamente as parcerias têm estado muito na moda, e fala-se muito, mas que seja mesmo eficaz, que seja eficiente, que olhe para o terreno e veja as necessidades desse terreno e que todos tentem colaborar em conjunto. (Pausa). Eu vou falar muito em parcerias porque sou muito apologista das parcerias. Eu estou na ADTR mas também estou mais na área privada empresarial e mesmo aí é muito importante, as pessoas acham que “não, agora vou lá partilhar isto com o meu colega que tem um negócio parecido com o meu, depois vão roubar-me clientes”. Eu acho que as coisas não funcionam assim, acho que quanto mais virmos as coisas de uma maneira alargada que funcione para todos, funciona para todos. Porque se a pessoa vai à loja do lado, também vai passar na minha, por exemplo. Acho que temos que trabalhar todos em conjunto para atrair mais gente.

3. 8'55'' O Objetivo essencial e principal será o bem estar e a melhoria das condições gerais, das comunidades, e essa melhoria continuada, não é só num período curto de tempo, em que primeiro dá-se e depois tem que se tirar às pessoas.
4. 9'34'' Financiamentos. Políticas pouco ajustadas à realidade, distanciamento dos agentes e dos atores locais entre eles, as pessoas principais.
5. 10'12'' A temática é sempre a mesma, mas, sim, pronto, é mesmo isto. Eu acho que pode contribuir, e falo da minha experiência própria, individual, é um bom relacionamento entre as instituições, porque acho que isso é logo meio caminho andado, mesmo que as pessoas tenham opiniões diferentes mas que percebam que têm que fazer um esforço para se entenderem, porque não somos nós que estamos ali em causa, mas o resto que está à nossa volta, eu acho que isso é logo meio caminho andado para as coisas funcionarem. E que, infelizmente, é o que raramente acontece, não é? Ou pouco acontece. E o foco. Acho que é importante o foco. As pessoas esquecem-se muito do ... “porque é que estamos ali?” e não estou a falar só de associações de desenvolvimento, mas também estou a falar de

Câmaras. Estamos ali não é para a auto-promoção, ou eu estou a pensar em mim quando estou a desenvolver ou a fazer um trabalho ou a ocupar o cargo, não é isso, mas eu estou ali para servir uma comunidade, ainda mais a nível camarário. Eu, aqui, pronto, é uma coisa pequenina, é uma associação de desenvolvimento. A Câmara representa um conjunto de pessoas já alargado, que elegeram aquela Câmara porque acharam que era ...que aquelas pessoas eram capazes de resolver uma série de problemas e que trariam desenvolvimento e outras não eram. Eu acho que isso é de responsabilidade grande.

6. 12'26'' Pois ... eu acho que as... depende, há a política ...há políticas de desenvolvimento local que eu acho desenquadradas, ao longo do tempo tenho achado desenquadradas tendo em conta a nossa realidade porque eu acho que as coisas estão muito formatadas em geral e, pronto, e não se adequam a todos os locais e a todas as comunidades. Mas isso é normal porque não podemos estar a fazer...quer dizer, poderia haver a facilidade de haver uma adaptação, um “chapéu geral”, mas depois dentro desse chapéu haver uma facilidade de nós adaptarmos à nossa realidade, tendo em conta as diretrizes, mas não vir logo tudo em “fatinho completo”. E depois, o meu problema sempre, e acho que é o problema de muita gente, é a continuidade no terreno destas políticas, ou do que conseguimos depois desenvolver, do trabalho que conseguimos desenvolver durante um determinado período de tempo, mas que, depois, dificilmente tem continuidade. Alguns têm. Porque se essas políticas forem...esses projetos, essas ideias forem agarradas e forem percebidas como importantes pelos agentes locais, poderão ter continuidade. Eu agora estava a lembrar-me de um projeto (eu trabalhei na Câmara), e nós tivemos um projeto em parceria com a ESDIME que era um trabalho com idosos, isto já há alguns anos, e, então, foi feita uma candidatura até a vários programas em que foram criados centros de convívio para idosos, não era o espaço físico em si, esse já existia, mas era a animação e o trazer os idosos, era a dinâmica, não era o espaço físico. Porque às vezes as pessoas pensam na construção do edifício e depois a coisa fica lá ...não, não é... e esse projeto continuou em todas as freguesias, mas, por exemplo na freguesia de Ferreira foi integrado na política da

própria freguesia, porque a freguesia achou que era importante, porque existem vários locais, várias aldeias pequeninas com a sede de concelho em Ferreira, existe lá um polo, mas depois existem vários locais, que são muito pequeninos mas que, essencialmente idosos, e esse projeto continua, se calhar há mais de 10 anos, e tem vindo a ser implementado com outras ideias, e injetado com gente nova, com projetos novos, e é um dos projetos que se, porque, vá lá, houve esta cooperação e este entendimento que era importante por aquela entidade.

Perguntei o que considera que afeta esta continuidade.

Porque as pessoas vêm... por um lado, vêm aquilo como sendo na altura; há um interesse determinado em que as coisas funcionem, e funcionem bem naquela altura, aquilo é um projeto de todas as entidades, funciona naquela altura, há financiamento, depois, deixa de haver financiamento e as entidades consideram que “é melhor partir para outra, se calhar”, “já está gasto aquele modelo”, ou “não nos interessa manter”, ou muda alguma coisa, geralmente muda alguma coisa quer a nível alto, quer cá no nosso nível local, quando mudam as entidades, aquele projeto deixa de ser interessante para as pessoas que agora estão ali e agora não querem ser conotadas como... isso vê-se mesmo a nível de Câmaras e a nível de associações, as pessoas não querem... se algo funcionou, e por exemplo temos ali na ADTR: o antigo presidente iniciou um ciclo de conferências interessantes, e nós queremos continuar. Se era do antigo presidente, ou da antiga direção, agora nós íamos...uma coisa que funcionou, que era interessante, que servia a comunidade, porque é que agora iríamos terminar porque era do anterior? “Não, não, se vou continuar, estou a dar-lhe os louros”, mas, o que é que tem? Estamos a trabalhar para a comunidade, não é para nós. Se era uma boa ideia... e a nível de Câmara, e até mesmo de juntas de freguesias, isso ainda é mais premente, uma pessoa quer marcar mesmo alguma diferença para não haver...não virem dizer, para não virem dizer... ”ah! isso, esses só continuaram o que os outros já tinham feito”. Mas até isso é importante, não é? É importante continuar, porque às vezes, uma pessoa lança uma ideias, a coisa funciona uma vez, mas o difícil é fazê-la continuar. Porque,

fazer-se uma vez, até se faz, agora... consegui-la mantê-la no tempo e melhorá-la...às vezes é mais importante do que lançar a ideia.

7. Eu acho que tem, que a evolução é sempre positiva, que vamos aprendendo com os erros. Quando eu comecei há alguns anos, tínhamos uma visão diferente das coisas, uma visão mais idealista, eramos mais novos, mais idealistas, mais do momento, o que estamos a fazer agora é importante, e depois, à medida que vamos ganhando experiência, vamos vendo as coisas noutra perspetiva, pensando as coisas noutra perspetiva. Mas acho que sim, que tem havido um esforço de adequar mais as políticas à realidade, e mesmo os técnicos têm trabalhado no terreno em continuidade...eu voltei depois de ter estado afastada. Mas há técnicos e entidades que têm estado no terreno em continuidade, acho que têm feito esse esforço de reivindicar e de adequar algumas coisas às necessidades locais, e de passar a mensagem, mesmo que às vezes a mensagem não chega, é preciso dizer outra vez, e é preciso demonstrar outra vez, ou dizer de uma maneira diferente, mas acho que tem havido esse esforço. E acho que não tem havido as mudanças que nós gostaríamos., mas acho que tem havido algumas mudanças.
8. 21'40'' Essencialmente através da internet, nós estamos sempre à procura e pesquisando nos sites específicos à procura de informação. E muitas vezes através da televisão, os políticos gostam muito de ir à televisão dizer que vão lançar este programa, e nós vamos logo à procura na expectativa de ver como é que vai funcionar e se adequa a nós, mas, essencialmente, pesquisa. Também a nível da interação com outros pares...o bom relacionamento mantém-se, mas já não se verifica a necessidade de quando eu comecei há alguns anos, a internet não estava tão desenvolvida, e era mais telefonar, telefonar para o centro de emprego, telefonar para esta associação para trocar ideias, e para perceber como é que vocês estão a fazer, "agora há este programa novo, há não sei o quê..." agora isso também acontece, mas já temos um acesso muito mais facilitado à informação, que dantes não existia.
- 9.

10. 23'13" Sim, quer nomes de, ou áreas de ? Eu acho que há uma política e bem, uma medida que vem nesta ideia que falamos há bocado, que começou por ser e se chamar LIDER e no ultimo Quadro Comunitário era o PRODER, e agora irá chamar-se PDR, eu acho muito importante porque tem esta característica que nós falamos que, apesar de ser um chapéu grande, pode haver ali, não será ao nosso desejo completo, mas, pronto, pode haver ali uma adequação à nossa realidade específica. E isto mesmo a nível de concelhos. Nós a nível do PRODER, e já do LEADER, e agora do PDR, fazemos parte de uma área de intervenção que é coordenada pela ESDIME. Este nosso PRODER anterior (vou falar agora mais do PRODER), era específico, com áreas gerais e comuns ao programa nacional, mas, pretendia-se também específico para a nossa realidade neste conjunto de conceitos que, mais ou menos têm algumas coisas em comum (como é óbvio), claro que não são exatamente iguais, dependem muito uns dos outros, claro que há sempre coisas a mudar, mas que é diferente, por exemplo, se pensarmos na Margem Esquerda, terá uma realidade, apesar de tudo, um bocadinho diferente, sobretudo de afastamento em relação à sede de distrito, pronto, etc... Este tipo de programas que se adequam mais à nossa, que podem ser encaixados na nossa realidade. Eu houve uma altura em que trabalhei no Programa Escolhas, quando estava na Câmara, e que era o oposto, (eles depois fizeram uma alteração ainda maior), porque o Programa Escolhas era um Programa muito urbano, muito para zonas urbanas, para jovens... problemáticos, da dita cintura de Lisboa, Setúbal, Porto, e nos tínhamos...gostávamos também de trabalhar e desenvolver atividades com os nossos jovens, mas às vezes tínhamos algumas dificuldades em conseguir encaixar a nossa realidade na estrutura que o programa já tinha definido. Isto é um exemplo, mas acho que o PRODER, essencialmente porque a outro nível existem outros projetos, e a ADTR teve uma série de candidaturas a trabalhar com os jovens, a trabalhar no turismo, mas, essencialmente, eu acho que os projetos que melhor funcionaram eram esses, o que nos permitiu alguma liberdade de adequação à nossa realidade, que têm alguma flexibilidade. Os que são muito rígidos, normalmente são pensados mais para outras zonas, até mesmo em termos populacionais, de número de população,

de facto, facilmente em Lisboa, num bairro, se encontram... e nós temos que juntar quase o concelho inteiro, não é? Os programas que se adequam, são aqueles que, depois, trazem mais resultado.

Perguntei qual o papel da ADTR na adequabilidade dos programas aos contextos, no caso do trabalho em parceria, com câmaras e outras entidades.

Terá muito que ver com quem está na Câmara, quem tem sensibilidade e interesse em trabalhar para o bem comum. A ADTR teve uma série de projetos desenvolvidos em parceria com a Câmara, e alguns até com alguma abertura, e que até determinada altura foi mais ou menos fácil de trabalhar, e que até havia muita cooperação, e que os projetos serviam, eram pensados não só pela ADTR mas também pela Câmara, porque a Câmara também noção da realidade, das dificuldades, e aquilo que acha importante para o seu local, ah...depois as coisas, às vezes mudam um bocadinho. Nem sempre é fácil. Ou porque as pessoas acham que aquele projeto, aquela medida, pode estar a beneficiar mais uma entidade ou outra, pode estar a ser aproveitada mais em termos de imagem, por uma entidade ou por outra, e as coisas às vezes começa a complicar-se. E depois, também, há a questão pessoal. Que as pessoas não conseguem separar, que é normal, às vezes... se bem, que eu acho, que devia ser feito um esforço. Se as coisas mudam, se os presidentes mudam e “eu até não gosto ...”, por acaso, comigo, não tenho sentido muito, mas com a antiga direção “porque este presidente ou vice presidente, não é não sei o quê...não era aquele que eu queria, ou gostava”, “ou estive em competição comigo”, ou “tivemos uma má relação lá atrás, no passado”, e já não se consegue aquele trabalho porque, pronto, as pessoas já não estão disponíveis para isso.

11. 30''04'' A ADTR surgiu há dezassete anos...com uma Câmara diferente, não em termos partidários mas de pessoas, que sentiam a necessidade de desenvolverem uma série de atividades e de projetos para a comunidade que a Câmara, por questões legais, estava limitada: não podia concorrer a determinados programas porque a sua figura não lhe permitia; em termos financeiros, de pagamentos diretos, às vezes é mais complicado, a Câmara tem aquelas burocracias todas que

atrasam, e então resolveu-se que era importante criar uma associação de desenvolvimento que servisse um bocadinho como um “braço” da Câmara, o que é bom e mau. É bom porque se nós conseguirmos desenvolver um trabalho profícuo e saudável para a comunidade mas, depois, torna-se mau, por outro lado, até para a própria ADTR, é algo negativo, houve durante algum tempo, acho que só agora as pessoas perceberam que...nós temos umas empresas de limpeza, sempre tivemos desde o início, e as pessoas quando iam trabalhar para a ADTR para a empresa de limpeza que ainda por cima prestava serviços à Câmara, ou seja, esta empresa trabalhava essencialmente na limpeza da Câmara dos espaços interiores e exteriores, as pessoas diziam que iam trabalhar para a Câmara, porque entendiam que a ADTR era parte da Câmara, e isso é negativo...porque a associação tem que se afirmar por si, não está dependente da Câmara, e depois, quando as coisas funcionam bem, enquanto as coisas funcionam bem e nos interessa a todos, está tudo bem, mas, a partir da altura em que há estas questões pessoais, estas questões partidárias, as coisas mudam. Esta dependência quase total que a ADTR tinha em relação à Câmara torna-se...que até aqui foi a sustentabilidade, porque nós com estas empresas, que era uma empresa de inserção na figura do IEFP, nós fizemos a candidatura, até a ADTR surgiu também por isto, não só por isto, mas porque a Câmara precisava dos seus espaços limpos, e funcionava com aqueles programas dos desempregados que vêm do IEFP, mas depois havia períodos de um mês, dois meses, em que não era possível colocar lá ninguém, e as coisas têm que ser feitas todos os dias, e então a Câmara não ia estar a contratar pessoas para a limpeza porque, não tinha quadro pessoal para isso, e então foi criada a ADTR, fez uma candidatura, e estas pessoas eram pessoas carenciadas do concelho, com baixos rendimentos, baixa escolaridade, pronto, todos estes problemas associados. A ADTR prestava um serviço à Câmara, a Câmara pagava. A partir da altura em que as coisas deixaram de funcionar, começou a ser cortado, começaram a levantar uma série de obstáculos, tivemos que despedir pessoas, obviamente,... e o que funcionou e era muito bom para as duas partes, deixou de ser...pronto, estas situações são complicadas de gerir, por isso é que eu digo que é bom e mau. É bom

quando estamos todos a trabalhar para um bem comum, mas torna-se mau, mesmo trabalhando para um bem comum, quando há esta ...esta mistura em que não se consegue diferenciar e que acho que as entidades também têm que se afirmar por si, se quiserem...também pode haver entidades que querem viver à sombra da Câmara, não era o nosso caso. E depois quando as coisas deixam de funcionar, ficamos um bocadinho sem rede, a tentar agarrar a outras coisas... e este período tem sido um bocadinho complicado por esta questão, por estarmos em passagens entre quadros comunitários e estar tudo parado.

Reiterei a questão.

34'55' Eu acho que um papel de uma ADL é um papel muito importante porque tem esta margem de manobra que estava eu a explicar, e a ADTR foi criada, precisamente, por ter essa margem de manobra, e eu acho que uma associação de desenvolvimento consegue, tem obrigação de conseguir movimentar-se no terreno com muito mais "ligeireza", do que uma Câmara que tem outro peso, e que consegue chegar mais facilmente quer a programas que consigam trazer mais-valias para a comunidade quer às vezes mesmo junto da própria comunidade. Terá que ter mais facilidade de chegar, de gerir e de falar, e que deveria ter aqui um papel muito de....agente de contacto, de conseguir aglutinar as forças todas, quer a comunidade precisa de nós, quer as juntas, quer as empresas locais, de conseguir fazer isto aqui (estou a ver a imagem só, vou falar-lhe em termos de imagem)...aquilo como se fosse um fórum, no concelho, neste caso, porque a minha área de intervenção é o concelho de Ferreira, um fórum em que todos nos sentássemos à mesa e todos conseguíssemos trabalhar e a ADTR conseguisse ser esse elemento que juntasse esta gente toda, acho que isso é o elemento fundamental, é o objetivo principal.

12. Muito pouca (sorriu), muito pouca. Pelo contrário. Mas durante a génese da constituição da ADTR e durante muito tempo, participamos ativamente, porque o

nosso trabalho no local permitia-nos tomar contacto muito real, muito próximo, sabíamos as necessidades que a população tinha, e nós achávamos que era importante, e aí tivemos uma colaboração muito estreita com a Câmara e com as Juntas, depois, por estas questões, a partir de determinada altura..., também acho que nós deixamos um bocadinho de nos identificar com a política da Câmara, e a forma de trabalho da Câmara. São atividades que, às vezes, são coisas muito pontuais, com objetivos muito reduzidos, quer em termos de trabalho que fique, quer em termos de impacto, é... “vamos fazer agora aqui para que fique...”, é aquela continuidade do trabalho, “vamos fazer isto, porque é giro e vai movimentar muita gente”, “vai dar votos”, mas, depois, não há uma continuidade, e isto vê-se quer a nível de coisas maiores, quer a nível de pequenos eventos que a Câmara pode desenvolver, ou pode que têm interesse em desenvolver mas, depois, não há uma continuidade. Portanto, nós esforçamo-nos que haja uma continuidade, porque acho que sim, que interessa, não é star a disparar para todos os lados e a fazer coisas só porque sim, mas fazer com algum objetivo, com algum sentido e que se consiga reproduzir, melhorar e aumentar. Ultimamente não tem havido essa...facilidade de colaborarmos com a Câmara, mesmo ao nível das nossas questões mais particulares que é a nossa empresa de limpeza, nós reunimos com o executivo quando é altura dos concursos públicos para as empresas concorrerem para a limpeza, disponibilizamo-nos para...como nós somos a entidade que, praticamente desde há 18 anos, faz a limpeza dos espaços da Câmara conhecemos a fundo os espaços, as necessidades, os edifícios são completamente diferentes, uns foram construídos de raiz, outros que foram adaptados com necessidades diferentes desde os espaços onde as pessoas estão a trabalhar, a secretária, piscinas cobertas, pronto, tudo quanto deve imaginar, e nós disponibilizamo-nos para ajudar na construção do caderno de encargos para ser mais fácil depois a seleção, porque, depois, aqui precisamos disto, ali precisamos daquilo, em termos de equipamento, de horas de serviço, de tudo. E a Câmara, o executivo, diz que sim, sim, sim, mas só porque sim, porque é educado dizer que sim, e depois não passamos dali.

Perguntei se a ADTR participou nas reuniões da UMVI.

Não. Nós íamos normalmente pela Câmara, eramos convocados para reuniões, reuniões de trabalho mesmo, partir pedra, ... sim, acho que deveriam envolver todas as associações.

13. (já respondida). Sim, há intenção, mas na prática não há participação.
14. 41'20'' A ADTR trabalhou muito tempo com a ESDIME, eu acho que...na altura não estava na ADTR mas, houve um programa, um projeto muito importante até com outros países europeus, com outras entidades, outras associações de desenvolvimento, estrangeiras que não sei particularizar quais, mas era trabalho com jovens, a nível de promoção turística, e que englobava para além do nosso concelho, eu penso que o concelho de Cuba, e que eventualmente teriam outra Associação, que eu esteja a ver que trabalhe...nós, por exemplo, fazemos parte da ANIMAR, a Associação das Associações, eu agora até estive lá há um mês, numa reunião que eles fizeram em Évora, estavam poucas associações, como é normal, porque isto é sempre muito complicado, eles estavam a lançar um projeto, por acaso muito interessante, nós ...estavam a tentar angariar associações para colaborarem num projeto, porque é um projeto que tem a ver com, eles têm uma carrinha que vai andar pelo país inteiro, durante o próximo ano, a fazer divulgação, com materiais de trabalho com crianças, com jovens, com idosos, que tem várias áreas, que passa pela violência doméstica, saúde, promoção do desporto, pronto, e nós escolhemos as áreas que nos interessam, tentamos divulgar e criar um grupo de trabalho no nosso concelho, não é eles chegam lá com a carrinha, mas com entidades que já estão a desenvolver o trabalho neste sentido. Nós escolhemos a "saúde, promoção do desporto e vida saudável", estamos a trabalhar com o Centro de Saúde, com quem temos estado a trabalhar, com a Câmara, eventualmente, nem que seja a disponibilização do espaço para a carrinha lá estar, e com as escolas, acho que é muito importante. Pronto, e tentamos sempre colaborar. Com outras entidades...agora há com entidades privadas, não tanto associações, a nível da formação porque, nesta altura, o que existe ainda disponível para candidaturas é formação...e estamos a colaborar (estou a lembrar-me também da Terras Dentro a nível a formação). De início, o relacionamento maior foi sempre com a ESDIME, até

porque a ESDIME é que está com o nosso concelho a nível de intervenção, a ESDIME também tem o nosso concelho incluído, mas também temos bom relacionamento com a Terras Dentro, com quem temos desenvolvido algum trabalho.

Reiterei a questão.

Eu acho que para elas, tal como para nós, significam, são um instrumento de promoção e desenvolvimento dos concelhos e das localidades, das comunidades, e que são uma forma de contribuir para uma mais valia a nível da vida local.

15. Depende, algumas estão bem informadas, mais ou menos, por exemplo, eu acho que a ESDIME está muito mais bem informada do que nós porque está no terreno há mais tempo, e tem uma abrangência maior, em termos não só de território, mas de intervenção, do que faz, porque tem um território maior, tem uma intervenção também mais alargada e está muito bem relacionada, porque as pessoas que tem, e eu conheço a ESDIME mais ou menos desde o início, com alterações, mas há ali A, B, ou C que se têm mantido na ESDIME desde o seu início, pessoas que saíram, pessoas que entraram de novo, pessoas que estão há menos tempo, mas há ali um grupo, um núcleo, que se tem mantido e que tem muito bom relacionamento com as instituições, da região e do país, por isso está muito mais bem informada, a Terras Dentro, sinceramente, não conheço. Mas muito mais do que nós, nós somos uma associação muito mais pequenina, que tem conhecimento, esforçamo-nos por estar a par e saber o que se passa e temos muito bom relacionamento, mas mais aqui a nível local, regional, não tanto...

16. 47'10'' Eu gostava que nos dessem mais margem de manobra, nesta definição do que é que queremos, e o que é que precisamos, e que as políticas não viessem já tão definidas, tão rígidas, eu digo em tudo nos programas, quer em termos do público alvo, das características do público alvo, das ações que temos de desenvolver, que nos fosse dado mais liberdade para nós conseguirmos contruir...não digo um mundo ideal, um mundo ideal era "tomem lá, é vosso, e

agora é assim”, “optem por aquilo que vocês têm necessidade”, mas que, dentro dos condicionalismos que nós sabemos que têm sempre de existir, pois, porque não se pode criar agora um programa para cada associação ou para cada concelho, que nos deixassem ter alguma margem de manobra para, realmente, atacar os nossos problemas e não os problemas que são considerados os problemas gerais. (Pausa). Eu agora estou a lembrar-me: nós temos ideias, e objetivos, e necessidades, que depois temos muita dificuldade em enquadrar esse conjunto no que vem estipulado por..., as coisas são muito formatadas, porque é política geral que, por exemplo, temos que ir trabalhar com os idosos, porque os idosos são (e eu não tenho nada contra os idosos, hei-de lá chegar, se Deus quiser). Em Ferreira, a ESDIME e a ADTR ...andava tudo a trabalhar com idosos, e às duas por três andava tudo a puxar os idosos, vem a Câmara puxa para aqui, depois vem a ESDIME puxa para ali, é a Junta e não sei o quê, e depois há uma parte da população que é muito importante de ser trabalhada mas que é mais difícil de ser trabalhada, aquela faixa etária dos jovens entre os 12 e os 18, porque os idosos agente leva-os a passear, não pagam nada e vão visitar isto e aquele outro, não ao La Féria e não sei o quê, e fazem as atividades, e fazem as feirinhas, e é importante ocupá-los. Mesmo assim são os que têm mais autonomia e que são mais “novos”, porque aqueles mais velhos têm muita dificuldade, ou porque morreu o marido, ou porque morreu a mulher, ou porque agora têm que fazer outras coisas, pronto, é uma mentalidade mais antiga. Mas esta faixa etária dos jovens, não é trabalhada de forma nenhuma, e é difícil, porque é difícil arranjar interesse para estes jovens que não seja estarem agarrados aos computadores, ou não sejam os telemóveis e a falar não sei o quê, e é complicado porque, mesmo em termos de desporto, começam a desmobilizar, em termos de outro tipo de atividades. Mas é muito importante e ninguém, como é difícil, ninguém trabalha esta ... e nós andamos sempre à procura de encontrar uma medida ou um programa que se adegue e se possa trabalhar e é muito complicado. Até mesmo as próprias instituições, como é difícil trabalhar com os jovens, pronto, arranjam sempre outra coisa para fazer, outro projeto para fazer que não com este público alvo.

17. 51'20'' Eu sempre tive muito ...como disse desde o início, esta convicção de trabalhar em parceria, em grupo, e de só assim poder ser. Ultimamente... eu acho que não mudou, continuo a pensar (a outros níveis também), que este trabalho é importante, mas... acho que me retraí mais um bocadinho, no que diz respeito à ADTR porque às vezes este tipo de perspectiva de forma de estar é aproveitado. Nós disponibilizamo-nos para, e damos o que nós temos e achamos que é importante, e transmitimos as nossas ideias e as nossas opiniões, e depois isso tudo é aproveitado e nós somos postos de lado. Pessoalmente, o que mudou, algum desencanto em relação a isso, porque isso é uma coisa que me entristece. E algum cuidado: porque eu tinha algumas ideias, e quando entrei para a ADTR como presidente pretendia desenvolver algumas coisas e englobar a comunidade, englobar as outras instituições, e depois vendo que, pelo menos para já, as coisas não podem funcionar assim. Estou à espera que chegue o outubro do ano que vem para a Câmara mudar, que irá inevitavelmente mudar porque este executivo já cumpriu os três mandatos de quatro anos e não pode continuar e, pronto, estou na expectativa face ao novo executivo e que a mudança traga de novo esta forma de trabalhar, mais natural, mais pura e mais sincera e de trabalho efetivo e não só de interesse.

Pessoalmente para mim, este afastamento, este bloqueio que eu ponho de não avançar, é sempre feito com esforço, porque me custa, (suspira), porque tenho que me contar e ficar a ver como é que isto vem, não é?

18. Não são muito visíveis. Este desencanto vem também, um bocadinho, da ... (e vou falar sempre na mesma associação porque, eu, enquanto estive na ADTR e na Câmara sempre trabalhei, que é a ESDIME), quando a ESDIME começou, como disse, eu nunca fiz parte da ESDIME mas estava na Câmara e tinha muito bom relacionamento com a ESDIME, e com as pessoas que estavam na altura, e a ESDIME apoiou-nos muito – Câmara- a desenvolver uma série de projetos e a ensinarem-me, a mim, que estava a começar a mexer neste mundo de projetos, de

candidaturas, de não sei o quê... e sempre tivemos muito bom relacionamento, eu sempre tive bom relacionamento com a ESDIME e com as pessoas que lá trabalhavam, com toda a gente. Quando agora cheguei à ADTR, cheguei na expectativa de as coisas estarem iguais, pronto, e não estão porque as pessoas estão todas num quadro de dificuldades, as associações de desenvolvimento, que têm que despedir pessoas, que não têm dinheiro, e que se têm que agarrar a projetos, e às vezes passam um bocadinho por cima dos outros e...e... eu acho que isso não é leal, não é ... quer dizer, podemos discutir as coisas, podemos dizer: “olha, vocês querem fazer esta candidatura, não era melhor fazermos nós esta agora, ou fazemos de outra forma, ou entrarmos em colaboração” . Não, é passar por cima, pronto não é mais saudável, acho eu! Portanto, estas mudanças, estas alterações políticas, estes atrasos nos programas, acho que não só dificultam em muito a vida das associações e acho que danificam o relacionamento interno, porque devíamos estar todos a trabalhar juntos e a apoiarmo-nos mutuamente, mas não, estamos aqui a esgatanharmo-nos para chegar à frente e para sermos nós a ter aquele financiamento e não o outro. E entrar no território, por exemplo o nosso concelho faz parte do território da ESDIME, como sempre fez, é anterior à ADTR, mas a ADTR também já tem um trabalho de 18anos a trabalhar no concelho, e faz parte só do concelho, não trabalha com mais algum outro.

Perguntei o que pensava desta sobreposição territorial de área de intervenção das duas Associações?

Pois, a Câmara joga um bocadinho com isso, se “agora não estou muito satisfeito com a ADTR porque a ADTR está ... tem lá alguém que eu não gosto, agora vou dar aqui a mão à ESDIME e não sei o quê... Eu acho que tem que dar a mão. Eu quando entrei para a ADTR, e como presidente, conhecia bem a ESDIME, falei pessoalmente com eles e disponibilizei-me para trabalharmos em conjunto, porque eles estavam a passar um mau bocado na altura, nós se calhar menos porque, esta questão das empresas de inserção ao longo destes anos todos temos tido pessoas a trabalhar e... como se fosse uma empresa, pronto, conseguimos criar uma almofada em

termos financeiros que nos permite passar, pelo menos, menos dificuldades, durante esse período, porque uma associação que vive essencialmente de candidaturas que têm um fim e que, depois, têm que despedir pessoas, e depois como é que vai fazer? E eu disponibilizei-me para o que fosse preciso da nossa parte, estava disponível para quando eles quisessem e as coisas não funcionaram bem assim, porque ... foi uma desilusão ... (sorriu)...

19. Mudanças... eu acho que, atualmente, e houve uma série de mudanças que foram positivas para a ADTR, que teve que ver com a instabilidade dos corpos diretivos, e com os egos, e com ligações a outras entidades ... eu sou presidente agora da ADTR mas trabalho na Câmara (que era o caso do anterior presidente) e não me dou bem com o executivo, depois tudo o que é suporte ser feito com a ADTR é bloqueado logo porque aquela pessoa está lá. E, depois, houve logo, com esta grande mudança, que foi a da Direção, que foi feita assim de forma muito atribulada, porque o anterior presidente demitiu-se e depois houve um período de vazio, e depois nós tentamos assumir. A ADTR é Instituição de Solidariedade Social e tem algumas “obrigações” com a Segurança Social em termos de estatutos, e assim... e depois nós assumimos, fizemos eleições, mas depois a Segurança Social achou que os estatutos tinham que ser mudados e o que tinha sido feito naquela altura tinha que mudar atrás. Tivemos que voltar a fazer novas eleições, e isto neste período em que não há medidas, não há programas, e, pronto, as mudanças agora têm sido atribuladas e ainda não conseguimos ver resultados positivos. Até agora. Mas temos expectativa de que as coisas vão mudar.

20. No seguimento desta conversa, eu acho que a ideia mais forte será a união. Entendermos que estamos em representação, sejam as Juntas, as Câmaras, as entidades privadas, não, as entidades privadas é diferente, a sociedade civil, público, não nos estamos a representar a nós, mas temos que nos unir para representar quem vive, as comunidades que aqui vivem nesta região. Só assim é que, trabalhando em parceria, discutindo ideias, não é as ideias formatadas, não é “o que eu digo tem que ser aceite”, não, eu gosto muito de discutir ideias, de lançar

uma ideia e depois a ideia ser completamente mudada, porque acho que é mesmo assim que as coisas funcionam. Só da discussão, dessa união, do trabalho efetivo é que pode resultar alguma coisa de bom, e de duradouro para a comunidade. Nós tendemos a queixar do Governo, das políticas que, e é verdade, mandam sem adequação e definem lá nos gabinetes de Lisboa sem conhecerem o que é a realidade, é verdade, mas nós só podemos combater isso, ou tentar, se estivermos bem organizados e bem ligado aqui a nível local, porque só assim nos podemos fazer ouvir e ter uma resposta concreta, e real, e que percebam “sim, esta gente afinal parece que está a trabalhar” e não vou apresentar uma ideias só porque o meu vizinho não queria, e eu agora quero que ele seja visto, e quer o meu parecer, eu ou apresentar uma ideias mas que não tem nada que ver com a realidade.

Perguntei como se poderia ultrapassar estas situações e fomentar a união e a proximidade.

É sempre complicado. Não tive muita fé na ANIMAR quando ela iniciou, mas a ANIMAR é uma associação a nível nacional, que se debate com os mesmos problemas que nós nos debatemos a nível local, faltas de financiamento, pessoal, por exemplo eles estavam a queixar-se que não estavam eles trabalham... são uns seis ou sete e trabalham numa sala do tipo desta, deste tamanho, ao lado de um espaço que tem ensaios de uma banda rock, e quase que não se ouvem a conversar, pronto, em situações um bocadinho complicadas. São poucos e não conseguem chegar, e estar com o contacto que é importante com as associações. Eu acho que, se calhar, não digo já criar outra associação, isso não, mas um fórum, vou chamar-lhe fórum, ou uma plataforma do Baixo Alentejo, em que a realidade é muito parecida, havendo, claro, que cada concelho tem as suas especificidades mas uma base comum, até com o Alto Alentejo ou Évora mas, para não alargar muito, com o Baixo Alentejo uma plataforma em que conversássemos e discutíssemos, e lançássemos ideias e queixássemos, fizéssemos queixas, desabafar...acho que era importante isso porque, eu por exemplo, eu conheço algumas associações mas estamos muito distantes, muito distantes umas das outras e era importante esta

ligação. No início, quando começaram as associações, havia muito mais ligação à realidade, às pessoas, às outras instituições, estávamos muito mais próximos. Eu lembro-me sempre de uma associação do Alentejo Litoral que faz ... que definiu os percursos da costa, será a vicentina, não sei! Mas que funcionam muito bem (não sei se com outras associações) mas entre eles, com o público e a comunidade, as empresas têm (ali há muito turismo, como é óbvio!), e há muitos turismos rurais, e do que vejo de fora, e porque há sempre dificuldades em todo o lado, nada é o paraíso, mas acho que funcionam muito bem e conseguem chegar muito à sua gente, à sua comunidade, e que trabalham. O Objetivo deles de desenvolverem todas estas atividades, eles criaram uma plataforma tipo um mini-booking, onde estão todas as casas (“As Casas Brancas”) (...) e acho que trabalham muito para o seu território, devem funcionar bem porque senão não conseguiam por estas coisas em funcionamento, não é? Porque isto é ou não é, não é por haver um decreto a dizer que as coisas têm que funcionar. Eu, agora, por exemplo, sou amiga deles no Facebook e no Instagram, e agora andaram, agora antes de começar o inverno, com voluntários, pessoas da comunidade, pessoas destes turismo, a pintar e a refazer todas aquelas indicações da rota que estão estragadas, que se vão estragando, e que vão desaparecendo, precisam de ser pintadas, e eles andaram aos fins-de-semana a fazer isto ! E eu acho que isto é muito importante porque as pessoas sentem mesmo “eu que tenho um turismo” (por acaso até tenho), “vou porque acho que aquilo é importante, gosto do lugar, é um momento de convívio, mas também porque acho importante aquela reparação, porque é uma forma de se trazer dinâmica e de se os turistas vierem, também vêm para a minha casa. E isto faz falta!

Transcrição Entrevista E5ADL

16 Janeiro 2017

Total: 1h42m

Sobre Associação Livre de Ideias:

Em Ferreira há mesmo uma política local de incentivo ao empreendedorismo. 6'19''

“Sustentabilidade”: supostamente é a palavra de ordem que é emanada pelas diretrizes comunitárias, mas quando, entidades como a ESDIME que gerem programas que visam, precisamente, a participação local, o desenvolvimento local, chegamos à conclusão que os constrangimentos são mais do que aqueles que efetivamente se pensaria quando se promove políticas locais de desenvolvimento social: a questão da burocracia, a questão da rigidez e da pouca flexibilidade dessas mesmas políticas, portanto, não é fácil associar aqui uma palavra... Supostamente são políticas que apelam à participação local, à construção local das estratégias, mas depois acabam por não acontecer.

1. 9'20'' É um processo de construção participada pelos vários atores locais com base naquilo que é o contexto económico, social, cultural e ambiental, que procura ligar e valorizar tudo aquilo que tem ver com os valores identitários, que deve também estar aberto à inovação, e que, no fundo, permita uma, para além dessa tal primeira construção que eu falei, que permita também a operacionalização dessas políticas pelos atores locais, mas de forma que não haja apenas um ator ou dois que se destaquem nessa gestão.
2. 11'39'' Identidade cultural e o património são, claramente, uma das áreas que têm que ser abordadas quando falamos nesses pilares. A questão da sustentabilidade ambiental, a mesma coisa: a preservação da... de algumas espécies que nós temos,

a questão da ave e fauna ibérica, que temos aqui na zona do Campo Branco que permite e obriga a manutenção de determinado tipo de práticas agrícolas para a preservação dessas espécies, a... a questão, cada vez mais saliente, que tem que ver com o turismo, com as atividades de desenvolvimento turístico e de animação turística, não nos podemos esquecer, em particular aqui nesta zona, em pelo menos três concelhos da nossa zona de intervenção -Aljustrel, Castro Verde e Almodôvar- a importância e o impacto que tem a atividade mineira. A agricultura, a manutenção da agricultura, e a inovação agrícola, também. E, depois, é fundamental toda a área que tem que ver com a questão do empreendedorismo local, quer empresarial quer social, enfim, e o reforço do tecido associativo. A questão da valorização da qualificação dos atores locais é, também, muito importante.

3. 14'05'' Acho que um desafio muito importante é o do trabalho em rede e o da participação, no fundo. O trabalho em rede, normalmente as organizações não estão ainda preparadas para trabalhar em conjunto, na construção dos processos, na organização dos processos, a... no passar a pasta para que outras entidades desenvolvam os processos. Esse é um desafio que ainda não está vencido, acho eu. A questão da qualificação e do aumento das competências dos atores locais, entidades, associações, autarquias e por aí fora, também é uma área que eu acho que não está ainda conseguida. Acho que não há a capacidade de flexibilizar as políticas públicas de desenvolvimento sustentável aquilo que são as realidades dos contextos locais; e acho que este é um desafio que tem que ser tomado em consideração na definição das próximas políticas públicas. Portanto, o desenvolvimento local sustentável... na pergunta estamos a entrar nos constrangimentos. A questão da qualificação é importante completar, portanto, também, atores locais, instituições locais, empresários, autarcas, tudo isso eu acho que é fundamental ser trabalhado.
4. 17' Como é que eu vou colocar as coisas para não... para não ficarem mal... Eu acho que há visões muito... muito... individualistas daquilo que é o desenvolvimento de

cada um dos concelhos. Não há práticas de trabalho em conjunto, por exemplo, é muito difícil desenvolver projetos em parceria, e mesmo quando eles conseguem... é difícil que não haja uma “gestão por quintal”, isso é um constrangimento muito grande porque acho que efetivamente não chegamos a lado nenhum se não tivermos todos a capacidade de trabalhar em colaboração, em cooperação, conjuntamente. E isso é um constrangimento que se verifica ao nível autárquico, claramente, mas também ao nível associativo, ao nível empresarial, a... há iniciativas, há exigências, e os próprios programas de financiamento assim o obrigam, mas não são fáceis ao nível da sua gestão. Depois, outro constrangimento que se coloca ao nível do desenvolvimento local sustentável, parte da pouca flexibilização daquilo que são as normas, as... as portarias, a legislação que apelas, por um lado, à participação, à colaboração, e não sei o quê, mas que são de tal forma rígidas e obrigam a um detalhe que, muitas vezes, extravasa aquilo que é o coerente e que põe em causa, também, o desenvolvimento dessas políticas. E isso vê-se em associações como a ESDIME, que gerem Programas Comunitários, não é? Programas de desenvolvimento local, regional, rural e por aí fora, mas também ao nível das autarquias, e de outras entidades.

5. 20'10'' A responsabilização de todos os parceiros, e dos atores envolvidos.

EU- Quando fala em “responsabilização” a que é que se refere?

Acho que todos nós temos um papel no desenvolvimento sustentável, não é? E há que assumir as nossas responsabilidades nesse desígnio, e... acho que devem ser envolvidos e responsabilizados todas as pessoas e todos os atores que efetivamente têm um papel a realizar nesse desafio, digamos assim, E é isso que eu quero dizer, portanto, as Câmaras têm um papel, obviamente, têm que ser responsabilizadas pelo seu papel; as escolas têm outro papel, têm que ser responsabilizadas, não podem estar fechadas. Um bocado a questão da responsabilização para partilhar intervenções que visem a... o aproveitamento e a valorização dos recursos a todos os níveis ambientais, sociais, económicos, patrimoniais, etc, e muitas vezes essa

responsabilização não é dada quem... a quem deve ser chamado a participar no processo de desenvolvimento.

6. 24' Algumas contribuem para o desenvolvimento local, temos exemplos: a questão da "Castro Verde Sustentável", não é? A questão ambiental, a... com a manutenção daquilo que é a agricultura tradicional, é um bom exemplo daquilo que é uma das ações que podem ser feitas na... na... na... neste tipo de processo, não é? Mas depois temos outros exemplos que são menos positivos: o exemplo de Ferreira do Alentejo, aliás, todo o exemplo das freguesias que são abrangidas pelo Empreendimento Múltiplo do Alqueva e pelo regadio, que têm apostado cada vez mais na agricultura intensiva e em particular no olival, no olival intensivo, que põem em casa muita coisa e que podem por e causa a própria sustentabilidade daquilo que é uma das atividades do Alentejo, e que pode por em causa outras coisas a médio e a longo prazo, não é' como a questão do desemprego, a desertificação, e por aí fora. Depois há outros exemplos que também são interessantes e que têm que ver com a valorização de tudo o que tem que ver com a área social, da solidariedade social, e que essas são práticas que são mais ou menos comuns a todos os... a todos os municípios, a... mas que acho que não partem propriamente de um processo de construção participada, não é? Portanto, há problemas sociais, que têm que ser resolvidos, supostamente os planos de desenvolvimento social deviam... e os diagnósticos sociais deviam identificá-los, nalguns concelhos isso resulta de uma forma melhor porque há parceiros mais ativos nessa construção, e nesse desenvolvimento, mas há outros em que essa construção lhes passa um bocadinho ao lado. E as respostas, depois, são avulsas, digamos assim, e são feitas apenas por uma das entidades, ou por algumas das entidades, e isso não facilita, nem concorda com aquilo que deve ser o desenvolvimento de uma política pública de desenvolvimento sustentável.
7. 27'21" Acho que há cada vez mais consciência da preservação dos recursos locais, cada vez mais as autarquias locais assinam, e outros atores, nomeadamente

associações de desenvolvimento local, têm essa preocupação, e muitos dos seus planos e da sua ação, no fundo, a... acho que há uma consciência cada vez maior daquilo que é o desenvolvimento sustentável.

8. 29' Sim, muito também através dos meios de comunicação social, mas também porque a ESDIME participa em vários fóruns locais e regionais, nós estamos em todas as Redes Sociais, fazemos parte dos vários... por exemplo em Ferreira do Alentejo há o Concelho Municipal para o Empreendedorismo do qual nós fazemos parte, a... estamos na Comissão Estratégica da CIMBAL, a... portanto, há um conjunto de fóruns locais e regionais onde a ESDIME participa e onde estas questões são debatidas, portanto, vamos acompanhando os processos, tendo a noção daquilo que está a ser feito. Portanto, não é só pela comunicação social, mas mais pela nossa própria participação.

9. -

10. 31'32'' A questão de toda a valorização da componente patrimonial e identitária, é claramente uma área que está a ter bastante impacto. Agora com a questão da homologação do Cante a Património da Humanidade, entre outras; isso são apostas que estão a ser assumidas por todos os concelhos. As questões da sustentabilidade ambiental muito em particular aqui no concelho de Castro Verde mas também no concelho de Aljustrel, por causa dos impactos da atividade mineira; por causa de um conjunto de problemas que teve que ver com a água, e por aí fora, e que efetivamente leva a que haja essa...essa...essa preocupação maior. Depois acho que toda a área social que tem que ver com a concretização daquilo que está consignado nos planos de desenvolvimento local, que é o desenvolvimento social, leva a que essa seja uma área, a área da solidariedade, do envelhecimento ativo, das IPSS's, acho que está muito presente e começa-se, cada vez mais, a trabalhar na área do empreendedorismo. Por exemplo, Castro Verde tem um centro de apoio ao empreendedorismo, nós também com alguns municípios também já

desenvolvemos algumas experiências interessantes a nível de promoção do empreendedorismo jovem, e acho que há cada vez mais a necessidade dos municípios e das outras entidades trabalharem a questão da procura de outras soluções que não sejam, apenas, a agricultura tradicional, a agricultura que é pouco significativa no território, e para além daquilo que é uma das atividades com maior expressão no território que é a atividade mineira, não é? E assim há que inventar, reinventar, e introduzir, assim, novas componentes de inovação, de atuações, e por aí fora.

11. 34'20" O desenvolvimento e operacionalização de programas próximos das pessoas e dos territórios, não é? Não são competências das autarquias, nem devem ser competências das autarquias desenvolverem programas que trabalhem a questão do apoio às famílias, trabalhem na questão da... mesmo do apoio ao empreendedorismo, do apoio aos empresários, toda a questão do desenvolvimento rural, há muitas áreas em que temos que ser nós. Portanto, há competências que são, acho eu, distintas, não é? As autarquias têm que cada vez mais vindo a adquirir competências por via das obrigações, não é? A questão escolar e por aí fora, a... mas... as ADL são, supostamente, entidades idóneas, isentas, espero eu, do ponto de vista político, que devem trabalhar estas questões com as pessoas, construir soluções com as pessoas, com base naquilo que são as necessidades do território. Se isso é fácil? Não. Não é fácil. Não é fácil porque muitas vezes também precisamos de financiamento para trabalhar e muitas vezes os financiamentos começam com isso, como chamariz, não é? "você podem trabalhar projetos participados, pelos destinatários, e por aí fora, mas depois cobertam completamente essa parte porque legislam tudo aquilo que só deve ser legislado depois de construído um plano local com a participação de todos. E isso acontece em muitas áreas, acontece, na área do desenvolvimento social, no desenvolvimento rural, por exemplo a gestão de programas DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária- que veio dar continuidade às iniciativas locais, as iniciativas de apoio comunitário LEADDER de apoio ao desenvolvimento rural, partiram de uma parceria local para a construção

de um plano daquilo que era... com base daquilo que eram as necessidades, os constrangimentos locais, para a definição de planos de intervenção e de desenvolvimento das medidas de apoio que eram necessárias, vários intervenientes, vários atores locais. O problema é que, desde que houve a integração deste espírito LEADER, da iniciativa comunitária LEADER, naquilo que são os programas... os programas nacionais, do desenvolvimento rural, acabou por se centrar numa lógica de legislar antes dessa construção, e isso não são exemplos positivos.

12. 38' Como disse, nós participamos em vários fóruns locais e regionais, e tentamos sempre que... que aquilo que são os fundamentos da nossa própria intervenção passem, sejam transmitidos, fiquem. Pela nossa experiência, há concelhos e concelhos mas, na generalidade, a grande parte dos concelhos chamam-nos para trabalhar com eles, por exemplo na construção dos próprios planos municipais para o desenvolvimento... aconteceu há muito pouco tempo, com a Câmara de Aljustrel em que fomos nós os responsáveis pela elaboração da Agenda 21 Local, que não se ficou apenas por aqui, portanto, a Agenda 21 local deu origem a um plano local de desenvolvimento, com um conjunto de vários eixos que toca a questão ambiental, que toca a questão cultural, turística, do desenvolvimento económico, do desenvolvimento social, e solidariedade, e nós continuamos a animar os grupos de trabalho, porque é importante que estas coisas sejam trabalhadas e dinamizadas pelos atores locais e não apenas pela Câmara, há alguns exemplos em que isso efetivamente acontece. Agora muito recentemente com a Câmara de Almodôvar, fomos convidados a trabalhar com eles para revalidar a Estratégia de Eficiência Coletiva PROVER no âmbito dos recursos silvestres, que nos tem permitido, com a total confiança deles, fazer um conjunto de ações e de sessões com aqueles que são os seus destinatários, promotores, com um grau de confiança que não é muito comum. Em Ferreira do Alentejo desenvolvemos com eles um plano de desenvolvimento para a promoção do empreendedorismo, eles quiseram ter... tentam agarrar ali sempre alguma coisa, mas, pronto, nós tentamos sempre,

também, são Câmaras, são municípios com os quais nós já trabalhamos já há quase trinta anos, não é? E estamos muito enraizados e normalmente chamam-nos para... para esse tipo de intervenções. Com a CIM é uma coisa, ainda , muito nova a explorar, por exemplo, vou dar-lhe o exemplo de uma área em que nós temos muitas qualificações, fruto de um projeto que desenvolvemos há muitos anos, há mais de dez anos, e que tem que ver com a questão da inclusão, das acessibilidades, a promoção do turismo para todos, inclusivo, etc; foi uma intervenção em parceria com a Terras Dentro que nos levou, inclusivamente, a ter o reconhecimento da entidade regional do turismo que nos contratou para fazermos o levantamento, o diagnóstico da situação das acessibilidades em todo o Alentejo, tirando os municípios da Lezíria, e que neste momento nós estamos a tentar, com a saída de um novo diploma que prevê a... que as instituições públicas e provadas, mas em particular as públicas, tenham acesso a algum financiamento para, até uma determinada data, trabalhar todas as questões da acessibilidade aos edifícios públicos e tornarem as vilas e as aldeias, efetivamente, para todos, não é? Porque de outra forma não se promove a cidadania, foi uma ideia que ficou na orelha do secretário geral e que gostou muito da nossa intervenção e do reconhecimento que nós tivemos pela entidade regional de turismo, e ainda estou à espera que daqui surja alguma coisa, mas porquê? Fruto do trabalho que nós fizemos. Portanto, é assim, de tudo aquilo que nós temos feito, porque respeitamos determinado tipo de princípios e fundamento, temos feito ao longo destas várias décadas, não é? Tem feito com que as autarquias nos reconheçam como um parceiro, a... mas há muito trabalho a fazer! Isso eu não tenho dúvida. Há exemplos positivos. E há exemplos de coisas que foram feitas, que não tiveram financiamento e que acabaram por não ser desenvolvidas, mas que permitiram trabalhar diagnóstico de situações que se revelaram muito problemáticas, como foi por exemplo, na altura a... há uns meses, há uns meses, se calhar já fez um ano, com a Câmara de Aljustrel houve uma oportunidade de fazer uma candidatura ao Programa Escolhas, que trabalha com os jovens e crianças em risco, e por via disso nós conseguimos organizar um grupo de trabalho com a escola, com a CPCJ, com as IPSSs e com a Câmara Municipal, que

tem a ação social, e tentamos (isto também no âmbito de um outro trabalho que estávamos a fazer que era a atualização do diagnóstico social do concelho de Aljustrel) conseguimos fazer um diagnóstico das situações problemáticas dos miúdos que frequentam o agrupamento de escolas, e duvido que isto exista em concelhos similares, porque foi trabalhado miúdo a miúdo, família a família, a... não teve financiamento, não importa, o trabalho está lá, e tem, pelos instrumentos que foram construídos, a possibilidade de ser atualizado todos os anos, e sempre que há necessidade de pensar a intervenção, está ali a base daquilo que é essa intervenção. Mas isso é porque houve uma confiança da parte da autarquia e o reconhecimento do nosso papel para trabalharmos nessa área; quem diz nesta, diz noutras áreas. Não é fácil, mas cada vez temos vindo a conseguir mais trabalhar em parceria e mesmo que esses trabalhos que nós fazemos sejam pagos efetivamente como reconhecimento do trabalho.

13. (respondida na anterior).

14. 47'31'' Congéneres à ESDIME ? (respondi que sim). Não há proximidade com todas as ADLs, e algumas ADLs, como a ESDIME, que gerem os instrumentos de apoio ao desenvolvimento local, rural, naquilo que é a figura do DLBC, todas estas ADLs, que são Grupos de Ação Local (GAL) estão organizados para a gestão e o financiamento dos apoios ao desenvolvimento rural a... estão organizadas numa Federação Nacional, que é a Federação Minha Terra, portanto, a ESDIME, a Terras Baixo Guadiana, a Rota do Guadiana, a Terras Dentro. A ADPM faz parte da direção da Terras do Baixo Guadiana, também participa nestes fóruns; a ADC Moura já não participa tanto, mas a ADC Moura por via de outro tipo de trabalhos, por exemplo, aquele trabalho que estamos a fazer por via da estratégia PROVER, de eficiência coletiva, tem permitido desenvolver alguns projetos complementares, na qual a ADC Moura está muito envolvida, como por exemplo o caso das... das... plantas aromáticas e medicinais, tem feito com que haja aqui uma partilha muito grande,

portanto, efetivamente deixamos de ter esse fórum (a entrevistada refere-se à plataforma Ideialentejo), que era muito importante, porque era regional, temos um fórum nacional que é a Federação Minha Terra, há um outro fórum nacional que é a Associação das Associações de Desenvolvimento que é a ANIMAR, mas da qual a ESDIME já não faz parte, saímos... aquilo não estava a correr bem, nós não estávamos a concordar com a forma como as coisas estavam a ser geridas, mas de qualquer forma falta-nos, aqui, um fórum, uma plataforma mais regional. De qualquer das formas, há uma figura muito interessante que permite com que haja troca de ideias, haja construção e preposição, é ao nível da Rede Rural Nacional através do polo regional, de Évora, que é dinamizado pela Direção Regional de Agricultura, e que chama, não apenas os grupos de ação local, mas várias entidades que lhes estão associadas. A Rede Rural tem um conjunto de associados muito... de aderentes muito grande, e é uma forma também, tem havido muitos workshops, ainda a semana passada houve um, portanto, até todos os workshops são locais de partilha, de construção, de planeamento, de preposição, etc, portanto, se não partilham as mesmas ideias sobre o desenvolvimento sustentável é um... questionamo-nos um bocadinho, porque há possibilidade de efetivamente todos nós trabalharmos estas questões nos vários lugares, vários fóruns, enfim.

Perguntei porque deixou de existir a Ideialentejo, na opinião da entrevistada.

Eu... não sei muito bem... ela era muito dinamizada pela Associação Terras Dentro, que depois a partir do momento em que passou a fazer parte da Federação Minha Terra deixou, se calhar, de ter também um bocadinho de tempo e... eu sei, por exemplo, que a ADC Moura estava na Ideialentejo, e que agora, não estando, participa na ANIMAR, não sei, não tenho a certeza...mas este fórum, efetivamente, era muito interessante, até tínhamos pensado nalgumas atividades, nalgumas prestações de serviços que poderiam ser feitos pelos associados...a... para o conjunto, mas deixou de funcionar e... um bocado por falta de alguém que anime um bocado. Eu acho que faz sempre falta um fórum que agregue as associações de

uma forma mais regional, mais localizada, digamos assim, não sendo por via da Ideialentejo temo-lo conseguido fazer por via ou de projetos, ou de outras redes.

Redirecionei novamente para a questão colocada.

Eu não sei se não partilhamos todos a mesma ideia de que ... é tudo muito interessante no papel, mas depois acaba por não resultar muito bem.

Perguntei se as ADLs dão expressão a outras associações.

Pelo menos à ESDIME compete mobilizar essas forças vivas, qualificá-las naquilo que lhes é possível, e ajudá-las na implementação das suas atividades, não nos podemos substituir a quem existe, não é? nós só estamos cá porque fazemos falta ainda nalgumas coisas, agora nós não... a... não nos podemos substituir aquilo que é o trabalho de uma IPSS, de uma associação socio-cultural, recreativa, local, pelo contrário, temos é que saber mobilizá-las para o desenvolvimento das atividades. Mas depois também há aqui outra coisa que é muitas vezes um bocado incongruente, na forma como se operacionaliza estas políticas públicas locais, e eu dou-lhe o exemplo dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social, os CLDS que, neste momento, não são candidaturas abertas, são por convite, digamos assim. A ESDIME gere, neste momento, três Contratos Locais de Desenvolvimento Social, e o convite é dirigido aos conselhos em particular, depois é nos conselhos que se define quem é que apresenta a candidatura com as autarquias, portanto, neste caso é a ESDIME, mas tentamento sempre que, ao nível da animação local e não sei o quê, envolver as outras entidades que existem. No Apoio Psicossocial que prestamos às famílias, as IPSSs também têm um papel muito importante porque trabalham com as famílias, quer seja por via das crianças, quer seja por via dos idosos, e por aí fora. Mas note que, noto e é constrangedor o facto de ter havido, ainda que pouco, ter havido alguns apoios financeiros para organizações com uma dimensão um bocadinho maior como a ESDIME e outras associações de desenvolvimento local, como aquelas que referi, tirando um bocadinho a ADC Moura, que tem uma intervenção absolutamente extraordinária mas que, porque

não é destora do DLBC, nem gestora do LEADER, porque neste momento não tem Contrato Local de Desenvolvimento Local vê a sua dimensão muito reduzida, digamos assim. Porquê? Porque não tem a possibilidade de conseguir mexer com programas que lhe permitem ir desenvolvendo atividades, expandir um bocadinho a sua intervenção. Por isso não sei. Nós tentamos especializarmo-nos com base naquilo que foi a génese da ESDIME, tentamo-nos especializar um bocadinho a nossa intervenção. Portanto, a ESDIME nasceu de uma formação que ocorreu entre 87 e 89, duma formação que visava criar o autoemprego de formandos; na altura eram 100 formandos que estavam aqui envolvidos nesta formação. Era uma formação que tinha três componentes: uma muito ligada à aprendizagem de uma profissão, outra ligada ao desenvolvimento pessoal, à aprendizagem escolar, por aí fora, e outra ligada ao desenvolvimento comunitário. O contexto comunitário como é que ele era importante no desenvolvimento da sua atividade, e na valorização desse contexto. As pessoas não valorizavam o local onde viviam, nem nada disso. E a ESDIME surge como, no final da formação, era necessário dar corpo aos projetos de criação de autoemprego destas pessoas que estavam a terminar a formação, e a ESDIME surge como a entidade que vai elaborar esses projetos e submete-los a financiamento. Estávamos no Primeiro Quadro Comunitário de Apoio, foi quando começou, quando começaram a surgir os primeiros apoios para as empresas, para a criação do autoemprego, as medidas locais de apoio, e por aí fora, e a ESDIME surge por aí, muito por via do apoio à criação do autoemprego, aos empresários, sempre em parceria com as entidades locais. A partir de 91, 92, quando surge a primeira vaga de Programas Comunitários trabalhamos muito as questões da igualdade de género e, portanto, duas das nossas áreas de especialização têm a ver com o apoio às empresas e ao empreendedorismo, e o apoio às mulheres, à questão da não discriminação, e por aí fora. E por essa via a ESDIME é, uma das poucas entidades que tem protocolo assinado com a Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade, para o desenvolvimento de uma intervenção para as vítimas de violência doméstica e de género, que inclui o financiamento de duas pessoas, portanto, uma equipa com o financiamento de uma carrinha para se fazer a

intervenção nos cinco concelhos, e é assim: não há muitas entidades que tenham esta possibilidade em concorrer a este tipo de coisas, é preciso fazer um percurso, também, eu acho que é fruto do trabalho que nós fazemos, a credibilidade vai-se ganhando fruto do trabalho que nós fazemos, da intervenção que nós fazemos, e do enraizamento que nós temos. A ESDIME é conhecida no nosso território, porquê? Porque está com as pessoas, porque tivemos e temos pessoas que vão aos locais, que falam com todas as pessoas, quer sejam eleitos ou quer não sejam eleitos, e isso é muito importante.

O fundador da ESDIME, a ESDIME foi criada em 89, o fundador da ESDIME, na altura em que surgiu a primeira vaga do programa LEADER, da iniciativa comunitária LEADER, a ESDIME foi convidada a entrar, era a única do Baixo Alentejo, havia poucas ADLS, não é? Naquela altura, muito poucas, não é? E ele disse: “não, a ESDIME só existe desde 1989”, não temos, em 91, o conhecimento e o enraizamento e o reconhecimento das entidades do território para nos metermos numa aventura destas, para desenvolvermos programas, e projetos, temos que estar no território. As entidades têm também que nos reconhecer, têm que ter confiança, e esses processos de confiança só se geram ao longo de muito tempo. Por isso, é assim: eu estou em crer que muitas das entidades terão a mesma visão, não é? Mas é uma visão que é construída dia a dia, e ao longo de muito tempo. É preciso reconhecer que nós estamos cá porque somos precisos, a partir do momento em que deixamos de ser precisos, temos que partir para outra, não há outra forma.

15. 1h02’ Coloquei a questão e perguntei se as ADLs estavam bem informadas, no seu entender. A entrevistada respondeu: “Mais ou menos”. E nada mais quis acrescentar.
16. Que elas fossem próximas dos cidadãos e dos contextos territoriais. Que não houvesse um mainstreaming, porque nós, os territórios têm que ter características diferentes, são contextos diferentes, portanto, tem que haver capacidade de

adaptação das políticas aquilo que são os contextos territoriais, e isso aconteceu com algumas políticas públicas de gerações anteriores, nomeadamente no Governo do Guterres quando houve só para o Alentejo um Programa de Promoção do Emprego Local, chamado PIPPLEA (Programa Iniciativa Piloto de Promoção Local do Emprego no Alentejo), foi um programa que foi feito à medida aquilo que eram os contextos locais, em que nós com a intervenção e a participação dos parceiros definimos aquilo que era, efetivamente, um programa local para o desenvolvimento dos concelhos das nossas zonas de intervenção. Acho que foi das poucas políticas que efetivamente, tirando o LEADER nas suas duas primeiras fases, discriminaram positivamente os territórios e os seus agentes locais. O PIPPLEA e o LEADER são as únicas duas experiências que nós conhecemos, o LEADER I e o LEADER II, o LEADER + já pouco, e depois quando houve a integração daquilo que é a filosofia LEADER nos Programas de Desenvolvimento Rural, então, aí, deixou completamente de ter a possibilidade de construir à escala do local, e acho que esse é o grande desafio das próximas políticas públicas de desenvolvimento sustentável, não é? É voltar novamente aos contextos locais. Eles não estão descontextualizados, como é óbvio, não é? Daquilo que é o resto do mundo, e há que ter isso em consideração, mas é fundamental trabalhar a esse nível.

17. 1h05' Eu não diria “mudou”, eu acho que moldou, porque eu comecei a trabalhar muito cedo na ESDIME, estou a trabalhar desde 92 aqui, tinha tido apenas uma experiência de seis anos a dar aulas e, efetivamente, para mim, é assim: trabalhar na ESDIME é uma forma de exercer a minha cidadania, ativa, participativa, de desenvolvimento, de cooperação, de solidariedade, e acho que isso são valores que são fundamentais, para quem trabalha e para este tipo de organizações.

18. e 19. É assim, coisas positivas que nós tivemos que mudar, mas muito fruto de aprender à nossa custa, tem a ver com a... com... a questão de trabalharmos com rigor aquilo que são as contas, não é? Muitas das vezes, as ADLs quando nasceram parece que só estavam predestinadas para trabalharem com as pessoas e os

agentes locais, esquecendo um bocadinho que há outro tipo de competências que são muito importantes, não é? Portanto, todas as questões que têm que ver com a gestão económico-financeira deste tipo de organizações, no início destas organizações pesou muito aquilo que muitas vezes é o seu passivo e que se vem a acumular hoje em dia, portanto, a aprendizagem do rigor naquilo que é a gestão económica ou financeira, naquilo que é a gestão também das próprias pessoas, é muito importante, e isso são mudanças que só mesmo passando pelas situações é que a gente percebe. Depois as outras alterações que foram sendo introduzidas por via muito da experiência que nós fomos aprendendo, e por via das intervenções que fomos fazendo. Nós temos um Plano para a Igualdade, porque, por exemplo, somos uma organização que trabalha na Igualdade de Género, portanto temos que ter um plano próprio, que trabalhe também as questões da igualdade de género dentro da própria casa, portanto, isso são coisas que se vão fazendo e é importante. Esse rigor que nós tivemos que introduzir nas contas, mesmo na parte financeira, na gestão de pessoal, acrescido aquilo que é o rigor que nos é imposto pela gestão dos programas, levou-nos a ter que trabalhar um bocadinho as questões da certificação da qualidade, e por isso somos uma entidade certificada pela qualidade, e porque achamos que isso é um fator diferenciador da nossa intervenção, portanto, são algumas mudanças que foram feitas e... por aí.

19. (na anterior)

20. Não, se não tínhamos que passar aqui a tarde toda. É giro falar da ESDIME e da noção daquilo que se tem passado em tantos anos, mas é um processo em construção, acho eu, e acho que isso é o mais importante. Não termos a noção que “somos. Ponto”. Não! nós não somos, estamos constantemente em aprendizagem, somos um processo em construção, e temos que estar sempre a pensar em coisas, em novas abordagens, novas respostas, é extremamente importante.

1h10' Perguntei sobre o PORA, realçando que parece ter poucas evidências sobre o Baixo Alentejo. Como foi a participação da ESDIME na construção desses Planos com a CCDRA ?

É assim, as associações foram chamadas a participarem também, mas... foi só isso, mas foi só isso, porque a participação ficou-se por aí. Não foi só com as ADLS mas também com os próprios municípios, e isso vê-se...

Então, o que se poderia fazer para haver uma maior evidência (das ADLS e Municípios)?

Eu sou defensora a favor da regionalização e isso é um meio caminho andado para haver políticas de discriminação positiva para as regiões, não é? Num contexto de descentralização... eu não defendo uma regionalização super-espartilhada, como muita gente defende que deve haver o Baixo Alentejo, o Alto Alentejo, e por aí fora... acho que deve haver uma "Região Alentejo", entro da região Alentejo é preciso saber descentralizar, não é? Gerir, também, essa... as políticas públicas de uma forma mais coerente e equitativa naquilo que é a dimensão de cada um dos territórios, dos contextos.

Transcrição Entrevista E6ADL

9 Janeiro 2017

Duração: 1h42m

1. 4'08'' O desenvolvimento local sustentável... é no fundo... são processos de crescimento dos territórios e das comunidades, dinâmicos, claro, que permitam o progresso desse território e dessas comunidades de forma íntegra e íntegral, digamos assim.
2. 5'18'' Deixe-me esclarecer: estas perguntas são sempre muito dúbias. Repita lá a pergunta, se faz favor. (repeti). São os que existem ou aqueles que eu achava que deviam ser? (respondi: esta questão refere-se aos que existem). Também não quero ir para aquelas coisas normais... para mim, um dos pilares fundamentais é a governança, aliás, é o decisivo, não é? Uma boa ou uma má governança num território, seja ele mais ao nível do concelho, ao nível da região, é decisivo para o processo de desenvolvimento, não é? Um Presidente de Câmara pode ser um melhor pelo território, como pode ser um pior pelo território, não é? Pode condicionar... independentemente das cores partidárias e de tudo isso, como, normalmente os presidentes de câmara chamam a si muito, nem sequer é uma questão de verificação, um presidente de câmara que chame a si muito a responsabilidade das decisões, isso condiciona, para o bem e para o mal, todo um processo de desenvolvimento para todo o território, por isso é que, para mim, um dos pilares fundamentais é a governança do território, não é?

O outro está muito ligado a este, ou seja, a capacidade de ter ou de atrair para o território uma diversidade de... não queria dizer de pessoas... mas, no fundo, é, uma diversidade de capacitações, ou seja, de pessoas com várias capacitações, de pessoas com várias atitudes, de pessoas muitas vezes até capazes de criar ruturas,

digamos assim, no dia a dia, é decisivo porque é essa diversidade de pessoas que criam inovação, criam criatividade e, portanto, essa dimensão criativa, digamos assim, que leva à inovação é também decisiva num território.

E, depois, a capacidade de coesão territorial, coesão no sentido em que, em que o desenvolvimento possa ir acontecendo, não de forma igual, mas que vá abarcando sempre as várias dimensões, quer as dimensões ambientais, quer as dimensões humanas, ou seja, que o processo de desenvolvimento, por exemplo nas dimensões humanas, sirva os interesses, as ambições e as necessidades das várias camadas sociais, ou seja, que não se destine apenas aos desempregados, que não se destine apenas aos proprietários, que não se destine apenas... ou seja, todas as dimensões da sociedade sintam que esse processo de desenvolvimento lhes toca, e os influencia, não é? Porque, de outra forma, não será sustentável, mais cedo ou mais tarde criará ou ruturas ou dois andamentos, não é?

Isto para já não falar, enfim, das questões mais tradicionais de que se devem acautelar o futuro dos recursos, a sustentabilidade dos recursos, mas digamos, de alguma forma, essas dimensões mais normais não as refiro tanto porque as dou por aceites, não é? Obviamente isso tem que estar presente porque, de outra forma, não seria sustentável, não é? Aliás, mesmo o desenvolvimento, ele próprio, só por si, para ser desenvolvimento já tem que ser sustentável, e dizer desenvolvimento sustentável é uma redundância, não é? Estes, para mim, são os pilares mais importantes.

3. 11'10'' São exatamente estes: como é que se consegue desenvolver um território a partir... tendo em conta esses pilares, porque, eles, do meu ponto de vista, são relativamente fáceis de identificar, mas são muito difíceis de concretizar, porque, veja, o primeiro que eu aponte tem que ver com Governança. As governanças dependem de pessoas. As pessoas dependem muito das próprias circunstâncias, veja, a governança principal num território, sei lá, num concelho, é a Câmara Municipal. A Câmara Municipal é eleita de quatro em quatro anos, tem ciclos eleitorais o que faz com que muitas das decisões, muitas das ideias, muito do

processo, é inevitavelmente visto nesse prazo, não é? Com as inevitabilidades para mal e para bem que daí advêm, depois as próprias, quando mesmo há continuidade, mudam as pessoas, mudam os partidos, mas principalmente as pessoas, portanto, cada pessoa quer deixar a sua marca, quer apagar as marcas anteriores e, portanto, não é fácil de conseguir esse primeiro pilar da sustentabilidade. Para mim, como disse, é o principal pilar, a governança.

Quando eu refiro aqui a questão da governança, não é no sentido... porque, às vezes, pode-se pensar que é a governança no sentido de saber juntar todas as vontades, saber juntar as várias sensibilidades do território, as várias organizações. Não é apenas isso. É a governança no sentido da própria visão do autarca porque, o autarca até pode conseguir conciliar os vários interesses, das várias entidades, as várias sensibilidades, as divergências entre elas, a concorrência entre elas, até pode saber gerir isso, pela sua afabilidade, pela sua maneira de ser, mas não é só isso que está em causa. É a visão porque, como eu disse também, o Presidente de Câmara acaba por ser o detentor, a maior parte das vezes, das oportunidades de conduzir para um lado ou para outro uma estratégia, ou até a própria forma como os planos anuais da Câmara são feitos, se o consenso vai dedicar mais às questões sociais, ou vai estar mais virado para as questões ambientais, ou vai estar mais virado para outras coisas, não é? E, portanto, a questão aqui da governança mais no sentido da capacidade e da capacitação do Presidente da Câmara, da visão que possa ter, não é? Porque se a visão for redutora, e a maior parte das vezes é, e é, não porque seja má pessoa, nem por ter má fé, não! A formação dele é demasiado estreita, não é? conduz a isso, conduz a isso. O Baixo Alentejo tem bons exemplos de mau e de bom nesse sentido, não é? Com um processo de desenvolvimento às vezes num território... digamos, quase estéril, não é? O caso do concelho de Mértola consegue fazer um processo de desenvolvimento... interessante, precisamente pela abertura... enfim, da governança.

4. 15'15'' Um dos principais constrangimentos é a falta de recursos humanos capacitados, não é qualificados, é capacitados para esta tipologia de processos. O outro constrangimento tem a ver, precisamente, com a falta, para não dizer inexistente, em Portugal e no Alentejo (digo de propósito), um plano de desenvolvimento a longo prazo. Durante muitos anos, Portugal não tinha, se quer, um plano de desenvolvimento para o mundo rural, o que havia mais aproximado era um da União Europeia que era precisamente o Programa LEADER, portanto, a falta destes programas, mais regionais, por isso falei do Alentejo, mais nacionais, por isso disse Portugal e, portanto, dos concelhos também, até pelas inerentes questões eleitorais, de quatro em quatro anos, cria, obviamente, uma instabilidade muito forte nestes processos de desenvolvimento. Você tem territórios que avançaram em determinada direção, de repente, por várias circunstâncias de governança infletem para outra direção, e depois infletem eventualmente para outra e, portanto, não encontram, têm dificuldade em consolidar uma determinada estratégia assente em seja em que aspetos for, não é? E esse é, de facto, um constrangimento muito forte. Ainda por cima são acentuados pela... são acentuados pela... pela progressiva dependência dos Fundos Estruturais, tem levado a que as organizações, sejam elas as Câmaras, ou ONGs, ou até as empresas, mas se calhar as empresas até menos, acabam por ir moldando aquilo que pensam que é o processo de desenvolvimento, ou o seu processo de desenvolvimento, aos Fundos, à tipologia dos Fundos, e não aquilo que propriamente, eventualmente o território precisa, não é? Esse é um constrangimento que não se consegue, não se tem conseguido romper. Um outro constrangimento, tem que ver mais uma vez com as...os...as lideranças, particularmente as lideranças de quem está em lugares de decisão, mais uma vez os políticos. Aqui mais no sentido em que muitas vezes, e sobretudo ainda mais no Baixo Alentejo, dada, por um lado, a dimensão territorial, por outro lado, a própria estrutura etária e como está configurada a estrutura demográfica, pronto; você veja o caso do concelho de Mértola que tem uma extensão enorme, tem 100 localidades mas tem 6 mil habitantes, portanto, isso faz com que muitas vezes as necessidades elementares consomem a maior parte dos

recursos e a maior parte do tempo de quem tem que tomar decisões, e portanto muitas vezes fica sem recursos, sem tempo para pensar, para refletir sobre...sobre outro tipo de visão, outro tipo de modelo, outro tipo de desenvolvimento para o seu território. Se efetivamente não tiver a capacidade de, apesar esses constrangimentos, idealizar...ser persistente, pensar em termos futuros, pensar em termos de sustentabilidade, isso faz com que os territórios, de facto, não evoluam em termos de futuro, em termos de sustentabilidade. Traduzindo isto por outras palavras: estes territórios, alguns deles, obviamente nem todos, mas alguns deles, o facto de continuarem a necessitar da maior parte das infraestruturas. Por exemplo: neste momento tem um exemplo muito claro. Todos os autarcas clamam pelos Fundos Comunitários para o arranjo das estradas. São quilómetros, e quilómetros, e quilómetros de estradas. É verdade. É verdade, também, que os Fundos Comunitários não estão abertos a isso, não é? Agora, é um dilema, porque de facto nós já não estamos em altura de utilizar os Fundos Comunitários para infraestruturas, e por isso mesmo eles não estão muito virados para as infraestruturas, rodoviárias, para as infraestruturas das piscinas, para esse tipo de infraestruturas, a verdade é que os autarcas, precisamente porque têm eleições à porta, precisam de dar resposta às comunidades nessas infraestruturas e, portanto, muito dificilmente, eles vão conseguir imaginar outros tipos de processos, outros tipos de desenvolvimento onde gastar o dinheiro. Não é? E, portanto, se o autarca, se a governança, se o líder, isto tendo em conta tudo o que disse para trás, não tiver, então, uma capacidade (aqui chamo-lhe mesmo capacidade) muito forte de olhar para isto mas, mesmo assim, pensar mais além, os territórios, de facto, não estão num processo de desenvolvimento sustentável. E esse, para mim, é talvez um dos maiores problemas que nós temos neste momento. Não é? Aliás! Se fizer uma análise, uma breve reflexão, uma breve olhadela aos territórios, aos concelhos do país que têm processos de desenvolvimento, diferentes e mais criativos, e depois for ver de onde é que eles emergem, e depois for ver quem são os líderes desses processos, facilmente chega a esta conclusão. E há aqui um aspeto importante que é: os reflexos destas atitudes, destas dinâmicas, destas decisões, não se vê no

imediatamente. Vêem-se passado uma década, e esse é um pouco o problema, não é? Quando um território começa a sentir e sente os efeitos de determinado tipo, enfim, de políticas, de tudo isso, não é? Já passou muito tempo, portanto, e esse é um pouco o problema. E esse é um pouco o problema dos ciclos eleitorais, dos ciclos de desenvolvimento a quatro anos, porque os reflexos são ao fim de dois ou três ciclos.

5. 22'50'' O que é que contribui? (Pausa para entender a questão). O que tem contribuído fundamentalmente, e obviamente eu falo mais no território onde intervenho, embora a intervenção da ADPM não seja só no concelho de Mértola, nem pouco nem mais ou menos (se eu não estiver a responder ao que está a perguntar-me, diga-me!). O que tem contribuído aqui muito tem sido a nossa ideia de trabalhar sempre com as pessoas, com as comunidades. Isto para assim normal, mas não é muito normal. O que é que eu quero dizer com isto? Nós, muitas vezes, temos que estar a fazer coisas que não são nossa prioridade, nem fazem parte da nossa missão, digamos assim, mas que são importantes para...para o desenvolvimento. Dou-lhe um exemplo: as AECS, são aquelas ações que se fazem com as escolas, naqueles horários de duas horas por semana, dois dias por semana, uma hora, em que é pago 5 ou euros por hora, ou seja, não dá dinheiro nenhum, pelo contrário, perdemos dinheiro. Não é uma ADPM, não é uma associação de desenvolvimento que deve fazer isso, não é? São as Câmaras Municipais, é o Ministério da Educação, é quem, porque de facto, perde dinheiro, não se ganha dinheiro com aquilo, não é? O dinheiro que é pago não dá sequer para pagar o gasóleo para nos deslocarmos às escolas. Mas porque é que temos que o fazer? Porque é importante. Porque se nós não o fizermos, olhando para quem o pode fazer, são as coisas normalíssimas, e nós não podemos fazer só coisas normais, temos que criar outro tipo de hábitos, outro tipo de mentalidade, portanto, esta é uma oportunidade de nós nos intrometermos no sistema educativo, quer com os professores, quer com os alunos. Mas quem diz isto, diz, a ADPM, sei lá, se há uma guerra sobre um centro de saúde, guerra no sentido em que é preciso manter o

centro de saúde aberto, a ADPM provavelmente apoia-te, seja de que forma for, sem quaisquer questões políticas pelo meio. Estou a dar exemplos de menor. Aquilo se calhar é o mais importante naquele momento para aquela comunidade. E se nós entendermos que o desenvolvimento só pode ser feito se servir para às pessoas, então, nesse sentido, só vale a pena fazê-lo se as pessoas nos apoiarem. Para as pessoas nos apoiarem, então, nós temos que fazer o que nos interessa e pedir às pessoas que nos apoiem e, para isso, temos que fazer também o que as pessoas precisam também. Portanto, por um lado, um pouco esta ideia de trabalhar, de trabalhar, de trabalhar assim, por isso é que a ADPM tem várias áreas de trabalho. A ADPM não é apenas uma associação de desenvolvimento, é uma associação de defesa do ambiente, é uma associação de defesa do património, é uma associação de formação profissional, trabalhamos muito nas áreas sociais, embora não sejamos IPSS, e isso é um pouco, não porque queremos tomar tudo e fazer, não! Mas porque é a isso que nos obriga o território. E que isso se traduza em desenvolvimento, que se traduza em criação de pequenas empresas, que isso traduza, em sobretudo, em capacitação de pessoas. O que me leva à outra questão que, para nós, tem sido decisiva também que é a formação de recursos humanos. Ou seja, a ADPM, não só nos seus próprios recursos, mas uma das nossas grandes apostas é capacitar cursos, é... não aquela formação normal, não é disso que nós estamos a falar, é capacitar cursos. Já passaram pela ADPM centenas, mas mesmo centenas de técnicos, nem sequer estou a falar das outras pessoas não licenciadas, centenas de técnicos que estão a trabalhar nos mais variados sítios. E, bom, quer na ADPM, quer nas outras associações, não estou a dizer que a ADPM é melhor, não é isso! Estou a dizer que, neste caso, na ADPM. E isso dá-lhes uma capacitação muito grande que levam para os sítios onde estão a trabalhar. O que é importante é que levam esta filosofia, esta estratégia, esta dinâmica, para os vários sítios onde estão. E isso é muito importante, é muito importante, é muito importante. Eu considero que um território é quase como uma coisa viva, não é? Como uma pessoa. E nós quanto mais capacidade temos, quanto mais nos identificamos com o nosso território, quanto mais nos identificamos com as nossas coisas, com... sei lá! Quanto

mais nos identificamos com a nossa família, mais capazes somos de lutar pela família, de estar junto, de fazer coisas, ajudar, e tudo isso. Com o território é exatamente igual: quanto mais nós nos identificamos, quanto mais a comunidade, quanto mais os estudantes, quanto mais os meninos das escolas, por exemplo as AECS, se se identificam com os seus cursos, com a sua cultura, com tudo isso, mais facilmente eles quando crescerem, quando forem adultos e tiverem que tomar opções, percebem a importância do território, a importância dos recursos, a importância do rural e, eventualmente, terem, pelo menos, uma segunda ideia, e não apenas aquela ideia que a escola lhe dá que “o urbano é que é bom”, “e que têm todos ir para as cidades”, e isso. Portanto, esta capacidade... só que, isto é muito difícil de conseguir, não é do pé para a mão, não é do pé para a mão. Uma estratégia que eu tenho seguido, enquanto dirigente da ADPM (já sou dirigente há 20 ou 30 anos) é que, constantemente, as pessoas da ADPM estejam em contacto com outros processos, com outras pessoas, com outros contextos, a... internacionais. Porque é aí que as coisas acontecem. Em tudo e mais alguma coisa. Embora, nós, em Portugal, também damos cartas em muitas coisas, não estou a dizer que só os outros fazem bom, não. Mas é verdade é que, muito em termos de desenvolvimento, tal como noutros processos, embora seja um processo dinâmico e sempre se está a fazer coisas novas, a aprender e tudo isso, mas a verdade é que a maior parte das coisas já se fazem, já estão feitas, sei lá... nós estamos agora no Alentejo, por exemplo, a trabalhar muito os recursos silvestres, o cogumelo, o figo da Índia, em Inglaterra isso já se faz há vinte anos, em França já se faz há quinze, e por aí fora. Portanto, a capacidade que nós tivermos dessa capacitação, desse contacto, desse conhecimento, e desse intercâmbio, e desses processos conjuntos, é o que faz com que muitas vezes acabemos por fazer antes do tempo, digamos, coisas que ao fim de dez anos vão aparecer. Portanto, a capacidade e a capacitação das pessoas é fundamental.

6. E 7. Eu tenho que ter cuidado com o que digo, porque, depois, não sei como é que você vai escrever na sua tese de doutoramento. Não é fácil responder a isso porque,

por um lado é a resposta politicamente correta, outra coisa é a resposta correta, não é? Porque, de facto, não há políticas locais, não há políticas públicas para isso, não é? O que há é muito a importação daquilo que nós fazemos desse tipo de políticas, que em determinados contextos, e em determinados países resultaram, e em determinadas épocas, mas que, como de facto nós andamos sempre vinte anos atrasados, muitas vezes acabam por não resultar quando são aplicadas cá. O caso da Agenda 21 é um desses exemplos, não é? É mais um show off do que outra coisa, do que um... e eu falo com conhecimento de causa porque já desenvolvi vários processos de Agenda 21 e, portanto, sei do que falo. Ou seja, a Agenda 21 segue um determinado ritmo de procedimentos, que eles só por si, até porque, veja: quem é que avança? Até porque não há mais, são as Câmaras Municipais, não é? Então, acha que as Câmaras Municipais desenvolvem as Agendas 21 sem as controlarem? É evidente que controlam. Não por querer, não com má fé, não é nada disso! Mas é assim, mas é assim. E portanto, verdadeiras políticas públicas de desenvolvimento... não existem. Por exemplo, você tem agora a nível nacional, o Plano de Valorização do Interior. Que era à partida um documento que se esperava bastante importante, aglutinador e tudo isso, mas acaba por não ser, principalmente porquê? porque o que lá está agora... foi feito por um Governo, seja este seja outro qualquer, e o que é que lá está fundamentalmente? São ações que ao Governo lhe interessa fazer. E tanto lhe faz que esteja naquele Plano, de valorização do interior, como noutra qualquer! São meramente o elencar de medidas que até já existiam, portanto, aquele não é um plano no verdadeiro sentido... Aliás, se reparar (não sei exatamente como se designa aquilo) o conselho diretivo que decide aquilo, são tudo organismos do Estado! Então é assim que se faz um Plano de Valorização do Interior? Não há ninguém da sociedade civil, não há ninguém de outro tipo de entidades, por exemplo das CIMs, que não seja... aquilo é Governo puro e duro! Agora, é o primeiro passo, eventualmente, é ... é bom, é melhor que nada, é tudo isso. É como a Agenda 21, é melhor que nada, é o primeiro passo, é tudo isso, não é? Porque, mais uma vez, nós não temos recursos humanos qualificados. Esse é o problema, esse é um problema, não é? E, depois, claro, há

alguns exemplos bons, que avançam, mesmo na Agenda 21, no caso de Odemira, por exemplo, e por aí fora, mas é tudo muito limitado, e muito condicionado, ou seja, era preciso coisas mais... mais... mais... mais envolventes das comunidades. Enquanto que há países, mesmo na União Europeia, que em termos de políticas públicas para o desenvolvimento já estão a anos luz!! É tão fácil!! E não tem problema nenhum nós copiarmos o que é bem feito, desde que o adaptemos. Era tão fácil ir ver o que é que se faz noutros países, e fazê-lo aqui. Há países onde têm, todas as decisões que são tomadas para o interior são passadas por um crivo, que tem uma série de regras, e só passando esse crivo é que essa política é aplicada para o interior, então, porque é que não se faz isso? Não é? E, portanto... Com o orçamento participativo é a mesma coisa, veja, tem aqui esta... em muitos casos, serve, apenas, para legitimar a decisão do Presidente da Câmara, ou o que a Câmara quer, ou outras entidades... Não quer dizer que nalguns sítios não aconteça de outra forma e tudo isso... mas a verdade é essa, não é?

Redirecionei o foco para a questão.

É preciso reforçar muito as políticas públicas, e é preciso envolver quem no dia a dia está no terreno, que se confronta com a necessidade e a coerência dessas políticas, públicas... e elas serem avaliadas, serem... serem até conduzidas pelas entidades locais, não tanto pelos Ministérios.

7. (também na anterior). Mesmo em Portugal, que é um país pequeno, mas a verdade é que é um país muito diverso e as políticas públicas deveriam elas próprias ser muito mais adequadas a cada região, muito mais específicas do que aquilo que são. Nós não podemos ter políticas públicas, por norma, iguais para o Norte e para o Alentejo, pois são realidades completamente diferentes, não é? E, portanto, o facto de, quando há políticas públicas serem elas, quase sempre, ministeriais e, portanto, iguais para todo o território, principalmente o continente, não é? Leva logo, de certeza e absoluta, a que haja grandes constrangimentos nessas próprias políticas, não é? Você veja, no caso do desenvolvimento, por exemplo, do desenvolvimento dos territórios, as ADLs são, talvez, das estruturas, quer as de desenvolvimento,

quer até algumas de cariz social, culturais, são, de facto, do meu ponto de vista, (e obviamente puxo a brasa à minha sardinha, mas nem sequer é por isso, porque eu consigo distanciar-me dessa...) são, de facto, as entidades que nos territórios rurais, mais importantes e que maior contributo podem dar para o desenvolvimento... e a verdade é que não lhes é dado poder absolutamente nenhum. Ao contrário do que seria expectável, não é? Se até há dez anos atrás havia, de facto, alguma abertura para esse papel da sociedade civil, agora não. Ao contrário do que se diz, não há, de facto, nenhum papel da sociedade civil neste momento, a não ser aquilo que a gente escreve nos telemóveis, ou no Facebook, ou que contesta, e que tem a sua importância, mas de trabalho propriamente dito, de decisões nas políticas públicas, que tenham efeito nos territórios, não. Não há. Você veja, nós no Alentejo... o Alentejo é o que é precisamente porque tem uma diversidade cultural, tem a gastronomia que tem, tem os... as coisas bonitas que tem, as comidas e as aldeias pequeninas, e tudo isso, não é? E quem é que dá vida a tudo isso? Muitas vezes, são as pequenas entidades locais, as sociedades recreativas, as pequenas tabernas. Pois o Alentejo 2020 não dá qualquer oportunidade dessas centenas de pequenas entidades locais, que aí, sim, é que está a sociedade civil, aí sim é que se faz a participação pública. A participação pública faz-se na taberna, faz-se no largo, se a quiséssemos fazer como deve de ser seria onde as pessoas estão e não chamando as pessoas para uma sala. As pessoas a partir do momento em que entram numa sala já ficam condicionadas, não é? E portanto, o Alentejo 2020 não dá qualquer oportunidade de essas entidades remodelarem as suas instalações, de desenvolverem este tipo de.... Não se podem candidatar aos Fundos Comunitários. Isto, pode não ter importância nenhuma em Lisboa, e Vale do Tejo, agora, para o Alentejo: é brutal!! Não sendo possível, e as entidades regionais não se terem debatido e não se debaterem por isso, é dramático. Do meu ponto de vista. Portanto, se o desenvolvimento, hoje em dia, só se faz com os Fundos Comunitários, e estas entidades, estas pequenas infraestruturas, esta sociedade civil não tem oportunidade em chegar aos Fundos Comunitários, portanto, há aqui um contrassenso a toda a prova. E depois veja, o Alentejo, aliás, vê-se, não é? É o

património, é a gastronomia, é o cante alentejano, ou seja, é aquilo que é imaterial. O cante alentejano manteve-se, continuaram as tabernas; a gastronomia é Património da Humanidade porque se mantiveram as açordas, mantiveram-se os hábitos, mantiveram-se não sei o quê, não é? Agora, isso manteve-se não foi da cidade em Lisboa, não foi na cidade em Beja ou em Évora; foi nas pequenas localidades, nas aldeias, nas vilas, e por aí fora, não é? E onde estão essas entidades? Não é? Isto para já não falar noutras dimensões. Porque uma localidade, lá no concelho de Mértola, S. Pedro de Sólis, onde não há um café, onde não há nada, é a pequena Sociedade Recreativa que lá está que faz com que as pessoas se juntem, que as pessoas criem coesão, que as pessoas falem dos seus problemas, fazem a comunidade... não é? Já para não falar dessas dimensões. E é este o problema da falta de políticas públicas nesta dimensão, nestas visões, não é?

8. 45'35'' É a internet, é, sim, como trabalho em desenvolvimento todos os dias, estou atento, mesmo ao Diário da República, sim... em reuniões (interação social com colegas da mesma área), também, não é, vamos sempre tendo conhecimento do que vai saindo, do que se está a preparar.
9. –
10. 47' Depende do território, depende do território, não é? Cada concelho, para não dizer nem mais nem menos, cada concelho deverá encontrar, uns já encontraram, outros ainda não, aquilo que é um... o âmago, o fundamental no seu território, como o caso de Mértola. Mértola não tinha nem indústria, nem agricultura, porque não tem terrenos agrícolas, embora tenha muita agricultura, mas não era por aí, com certeza o seu futuro, isolado... portanto, o que é que Mértola tinha? Tinha património e, portanto, assentou o seu processo de desenvolvimento no património. Depois ampliou todas as suas dimensões: património, começou com a arqueologia, depois o património ambiental, património arqueológico, criação do Parque Natural, ou seja, criou por aí, portanto, todos os territórios... Barrancos criou

muito à volta da fronteira, do contrabando, do presunto, do porco, por aí fora, não é? E, portanto, depende muito do território. Agora, tem que ser sempre assente nos seus recursos, nos seus...nos seus... recursos endógenos, portanto, como dito assim é evidente que é o normal, parece corriqueiro, mas é verdade! Tem que ser nos seus recursos. Mértola aproveitou o seu património histórico, cultural e ambiental, embora o cultural, de alguma forma, diz tudo, mas é para ficar mais claro, sim. Agora, não é só nos recursos que acontece o problema, não é? É evidente que todos os concelhos já têm os seus recursos. Mas não é aí que está a questão. A questão está, como é que se lhe para esses recursos, e a propósito deles se montam processos de desenvolvimento. Como é que se cria investigação em cima desses recursos? Como é que se criam subprodutos desses produtos? Como é que se criam... valências da academia em cima desses recursos? Como é que se atraem “para cima” desses recursos (passo a expressão) investigações, e os resultados dessas investigações acabam por dar outros recursos, outros produtos, outras linhas de investigação, muitas vezes, até, muito simples de transformação, ou seja, são os recursos, mas não são os recursos só por si. Os recursos só por si em nada fazem, não é? Agora, a visão que se tem sobre isso, e depois a coesão e a... idoneidade do processo à volta desses recursos. Não basta dizer “você tem laranjas”, “faz a feira do pão e da laranja”, por exemplo, não é? Isso, só por si, não é nada! Isso funciona duas ou três vezes e a seguir acaba. Agora, o que se possa fazer em cima de tudo isso é que é importante, e é isso que vai dando continuidade e que vai alargando esse recurso, ou esse produto, para outro tipo de coisas, não é? Por isso é que você tem concelhos que estão a passar por ser conhecidos por não sei quantos produtos, pela laranja, pelo pão, e depois por não sei o quê, porque deixam esgotar os recursos, deixam esgotar o produto, não é? Porque é preciso em cima disso, sempre continuar a encontrar... para isso é preciso ter criatividade, é preciso encontrar inovação, é preciso perceber o que é que se fez noutros territórios noutros países também com esses produtos, e é preciso dar tempo... não é? Porque estes processos de desenvolvimento, sobretudo no mundo rural, precisam de tempo. De tempo não quer dizer que só ao fim de dez anos é que se vê

os resultados. Não! Os resultados têm que se começar a ver, mas os impactos vão surgindo, cada vez mais ao longo do tempo. Não é? E isso, mais uma vez, é incompatível com a visão das autarquias, muitas vezes, porque são obrigadas. O Presidente da Câmara é eleito por quatro anos e ao fim de quatro anos quer ganhar outra vez. Portanto, quando eu digo isto não estou a culpar as autarquias, é o sistema, não é? Agora, a capacidade de contrariar isso, e de enviesar esse raciocínio meramente eleitoral é que é preciso, e é fundamental. E eu falo-lhe, para que não haja dúvidas, com conhecimento de causa porque já fui autarca, aliás sou, faço parte da Assembleia Municipal, não é? já fui Vereador, já fui candidato à Câmara, já fui tudo e mais alguma coisa, já tive nos lugares de decisão, já tive nos locais de oposição, portanto, falo-lhe com conhecimento. Aliás, eu já aprendi mais enquanto estive na oposição do que enquanto estive na Câmara. Uma coisa muito importante: é mais difícil gerir uma ADL do que uma Câmara Municipal. Ao contrário de quem quer que diga, ou possa dizer, qualquer Presidente da Câmara dirá o contrário, mas é muito mais difícil gerir uma associação, muito mais difícil... não tem nada a ver.

11. 52'16" É estar atento às oportunidades do território. É saber criar parcerias, e aqui as parcerias só com várias entidades, parceria aqui é no sentido do próprio processo em si, levar as pessoas, levar as organizações para essas ideias, para esses processos, e é... ter sempre uma atitude algo irreverente. Irreverente no sentido não de andar a dizer mal, andar a contrariar, não, mas não se deixar levar pelo sistema, ou seja, se há Fundos Comunitários formatados desta maneira, só então sei quanto, e nós vamos só por aí: não! Temos que encontrar formas de, claro que temos que trabalhar com o que há de Fundos Comunitários, mas temos que encontrar formas, com esses Fundos, ou sem esses Fundos, de fazermos outras coisas que sejam importantes para o território e não esperar, ou mesmo estar à espera que os Fundos, ou mesmo quem venha de fora é que resolve o problema, a... e depois saber, ou ter a capacidade de atrair recursos humanos qualificados. Isso é decisivo, não é?

12. 55' Nessa pergunta eu tenho que fazer uma declaração de interesse, não é? Porque eu sou militante de um partido, portanto, do PCP, e agora, desde há dez anos, sou oposição da Câmara. Eu, pessoal, não tem nada que ver com a ADPM, mas... as respostas são dadas por mim. Mas nem sequer é só isso. Isto para lhe dizer que Mértola, de facto, desde a Revolução de Abril assentou todo o seu processo de desenvolvimento muito nas questões do património, e da cultura... nesse tipo de desenvolvimento mais imaterial, não é? Depois houve uma mudança política na Câmara há cerca de dez anos e, de alguma forma, a mudança, o ponteiro, digamos assim, do processo de desenvolvimento foi mudado para outras áreas, não é? Sobretudo com a perspetiva de uma dimensão maior do processo de desenvolvimento, ou seja, de "coisas", de infraestruturas, de ideias, com um outro tipo de dimensão. Mas que o território, pela dimensão que tem até em termos populacionais e por aí fora, não comportava. E, portanto, durante alguns anos, de alguma forma, no caso de Mértola, andou-se um pouco à deriva porque perdeu-se, precisamente, digamos... as âncoras que vinham do processo de desenvolvimento e andou-se um pouco à deriva dessa... de encontrar outras. Claro, elas não existem, não é? E nos últimos, sei lá, três, quatro anos, de alguma forma, o ponteiro tem-se vindo a aproximar outra vez do Património, e da Cultura, e por isso é que se candidata Mértola a Património da Humanidade, nos últimos tempos e por aí fora, não é? Isto para tentar responder um bocadinho à pergunta que é a participação... repita-me lá a pergunta. (Repeti).

E neste contexto, de facto, a ADPM, no caso de Mértola em concreto, não tem sido muito chamada ao processo de desenvolvimento do concelho. Participamos, colaboramos, com a Câmara, com... mas não há, de facto, um entrosamento entre aquilo que a ADPM faz e aquilo que é a estratégia da Câmara. Não há, por exemplo... Programa PROVER, mas se calhar não vale a pena dar pormenores, digo eu! (EU: pode referir o que entende importante). O programa PROVER foi um programa, aliás, vai entrar agora na sua segunda edição, foi um programa desenvolvido pela

ADPM com a Câmara Municipal de Almodôvar, e com muitas outras Câmaras, estas duas lideravam, várias Câmaras entraram e a Câmara de Mértola não entrou, precisamente porque a ADPM liderava. Nós criamos um centro de competências, que é uma coisa muito ligada às questões da investigação, foi criado recentemente, há cerca de dois anos, num plano europeu, e a Câmara de Mértola, por incrível que pareça, não aderiu, enquanto que outras Câmaras aderiram aqui à volta. Portanto, não há de facto uma articulação muito... Como dizia no início, as Câmaras Municipais e os Presidentes de Câmara são muitas vezes decisivos nestes processos de desenvolvimento. Quando for feita, já está a ser feita de alguma forma, uma reflexão sobre este processo de desenvolvimento aqui em Mértola, isto reflete-se de uma forma muito forte, não é? Porque, independentemente de Mértola, Mértola é apenas um exemplo, o papel de uma Câmara Municipal, ou o papel da governança local não deve ser de controlar, de trazer a si todos os atores locais, bem pelo contrário, não é? É dar a maior abertura possível tentando que todos trabalhem, de alguma forma, com os mesmos objetivos. E quando a visão, seja de que autarca for, estou a falar deste mas se for da CDU há-os exatamente iguais, quando a visão é de alguma forma controlar, para não fugir, não perder o poder e tudo isso, condiciona muito, condiciona muito. Condiciona muito... o Augusto Santos Silva diz isso, que o próprio Presidente de Câmara pode ser o pior inimigo para a autarquia, para o concelho, não é?

13. 1h00'44'' Sim, tem que haver uma articulação, de outra maneira é impossível. Até porque há processos de desenvolvimento ou parte desses processos que acabam por não avançar tão rapidamente, ou de forma tão integrada, e às vezes alguns nem avançam, precisamente porque não se juntam a esse processo as entidades que seriam fundamentais. Goste a gente delas ou não goste, concorde ou não concorde, mas, de facto, em determinadas áreas há entidades que são fundamentais, que são decisivas, lá está, a capacitação, ou se atrai para esses processos ou, então, o processo fica coxo, fica... e isso é muito redutor em qualquer território. O maior exemplo que nós tivemos aqui de participação foi a criação do Parque Natural do

Vale do Guadiana. O Parque Natural do Vale do Guadiana foi criado pela ADPM com a colaboração da Câmara Municipal de Mértola, com a Câmara Municipal de Serpa, e tem um bocadinho da Rota do Guadiana, mas a ADPM liderou. Foi o primeiro processo de criação de um Parque Natural em Portugal criado de baixo para cima, em que o território se organizou, fez tudo o que tinha a fazer, as investigações, os trabalhos científicos, as parcerias, e depois disse ao Governo “está pronto a criar, crie o Parque Natural”. Demorou dez anos, foi precisamente por isso. Mas nós levamos uma esmagadora maioria a visitar Parques Naturais em Portugal e em Espanha, atraímos dezenas de pessoas para investigações, teve que ser feito todo o trabalho de raiz para suportar tudo do ponto de vista técnico e científico a criação do Parque. Mas de tal forma que, quando o Parque foi criado, e é obrigatório fazer aquele modelo de participação pública, se as pessoas concordam ou não concordam, não houve contestações. Deve ser caso único, que eu saiba, em Portugal em que não houve contestações, precisamente porque demorou dez anos, não é? E não era fácil como deve imaginar! Porque... juntar interesses de caçadores, de pescadores, de autarcas, de ambientalistas, de tudo e mais alguma coisa, não foi um trabalho fácil. Isso demorou dez anos, não é? Mas foi um processo de participação pública extremamente interessante. Ora, ele nunca poderia ser criado, precisamente por isso, pela Câmara Municipal. Porquê? Porque dez anos é mais do que dois mandatos e, portanto, o Presidente de Câmara queria, com certeza, criado nesse tempo e nunca seria feito da melhor forma, e esse é um bocadinho o problema que se tem.

(Neste momento o entrevistado deu um exemplo ilustrativo da falta de visão de um Presidente de Câmara que pediu que não constasse).

14. 1h06'16'' Eu diria que significam basicamente o mesmo que significam para nós. Algumas poderão ser mais focalizadas em determinadas áreas porque depende, claro, da área-mãe de intervenção das ADLs, por exemplo, sei lá, se falar com a Rota do Guadiana, ou com a ESDIME ou com a Alentejo XXI, como o foco deles é muito o Programa LEADER, PRODER, e provavelmente eles falar-lhe-ão mais de políticas

públicas ligadas à gestão, se calhar, dos dinheiros dos Fundos Comunitários, à pouca importância dada às ADLs na gestão deste tipo de programa, não é? Cada um foca um bocadinho mais nas áreas em que intervém, não é? Nós como temos uma abrangência um bocadinho maior não nos focamos tanto em nenhuma das áreas, somos um bocadinho mais generalistas neste tipo de reflexões, digamos assim, mas não deve divergir muito. Nós aqui há uns anos criamos uma coisa que se chamava Ideialentejo, não sei se já ouviu falar? (respondi que sim). Pronto. A Ideialentejo era a ideia de ligar todas as associações entre si, criar uma plataforma regional, articular políticas, articular todas essas coisas, não é? Por várias razões teve muita dificuldade em vingar, e neste momento existe mas não tem um papel...

Perguntei por que é que esta plataforma não avançou.

Não é fácil, não é fácil. Cada um de nós acaba por estar focado nas suas coisas, o trabalho obriga-nos muito a isso, por outro lado, e depois também há aqui uma questão que neste tipo de financiamentos, a... de desenvolvimento nestes últimos, últimos, quer dizer, desde há vinte ou trinta anos, cria concorrência. E a concorrência leva a que, de facto, não haja cooperação, por muito que a gente diga que haja, não há. Porque se há pouco dinheiro, quantos menos concorrerem, melhor para mim. Portanto, porque é que eu vou dar muita informação, ou vou dar não sei o quê, não é? Não é que isto seja assim tão direto, mas a verdade é um pouco esta. Mas a verdade é um pouco esta, não é?

Então os Fundos não contemplam as sinergias territoriais?

Não, nem pouco, nem mais ou menos. Os Fundos o que fazem, fazem de uma forma obrigatória, ou seja, às vezes dizem “para serem financiados têm que se juntar”. Juntar, pronto, muito bem, e lá vai o papel assinado por três ou quatro. Já estão juntos, não é? Assunto arrumado. É muito figurativo, digamos, assim, não é? E é, de facto, um problema. Embora haja bons exemplo, depois, de entidades que articulam entre si e tudo isso, não é? Mas não é fácil. Mas não é fácil. Depois, veja, nós temos muito poucas pessoas. Como temos poucas pessoas, andamos todos “em

cima uns dos outros” (passo a expressão) a cativar pessoas para a formação profissional, isso então é dramático! Mas era dramático toda a gente querer cativar pessoas para os seus Cursos de Formação, não é? Neste momento há entidades a pagarem às pessoas, 50€ às pessoas, para irem à Formação, não é?

15. Basicamente o mesmo que nós. Por via das reuniões, por via dos próprios projetos em que estão envolvidas, a... Sim, estão a par das Políticas Públicas dos seus municípios. Estão por uma razão: porque é assim, você está a fazer um trabalho sobre as ADLs e isto tem o seu reverso da medalha. Porque, uma coisa são as ADLS (as que referi) que têm um Programa LEADER, mas existem dezenas de outras associações. E isto é uma reflexão: até que ponto é que estas Associações, não por culpa delas, mais uma vez, não por não sei o quê, mas porque os financiamentos são dados a essas, estas não obrigam as outras a desaparecerem... Estas quatro, cinco ou seis, incluindo ADPM embora não tenha Programa LEADER, não é? Tem essa informação, subsiste, tem projetos e essas coisas todas. E, então, as outras? Que são às dezenas? E essas outras, não, não têm. Porque existem umas que dão nas vistas e outras que não dão nas vistas e aí é que está a questão. Porque as outras não têm qualquer informação, nenhuma informação. E aí é que está um bocadinho o problema. É bom, eventualmente, salvaguardar isso, não é?

São sempre estas associações, são sempre as mesmas. E eu por mim falo. O problema é que estas podem estar a aglutinar as outras, sem querer! Sem querer, não é?

Este tipo de reflexões são extremamente importantes e nós, nas ADLs não as podemos fazer. Eu reflito muito sobre isso, mas não posso fazer uma investigação sobre isso, não é?

16. 1h16'56" Primeiro, gostaria que elas fossem... embora possam ter troncos genéricos, mas elas têm que ser muito mais dirigidas à especificidade de cada uma das regiões. Depois, que elas sejam transversais a todas as políticas, ou seja, não pode haver PP para o DS só no Ministério do Ambiente, ou só para as questões do

Ambiente, não! Tem que ser Políticas Públicas que sejam transversais à Política do Governo, todo ele, não é? Inclusive, haver um Ministério para as Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável, um Ministério de Desenvolvimento Sustentável, qualquer coisa assim, mas tem que ser permeável em todo o processo de desenvolvimento. E, depois, que elas sejam criadas a partir das necessidades reais das pessoas, das organizações, não é? E em tempo útil, porque os processos de desenvolvimento são dinâmicos, mas tudo tem um tempo, não é? Tudo tem um tempo. O facto de o Quadro Comunitário anterior demorar demasiado tempo, deste para o anterior, ter demorado demasiado tempo fez com que muitas ADL tivessem que fechar a porta. E se não fecharam oficialmente, os recursos humanos qualificados foram-se embora para outros territórios, não é? E, portanto, que elas estejam em tempo útil, é muito importante, não é? Que elas sejam construídas com as próprias entidades, com os próprios interesses das entidades, com os territórios, é muito importante. No fundo, que deem resposta efetiva dos problemas a tempo. Porque a maior parte das vezes que se cria uma Política Pública...primeiro que ela tenha efeito de Decreto de Lei, se tiver que ser por Decreto Lei, passam anos, e portanto, quando vêm, já passou. O desenvolvimento se por um lado tem que ter tempo, por outro lado têm que ser dados passos constantes, se não forem dados esses passos a coisa acaba por não acontecer. Não é? Você veja, por exemplo, ainda hoje de manhã estava a ver, as Câmaras Municipais são os principais intervenientes, principais porque são os atores territoriais digamos mais importantes no território, não é, no concelho. As Câmaras Municipais depois fazem parte das CIMs, e depois têm organizações que fazem formação para as Câmaras Municipais. Nunca há formação nestas áreas. Nunca, nunca, nunca... as formações são sempre ou para contabilidade, ou para o protocolo, é verdade... e nunca há formação nestas áreas, ora, como é que os Quadros das Câmaras Municipais podem estar preparados para trabalhar nestas áreas, se eles nunca têm formação nestas áreas? Não é? Nem sequer estão abertos, digamos, despertos para estas áreas mais imateriais do desenvolvimento, não é? Por isso é que as Câmaras Municipais têm engenheiros, têm arquitetos, têm coisas assim, e depois têm às vezes, um ou outro animador,

socioculturais, para passar o cinema, fazer as atividades físicas e por aí... enfim, lá vão tendo um sociólogo, ou assim, mas muito focados nos programas operacionais, nas candidaturas, e pouco mais. E pouco mais.

17. 1h21'09" (sorriu) eu nasci quase dentro de uma ADL, nesta associação. A mudança tem muito a ver com a diversidade de assunto e de temas, como nos trabalhamos em muitos projetos, em muitas áreas, eu tão depressa estou a falar consigo de uma investigação científica, como da parte da tarde, e é mesmo verdade, vou para o Monte do Vento, que é uma propriedade que nós temos, porque estamos lá com um problema com as ovelhas, e com as plantas aromáticas, e eu vou ter que ir para lá tratar disso. Eu, para falar consigo tenho que saber disto, e para falar com as pessoas tenho que saber das ovelhas, mas quem diz as ovelhas diz nas áreas florestais, nas mais variadas áreas. E, sobretudo, a partir do momento em que nós começamos a trabalhar noutros países em vias de desenvolvimento, Moçambique, Cabo Verde, mas com projetos a sério, isso deu outra dimensão dos processos de desenvolvimento. Ou seja, por um lado, a abrangência de assuntos, de sensibilidades, de oportunidades, com que vou contactando ao longo destes anos todos, portanto, muitas vezes de coisas até que nós sabíamos que já se estavam a fazer, que podem acontecer, não é? E, por outro lado, a verdadeira dimensão do que é que é um processo de desenvolvimento, porque, se para nós aqui... por exemplo, se não tivermos... se não tivermos um conjunto de condições, se não tivermos financiamento, se não tivermos instalações, se não tivermos carros, se não tivermos ar condicionado, já não fazemos nada. A gente vai para Moçambique, não é? a gente está a trabalhar e não há uma casa de banho, não há água, não há nada. Tomar banho com uma garrafa de litro e meio de água, e dá para dois dias! Mas é mesmo verdade, e isso dá-nos outra visão do processo de desenvolvimento, e outra capacidade de intervenção. E muitas vezes essa visão conjunta, e essa visão de nós pensarmos quão importante é para nós Mértola ser considerada Património da Humanidade, como é para Moçambique, no sítio onde nós estamos a trabalhar em Manapole, ter um centro de recursos com quatro computadores, por exemplo, é

tão importante uma coisa como a outra. E isso dá-nos uma capacidade de reflexão quando estamos a construir um projeto, ou quando estamos a refletir sobre os processos de desenvolvimento completamente diferente, não é? Portanto, digamos que esta aprendizagem, e esta humanização se quisermos, de como vemos o processo de desenvolvimento, foi talvez das coisas que mais aprendi. Ou seja, por exemplo nesta questão da falta de cooperação entre as entidades, entre as associações, não é? E não me limito apenas a constatar, não é? Nós, efetivamente, tentamos que isso não aconteça. A questão muitas vezes do cubismo e do partidarismo acontece, não é? Na maior parte das organizações, não estou a dizer que em todas, nem pouco, nem mais ou menos. É uma coisa que na ADPM não existe. Nós contratamos pessoas, e não queremos rigorosamente saber de que partido é que são, aliás, temos aqui de todos os partidos políticos. Portanto, isto não é fácil de conseguir, não é fácil de conseguir. Porque, nós às vezes, eu sou dirigente da ADPM, e tenho que ter pessoas da minha confiança em todos os níveis à minha volta. Isto é o primeiro raciocínio que eu tenho. E muitas vezes eu ponho em causa a criatividade de uma boa pessoas, mas porque não tenho confiança nela, e eu não posso fazer isso se quero, de facto, ter bons recursos humanos no território. Portanto, temos que ter a capacidade de uma abertura muito maior, e depois cativar essa pessoa para a confiança que quero ter nela, não é? O respeito, a idoneidade e todas essas coisas. E isto não é fácil de conseguir. Portanto, esta capacidade por um lado, por outro lado, também, o ser capaz de se pôr na pela do outro, ou seja, sei lá, quando estávamos a criar o Parque Natural, ou quando estávamos... coisas desse tipo, você tem uma pessoa na frente e que é completamente contra aquilo que a pessoa quer fazer: não quer o parque Natural e quer é caçar, e não sei o que mais... como é que você consegue cativar essa pessoa, e já sabe que não é num dia nem dois, mas como é que a consegue convencer, e convencer tem que ser pela prática, não é? De lá ir, não é? E, depois, perceber que se este não for irão outros! Ou seja, não esmorecer, nem pensar que salva o mundo, nem pensar que consegue tudo, nem nada disso! Essa capacidade de resiliência foi uma aprendizagem muito grande também que fiz. Por isso é que é

muito mais difícil gerir uma ADI do que uma Câmara porque você não tem recursos, não tem horários... Por exemplo, nós na ADPM temos cerca de 25 pessoas a trabalhar, das quais 20 são técnicos superiores, mais ou menos, 19 ou 20... que têm os seus projetos em cima e de repente uma pessoa pede dispensa porque, por alguma razão vai-se embora para outro lado, e é assim mesmo, a vida é assim mesmo, e você, de repente fica com tudo o que essa pessoa tem, porque eventualmente não tem mais ninguém na casa nessa área, e você, que é responsável da associação tem que ter a capacidade de assumir isso e lhe dar continuidade até que arranje depois outra pessoa, eventualmente, não é? Uma coisa é fazer a gestão para quatro anos, que foi o que me aconteceu quando estava na Câmara, outra é fazê-lo para 40, que é o meu caso, pelo menos 35 anos. Não é fácil! Mais?

18. E 19. 1h28'30'' As ADLs são menos intervenientes, que eram dantes. No sentido de... da inovação social, ou seja, intervenientes do ponto de vista social, precisamente porque estamos condicionados à formatação dos financiamentos e, portanto, as ADLs querem fazer o trabalho, têm que esperar que o financiamento apareça, mas o financiamento diz-lhe que “bom...”, por exemplo neste Quadro Comunitário: este Quadro Comunitário só financia Câmaras Municipais e empresas. Portanto, você, ou trabalha com o tecido empresarial, se é que ele existe, ou não faz nada... se quiser fazer atividades desportivas, atividades de não sei o quê, atividades de outro nível, não faz! Não há financiamento. E, portanto, as ADLs, de alguma forma, foram obrigadas a isso; fecham demasiado a formatação dos Fundos Comunitários. Essa é uma das transformações que eu vejo, não é? E, depois, vejo também isso que falávamos há bocadinho, a menor cooperação entre as ADLs, a menor cooperação... provavelmente as outras ADLs não lhe dizem isto, como você só vai entrevistar ADLs que têm Programa LEADER, entre elas Programa LEADER, articulam, até porque são obrigadas, digamos assim, e têm a plataforma, a Federação das associações, a Minha Terra. Eu digo isto porque nós fazemos parte de uma outra ainda, isto porque existe a ANIMAR, de que já falou, a Minha Terra, e

depois existe outra que é a plataforma das ONGD, e essa são para organizações para o desenvolvimento, porque são coisas diferentes, já se apercebeu disso, não é? Os GAL estão todos na federação Minha Terra, a ADPM não está, porque não é GAL, embora participe sempre, quer faça parte da Alentejo XXI, quer da Rota do Guadiana estou sempre nas reuniões da Federação e por aí fora. Mas elas entre si, quase que até fazem uma corporação, por isso é que depois, direta ou indiretamente, não surgem outras, porque estas associações, no fundo, dominam o Alentejo, se for para outra região, é igual. Olhe, mas noutras regiões às vezes não é bem assim porque, claro, havendo mais população, há mais dinâmicas, há mais criatividade e menos sossego, portanto, acabam por aparecer outras entidades, no Alentejo, nem tanto, principalmente no Baixo Alentejo. São perguntas diferentes. Se você perguntar a uma associação do Baixo Alentejo GAL a mesma pergunta e eles estiverem a referir a outras associações normais, os outros Gal, há articulação, articulam projetos, reúnem-se na Federação, e tudo isso. Mas, se perguntar a outras associações, se ainda existirem... não é? São coisas completamente diferentes.

Eu: (esclareci que) quando eu pergunto às outras associações, peço para que indiquem a que associações se estão a referir.

Pois.

19. (na anterior)

20. 1h32'50''Muito mais, mas acho que tendo em conta o seu foco, o fundamental está aí.

Eu: na sua opinião, o que poderia ser feito para fomentar as sinergias entre as associações?

Era preciso reconfigurar a forma como as associações sobrevivem, porque se elas só sobreviverem com os Fundos e, portanto, de projetos, tendo em conta que o dinheiro é sempre pouco, obviamente fica muito mais difícil articularem, não é? E, portanto, era preciso encontrar logo aí uma forma diferente de desenvolvimento, de financiar os processos, os projetos de desenvolvimento, não estou a dizer de

financiamento das associações, não; os processos em si. E começava, também, logo por aí. É preciso, de facto, se o desenvolvimento está muito dependente dos próprios processos de desenvolvimento e se estão dependentes das orgânicas das CCDRs, era preciso na CCDR estar alguém da Sociedade Civil, era muito importante. Porque aí, também, já poderia ser possível começar a desenhar outro tipo de fórmulas de... de... de financiar o desenvolvimento dos territórios. E, depois, era preciso, também, porque outro problema que as associações têm também, e que faz com que não tenham tempo para articular, é que está tudo demasiado burocrático, ou seja, nós hoje em dia, os dirigentes, levam mais tempo a trabalhar nos papéis, a fazer relatórios, a fazer quadros financeiros, do que no terreno, a verdade é essa, não é. Portanto, acabamos por não ter tempo para articular, não é? Articulamos o mínimo possível, quando eu digo “articulamos” não é dizer que concordo, nem nada disso, mas não posso excluir... articulamos o mínimo possível porque também não temos tempo para mais, não é? A verdade é que as associações, precisamente por causa de tudo isto, as associações estão a desaparecer... os líderes carismáticos estão envelhecidos, e não é fácil surgirem outros, não é? A... pode até ser culpa dos que estão, não digo que não, é uma reflexão importante a fazer também, mas... isto depois também tem muito que ver, embora eu não dramatize muito isto, porque isto também são ciclos, não é? Estas associações de que estamos a falar são quase todas elas reflexo do próprio processo de desenvolvimento do país, do Alentejo, depois do 25 de abril, os Quadros Comunitários, e por aí fora, portanto, no fundo, se estamos a chegar ao fim de um ciclo dos financiamentos comunitários, talvez também estejamos a chegar ao fim de um ciclo deste tipo de organizações, se calhar outras vão começar a surgir, não sei... não é? Porque nós notamos muito, tirando obviamente um ou outro caso, que as associações também vão desaparecendo à medida que estes líderes carismáticos vão saindo, vão ficando envelhecidos... E estes líderes, não é que sejam melhores que os mais novos agora, a questão é que são diferentes. Fizeram uma aprendizagem na altura, ou seja, fizeram uma aprendizagem dia a dia, sei lá, o facto de termos, nós próprios, criado as associações, criado os processos, quando não

sabíamos, isso foi-nos dando uma capacidade, uma resiliência maior do quem vem agora de novo que já tem feito, já tem tudo feito, digamos assim, mas o que está feito, muitas vezes, já não é compatível com a realidade, portanto, se têm a capacidade de se adaptarem ou não, é uma coisa diferente, não é? Uma das minhas maiores batalhas aqui todos os dias é garantir se eu desaparecer por qualquer razão, alguém esteja em condições de me substituir, e tenho uma mente extremamente aberta a isso, mas mesmo assim é demasiado difícil, não consigo... mas tenho a casa preparada, não aparece o líder, ou uma líder, mas tenho três ou quatro que, no conjunto, garantem que a associação funcione. E esse é também o problema das associações: com a instabilidade que têm, as pessoas vão-se embora, ficam sempre dois ou três, que são os líderes, que não se podem ir embora, agora, todos os outros, não havendo financiamento, não havendo dinheiro, não havendo projetos, às vezes até mesmo havendo, mas a instabilidade é muita, e depois as próprias circunstâncias, se a pessoa quer continuar a estudar, fazer o mestrado, doutoramento, não consegue! E, portanto, acaba por se ir embora, e portanto, começa tudo de novo, outra vez, não é? Porque todo o *know how*, toda a aprendizagem, toda a capacidade das pessoas vai-se embora, portanto, garantir que tem pessoas durante 5, 10, 15, 20 anos, é fundamental, mas, sobretudo, garantir que elas ficam mas que, constantemente, estão sendo capacitadas, por isso os intercâmbios. Não há semana nenhuma que da ADPM não esteja alguém no estrangeiro, nenhuma, para não dizer mais, nenhuma. A semana passada estavam duas, esta semana vai uma para Espanha, na semana que vem vão três, duas para Inglaterra e uma para Itália, está a ver? É fundamental! É fundamental não só para o trabalho, mas para as próprias pessoas, não é? As pessoas têm que se capacitar, não é? E esse é o maior problema que as associações têm também, não é? Quem está nas associações não sabe o dia de amanhã! Uma pessoa tem que trabalhar em dois ou três projetos e ao mesmo tempo estar a candidatar outros dois ou três para depois quando estes acabam já ter outro aprovado. Isto é um desgaste tremendo! Tremendo!! É brutal, por isso é que é muito mais difícil gerir uma associação do que uma Câmara Municipal. O Presidente da Câmara não precisa de se preocupar com

os vencimentos das pessoas. Estão garantidos. E isso faz toda a diferença. Ele só tem que se preocupar em arranjar mais dinheiro, e assim, para fazer mais coisas. Só que os vencimentos das pessoas é fundamental para ter uma equipa estável, uma equipa tranquila; quando isso não acontece você tem que encontrar essa estabilidade, essa vontade, esse entusiasmo, de outras formas, não é? Não é fácil, esses fatores você consegue-os até aos 25, 30 anos, mas a partir daí que case, tenha filhos, tenha que os levar à escola... começa a pensar noutra estabilidade. E esse é o problema.

APÊNDICE VIII

Transcrição das Entrevistas a Autarcas dos Municípios do BA

TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA E8P

20 DEZEMBRO DE 2016.

1H20M

Sobre a Associação Livre de Ideias.

Isso tem muita coisa associada, e a nossa estratégia de desenvolvimento implica tudo isso. Está tudo associado aí. Mas essas palavras quer dizer tudo o mesmo. Mas depois na prática, o que se faz com essas palavras é que tem interesse.

Isso ficamos baralhados a dizer sempre a mesma coisa.

1. O DLS é um desenvolvimento com base nos nossos recursos e que seja feita de uma forma equilibrada; ter sempre em conta o meio em que estamos envolvidos, neste caso, o contexto regional.
2. Digamos que acaba por ser o Património, e a riqueza dos solos, sobretudo na vertente agrícola. (é preciso desenvolver? Provavelmente mais à frente...).
3. Bom, em primeiro lugar, acho que, no que diz respeito à utilização da terra, deveria haver uma política agrícola, a nível nacional, que, ela própria fosse de encontro a esse DS, ou seja, utilização da terra tendo em conta as necessidades e tendo em conta os eventuais prejuízos ambientais, havendo um equilíbrio entre a necessidade e aquilo que se está a poluir.

EU perguntei se este aspeto ficava dependente do âmbito nacional.

Mas isso não há outra forma, acho eu... outra forma, como é nós vamos...vamos pegar só nesta questão da utilização da terra, se nós entendermos utilizarmos a nossa terra para produzirmos determinados produtos, se não houver uma política

nacional que trabalhe nesse escoamento desses produtos, nós vamos ficar com eles aqui; do que é que vale a pena produzir...tem de haver uma estratégia nacional. Enquanto que a Estratégia, neste momento, se é que ela existe, e falando apenas concretamente no concelho de Serpa, as maiores explorações acabam por ser desse olival, superintensivo, e agora começa também o amendoal, a amêndoa. Há mercado, pelos vistos, para este tipo de produto, não é? Mas aí não está a haver um equilíbrio porque nós estamos apenas a produzir praticamente só dois tipos de culturas. Daí o que eu disse antes, tem que haver uma política agrícola nacional, que defina melhor o que se deve produzir e que tenha sempre em conta as necessidades e ao fim e ao cabo também tenha em conta os fins ambientais e saber se nessas culturas intensivas provavelmente utilizam-se mais produtos que não são benéficos para a salvaguarda do património natural até, da natureza em si, e até para nós! Vamos supor aqui que no concelho de Serpa se produzia tudo de modo biológico, mas se nos concelhos à volta se produzir tudo de todas as maneiras e feitios, esses prejuízos ambientais não param nas fronteiras, nos limites, do nosso concelho, daí eu dizer que tem que haver uma política mais no contexto, no mínimo regional, e já que somos tão pequenos não faz sentido estarmos com grandes diferenças.

4. Bom, a sustentabilidade é feita por pessoas, se nós não tivermos condições para que essas pessoas possam estar no nosso território com qualidade de vida razoável, não há lugar a esse trabalho construtivo da sustentabilidade, ou seja, não havendo condições, e aqui por condições eu refiro-me a questões dos serviços públicos. Se não tivermos escola para os miúdos andarem, se não tivermos segurança, se não tivermos serviços de saúde, se não tivermos *n* situações, até questões de justiça, os tribunais cada vez estão mais longe, se não tivermos meios de comunicação em condições para as pessoas se deslocarem, acabamos por não ter condições que essas pessoas fiquem por cá, e logicamente aqui a questão do emprego, postos de trabalho e, a concentração de pessoas gera dinâmicas, e aí podemos trabalhar no sentido dessa sustentabilidade e não havendo essas condições, nem temos pessoas,

nem podemos trabalhar. Um dos constrangimentos maiores acaba por ser a falta de condições, nomeadamente de empregabilidade, para que as pessoas se fixem neste território. Mas aqui, mais uma vez, não estamos a falar dos constrangimentos do município, do concelho, mas de uma região. As condições são similares entre Serpa, Moura, Mértola...com algumas diferenças, logicamente, mas, no geral, essas dificuldades sentem-se quase da mesma forma em todos os lados.

5. O que contribui para o desenvolvimento sustentável é o bom aproveitamento dos nossos recursos endógenos. Por exemplo, uma questão...uma questão de utilização do nosso património para fins turísticos. Um bom aproveitamento é: ao mesmo tempo que trabalhamos na salvaguarda do património, e aqui podemos falar do património material, construído, como o imaterial, como é o caso do cante, ou até do natural, a paisagem natural, o bom aproveitamento é salvaguardar este património, ou seja, conseguir transmitir às próximas gerações o património no mesmo estado em que o encontramos, ou, se possível, melhor, mas podemos na mesma tirar daí alguns dividendos económicos, rentabilizá-lo, nunca perdendo a perspectiva de que primeiro temos que o salvaguardar para o poder “aproveitar” em seguida.

EU: nem sempre o rendimento económico e a salvaguarda do património conseguem entrar no equilíbrio. Os interesses económicos falam sempre mais alto.

Pois, se fosse fácil ... sim, mas daqui até ao ... se calhar vejo mais isso na utilização da terra, em que o interesse económico fala mais alto e, de facto, a dimensão das explorações não têm em conta determinados aspectos, nomeadamente ambientais, como a finalidade dos ganhos serem maiores do que noutras áreas, como eu estava a falar, como na área do património, do património económico (estou a falar de forma geral) em que os interesses económicos não se sobrepõem, por exemplo não vamos derrubar uma parte da muralha do castelo para construir um hipermercado, por exemplo, não é tanto isso... agora, percebo que uma casa de

habitação própria podia ter lá um monumento que fosse importante a nível de património construído e a pessoa até acabou por demolir, ou por esconder, para fazer uma parte maior... esse tipo de situações acontece, não é? agora, estamos a falar de uma forma mais geral, isso de facto acontece de haver essa sobreposição dos interesses económicos, neste caso sobre a salvaguarda, mas de uma forma geral isso não acontece aqui no nosso território, no nosso município.

6. Mas quais são as Políticas Públicas Locais? São aquelas que nós definimos? As estratégias de DS assentam em dois recursos: uma no património, e outra na terra. Ao fim e ao cabo vem de encontro com o que acabo de dizer. Se estamos a falar de DS, é utilizado esses dois recursos que são nossos, e que nós podemos aproveitá-los. Na questão do Património, acaba por ser o que eu já disse, digamos que temos que trabalhar em dois processos paralelamente, de forma continuada, que é a salvaguarda do património e ao mesmo tempo de ele nos ajudar a desenvolver economicamente; trabalhar para que ele seja também um ativo económico. Se nós tivermos o centro histórico bem recuperado, se tivermos várias zonas do nosso concelho com vários pontos de interesse da natureza para serem visitados, se tivermos o cante, que é um património imaterial disponível para que as pessoas possam assistir, possam ouvir, tudo isso estamos a contribuir para termos mais visitantes, esses visitantes vão estar mais tempo no concelho, vão dormir mais vezes, vão consumir mais produtos, tudo isso, em todos esses passos, em todos esses momentos, há um contributo efectivo do nosso património para um desenvolvimento económico do nosso município.

Na questão da utilização da terra, aquilo que se pretende, em primeiro lugar, apesar de não haver a tal política e disso não depender de nós, é que haja uma maior diversificação das culturas... que se aposte também um pouco, ou que se comece a apostar na produção biológica, e ao mesmo tempo também que se consiga captar alguma indústria agro-transformadora já que produzimos muito, e tendo a

possibilidade de transformar alguns desses produtos aqui, isso traduz-se em mais postos de trabalho e as mais valias acabam por ficar também no nosso município.

EU: reiterarei a questão

Isto tudo dentro daquilo que a autarquia possa definir e que possa ter um papel minimamente ativo: na questão do património pode ter mais, na questão da utilização da terra já não poderá ter um papel tão ativo, mas ainda assim pode influenciar e pode trabalhar no sentido de ajudar, por exemplo. Nós estamos a finalizar um processo da instalação do Centro de Competências da Produção em modo biológico de produtos biológicos em que esse processo é liderado por nós. O Centro de Competências é um processo de âmbito nacional, como há o Centro de Competências do Montado, como há o Centro de Competências do Porco Preto, como há o Centro de Competências dos Recursos Silvestres, como há o Centro de Competências dos Produtos hortícolas, não é? e o Centro de Competência da Produção Biológica é liderado por nós, aqui, estamos a dar o exemplo de, em não podendo nós influenciar, ou o nosso parecer não tem um carácter vinculativo da forma como deve ser utilizada a terra, mas podemos influenciar um bocadinho e ao chamar para cá a discussão do modo de produção biológica também estamos a incentivar que alguns produtores, ou que todos, produzam um bocadinho de modo biológico, porque nós sabemos que há países que estão numa fase mais avançada, nomeadamente os países nórdicos, nomeadamente em que já existe muita legislação no sentido dos produtos biológicos ir aumentando gradualmente, e diminuir a outra que tenha a utilização de outros produtos que podem de alguma forma causar prejuízos ambientais.

Essas duas áreas, a salvaguarda do património e uma melhor utilização da terra, estas áreas estão mais ligadas na nossa estratégia de desenvolvimento, há outras, mas aí nós já não temos tanta ... (como é que hei-de dizer) ... não temos tantas condições para que isso seja uma base de desenvolvimento do nosso território, porque sai fora das nossas competências, digamos assim, por exemplo a utilização

do nosso clima para a produção da energia limpa. Nós estamos totalmente disponíveis para colaborar em processos desses, não temos condições para desenvolver esse tipo de projectos, nomeadamente a questão da utilização do solo e da utilização da energia solar é um grande investimento que uma autarquia não tem condições para avançar para um investimento desses, não é? Também pode ser, e também deve ser (...) [bzzz do telemóvel] um dos pilares de desenvolvimento sustentável.

EU perguntei sobre o projeto SKA, e se há estudos dos impactos ambientais sobre a instalação de tecnologia (caso da radiometria), instalação de painéis e impactos no solo e na saúde das pessoas.

Voltamos ao início da questão que é a do **equilíbrio**. Qualquer utilização do solo, que é feita neste momento a nível agrícola, em 90% das explorações se calhar têm impactos, se calhar mais imediatos, e não há regulação. Logicamente quando nós pensamos que podemos utilizar o nosso solo para produzirmos energia, claro que não tinha a ideia de que o território do município ficasse coberto de painéis solares, agora, criar condições para ter mais uma área para a produção de energia ...parece-me que sim, e independentemente de a energia não ser 100% limpa, parece-me mais limpa do que outras formas de produzir energia, é uma questão que deve ser presentemente de interesse para o concelho de Serpa. Entre a central que está instalada na freguesia de Brinches e depois vários pequenos equipamentos que depois existem em casas particulares, em equipamentos municipais, nós produzimos energia para cerca de (se não estou em erro) de 10 000 pessoas. Nós somos 15 500, digamos que nós somos quase sustentáveis na produção de energia que é utilizada pelas pessoas (não estou a falar da indústria). E, havendo condições, e de uma forma equilibrada, o concelho poderia produzir energia para aquela que consome. Digamos que, dessa forma, estávamos a contribuir para o tal equilíbrio que se quer, e que se quer sustentável. Sabemos que quando produzimos energia solar, ou quando é o processo mesmo de produção de energia, digamos que não tem grande impacto ambiental, impacto tem é na construção dos próprios painéis,

das baterias...mas ainda assim, digamos, que será um mal menor, há opções que têm que ser tomadas, se calhar a produção de energia através da obtenção do petróleo acabam por ter mais perigos ambientais do que a utilização de energia através da utilização do solo.

EU: e a CM tem essa preocupação de pedir pareceres a outras entidades.

Não sei de cor todas as entidades que têm de ser consultadas, até porque isso depende da dimensão do projeto, da capacidade de produção de determinado equipamento técnico, eu julgo quando é a instalação numa casa particular, numa casa de habitação, não carece de parecer de entidade nenhuma, a não ser que tenha que ver com questões de utilização, esteja no centro histórico, precisa do parecer da Direção Geral da Cultura, mas, especificamente por questões ambientais, ou de produção de energia, julgo eu que até não tem parecer nenhum. Claro que se for uma central com uma capacidade de produção grande, aí ou vem a Direção Geral da Economia ou haverá outras entidades que têm que se pronunciar.

7. A CM é inserida em várias associações e em várias entidades. Nós fazemos parte da CIMBAL, e muitas das questões passam pela CIM. Nós fazemos parte de outras associações, nomeadamente da ResiAlentejo, que tem que ver com o tratamento dos resíduos, nós fazemos parte da CCDR, quer dizer,... e há outras questões que vêm também através da Associação de Municípios, digamos que os veículos de comunicação acabam por ser esses, e há algumas questões que vêm directamente de alguns Ministérios para as Autarquias. E, depois, logicamente estar atento sempre não à Lei das Finanças Locais, mas sim ao Orçamento de Estado para cada ano que traz sempre orientações que temos que tomar, umas vezes porque temos vontade, outras vezes obrigados.

Se olharmos para aquilo que a nossa Constituição diz, que temos três poderes em Portugal, um Central, outro Regional, que nunca se efectivou, e outro Local, e que eles são autónomos, algumas dessas orientações ou dessas obrigações que

decorrem do Orçamento de Estado, podemos classifica-las, provavelmente, como inconstitucionais porque está a entrar directamente na autonomia do Município. Um pequeno exemplo, uma Lei que foi aprovada em 2011, 2010, por aí, foi a Lei dos Dirigentes, que diz que uma CM em função da população só pode ter um número específico de Chefes de Divisão, por exemplo. O que é que isso contribui para o bem do país, ou para o mal do país, haver uma regra que defina isto e não ser a própria autarquia a definir, da forma que quer trabalhar e estrutura a sua equipa. Um exemplo concreto de quando essa Lei saiu: a Câmara de Almada tinha cerca de 90 e tal Chefes e Dirigentes Intermédios e segunda a Lei só podia ter 50 e tal. A CM de Almada não tinha uma dívida, mas a forma como funcionava pelos vistos não estava bem para quem governava, mas porquê? Se tem a casa arrumada? mas o porquê de ter que funcionar desta forma, aí estamos a entrar naquilo que é a autonomia do poder local. Agora, se o Governo define uma regra que diz assim “meus amigos, vocês têm de dívida, e têm que chegar ao final do ano com 99, isso apreço-me pacífico. Se é um objectivo comum, todos temos dívida, todos temos que diminuir a dívida, vamos todos trabalhar para isso com um objectivo; agora dizer que temos que fazer da forma A, B, ou C, acho que devia haver essa autonomia dentro dos municípios para fazer; obrigar o município a ter menos trabalhadores porquê? pode ter menos trabalhadores e gastar mais noutra área., isso é uma questão importante. Isto é um exemplo que simboliza muito o é interferir na autonomia e a forma de funcionar de uma autarquia.

8. Com base nesses dois recursos, o DS tem que ser com base em recursos que são nossos e que à partida não se esgotam, não é? E aí, acaba por ser aquilo que já disse, tem estes dois eixos principais, acaba por ser o património, e acaba por ser a questão agrícola que está relacionada com a nossa terra.
9. Uma ADL tem as suas competências próprias, o seu papel próprio, acho que é fundamental o bom funcionamento de uma ADL para o desenvolvimento desse

território. Depois depende também..., há umas ADLs que são mais vocacionadas para o tipo de formação, outras ADLs são mais vocacionadas para outro tipo de projectos, importa aqui a ADL estar em total sintonia com o território em que está inserida e trabalhar nesse desenvolvimento local.

10. Nós falando daquelas que operam aqui, em primeiro lugar vem a Rota do Guadiana que é de Serpa, depois também trabalhamos muito com a ADPM, que é qui de Mértola. O que é que sabem? Eles de alguma forma digamos que sabem de tudo, até porque nós desenvolvemos projectos com as duas. E com outras, nomeadamente com Moura, a ADC. Nós participamos aqui nos órgãos também da Rota do Guadiana, na Assembleia Geral, temos nós conhecimento do que eles desenvolvem, e eles têm conhecimento do que nós desenvolvemos, sendo que há processos em que trabalhamos os dois de forma conjunta. Temos uma relação, não digo diária, mas há alturas em que há mais ou menos ligação, mas há sempre ligação. Por exemplo, nós neste momento estamos a desenvolver o processo do Centro de Competências de Produção Biológica com a Rota do Guadiana ... e, por exemplo, estamos a desenvolver um processo que tem que ver...que tem como objectivo principal a fixação das agro-indústrias no nosso concelho com a ADPM. Essa questão da fixação das agro-indústrias é uma das acções e dos projectos âncora do **(EEC) PROVERE dos Recursos Silvestres, que foi aprovado à relativamente pouco tempo aqui na CCDR.**

11. Isso nós temos que perguntar a eles. Nós temos... e quando digo que temos essa ligação é porque temos mesmo, e falamos desses processos. Quando resultam as nossas PPLDS de alguma forma já está incluído o que também resulta dessa discussão com eles. Por exemplo esta questão da produção biológica, e a necessidade de termos outro tipo de agricultura que não seja só a a agricultura de uma forma mais intensiva, isso tem vindo a ser falado com a Rota do Guadiana.

Quando chegamos a um ponto em que avançamos para o Ministério da Agricultura, nós já temos por trás a discussão com a Rota do Guadiana. A RG tem desenvolvido um trabalho nessa área da produção biológica que é “O Olival Tradicional”, por isso quando nós dentro das nossas políticas de desenvolvimento há uma que refere em termos de produzir em termos de modo biológico de forma a que haja menos prejuízos ambientais e de forma a que haja mais postos de trabalho, mesmo que eu não fale hoje com um representante da ADL a dizer que esta é uma política nossa, é uma medida, isso já foi trabalhado com eles também. Por outro lado, essa questão da fixação das agro-indústrias é um processo que já temos vindo a desenvolver com a ADPM há já algum tempo. Por isso nós hoje, numa intervenção qualquer, num documento qualquer, a dizer que a fixação das agro-indústrias é uma peça chave do desenvolvimento que queremos sustentável do nosso município, criação de postos de trabalho, fixação das mais valias, transformando aquilo que produzimos já, e mesmo que eu não diga nada...eles sabem que é isso [a referência implícita à participação das ADLS na definição das estratégias de D do concelho]. Não há aqui ... (como é que hei-de dizer...) ... um momento específico em que nós damos conta das nossas políticas de desenvolvimento às associações, mas há sim, um trabalhar conjuntamente que quando surge ao conhecimento de associação A, B, ou C de que estamos a tomar esse caminho elas já sabiam que nós estamos a tomar esse caminho.

EU

Isso já tem que ser mesmo com eles. Eu acho que eles acham que o que estamos a fazer é mesmo o papel de uma Câmara e do que deve ser feito. Se não também me chamavam a atenção. Quando nós estamos aqui a apostar no turismo com base no nosso património, eles já tinham dito que deveríamos apostar no turismo mas com base noutra coisa qualquer; nós estamos a falar em linhas gerais e aí concordam de certeza. Se nós agora entendermos pintar o castelo de branco, (exclama ah!), provavelmente eles acham que não, não é? Isto no geral, porque pode também haver uma medida ou outra, ou uma ação, em que possam não estar 100% de

acordo, ou estar até em desacordo, mas no essencial partilhamos, se calhar quase na totalidade dos atores políticos neste território, no nosso Alentejo, tirando alguns municípios que têm uma realidade um pouco diferente, de resto muito do Alentejo passa pelo potencial agrícola e potencial turístico, no meu ponto de vista, isto é quase um caminho, não digo que é único, mais é assim, agora, como se faz? Aí já pode haver quem respeite mais, quem salvguarde mais, depois há a questão de tirar os dividendos rapidamente...aí depois já há várias formas de desenvolver o processo, mas acho que a base acaba por ser essa.

12. Participação das ADLs na tomada da decisão

(O presidente da ADPM está a ligar)

Como digo, nós temos um contacto, muito próximo, essa influência não acontece quando estamos a desenhar o documento. Em Outubro a Câmara tem que apresentar ...mas acabam por influenciar pela proximidade que temos, pelas estratégias que temos. Também há outra razão, digamos, que eles também acabam por influenciar ...e aqui acho que positivamente, tem a ver com o seguinte

TRANSCRIÇÃO ENTEVISTA E9P

28 DE DEZEMBRO 2016

Duração: 54 minutos.

1. O desenvolvimento que pressupõe continuar a nossa atividade geral, municipal, local, sem comprometer o seu futuro e essa mesma continuidade...transmitir à geração vindoura o mesmo ou maior capacidade de assegurar a atividade humana, basicamente.
2. Nós temos um programa que foi iniciado em 2008, que não sei enumerar todas as suas características mas, basicamente, (tenho aqui uma cabulazinha), que o principal objectivo era, precisamente, contrapor às alterações climáticas medidas que prossuponham a melhoria de comportamentos humanos, e implementação de políticas na redução dos gases dos efeitos de estufa, era na altura.

Nós temos um conjunto de acções, o Guia que foi criado em 2008, desde a implementação da Agenda 21 Local, à questão da substituição das estações de tratamento das águas residuais, à sensibilização e informação ambiental da população local, a própria aposta de que se poderia fazer (e ainda se deu alguns passos nesse sentido) da construção sustentável, na proliferação e dinamização de parques solares no concelho, na elaboração de um Guia para o consumo sustentável, na própria aposta para a eliminação eficiente, na promoção do aumento da recolha de resíduos recicláveis, participação do Programa Eco 21 da Associação da Bandeira Azul da Europa, erradicação do uso de plástico na publicidade, a que se juntou depois disto tudo, e neste último ano, a participação precisamente nesta estratégia municipal de alteração climática,...a Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo foi a única escolhida pela Agência Portuguesa do Ambiente, aliás neste caso seria o único município da CIM a par de Odemira, Baixo Alentejo Litoral, a desenvolver uma estratégia com vista á promoção de medidas de salvaguarda, ao fima e ao cabo, para combate às alterações climáticas. (Estratégia Municipal das Alterações Climáticas).

Eu - E a agenda 21 local ?

Isto iniciou-se em 2009 e até 2012, 2013, desenvolveram-se acções que se disseminaram um pouco por todo o território do concelho, depois dessas conclusões terem sido asseguradas não houve, para além disso, tentativa de desenvolver essas, essas, essas acções, designadamente com o que se prende muito com o que acabei de dizer, vem na própria Estratégia de Ferreira Sustentável, mas depois nunca mais se ouve qualquer tipo de intervenção nesse domínio. Houve sim preocupação de integrar todas essas medidas na revisão do Plano Diretor Municipal que está ainda preste a concluir-se e que irá terminar em 2017.

Ela (agenda 21 local) funcionou como um ponto de partida. Não fiz questão de referir isso, mas também desenvolvemos planos de de antes de aderirmos a esta Estratégia de Alterações Climáticas promovida pela Agência Portuguesa do Ambiente, desenvolvemos nós programas de intervenção sobre as alterações climáticas e sobre a eficiência energética, sobretudo. E isso foi, esteve presente na própria Agenda 21 Local. Foi ponto de partida, e houve muita gente a participar no concelho disseminadamente.

3. Sobretudo a questão cultural.

Tem que verdadeiramente ser assumido, não só dos poderes públicos em geral, mas também de várias entidades locais, que o desenvolvimento sustentável dever ser algo que deve ser procurado, promovido e assegurado, e não apenas enunciada a sua existência, qualquer tipo de feitos que possa vir a ter, sem que depois se faça nada para isso. Há muitos diagnósticos já, há muitas definições sobre o que poderá vir a ser feito, no caso de podermos ter que mudar comportamentos, de podermos mudar modos de atuação, mesmo ao nível da Administração etc, e isso obviamente tem que ser o maior desafio de todos é passar essa ideia às pessoas e efetivamente promover esses comportamentos, e transformar essa análise de situação, essa identificação da situação em algo palpável, em algo que verdadeiramente tenha implicação direta na vida das pessoas. Isto é uma das coisas, quanto a mim, o maior problema, depois é a questão que passa naturalmente pela questão da sensibilização.

A questão da sensibilização: eu penso que aqui há um papel fundamental do ensino – da questão da Educação- dos estabelecimentos de ensino, do sector da educação em geral, de priorizar e não entender esta política como mais uma, esta política de sustentabilidade, de promoção ambiental, vai ser a que irá condicionar todas as outras. Nesses termos, deveria haver uma particular especial atenção ao nível do ensino, ao nível da sensibilização das crianças, da comunidade educativa em geral e perceberem que a realidade vai ser substancialmente diferente porque existirão vários factores exógenos que irão condicionar essa mesma realidade, e nesses termos é fundamental, como disse atrás, que se priorize, que se dê maior atenção à questão da Educação Ambiental.

4. Se é um desafio também é um constrangimento, a questão cultural que de alguma forma nos inibe em pensar a Educação ambiental como algo estratégico e decisivo para as nossas vidas. Ou seja, não tenho dúvida nenhuma que o maior desafio de tudo isto é que se realmente dê a devida atenção antes que os efeitos se comecem verdadeiramente a sentir alguns constrangimentos à própria atividade humana, neste caso a atividade municipal, a atividade da nossa comunidade, antes que os efeitos se façam sobre essa atividade, antever o que é que pode significar. Nesses termos, a questão cultural é fundamental e a Educação Ambiental é não só o maior desafio como o maior constrangimento porque temos naturalmente uma população que não foi nem preparada nem educada para essa situação.

O outro constrangimento que realmente deveria existir, e que de alguma forma se foi tornando mais fácil, é a dos meios financeiros, sobretudo para lidar com isto tipo de situações. Dada a importância deste sector, desta temática, era muito relevante que se equacionasse verdadeiras “campanhas cívicas” (se me é permitida a expressão) para que as pessoas possam efectivamente envolverem-se nelas, e não haja o constrangimento de de...ser mais um custo para a organização, para a associação, e não encarar-se isso como uma verdadeira opção... estratégica, de divulgação, para produção de efeitos.

5. Ir buscar gerações mais novas para o tema, atrair gerações mais novas, sensibilizar a população para a problemática, agilizar as formas de dinamizar essas campanhas, essas promoções, essas sensibilizações e acima de tudo articular entre as várias entidades locais, centrais e mesmo privadas, essa intervenção. Ou seja, não é muito aceitável que depois nós Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo tenha determinada postura e que depois a Câmara de ... ao lado, tenha outra, a entidade privada que de alguma forma é uma associação ou uma entidade qualquer com um fim... muito válido mas que depois pensa as coisas ainda de forma diferente, enfim, tem que haver aqui uma integração da estratégia municipal da promoção do DS, basicamente.

6. Tem havido um grande progresso no que diz respeito à sensibilização ambiental, à tomada de consciência da da da dos efeitos do ambiente na nossa vida, mas mesmo assim penso que ainda há um longo caminho a percorrer, sobretudo, porque também se começou a chegar à conclusão de que muitas das campanhas que são desenvolvidas, promovidas a nível nacional, por exemplo, não têm o impacto que deveriam ter. Eu dou um exemplo. Nós por exemplo temos uma baixa taxa de de de reciclagem de materiais, de produtos, de papel, vidro, não obstante tendo nós desenvolvido algumas campanhas nesse sentido, permanentemente estarmos a ser... não tanto ultimamente, talvez até tenha havido algum abrandamento na questão da sensibilização a nível nacional do ambiente em si junto das pessoas mas não tem funcionado essa reciclagem de materiais, a aposta na reciclagem, a própria ... o simples aspeto de atirar o papel para o chão, continua a fazer-se isso. Se for perguntar às pessoas se a questão do ambiente é importante, elas acham que é importante, mas não fazem muito para isso. Na prática, está identificado o problema, está identificada a situação, mas depois não é consequente. Somos pouco consequentes nas coisas. Continuamos a não valorizar ou não valorizamos a temática ambiental como deveríamos fazer e valorizamos muito mais outras atividades humanas do que propriamente a tematicamente ambiental, basicamente.

7. TV, órgão de comunicação social, sobretudo. Internet, redes sociais, agora mais ultimamente e menos em material impresso, mais a nível imaterial.
8. X
9. Nós damos aqui um contributo muito significativo que é a questão dos parques solares. FA é o segundo maior concelho de produção de energia solar fotovoltaica do país, e nesse aspeto, eu quero crer que é um importante contributo que estamos a dar ao país não só em termos da região, do concelho, mas do país. A nível de impacto, distingo este.
10. É muito relevante, mas, para isso,como qualquer entidade, necessita de meios; nenhuma ADL poderá desenvolver uma atividade per si se não tiver o respetivo envelope financeiro, de apoio financeiro. As ADL são por natureza... são entidades que vivem naturalmente de apoios que obtêm, seja de nível nacional, regional, local, a situação funciona nesses termos... mas são decisivas, porque são agentes no terreno conhecedoras do terreno e, sobretudo, têm uma coisa que normalmente, normalmente, não é muito comum, apesar de terem o seu nome a extrair do local, raramente o são, no nosso caso todas as ADL têm alguma ligação com vários concelhos. Nós temos aqui o caso da ESDIME – nossa gestora do antigo proder, antigo leader, PDR2020-, são entidades que...cuja intervenção se faz em vários concelhos, Ferreira, Ourique, Castro Verde, parte de Odemira, Almodôvar, Aljustrel, portanto têm várias...portanto é fundamental porque têm um aspeto muito mais abrangente do que por exemplo uma Câmara Municipal. O CM versa sobre aquele território, decide, é certo, mas a nível de sensibilização, promoção, de criar essa consciencialização ambiental...são fundamentais.

[extravasam os limites concelhios, municipais]

[ADTR: ainda não tem um grande impacto em termos municipais; ainda que não considere que esta ADL não tenha vocação sustentabilidade].

A ADTR ainda não tem um grande impacto extra municipal, é a única, aliás, que temos para além da ESDIME.

11. Nós articulamos grande parte das intervenções que temos com as ADL também porque há muitos órgãos em comum (ex. a rede social) em que participam umas e outras. Dou-lhe exemplo, por exemplo, as que fazem parte da rede social. Agora...voltando à questão, as ADL só saberão se tiverem algum interesse imediato nisso, um interesse direto nisso, e que tenham um projeto que seja sustentado por fundos, naturalmente, e mais não lhes é exigido.
12. [AS PPLDS] são fundamentais se se traduzirem em projectos financiados, caso contrário... repare, isto é uma verdade la pallissiana, sem forma de desenvolverem proejtos, nunca poderão... a não ser que tivessem apoios financeiros de outras entidades... tirando isso não há grande possibilidade de se desenvolverem se não tiverem um grande suporte financeiro.
13. Penso que elas não são...com a exceção das exigidas por lei, não são chamadas a nada disso (referia-se a tomada decisão) Não há a demonstração de interesse, mais uma vez, a não ser que estejam realmente, directamente envolvidas nos projectos, se elas não tiverem envolvidas nos projectos, elas próprias não se sentem habilitadas para participar na decisão.; A não ser que haja um projeto qualquer de interação multiorganizacional, ou seja, ADL, uma organização do concelho, a câmara municipal, e isso tudo, por exemplo na questão das Estratégia da Alteração Climática, houve um fórum em que todos foram envolvidos, nesses termos o que é que as ADLs podem sugerir ? apenas sugerir, dar um contributo para a discussão, mais do que isso não. É uma questão de legalidade aí.

Perguntei sobre a Agenda 21, e a dimensão da participação das ADL na tomada de decisão. O entrevistado respondeu:

Participação, não é decisão. É essa a confusão. No fundo, a participação pressupõe isso mesmo, o debate, a discussão, a sugestão. A decisão, cabe a nível local à CM, e a outras entidades que tenham essa tutela, como a agência do ambiente, ministério do ambiente sugere as várias. As próprias organizações ambientais não têm qualquer tipo de poder de decidir (é só para salvaguardar isso!).

Eu contraargumentei: Orçamento Participativo ?

Nós não temos cá. Estou a perceber o que está a dizer...a decisão nem que seja parcial, isso é importante, de qualquer forma, lá está, isso pressupõe que haja uma particular vocação de uma ADL para a questão em concreto. Uma ADL não vai pronunciar-se sobre o desenvolvimento sustentável quando não apresentou qualquer tipo de projectos ou de programas relacionados com o DS, por isso é que eu estava a dizer, é mais nesse sentido, nesse sentido, o próprio OP está sujeito a regras de participação que pressupõem, também, que não sejam só um, dois ou três atores a decidir, não é? O que é ao fim e ao cabo o que nós fizemos agora sobre a EAC foi precisamente isso, agrupar um conjunto de sugestões, um conjunto de definições sobre o que poderia ser fundamental para o município, município território.

EU: abordei o processo do Programa Nacional de Coesão Territorial, UMVI, até que ponto é que as ADLs estiveram presentes ?

Entrevistado: Eu penso que não houve particular enfoque. Foram convidadas várias entidades, este PNCT foi mais, sobretudo, dar a conhecer o que se pensava fazer (uma vez que é da Administração Central, tenho alguma dificuldade em falar sobre isso), e não tanto chamá-las a dar um contributo. Todos os processos de decisão estão sujeitos (passo o termo) a consulta pública; hoje qualquer órgão que tome decisão, desde a Câmara, desde qualquer entidade, está sujeita não só ao escrutínio, como ao próprio acolhimento de eventuais sugestões que possam vir a fazer. Agora, não há assim um exclusivamente dedicado às ADLs, penso que não.

14. Têm sido bem acolhidas. As próprias ADL têm-se mostrado disponíveis. (fala da ESDIME porque a ADTR tem uma função muito específica, mas não é de âmbito ambiental; e mesmo a ESDIME tem projectos apenas com uma vertente ambiental, ou impacto ambiental. No caso das EAL apenas esteve a convite da própria agência do ambiente, mas têm estado sempre disponíveis para colaborar. . As ADL (Esdime) é uma entidade que conhece o território, com uma componente mais alargada do que a escala do

município e que, conhecendo os atores no território, é fundamental e imprescindível na sua contribuição.

15. (questão da operacionalização).Tenho querer repetir-me. Isto tem sempre a ver com o facto de estarem ou não directamente envolvidas, se não é-lhes pedido meramente uma opinião, um parecer, uma sugestão. Com base na experiência passada, nós criámos aqui uma estrutura que era uma antiga escola primária nos Gasparões (que é uma localidade ao pé de Ferreira) onde funciona (agora não tem lá nenhuma pessoa porque temos falta de recursos humanos) e que temos que reactivar que é o Centro de Educação Ambiental de Gasparões; e tivemos a colaboração de várias pessoas, mas não propriamente dito de alguma ADL, não. As ADL se tiverem uma componente ambiental, pois com certeza estarão propensas a isso, pois caso contrário, muito dificilmente isso acontece, só se lhes for pedido, e mesmo assim dão o modesto contributo que têm que dar.(Não tem havido ADLs com vocação específica ambiental).

16. São bastante positivas, em primeiro lugar porque se começa verdadeiramente, mesmo com algumas dificuldades vividas anteriormente, a tomar consciência da importância da temática. Em segundo lugar, porque...eu pessoalmente tenho grande expectativa que as próximas gerações tenham, por via do que pode vir a acontecer, dos ricos que poderemos ter a nível ambiental....de se envolver directamente neste processo. Em terceiro lugar, todos nós, enquanto entidades públicas somos naturalmente forçados a preocuparmo-nos com isso, coisa que não acontecia anteriormente, havia essa vontade voluntária, a demonstração voluntária do nosso interesse. Agora não. Todos os impactos ambientais que existem, todo o envolvimento que as câmaras e as entidades publicas locais têm que ter para a promoção, a salvaguarda do ambiente, faz com que eu esteja particularmente expectante, perfeitamente optimista, relativamente a esta questão.

17. Aqui há dois aspectos: antes de ir para a Câmara já tinha as mesmas preocupações ambientais, ... fomos das primeiras Câmaras a definir o plano ambiental aqui na região... – Ferreira Sustentável – . Fomos até distinguidos por boas práticas a nível local. Não

vejo que particularmente tenha mudado muito, porque já tinha uma consciência ambiental já algo marcante. Agora que naturalmente nós somos sempre despertados por problemas, por situações que vivenciamos. Mudava alguma coisa do que fez? Claro que se mudava! A percepção que temos na altura é completamente diferente da que temos agora; não podemos mudar o passado mas podemos mudar as nossas atitudes face ao que fizemos na altura porque o conhecimento é completamente distinto. Agora... não fui completamente abençoado pela mudança de comportamento.

18. Participação, Participação pública, envolvimento público da comunidade,.... Priorizar-se esta temática relativamente a muitas outras, ou às demais, melhor dizendo, e... perceber que temos que passar das palavras aos atos, ou seja, temos que ser consequentes com o que dizemos, com o que escrevemos, com o que definimos, não é? Não é suficiente dizermos que somos a favor da reciclagem e se depois não pomos o papel no papelão, ou o plástico no plástico.

EU: perguntei: dado que as estratégias de reciclagem nem sempre têm acolhimento junto da população, como equacionar outras estratégias que surtam efeito?

Nós temos estado a pensar internamente, e pensamos várias coisas, até pensar o que outros concelhos já fazem... (falou da senhora que trabalha na sua casa; referiu que dado a idade da pessoa é difícil ela mudar esses comportamentos). Houve alguém que me disse contra a reciclagem, “porque é que estou a reciclar tudo se depois juntam tudo?” Para já é uma questão cívica. Para já, facilitarmos o processo de seleção e se a coisa for facilitada gasta-se menos energia, gasta-se menos esforço, há menos esforço, há menos dispêndio de toda a gente para que as coisas fiquem como devem estar. E em segundo lugar, é questão da cidadania que é fundamental. Se reciclarmos naturalmente que não gastamos tanto, não é, e nós não temos a noção dos recursos que são empregues. (:::) É uma questão de termos que perceber que tem que haver uma triagem de resíduos porque disso depende também a própria, lá está, a sustentabilidade de todo o sistema ambiental.

[...] EU

Se nós tivéssemos meios para isso (voltando um bocadinho atrás) ...por exemplo, nos EUA acontece que quem recicla muitas garrafas recebe um vale ou uma gratificação qualquer, e isso funcionaria aqui, mas isso aqui é extremamente difícil de implementar porquê? porque isso depende quantificação de coisas, centros de recolha, as próprias....há coisas que se não forem feitas por Lei a nível geral...depois fazem uns mas não fazem outros... “ai vou deixar o meu papel ou o meu plástico ao concelho vizinho porque eles pagam isto e vocês não pagam”, torna-se complicado. Relativamente à questão das empresas...a nossa escala é reduzida mas nós temos que ver que toda a atividade humana tem...eu nunca fui fundamentalista ao ponto de pensar que a atividade humana tem que se subordinar a tudo, agora, nós temos é que desenvolver a nossa atividade humana com o respeito máximo por aquilo que podemos fazer. A nossa atividade vai ter sempre impacto. O facto de nós estarmos aqui estamos a causar impacto no ambiente. Eu e você que estamos aqui, estamos a consumir energia (AC), a gastar papel, estamos a gastar oxigénio, há um impacto natural da nossa atividade enquanto seres humanos. Agora não podemos é pensar que a nossa atividade se sobrepõe a todas as demais. E tem sido feito ao longo dos anos (mais por imposições legais, é um facto!) limites à própria atividade, por exemplo intensiva, e nós estamos a caminhar nesse sentido naturalmente. Há alguns anos atrás, estas culturas intensivas que existiam, usavam três, quatro ou cinco vezes mais adubos, mais produtos químicos do que actualmente. Há uma exigência por parte das pessoas também nesse sentido. Há uma exigência sobre se fizermos cultura intensiva, daqui a quinze anos não há terreno que aguarde! Temos que pensar nisso tudo. Isso mudou muito e vai mudar cada vez mais. E vai mudar porque estamos na Europa. E vai mudar porque estamos na Europa. Se estivéssemos nos EUA ou na China, isso não se punha. Aí se me disser assim: “do que adianta a Europa estar a cumprir, sermos bons alunos, se os outros não o são ? pois...pois...aí já não é uma escala local, mas é uma escala continental e aí, então, dizemos assim: do que adianta a Europa, a Noruega, os países nórdicos, a Dinamarca, a Suécia, sermos extremamente disciplinados se... e mesmo nós (com as nossas deficiências todas)? Se depois apanharmos a Índia, a China e a Indonésia a explorar o

máximo que podem porque têm uma necessidade humana, porque se não fizerem isso morrem de fome, se não usarem combustíveis fósseis...porque o investimento que se prevê para as hídricas são muito mais elevados do que se explorarem uma refinaria que já tem quase cinquenta ou sessenta anos mas que funciona melhor... Isto é tudo muito relativo! Nós procuramos à escala local, regional, mas depois há a escala mundial e aí a coisa é mais complicada. Nós enquanto centro do bem-estar, do respeito e da preservação ambiental, como é a Europa, nós temos a obrigação de fazermos muito e continuamos a fazer; agora, os outros não fazem, e isso ...não há aqui uma protecção que de um lado as coisas são boas e do outro lado não o são, o planeta é só um! Quem cá está apanha com o que está do outro lado! Pois!

19. Para já um maior envolvimento das pessoas (e agora não estou a falar do nosso caso que considero que, modestamente, temos dado um contributo para isso), a própria assunção de responsabilidades do poder local de que a temática ambiental deve ser partilhada e deve ser discutida com a sociedade em geral. Da parte da sociedade em geral, da comunidade, reconhecerem que “eles”, “nós”, cidadãos, temos um papel aqui muito relevante na definição do que é que queremos a nível ambiental. Não podem ser só as entidades públicas a assumirem o ónus ou as responsabilidades na definição das políticas ambientais, porque... como diria o outro “estamos tramados!”

As pessoas têm que exercer a sua cidadania a nível ambiental, aliás como o fazem a outros níveis: quando exigem menos impostos também têm que exigir mais ambiente, quando as pessoas exigem mais saúde, também deve exigir que as energias renováveis sejam mais utilizadas, que haja menor desperdício de produtos, etc.

[EU perguntei: e na autarquia ? há espaço/momentos para escutar todas as pessoas tendo em conta a diferenciação de públicos?]

As nossas reuniões são sempre públicas, ainda hoje tivemos uma de manhã, mas se perguntar se as pessoas vão assistir, ninguém vai assistir ou só vão se houver um interesse qualquer, mas a temática ambiental está muito lá para trás nas preferências. Até porque, nós não sendo uma região ambiental particularmente atingida por danos

ambientais irreversíveis, ou muito graves, essa consciência ambiental está mais adormecida, menos visível. Nós temos é um problema muito grave (que é sempre o eterno problema) que é o défice de cidadania, não é? O que é que se pode fazer mais ? As pessoas não sabem ... (::) Nós tivemos aqui um exemplo de Orçamentos Participativos e aderiram três pessoas, portanto, agora eram essas três pessoas que iriam definir um projeto de 30 ou 40 mil euros (já não me lembro agora), isso não é justo, não é justo, não é justo...ah...[EU]Se for a ver, as pessoas mais qualificadas são sempre as mesmas pessoas a participarem. Isso depois tamb+em não é justo para os outros, (...) isto vai-nos sempre levar à questão da cidadania em todos os níveis, não é? A nível da atividade política, todos nós sabemos como as coisas estão, ao nível da atividade cívica, da atividade religiosa, por exemplo, as pessoas estão muito alheadas destes problemas, não é? E se noutros casos acham que lhes diz directamente respeito, no caso ambiental acham que não. As pessoas acham que é para esperar ou alguém decidirá por eles. Isso então ainda é mais difícil. A cidadania em geral é difícil, na cidadania ambiental é uma carga de trabalhos porque, sobretudo, a não ser que esteja uma central nuclear ao lado, e as pessoas disso tenham repercussões diretas na sua vida, aí, talvez. Isto é como tudo: as pessoas só se deslocam à rede da Câmara Municipal se tiverem um assunto particular que lhes diga directamente respeito. Não encaram aquele momento como um momento para promover uma cidadania ativa a vários níveis que não seja directamente no interesse delas. As pessoas fazem as coisas de acordo com os seus interesses diretos e imediatos. Ora a cidadania ambiental não é isso. E nesses termos, por essa razão, é mais complicado.

20. Eu acho extremamente útil que você esteja a fazer isto porque isto é fundamental para que as pessoas tomem consciência destas problemáticas, destas temáticas, porque estamos permanentemente a falar sem grandes efeitos, e nós temos...avanços há, e eu só optimista nisto porque temos que nos preocupar, mas é fundamental que se pense sempre nas políticas ambientais públicas como em algo para fazer e não para ir fazendo, ou para se fazer; é para fazer já, é para ter um impacto direto, e alguém tem que ser responsabilizado por isso, ou seja, as pessoas têm que atribuir responsabilidades... Nós,

ao longo ...fez agora 11 anos que assumi funções de Presidente da Câmara, aqui em Ferreira do Alentejo, e uma das coisas que nos propusemos já em 2008, já tinham passado três anos, foi a de substituir as ETRs todas. E temos vindo a substituí-las todas, a última vai ser a de Ferreira do Alentejo, num investimento de um milhão de euros mas que tem a participação de 85%, mas só foi mediante uma candidatura especial é que nós conseguimos isto. Agora diz-me assim: as pessoas preferem que se substituam as ETARs ou que se façam estradas que levem as pessoas....claro que preferem as estradas (...) alguém tem que perceber, nalguma altura, que este trabalho que nós tivesmos nas ETARs, não sendo visível, foi fundamental para depois podermos ter aqui. Nós tínhamos ETARs paradas, ETARs que não funcionavam, equipamentos electromecânicos todos ressarcidos (passo o termo) e isto teve que ver com um investimento de largos milhares de euros ao longo destes anos, isso deve ser valorizado também, e não o é, e não o é, como não o são as outras questões ambientais. E agora pergunta-me “porque é que fizeram”? Nós fizemos porque tínhamos a consciência ambiental nesse sentido. “Ganharam alguma coisa com isso?” se calhar a única coisa que ganhamos foi não ter que pagar multas. Mas grande parte das vezes, as multas saem mais baratas que o equipamento. Grande parte das vezes, não fazer é melhor e pagar a multa. Portanto.... (e ri). Espero que tenha contribuído!

Transcrição Entrevista E10P

28 Dezembro 2016

Duração: 54 minutos.

1. O que é...um conceito muito amplo, mas, se calhar... muito resumidamente, para nós e aquilo que +e a política local, é tentar que os territórios tenham um tipo de desenvolvimento, não apenas circunstancial, mas que mantenham também para o futuro, no sentido de tentar que as gerações vindouras possam continuar sustentavelmente a lidar com esse modelo de desenvolvimento.

Para mim, sempre muito associado a este conceito, estão as questões aspetos de integração da comunidade e as questões, também, da manutenção ou melhoria do ambiente. Eu considero que é um conceito, ou são áreas que estão totalmente interligadas e devem ser...essa responsabilização por esse desenvolvimento deve integrar sempre, no local, as pessoas, e o respeito pelo ambiente.

2. Nós andamos aqui em torno das mesmas questões. Pronto. Ao nível da CM, desenvolvimento sustentável...acabamos por estar sempre a falar das questões ambientais ou ligadas à natureza. Podemos falar do turismo natureza,...podemos falar de.. (não sei se tem intenção que eu diga algumas coisa mais concreta ?), podemos falar do Parque Natural do Vale do Guadiana, a zona protegida, não é? (silencio). As questões associadas ao meio natural, e neste caso concreto o Rio Guadiana. Acho que já falámos...

Perguntei diretamente sobre a Agenda 21.

Sim, nós temos trabalho na Agenda 21 Local e cumprimos grande parte das características, dos conceitos que por vezes são inseridos numa Agenda 21. Temos trabalhado nisso, como digo, fazendo, praticando grande parte desses conceitos, mas não temos...apesar de temos já feito vários foruns de participação pública, não temos propriamente uma Agenda 21 Local aprovada. Portanto nós temos feito algumas coisas....

Perguntei porque não existe uma A21 aprovada.

Nós, portanto, O trabalho mais importante está feito. Foi feito, a questão de formalizar para depois a aprovar é uma questão mais de formalismos, mas obviamente é algo que se tem que fazer, não é?

3. Eu digo que temos que contar sempre com as pessoas. Portanto, nós estamos a falar de um conceito que, se calhar, falasse mais do que se pratica, não é ? E eu também acho que as pessoas ainda não estão totalmente conhecedoras da dimensão que esse conceito pode ter. Eu acho que se nós queremos falar de DS de futuro, acho que as “pessoas” são sempre a palavra chave neste conceito, não é? Seja aqui, seja noutra qualquer território. As pessoas, no sentido individual, mas também coletivo da sua participação na sociedade, no sentido também ... das práticas... ou daquilo que as pessoas assumiram que deveria ser a sua prática mais corretas mas que é necessário que se altere de alguma forma, exploração económica. Tudo depende que as pessoas assimilem os conceitos e as práticas
4. A nível local... eu julgo que não haja impedimento nenhum. É uma questão de se trabalharem mais esses temas, não me parece que haja grandes impedimentos, não é?
5. O que é que contribui?... eu acho que...não sei...acima de tudo é necessário que as pessoas conheçam bem o conceito e que o consigam assimilar bem. Não me parece que haja grandes constrangimentos para trabalhar o DS local, não me parece que haja grandes constrangimentos. Poderá haver num momento ou outro, mas isso é normal, faz parte dos desafios que se têm que ter. Nós esbarramos com uma questão ou outra, por vezes até de nível mais burocrático, ou de ordenamento, ou de regulamento, ou de decreto de lei, ou outra coisa qualquer, de legislação que pode perturbar aqui algum desse desenvolvimento; agora, eu acho que são degraus que, com o seguimento desta política, se vão ultrapassando. Não me parece que hajam grandes constrangimentos que possam grandemente que isso seja

desenvolvido, não é ? que possa ser trabalhado, que possa ser a nossa estratégia a nível local.

6. Considerando o quê? Desculpe? (reformulei a questão). Não percebo... (coloquei a questão de outro modo). Há diferentes níveis... nós trabalhamos sobre (como qualquer aqui da região), sobre diferentes pontos de vista,... também não sei se é isso que você quer que eu lhe diga, mas...portanto, para além das perspetivas de desenvolvimento, nós temos uma dimensão mais micro, e outra mais macro. A nível micro, nós temos responsabilidades muito específicas, muito localizadas para com os nossos municípios, para com as pessoas daqui, a melhoria das condições de vida, portanto, a nível local estou a falar um pouco das obras ou das intervenções em estradas, dos arruamentos, dos vários eventos que fazemos, portanto, um pouco disso. Ao nível mais macro, portanto, eu acho que a nossa intervenção acaba por ser integrada numa intervenção mais regional, mais nem tanto tão local. Há questões que se desenvolvem, portanto, no âmbito regional; o nível local não tem essa dimensão. Há outras que sim, são desenvolvidas a nível local. Por vezes, o que é que é necessário para que essas políticas se possam implementar e desenvolver? É nós termos essa perceção de que determinado tema, determinado assunto, vai para o âmbito regional ou é trabalhado no âmbito local. Eu diria que, cada vez mais, cada vez mais, estar a falar de políticas locais e desenvolvimento sustentável, é algo que tem tendência em diminuir, em minha opinião, porque nós temos que ter uma perspetiva mais regional desse conceito. O nível local, portanto, é obvio que nós podemos ter excelentes práticas, podemos implementar excelentes projetos, podemos ter excelentes estratégias, mas eu acho que acabam por ficar debilitadas se não houver essa perspetiva regional, que por sua vez se integram numa perspetiva nacional, embora, em minha opinião, é muito mais fácil, portanto, associarem-se várias perspetivas locais numa perspetiva regional, do que várias perspetivas regionais numa nacional. Mas eu acho que essa dimensão é, na minha opinião, determinante para que nós consigamos devidamente aplicar um modelo de desenvolvimento sustentável. Quer dizer...não vai contribuir muito para o futuro, para um modelo futuro, se tivermos a região toda espartilhada. O município

de Mértola pode não ter esse conceito de DS de forma espartilhada, mas depois há outro município pode não ter presente e achar que não é importante, nem impactante, isto se não for numa lógica mais ampla, portanto, o estar a falar do local...fica tudo um bocadinho aquém. (Insisti para clarificar a relação entre o local e o regional). Eu acho que sim (que o local é aferido em função do definido regionalmente). Quer estas políticas podem ser aferidas no âmbito regional (como está a perguntar), mas também o contrário. Portanto, se houver esse conceito a nível regional, nós podemos, a nível local, ir trabalhando sempre nesse sentido. Eu acho que...estávamos a falar do turismo natureza, eu acho que é um exemplo que se pode dar, não é? Mértola tem vantagem e tem trabalhado sempre na perspetiva de, fazer sempre o turismo natureza ajude a desenvolver o município, não é? Nós também temos que ter sempre uma prática de defesa, não é?, da natureza e da conservação daquilo que falavamos há pouco, para manter aquilo que pode ser o que é diferente, diferenciador de outras regiões e possa trazer o desenvolvimento aqui, e daí, portanto, essa noção de sustentabilidade, de permanência para o futuro que nós tentamos... mas a nível regional, esse conceito a nível de uma entidade regional de turismo ou de outra entidade qualquer, não é', esse conceito devidamente assinalado pode tanto ajudar-nos a desenvolvê-lo melhor aqui, como nós podemos participar mais, contribuir mais para que o conceito, a nível regional, seja mais valorizado, e tenha outra dimensão, e por isso é que eu estou aqui que haja uma reciprocidade entre um e outro nível.

A nível regional, quem tem responsabilidades delegadas do poder central é a CCDR, mas há também outras entidades a nível regional, como a CIM, as próprias Entidades Regionais de Turismo, Associações de âmbito regional, estamos a falar aqui de agrupamento de cidadãos ou algo do género, também podem ser importantes, pelo menos para fazerem despertar, criar esta mentalidade diferente também para estes conceitos. Eu acho que há um conjunto de entidades onde também deverão estar as universidades, os politécnicos, portanto, o ensino superior, académico, que também há-se contribuir muito para que isto tudo possa ser devidamente enquadrado, não é ?

7. Quais são os meios? Eu acho que, acima de tudo, não sei qual seria o meio de comunicação, eu acho que, antes de mais, tem que haver uma linguagem que seja parecida, não é? Seja qual for a forma que as entidades comuniquem, tem que haver uma linguagem parecida que seja entendida. Se falarmos da dimensão do governo, eu sei que pode haver, e há essa mentalidade, aplicá-la localmente, se calhar aqui tem que haver, para aquelas entidades que não estão tão despertas, um incentivo, não é? Chegam via essas entidades que falámos, CCDR e CIM, são entidades parceiras e vão chegando... também chegam diretamente, no caso das autarquias, que é aquilo que posso falar, através da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, chegamos por vezes por contactos diretos com os secretário de estado, portanto, internet sim, email...portanto...mas, essencialmente hoje em dia, basicamente, é mail.
8. –
9. As dimensões? Ah! As políticas! Eu acho que isso depende muito, pelo menos a nível local, depende muito de local para local. No caso de Mértola, o grande setor é o turismo (tocou telemóvel e o entrevistado referiu que tinha mesmo que o atender). PAUSA. O grande setor é o turismo, e nas várias vertentes nós estamos muito direcionados para as questões da natureza, nós estamos aqui a falar do *birdwatching*, dos percursos pedestres, da caça, relacionados com o rio, os desportos náuticos, portanto, nós estamos muito direcionados para o turismo, mas as questões da natureza. E...acho que ... a conservação, a diversidade, são tudo conceitos, palavras que para nós são muito importantes para mantermos este desenvolvimento. É um setor que nos tem permitido que haja criação de empresas, que haja investimentos, sei lá, alojamentos, operadres turísticos...de empresas que têm tentado nos sequenciar nesta estratégia, e que, embora sempre a uma escala mais pequena, mais local, estamos a falar aqui de negócios, não é? Procuram a sua sustentabilidade, procuram manter-se, e não apenas por questões de momento, digamos assim, são questões que as pessoas m a trabalhar nelas e criar alguma maturidade para consolidar, portanto,... eu acho que é um setor que

será sempre muito importante para nós e essa vertente da natureza será sempre muito importante também.

Perguntei se estas estratégias têm sobrevivido à mudança de poder político na autarquia.

Pois é isso! (sorri) até hoje tem sobrevivido. Talvez por nós termos a noção de que estamos a trabalhar questões importantes para o futuro, eu acho que elas têm que continuar e têm sido transversais a essas várias políticas, não é? Por exemplo, o Parque Natural está criado há 21 ou 22 anos, e se calhar nos últimos 8 anos tem sido de maior ascensão, de maior importância para o Parque Natural porque tem havido essa consolidação, não é, sobretudo porque nós estamos a falar aqui de um trabalho que não é apenas de uma única entidade, mas um trabalho de parceria que congrega várias entidades, que têm a mesma visão, portanto, uma visão do território em termos de conjunto.

10. Quem é que são ? (perguntei se a ADPM). Pronto. Estas questões que estou a falar são trabalhadas por organizações locais mas também regionais, não é? Para nós são importantes aquelas que eu já falei, é importante a Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, são importantes a um nível geral. (Interpelei referindo que essas são do Estado. Também são participadas em algumas. A nível local, portanto, para nós é importante o Parque natural do Vale do Guadiana, é importante o Campo Arqueológico de Mértola, o Clube Náutico de Mértola, que são aquelas com que nós temos assim melhor proximidade. A ADPM, já disse, nós com as ADLs...temos relação, até porque estamos um pouco espartilhados, com a Rota do guadiana que é a ADL a sul), com a Alentejo XXI que é a ADL a norte, e depois com as Terras do Baixo Guadiana, que são as três ADLs que fazem a gestão dos Fundos Comunitários e com quem nós temos relação aqui no concelho.

11. Eu acho que... primeiro as ASLs têm que ter uma noção de que não estão no território sozinhas, portanto, têm um trabalho em parceria e tem que haver sempre uma congregação de interesses e de estratégias, de políticas de desenvolvimento,

não é? Eles têm que ter a capacidade de sugerir ao território determinadas melhorias, determinadas retificações nessas políticas, participar ativamente também nessa estratégia, mas ao mesmo tempo também que ter uma forma de suficiente que lhes permite ouvir as necessidades desse território pela voz das restantes entidades que têm que ser parceiras, não é? Portanto, eu acho que tem que haver sempre uma interligação, uma via de dois sentidos, para as ADLs possam cumprir bem a sua função, não é, e por outro lado saber identificar bem qual é a sua função, por vezes isso não acontece. Sim, eu acho que as ADLs, e estou a falar dessas três, que são aqui aquelas com que me relaciono, qualquer uma das três tem a preocupação em conhecer as políticas locais para o território, aquelas que são as intenções da autarquia. Normalmente até é ... no último Quadro aconteceu, quando eles estavam a criar a estratégia para o território que abrangem, pediram-nos contributos e nós enviámos várias sugestões para que eles construíssem essa estratégia. Qualquer uma tem a preocupação em conhecer as PPLDS, no último ..., aconteceu.

12. Eu acho que essas políticas são a viabilização da existência das ADL...um bocadinho mais do que isso até, portanto, elas existem, ou estão criadas, para que haja uma facilitação de proximidade, não é? de implementação dessas políticas e de, pronto, e de perspectivas de desenvolvimento local.

13. Eu acho que elas que, ao nível de terem sugestões vinculativas, isso não vejo de forma alguma isso com bons olhos, não é?, ninguém das ADLs é eleito pelo povo (sorri) para poder fazer essa...agora, eu acho que eles têm um papel muito importante se conseguirem perceber que as sugestões que têm, o conhecimento que têm, a experiência que têm, portanto se pode traduzir numa participação muito efetiva nessas políticas, mas obviamente ao nível da sugestão.
Confrontei o entrevistado com um dos pressupostos do DS ser a participação da sociedade civil na tomada de decisão, dando exemplo outras autarquias em que isso acontece.

Eu acho que isso até pode acontecer, repare, eu não identifico as ADLs como sociedade civil. Aliás, sim... também fazem parte, fazem parte, note, há associações e ADLs que são muito menos democratas do que uma Câmara é. Há associações onde, e vou dar-lhe uma ideia, de um exemplo daquelas que também conheço, em que para entrar um associado tem que cumprir umas regras muito apertadas... e há associações em que não têm interesse, elas próprias, de fazerem como estava a dizer de mostrar-se, e abrir-se aos órgãos que tomam decisão ou até à própria sociedade civil, trabalham muito fechadas sobre si mesmas, portanto, está a ver...às vezes é o contrário. Eu até posso admitir... ...que haja algumas dessas associações, ou dos corpos sociais que têm, ou das pessoas que as representam, possa haver até alguma... como é que eu vou dizer isto... possa não haver interesse em se abrir demasiado, não é? Pronto. Porque por vezes há questões que são contrárias, não é... imaginemos, sei lá, o quê... interesses políticos, por exemplo, podem obstar a alguma dessas situações, no nosso caso concreto temos que isso não aconteça, agora, por vezes, as associações para connosco têm uma visão diferente.

Eu sempre vi, e vejo, com bons olhos que haja uma verdadeira participação cívica, nas políticas locais, a todos os níveis, não é? Sendo que, obviamente, os eleitos de uma Câmara, Presidente mais eleitos, são quem, efetivamente, representam o povo na região, não é? São aqueles que foram votados, são aqueles que as pessoas escolheram para, e, portanto, a um determinado nível de decisão que tem que ser sempre dessas pessoas até porque a responsabilidade, mais tarde, também é deles. Agora, eu vejo com bons olhos que haja uma participação muito efetiva dessas várias pessoas, aliás, elas até podem ter essa participação ao nível do poder decisão porque, além dos órgãos da Câmara Municipal, há outros órgãos, a Assembleia Municipal, as assembleias de freguesias, portanto, há um conjunto de outras participações que essas entidades podem ter, não é, e até têm.

14. E 15. Sim, eu acho que é muito importante a participação das ADLs. Como lhe estava a dizer há pouco, as ADLs têm alguma flexibilidade para direcionar as PPLD Local, ao escolherem por exemplo, quais são os projetos que apoiam, ao escolherem quais

são os produtos e quais são os setores que querem priorizar, elas já estão aqui também a interferir nas políticas de desenvolvimento local e estão, elas próprias, a tomar alguma papel na decisão quais são as políticas que vão avançar porque eles estão a direcionar portanto os elementos que têm ao seu dispor para aqueles caminhos, não é, e eu acho que aí já é uma participação efetiva nisto. Agora, determinada política ou determinado projeto de desenvolvimento é muito assente em sugestões, não há apenas uma única pessoa que diga: “não, é isto que se vai fazer”. Eu acho que há um enriquecimento daquele projeto via sugestões, via conversar, ou reuniões, ou coisas que vão havendo, não só com as ADLs, mas com pessoas, com empresas, com associações, e é neste conjunto... em sessões públicas, fóruns, seminários... as próprias reuniões dos órgãos, portanto, tenta-se que haja essa participação, há encontros anuais, também, de diversas entidades. Por exemplo, nós temos uma pratica que é todos os anos fazemos um encontro anual de todas as associações culturais e desportivas, está a ver ? portanto, aqui, todas as associações que sob o ponto de vista cultural e desportivo mais dão à comunidade têm um momento em que todas elas se juntam, e se juntam com a autarquia e com outras entidades, e em que podem... em que falamos todos das dificuldades, das necessidades, do que podemos trabalhar, o que podemos implementar, portanto, eu acho que é este tipo de práticas que podem levar a que as políticas, os trabalhos... todo este trabalho um pouco imaterial seja sustentável. Eu acho que determinada associação, determinada ADL, não se mantém muito tempo se for a visão de uma única pessoa, de um único grupo de pessoas muito fechado, não é? Pronto. Tem que haver sempre aqui uma adaptação aquilo que nos envolve e para isso, também, há uma obrigatoriedade desse grupo de influir também na condução do que vai na sequência do que tem na comunidade, ou que tem a política, ou que tem o mundo, ou que tem o país, eu acho que há aqui.

16. Olhe, o que eu achava era que, o país, de uma forma geral, o governo, não que isso é muito fácil, mas o país devia valorizar mais os locais, ou os sítios, que têm essas políticas públicas de desenvolvimento sustentável, não é? E isso por vezes não é

muito valorizado. Implementar determinado tipo de desenvolvimento local tem mais custo do que outro tipo, não é? Portanto, se nós pensarmos numa lógica de futuro e de evolução sustentável, por vezes, a implementação dessas políticas custa mais aos municípios do que fazê-las de uma forma mais ligeira. E a diferença que há, poderia haver aqui um desequilíbrio do próprio país em relação a determinado município, determinada região, para sugerir que: “sim, os trabalhos aqui a gente participa, aqui a gente não participa porque é uma coisa circunstancial ou pontual” e isso, para mim, poderia fazer aqui a diferença, portanto, essa valorização do país a quem pratica as políticas de desenvolvimento sustentável locais.

17. Eu acho que tem que estar presente na nossa mente que tudo está em constante mudança, não é, e essa mudança pode ser melhor direcionada ou menos bem direcionada. O que nos auxilia a direcionar melhor essas mudanças, do ponto de vista local e a adaptá-los à região e ao país, eu acho que é um bocado a forma como nós assimilamos estes conceitos, e a forma como nos ajudam a interpretá-los. Nós temos uma interpretação nossa que pode ser a mais correta, como não. É por isso que eu gosto sempre muito de dizer que gosto de ouvir opiniões e essa interação com a comunidade, para sentir que estou bem direcionado com as minhas ideias e com as intenções que tenho. Este conjunto de opiniões e de conceitos só pode ser encarado no sentido positivo, de nos fazer crescer, ter uma dimensão diferente, um horizonte diferente dos projetos e das ideias do que tínhamos no momento. Portanto, só acho que posso dizer que é positivo, sim.

18. (Já respondida)

19. Eu acho que a palavra pass, ou a palavra chave nisto tudo, eu acho que é o diálogo, cordialidade, é, portanto, a reciprocidade. De nós, atores locais e que estamos no ativo na política local, com os nossos cidadãos e a sociedade civil, onde estão as ADLs, onde estão as empresas, onde está a comunidade escolar... por vezes, quando falamos destas coisas nunca envolvemos muito a comunidade escolar. Eu, acho que é fundamental envolver a comunidade escolar, em qualquer nível, desde o ensino básico ao ensino académico. Quando falamos do PNVG, há uma entidade que

coordena as políticas do parque, que é o ICN, e que acho que não tem uma proximidade tão grande quanto deveria ter com o local, se calhar, também, estamos a falar do que referimos há pouco que é a compreensão do país como um todo, mas também a compreensão das (silêncio) que dimensões mais locais, não é? Porque o país não é todo igual e não podemos ter uma política que é chapa 5 para aplicar em todo o país, se calhar a política terá eu ter três ou quatro outros pontos, tentando adaptá-la a cada uma das regiões, a cada um dos locais, e, portanto, essa flexibilidade, para mim, também seria algo que poderia ajudar ao desenvolvimento e mentalização de tudo isto.

20.

Perguntei sobre a PNCT da UMVI e docs de CCDR

Eu sou autarca há 15 anos, ou melhor, há 19 anos, 4 numa freguesia que não fui eleito e quinze no ativo. E eu devo dizer-lhe que tenho assistido a várias tentativas mas nenhuma tão concreta como esta de valorização do interior, não é? E essas várias tentativas quando se tem uma, nós estamos muito influenciados e participamos, e não se passa nada; quando vem a segunda tentativa, já ficamos um bocadinho mais de pé atrás, e assim sucessivamente e as coisas não vão acontecendo, não é? Aliás, o único projeto concreto que se traduziu na prática numa ação foi o PROVER, não é? Até aí não tinha havido mais nada Eu acho que essa Unidade de Missão que foi criada agora, e quando tive a primeira reunião com a Professora Helena Freitas que também esteve aqui a falar comigo, eu achei que isto tudo podia, depois de espremido, dar algum sumo, e desde aí, não estando muito crédulo do que uma coisa destas pudesse dar, nesta ação concreta eu acreditei, e continuo a acreditar, e participei até em diferentes reuniões, uma aqui diretamente sobre as questões de Mértola, duas ou três de âmbito regional, uma de âmbito nacional, onde também participei e pronto. Salvo erro são 164 as medidas que lá vêm, e nessas medidas eu reconheço quatro ou cinco das que falei com a Professora Helena Freitas. Agora, o que é que se passa? As mediadas ali vêm num âmbito muiiiiito geral, muito genérico, muiiito que, que ...foi o que eu sugeri a

ela e ao Eng.º João Paulo Catarino que tinha que haver, (e até perguntei ao Srº Ministro nessa sessão [realizada em Beja] como se iria implementar cada uma das 164 medidas). Elas são muito gerais e muito generalistas, como é que se implementam cada uma delas para a região onde foram pensadas. Eu acho que aquelas medidas surgem ali, porque foram identificadas em cada uma das regiões faltas, necessidades, não é ? Como é que se vão trabalhar nas regiões cada uma daquelas medidas, a minha preocupação é um pouco essa, porque se falarmos ali produção de políticas de âmbito fluvial, creio que está lá alguma coisa sobre o rio, que até refere o rio Guadiana, pronto. Mas como é que isso, depois, se aplica na prática, no país, de norte a sul, não é? Se não for apenas uma medida pensada para a região Alentejo, pode haver ali medidas que foram pensadas mais para a região norte, para a região sul, ou para a região centro. Como é que elas se traduzem ? como se implementam no local ? Tem que haver também, há de ter que se desdobrar cada uma delas em não sei quantos outros aspetos a implementar no terreno, com coisas mais práticas, porque é assim que as coisas se fazem. E eu nesse documento a minha preocupação é essa. Agora, reconheço o esforço , acredito no esforço, mas acho que temos que ir um bocadinho para além só deste documento que foi criado, deste dossier que foi criado, que tenho conhecimento dele, aliás, já o li três ou quatro vezes, até o devo ter aqui nestes documentos, porque acho importante este esforço do Governo, e é importante a tentativa de compreender o interior, de criar aspetos que o possam valorizar, que é muito importante, a minha grande dúvida é como é que isto se implementa no terreno? É só isso. Mas vejo com muito bons olhos, e participei, e acho que pode ser realmente algo diferenciador para o interior.

Perguntei se existia alguma equipa no terreno para desenhar a implementação. Que eu tenha conhecimento, houve uma equipa mas para fazer o diagnóstico. E o que me foi dito é que era um diagnóstico muito rápido, de seis meses, para que o Governo pudesse apresentar alguma das suas políticas na sequência daquelas medidas que ali viessem a ser apresentadas. Tanto quanto sei, o Governo e o

primeiro Ministro aceita aquelas Medidas e têm falado delas em diferentes fóruns, e penso que terão a intenção de passar algumas delas para os instrumentos de apoio às várias regiões, agora, eu acho também que deveria haver aqui outros momentos de contacto com os atores regionais, não tinha que ser locais, porque aí já é uma dimensão muito pequena, mas pelos menos com os regiões para “ok, temos aqui esta medida, como é que a gente pode ou como é que vocês acham que por aqui se pode traduzir uma melhoria para a região”, não é? Para a gente poder especificar melhor.

Transcrição Entrevista E11P

20 Janeiro 2017

Duração: 1h05m

TÉCNICA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE IDEIAS

A primeira palavra é “necessidade”, é isto tipo de palavras que pretende, certo? Uma palavra. A segunda, “dificuldade”, tenho que explicar ou explico depois? (Respondi que pode explicar depois). São aquelas que me ocorrem de uma forma mais imediata, é isto? (Respondi que sim). A terceira é “fantasia”, e a quarta “pragmatismo”, parecem coisas contraditórias, mas não o são. Começamos já por interromper, estava a dizer que, e para não perder o fio à meada, as palavras podem parecer contraditórias e na realidade não são. Nós, de facto, precisamos da sustentabilidade, daí a palavra “necessidade”, no curto, no médio e no longo prazo. Sem esse princípio, nós temos muita dificuldade em gerir um território. A segunda palavra, que é “dificuldade”, tem que ver, na prática, com as dificuldades que nós temos, com os obstáculos que nós temos para pôr essa sustentabilidade no terreno. E depois falaremos mais à frente disso, que a primeira grande dificuldade que nós temos, e que se alia à insustentabilidade, é a dificuldade demográfica. Este é para nós, a questão de demografia, o problema básico e que está por detrás de todos os outros. Depois, o terceiro é “fantasia”, fantasia no sentido de se utilizarem, muitas vezes, palavras e chavões que soam muito bem, e que ficam muito bem nos *papers* e na comunicação social, mas, depois, têm uma dificuldade objetiva e direta de serem postos em prática. Isso a sustentabilidade, agora desenvolvimento sustentável, eu acho muitas vezes essas palavras fantasiosas pela sua dificuldade direta e concreta em termos de terreno. E depois o “pragmatismo”, nós temos de olhar para a palavra sustentabilidade e todas as outras, numa base de pragmatismo. A gestão de um território não é a colocação em prática de um programa eleitoral, a gestão do território não é a vontade de um autarca ou dos autarcas, a gestão do território é, no caso de Moura, a interação de 15 167 mil vontades. E é nessas interações que nasce aquilo que é a gestão, e que nasce muitas vezes o conceito que nós temos, a aplicação prática de um conceito como o da sustentabilidade.

A que ocorre em primeiro lugar será para mim a mais relevante, objetivamente aquela que me parece mais importante.

Agora sobre o DS. A primeira palavra “imperativo” porque o DS, entendido globalmente, sem esse DS, sendo ele um conceito fantasioso, na medida em que nós temos dificuldade em o atingir, torna-se de facto imperativo porque, sem ele, não chegamos ao segundo ponto que é a sobrevivência. A sobrevivência dos territórios, a sobrevivência da espécie humana, a sobrevivência do planeta. Se não houver um desenvolvimento harmonioso e sustentável, e tendo em conta os recursos que o nosso planeta põe à nossa disposição, ou ao nosso dispor. Nós não somos donos do planeta, embora pensemos que sim, nós não temos essa capacidade a longo prazo, não há um desenvolvimento sustentável sem a renovação das gerações, e sem o equilíbrio demográfico. Nós hoje temos um profundo desequilíbrio demográfico no nosso planeta, do qual estas migrações feitas de forma absolutamente desordenada, da forma que temos vindo a assistir, são reflexo direto e imediato. E a quarta palavra, que se calhar deveria ser a que viria em primeiro lugar, e que eu pus em ultimo lugar e que, no fundo, dá sustentabilidade a tudo isto, é a palavra “paz”. Não há desenvolvimento sustentável sem paz e sem harmonia, e isso tem sido difícil de encontrar nos últimos tempos manifestamente.

PPLDS

“Realismo”, “Coerência”, “Firmeza” e “Vontade”. Nós, muitas vezes, quando falamos em políticas públicas, creio eu, posso estar errado, olhar as políticas públicas e olhar o envolvimento da comunidade numa perspetiva norte-europeia. Aquilo que se associa muitas vezes a estes conceitos são quadros mentais das culturas anglo-saxónicas e nórdicas. Ora bem, nós vivemos no Mediterrâneo, que é meio África, e portanto, aquilo que resulta muitas vezes das políticas públicas, e da prática, tem muito a ver com o território em que estamos e, mesmo em Portugal, encontra isso, seguramente, (e ainda por cima, sendo socióloga, sabe isso melhor do que eu), encontra seguramente diferenças substanciais na forma como as pessoas percecionam os poderes políticos, que é muito mais assistencial a sul, maior ligação à cultura mediterrânica, do que a norte. A norte há mais autonomia da sociedade civil, há pequena s empresas e pequenos proprietários. Zonas de

grande proletariado, como é o caso do sul, o proletariado já não existe, mas ele reproduziu-se nos quadros mentais de quem vem a seguir, das novas gerações, que as pessoas são manifestamente assistenciais e o que muitas vezes nós temos, são situações... Dou-lhe um caso concreto: o empreendedorismo. É uma palavra que eu detesto, e que agora está muito na moda. (Depois ponha isto de forma mais suave no seu texto). Detesto, porque é um grande chavão que não quer dizer coisa nenhuma. Criam-se empresas, ou fomentam-se empresas, ou cria-se o espírito empresarial, muito bem, as pessoas constituem uma empresa e a primeira coisa que fazem é vender serviços à Câmara Municipal. A lógica, não é uma lógica empresarial, mas de assistência pública. Daí eu ter utilizado a palavra realismo. Temos que ver as Políticas Públicas com grande realismo e com uma noção muito... muito precisa do que anda à volta, do que é viável.

E daí muitas vezes a segunda palavra que é “coerência”. As políticas públicas têm que ser desenvolvidas de forma coerente, de forma sustentável, também, de forma coerente e ter em conta as reais possibilidades com que um território conta ou que estão ao nosso dispor, e aquilo que é a linha de conduta que nós temos. Daí a terceira palavra que é “firmeza”. Nós, em termos de PP não podemos andar ao sabor do vento, ao sabor do improvisado, ou ao sabor dos pequenos lobbies, que são pequenos e grandes lobbies, que são muitos, e que temos os do futebol, temos os das comissões de festas, temos os dos caçadores, temos os dos pescadores, sobretudo o do futebol. O Futebol, hoje, é um lobby muito presente (passo a palavra, muito “chato”). Nós não podemos andar atrás disso, nós não podemos andar atrás disso, menos ainda na perspectiva de ganhar eleições. É preferível, num certo sentido, não ganhar uma eleição, do que ganhar uma eleição sem ética, sem moral, e sem um programa, sem coerência nem firmeza na atuação. E daí a última, “vontade”, essas coisas só se conseguem concretizar havendo vontade. Que é uma vontade pessoal, e uma vontade coletiva, e nós temos que ser convictos na forma como passamos a mensagem a outros. Nós não podemos ser titubeantes, ser hesitantes, na forma como conduzimos as Políticas Públicas, não tendo, obviamente, razão, em todos os momentos, cometendo erros. Mas até esses erros, têm que ser cometidos com firmeza e com coerência, não pode ser de outra forma. Em particular, em ano de eleições, “se não fizer assim a gente já não vota”, os municípios podem votar ou não votar, agora, esse não é o critério número um, não quero

perder eleições, naturalmente, mas o critério número um não é andar a fazer pequenos favores a corporações, para congregar... É muito fácil, por exemplo, a Câmara de Moura há coisas que não faz. Por exemplo, não contratamos grandes artistas para virem às nossas festas, sai completamente do nosso limite de atuação. Mas, temos tido uma política e uma prática, conseqüente e coerente de reabilitação do património e de reificação do centro histórico da vila. Temos tido uma política coerente e firme de instalação de equipamentos nas freguesias. Não podemos é transformar, agora, cada momento de festivalização da atividade autárquica, isso não é a nossa premissa.

11 minutos e 25''

ENTREVISTA

1. Um pouco aquilo que estive a tentar dizer nos últimos minutos, o desenvolvimento local sustentável, para mim, só faz sentido numa perspetiva de longo prazo, e de manutenção e desenvolvimento de um território. Se nós queremos, de facto, tornar um território sustentável, isso tem que ser feito, em primeiro lugar, e digo-lhe que o problema que está por detrás e que está na base de tudo isto, é a questão demográfica. Sem gente e sem renovação das gerações, sem uma capacidade permanente de renovação demográfica, e de qualificação técnica e científica das novas gerações, nós não podemos ter desenvolvimento sustentável. Nós podemos criar 300 chavões, fazer seminários a toda a hora sobre o DS, se não tivermos a capacidade de renovar demograficamente os territórios, se não tivermos a capacidade de gerarmos emprego que permita a fixação de populações, não há DLS. Por isso, o desenvolvimento local sustentável não pode ser desligado daquilo que são as políticas de desenvolvimento a nível nacional. Se o nosso território, se o nosso território português se continuar a litoralizar, e se os investimentos forem concentrados entre a faixa Setúbal e o Minho, e mais a faixa algarvia, não há DLS, não seminários, não há programas, nem projetos que nos valham. Portanto, é uma questão, aí, sim, de diretriz que tem que ser emanada do poder central. O poder central, os poderes centrais que se têm sucedido têm que querer saber o que querem fazer do nosso território. (PAUSA)

Informação que o entrevistado considerou extra entrevista: aquilo que ontem foi anunciado (não sei se quer desligar ou podemos falar livremente ? Respondi que podíamos falar livremente), aquilo que ontem foi anunciado que ainda não foi contestado pelos colegas autarcas, é muito difícil: o alocar gente na área da saúde e na área da educação, e futuramente na área da segurança social, à responsabilidade das câmaras municipais em termos de quadros profissionais, é uma “desgraça completa”; nem sequer falo do ponto de vista financeiro, porque os meios são pelo o OGE, Orçamento Geral do Estado, falo da dificuldade em gerir pessoal em áreas, para as quais as câmaras municipais não estão vocacionadas, não têm experiência, e para gerir todos os problemas associados aos recursos humanos, a começar logo pelos conflitos interpessoais. Portanto, vai ser terrível, isso significa, esmagar o poder local daquilo que ele foi depois do 25 de abril, e torná-lo numa espécie de réplica à escala local, do poder central. Não é isso que que ele é.

2. Demografia e emprego. Sem gente, e sem trabalho, não há futuro. E depois, naturalmente, uma e outra têm que estar ligadas à necessidade de desenvolvimento económico, têm a obrigação de respeitar o ambiente, porque também sem um meio ambiente qualificado, não há desenvolvimento económico, e nem há desenvolvimento sustentável. Nós não podemos ter demografia e emprego, e ter uma fábrica de pneus num território como o nosso. Ou não podemos ter indústrias altamente poluentes num território como o nosso, justificando, com isso, a questão demográfica e do emprego. Assim também não vale a pena.
3. E 4. 15'15" Repare, andamos sempre à volta da mesma questão, se nós num território de baixa densidade, como são os nosso, se não houver... e tem de haver aí ... eu não estou a dizer que venha o D. João II ou o Marquês de Pombal a perseguir, com firmeza e com rigor, aquilo que são os pilares do Estado, mas se nós encararmos o interior do país como uma causa perdida, e é cada vez mais uma causa perdida, não há, não há, não há projetos que nos valham. Repare, isto é um fenómeno que vai em dominó: começa com os municípios de menor densidade do ponto de vista populacional, como

é o caso de Mértola e de Almodôvar, esses são o que estão em maior risco de desaparecimento físico. O município de Mértola tem 7 000 habitantes, desses 7000 habitantes mais de metade tem mais de 60 anos. Não se fala só do desaparecimento da população, mas de facto do desaparecimento físico do município, o despovoamento total. Neste momento, sítios como Moura e como Serpa que têm estruturas muito semelhantes sob o ponto de vista sócioeconómico, aguentam melhor, mas aguentam melhor num horizonte de 10 a 15 anos, daqui a 20, 30 anos estarão como os outros. Portanto, há uma lógica de concentração, desde logo nas capitais de distrito, e depois a nível do litoral, que me parece extremamente pernicioso, extremamente preocupante. As câmaras municipais, por si só, não conseguem. Duas coisas: o presidente da Câmara que diga que é possível, que o demonstre, na prática. Exceto aqueles que têm polos de desenvolvimento industrial muito específicos e que escapam à norma. O de Campo Maior com os “Cafés Delta”, a Covilhã com os lanifícios e com todas as fábricas que lá existem, que são coisas que vêm do século XVIII, diga-se de passagem, no caso da Covilhã. E depois há uma outra coisa que tem que ser dita de uma forma muito clara, (nas autárquicas perde-se um bocado a cabeça), o problema do despovoamento dos municípios não tem que ver com a cor da força política que está no município; não é por o município ser PS, PCP ou PSD, que as regras, em termos de despovoamento, se alteram. Se pegar no nosso território, se pegar no carro e começar em Alcoutim e for até Mirandela, for correndo a raia interior, vai encontrar o mesmo padrão de problema em toda a parte, com exceções, e essas exceções têm que ver com os tais polos, com as tais situações absolutamente excecionais, do ponto de vista de fixação de uma ou outra fixação de atividade económica, porque as atividades económicas, tal como estão estruturadas, num concelho como o de Moura, ou como o de Serpa, não são suficientes... são suficientes para desenvolver a economia, mas não são suficientes para desenvolver políticas de emprego ou de demografia no longo prazo.

5. 18'50'' É a capacidade de intervenção, ou seja, se nós não tivermos capacidade de intervenção legal e administrativa, e se nós não tivermos capacidade de intervenção do

ponto de vista financeiro, nós não conseguimos chegar a lado algum. As políticas Públicas, e aquilo que nós conseguimos fazer ao nível do DS, está conformado sob o ponto de vista de um autarca, está limitado por muitíssimas limitações e muitíssimas restrições. Vou dar-lhe um exemplo claro, concreto e objetivo. Nós hoje em dia, para fazermos um plano de pormenor para uma zona industrial, uma zona para colocação de empresas, temos de conseguir aprovar à cabeça, no momento em que temos o plano de pormenor, que temos os meios financeiros suficientes e necessários para fazer a infraestruturização. Isso significa, na prática, “atar de pés e mãos” as autarquias, por hoje em dia é muito difícil que nós consigamos, à cabeça, conseguir provar e conseguir ter esse financiamento de um dia para o outro. Portanto, precisamos de meios financeiros, precisamos de uma legislação mais flexível, que responsabilize de uma forma mais direta os interventores. O legislador, os legisladores são, por norma, muito desconfiados, do que está na cabeça dos autarcas. A nossa legislação, a esse nível, é extremamente defensiva. E sendo extremamente defensiva, torna-se, muitas vezes, extremamente limitadora da nossa capacidade de intervenção. Sem um quadro administrativo e legal, legislação, adequado, e sem meios financeiros, esse DS, pura e simplesmente, não é possível. Ia usar a palavra “fantasia”, podemos fantasiar muito acerca das coisas e da forma de as organizar mas depois, no terreno, encontramos dificuldades.

6. 21'00'' As políticas locais não existem de forma isolada. Existem num quadro legislativo, num quadro normativo, que é aquele que existe a nível nacional. Nós não podemos só por nós, definir o que são políticas locais. As políticas locais estão limitadas, ou estão organizadas, ou estão balizadas, por um conjunto, cada vez mais complexo (devo dizer) de legislação. E, muitas vezes as nossas expectativas e as nossas possibilidades são limitadas pelas formas mais...mais...mais complexas. Tenho aqui alguns dados, por exemplo, num quadro que é cada vez de maior complexidade, a receita da CM Moura que era de 17 milhões e duzentos mil em 2008, foi, o ano passado, de 17 milhões e 22 mil, portanto, não há uma...existe inflação, e há necessidades que são crescentes de renovação de frotas, de equipamentos e etc., não havendo um aumento do ponto de

vista da receita da CM, torna-se também difícil nós darmos resposta atempada às crescentes dificuldades que se nos deparam.

22' 14'' Perguntei pela Agenda 21 Local, se a CM Moura tem ?

Teve. São, mais uma vez, chapéus de grandes boas intenções que precisam de ser, depois, consubstanciados. Nós agora temos uma coisa chamada de Unidade de Missão de Valorização do Interior, está bem! criaram 163 medidas, está bem, mas expliquem-me lá, do ponto de vista prático, como é que essas medidas são, então, possíveis. Em 1999, o Eng.º António Guterres criou legislação para fixar técnicos no interior. As pessoas esquecem-se dessas coisas, mas isso existiu. Isso era traduzido, depois, em aumentos salariais de quem vinha para o interior, quem vinha para o interior ganhava mais, quem se queria fixar, tinha benesses. Tudo não passou do papel, porque, não é com medidas, e com Unidades de Missão, e com Observatórios (que agora estão muito na moda), que se passa efetivamente à prática.

Perguntei: Como se passa efetivamente à prática?

Criando mecanismos e políticas que facilitem a instalação, parando de investir no litoral e mais, e mais, e mais equipamento. É tendo uma política a nível nacional firme, e que permita, que torne ativo o interior. Se necessário, criando discriminação positiva sob o ponto de vista fiscal a quem vem viver para o interior. Depois não ponham isso nas costas das Câmaras, por favor! Aquilo que foi criado pelo Drº António Costa, (off), que foi criar uma taxa variável do IRS que é da responsabilidade das câmaras municipais, ora bem, essa taxa variável do IRS é um desastre completo, é um Robin dos Bosques ao contrário, porque quem é mais beneficiado com as isenções são as classes médias, classe média alta, quem tem mais dinheiro é quem tem mais vantagens, quem ganha pouco dinheiro não tem vantagem absolutamente nenhuma. Portanto, ele criou um target que é o da classe média alta que é a dele. E essa forma de atuar torna a nossa vida cada vez mais difícil. Olhe, o que não pode acontecer é isto: (e mostra um mapa nacional com a rede de autoestradas e a Rede de ferroviária de passageiros), isto é a rede de autoestradas e a rede de ferrovias, olhe para o Alentejo, está a ver ? A

explicação está aqui. A explicação está aqui. Aí tem a explicação do problema. Repare que as grandes vias de ligação para Espanha, de ferrovias, é uma, por aqui (e indica no mapa), só esta, no centro do país, depois, ao nível das autoestradas, temos mais uma vez as autoestradas que ligam para Espanha. O interior praticamente só tem uma que é a A6 que vai para Badajoz. O resto não existe, e não existe porque este território elege oito deputados, só o distrito de Santarém elege nove, o distrito de Setúbal elege dezoito. Portanto, estamos a falar da questão do peso, a questão essencial da demografia... a questão numérica...

Perguntei, com base na apresentação da UMVI do “Portugal em números”, o que pensa sobre o uso do critério demográfico dado que esta discriminação não expressa o potencial do interior.

É inverter a situação, é inverter a situação, e permitir que, de facto, aquelas que são as grandes unidades industriais de um território se instalem fora da Grande Lisboa. Por exemplo, a fábrica da EMBRAER foi para Évora, está bem mas Évora é um centro sub-regional , é um centro sub-regional, Évora é o Alentejo! Se estamos a falar da fábrica da TESLA , não pode ficar em Évora, não pode ficar na Covilhã, nem pode ficar em Mangualde. Se me disserem que a fábrica da TESLA fica em Torre de Moncorvo, a mim não me parece mal, (gostava mais que ficasse em Moura), se me disserem que a fábrica da TESLA fica em Marvão, também não me parece mal, agora, se põe a fábrica em Beja ou em Évora, aí parece-me um disparate.

Reiterei a questão sobre o Plano Nacional da Coesão Territorial, e que na apresentação feita da UMVI em Beja, uma das componentes é a envolver a comunidade, o que pensa sobre o assunto?

Nem sequer lá pus os pés. Isso pode lá pôr: “O Presidente da Câmara de Moura disse “nem sequer lá pus os pés””. Não vale a pena. Se as pessoas vêm a Moura, têm sempre as portas abertas do que precisarem; as pessoas vêm aqui e recolhem a informação necessária para os seus estudos académicos, para o trabalho a nível governamental. Aliás, a nossa relação aqui com a CCDRA é ótima, as pessoas sabem que têm toda a abertura. Depois, a partir daí, não vou a reuniões dessas, não fui a nenhuma da Unidade

de Missão porque já sabia que aquilo não dava em nada. Eu sou historiador, de profissão, ando aqui há 53, quase 54 anos, mas vivi sempre aqui entre esta orla entre Moura e Mértola, nunca quis sair daqui por opção, tive essa faculdade e essa possibilidade que foi a da opção. Os meus filhos não vão ter essa opção. E sei que estas Unidades de Missão são coisas, são grandes chavões, cheios de boa vontade. Feitas por pessoas que, seguramente, acreditam naquilo que estão a fazer; eu não estou a desconsiderar o trabalho das pessoas que lá estão, as pessoas acreditam e empenharam-se cheias de boas intenções, mas é preciso mais do que boas intenções. A mim faz-me sempre muita aflição, ver que nestas alturas, as pessoas que, de facto, tinham uma noção daquilo que era a construção do Estado, eram pessoas, por norma, pouco recomendáveis. O D. João II era um tipo do piorio, o Marquês de Pombal fez o que fez, e o próprio Salazar tinha uma ideia que era desajustada, a ideia que ele tinha de Estado do país e de pátria era a de o pequeno agricultor beirão, da qual ele nunca descolou, a do homem das botas da qual ele nunca descolou, a da pequena quinta de Santa Comba Dão, a do pequeno quinhão de terra que tinha em Santa Comba Dão. Mas tinha uma ideia! Hoje em dia não há ideias firmes em relação aquilo que se quer para o país, ou quem tem essas ideias firmes está muito arredado do esquema do poder, como é o caso no meu partido. Negoceia-se um Quadro Comunitário, negoceia-se um Quadro Comunitário, negoceia-se um Quadro Comunitário na perspetiva do social, agora é tudo social. Não há social, eu não consigo o social de coisíssima nenhuma... nós não podemos dizer que “eu vou privilegiar o social” se, depois, as infraestruturas de saneamento do meu concelho estão uma desgraça! E têm 57 anos e precisam de ser renovadas. Eu digo, como é que eu crio aqui fixação de população, e privilegio o social, (até a falar dos lares de terceira idade), como é que faço lá chegar a água, como é que tenho esquemas de saneamento se isso não é financiado? Como é possível que não haja um tostão dos Fundos Comunitários para arranjo de caminhos rurais? E para renovação da rede de águas? Dá a impressão que é um grande luxo andar a renovar redes de águas! Remodelar redes de águas é o básico, hoje em dia... Eu não consigo resolver...os investimentos que temos prosseguido nos últimos anos, (daí a acusação da arqueologia e museus), é a preocupação com a renovação de espaços fundamentais

dentro de uma cidade. E dentro das vilas, e dentro das aldeias. Nós agora estamos a instalar, estamos a fazer um projeto com um picadeiro, numa freguesia, por haver muita gente dedicada a essa área equestre, mas eu não posso perspetivar o picadeiro apenas na utilização do utente local. Se eu não tiver a ideia de criar o turismo equestre, com é que eu vou trabalhar as coisas a longo prazo? Eu ir para uma reunião dessas, se me disserem assim: “nós aqui temos perspetivas de reabilitação que passam por aqui, e por aqui, e por aqui”, então sim, senhora, na Câmara de Moura, entrem, e têm projetos e até sabem muito bem o que querem fazer, e digam o que querem fazer. Se é para ir lá discutir filosofia, não me apetece.

(Off)

33'56''

7. (respondida anteriormente).
8. (optou-se por não colocar esta questão a nenhum dos entrevistados).
9. (respondida anteriormente).
10. “A César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”, é a minha prática e a minha política em relação às ADLs. As ADLs por vezes, (ia dizer “muitas vezes”, mas muitas vezes, não, estava a ser injusto), por vezes tendem querer substituir-se ao poder político e querer gerir as políticas públicas. Quem quiser ser Presidente da Câmara, candidate-se a ser Presidente da Câmara! Ponto final, parágrafo. Uma ADL que apresente um projeto que seja interessante para essa associação, que seja interessante em termos de desenvolvimento, e que seja interessante sob o ponto de vista do município, terá sempre a nossa participação. Nós tivemos com a ADC Moura vários projetos. O que acontece, muitas vezes, é que, associados a esses projetos há um envelope financeiro por parte da Câmara Municipal de Moura, e nós nem sempre temos a capacidade, e temos tido menos capacidade nos últimos tempos de ... de... participar. Vou dizer-lhe com toda a franqueza, e com toda a frontalidade, e lealdade, que as nossas com a ADC Moura são marcadas, por vezes, por alguma tensão. Eu conheço muito bem o esquema de funcionamento da ADC Moura e da ADPM porque eu estive muitos anos, era funcionário da Câmara de Mértola, e estava deslocado formalmente para uma coisa chamada Campo Arqueológico de Mértola. Já ouviu falar?

(Respondi que sim). Estive anos a fio na direção, tenho uma série de livros escritos com o Cláudio Torres, estive mesmo muitos anos, e ele foi meu professor na faculdade, trabalhei muitos anos lado a lado com ele até que eu próprio achei, depois de fazer o doutoramento em 2005, que eu próprio tinha que saltar. Continuo muito amigo dele (tenho que lhe telefonar daqui a um bocadinho para lhe entregar um livro que me esqueci), mas achei que a partir daí o caminho tinha que ser outro. As associações não podem, e muitas vezes há essa tentação, e eu sinto essa tentação, dar lições à Câmara Municipal de como gerir. Isto aqui, “grande nau, grande tormenta”. Tenho aqui 350 funcionárias com baixo nível de formação escolar, e mais de 100 desempregados que me dão mais do que fazer do que os outros 350, pessoas gravemente carenciadas que vêm para aqui tapar buracos mas que sabem perfeitamente que isto não é uma perspetiva de vida para eles e daí o empenho também... uma coisa muitas vezes associa-se a outra, e eu não os posso condenar por isso, não é verdade? e muitas vezes há a ideia...as associações trabalham no seu pequeno mundo e acham que aquilo pode ser replicado à escala de uma Câmara Municipal, não pode! Não pode! Os problemas aqui são permanentes e de todo o tipo! Uma coisa que eu digo é que isto aqui nunca é monótono! Posso queixar-me de muita coisa, agora, monotonia...nem pensar nisso! Há sempre uma invenção! E...a...no caso da ADC Moura, uma vez eu ... a ADC Moura tem um discurso muito “o rural”, “o desenvolvimento sustentável”... no entanto não aceitaram que as instalações fossem numa aldeia rural. (off sobre duas atitudes da associação que considerou incoerentes). A Câmara pode fazer, apenas aquilo que pode fazer, de acordo com o orçamento que tem, e com as dificuldades terríveis que tem sob o ponto de vista económico. Nós não podemos ir mais além. Abertura, temos, mas, nesta altura, as coisas têm que ser muito ponderadas. Portanto, é isso, a “Deus o que é de Deus, a César o que é de César”.

11. 40'50'' Sabem aquilo que querem saber. Repare, as nossas reuniões de Câmara são todas públicas, as atas estão disponíveis *on line*, as reuniões da Assembleia Municipal são públicas, e sabem aquilo que quiserem saber porque eu nunca me furto ao diálogo com ninguém. Podem, inclusive, ir a uma reunião de câmara e questionar o Presidente

de Câmara sobre isto, ou sobre aquilo, toda a gente é livre de o fazer. Geralmente há sempre um espaço na reunião da Câmara onde as pessoas o podem fazer, geralmente as pessoas não o usam. As pessoas usam muito o diz que diz a nível local, e raramente me confrontam. Uma pessoa é capaz de estar a falar cordialmente comigo e, depois, vai para o Facebook insultar a Câmara (já tem acontecido!). As ADL podem saber aquilo que quiserem sobre as Políticas Públicas. Sabe que eu tenho uma coisa chamada “Um dia com a Presidência”, uma vez por mês, os alunos da escola secundária vêm aqui e andam comigo nas obras da Câmara, explico-lhes qual é o esquema de funcionamento da Câmara Municipal, como é feito o despacho da correspondência, o que é orçamento, e as pessoas podem-me confrontar onde quer... não há cartas na manga. E até gosto. Temos outra coisa chamada “Câmaras Abertas”.

Perguntei sobre a divulgação aos munícipes sobre as reuniões de Câmara.

As pessoas sabem aqui. Outro dia houve uma questão muito concreta (pediu para desligar).

12. (respondida na anterior).

13. A tomada de decisão, não. As decisões têm que ser claramente assumidas por quem assume os programas eleitorais, e por quem assume a responsabilidade do município. Isso não significa nem autismo, nem surdez, nem insensibilidade. Nós temos de dialogar com as ADLs, tal como temos de dialogar com as coletividades, tal como temos de dialogar com as associações de caçadores, com as associações de pescadores, com as associações de empresários, temos de dialogar com a sociedade civil toda. E a gestão do município não é, necessariamente, uma bissetriz, uma linha que é passável, uma linha de conveniência que é feita em função de interesses corporativos. Temos naturalmente que estar próximos, não podemos dizer sempre que sim, dizemos muitas vezes que não a pedidos, a sugestões, a ideias que nos são apresentadas, mas temos de ter o bom senso e a ponderação de perceber que nós somos transmissores numa Câmara Municipal. Nós não somos donos do território, não é? Nós estamos aqui, transitoriamente, para transmitir este território às gerações futuras. No dia da tomada

de posse, em 2013, desafiei quem quisesse, naquela sala, me dissesse o nome do Presidente da Câmara que estava em funções no dia 20 de outubro de 1913. Exatamente cem anos antes. Claro, ninguém sabe. Os Presidentes da Câmara são transitórios, caem rapidamente no esquecimento, daí o papel o papel importante que nós temos em termos de transmissão. Daí a ponderação, a coerência e a firmeza, vou voltar às palavras iniciais, com que temos de levar a nossa tarefa a bom termo. Portanto, abertura para as ADLs e todas as entidades da sociedade civil. Numa base, muitas vezes de grande informalidade. Isto não passa sempre por reuniões e por seminários. Eu ando muito pela rua, sou um homem de rua. Toda a vida. Sabe, eu não uso carro, apenas peço o carro para ir a alguma aldeia, como Santo Aleixo, aqui ando sempre a pé. Ando com as pessoas e há, de facto, uma grande informalidade, tento ter essa proximidade. No fundo, é sempre a mesma atitude que tive ao longo da vida. Às vezes as pessoas teatralizam muito ao falar com o Presidente da Câmara, não é? Sei que há uma parte de representação, e, depois, há pessoas que me passam, de facto, informação importante sobre aquilo que se passa no quotidiano, sobre as expetativas, sobre as expetativas frustradas, sobre reclamações. Nisto, choca-me muito, uma pessoa que esteve a falar comigo no café, a cumprimentar, a falar comigo simpaticamente sobre problemas da sua associação, estava ligado a uma determinada atividade desportiva, e à noite encontro (no Facebook) comentários curiosos sobre problemas na rua dele, sobre problemas de valas, abertura de valar que causou danos na rede de águas, que não é responsabilidade só da Câmara, um problema! Coó é que este homem, que me conhece tão bem, que até tem o meu número de telemóvel, porque é que não falou comigo ali? Dizia “Desculpe lá, importa-se de vir ali comigo à minha rua ver o estado em que aquilo está?”. E eu teria ido.

14. (já respondida).

15. 46’48”. O que referi no início. Um quadro legislativo mais flexível, de maior responsabilidade. O quadro legislativo que nós temos é extremamente, muitas vezes, restritivo. Mas também me dou conta que há autarcas que cometem grosseiras ilegalidades, e depois vemos que não há uma responsabilização efetiva. Eu acho que nós temos de ser responsabilizados, efetivamente por tudo aquilo que fazemos, mas

também de uma forma ponderada, nem sempre... a ideia que se tem dos autarcas nos últimos tempos, acho que é uma ideia globalmente negativa junto da sociedade civil. “Eles vão para lá para tratar da vida deles e da dos amigos”, “Eles vão para lá para se governarem”, “para fazerem negócio”, e isto é uma terrível injustiça para a esmagadora maioria dos autarcas, tenho disso a certeza absoluta. Mas nós precisamos, de facto, de um quadro legislativo que seja de maior responsabilização, de maior flexibilidade, e precisamos de meios financeiros. Não precisamos de meios financeiros ilimitados, isso nunca resolve nada, não é? Não é entornando dinheiro para cima do problema que o problema se resolve, mas precisamos de um pouco mais, um pouco mais. Vou dar-lhe um exemplo de uma coisa absurda, sob o ponto de vista legislativo. Nós, temos grande dificuldade, hoje em dia, em transportar, por exemplo, crianças para uma visita de estudo. Se os nossos autocarros tiverem mais de 15 anos não podem fazê-lo. Portanto, é uma limitação objetiva que nós temos. Mas, se eu for a uma empresa privada, contratar esse serviço, pelo dobro do preço que eu vou pagar internamente, ou pelo triplo, posso, independentemente de o carro ter cinquenta anos. Desde que tenha passado nas inspeções, para as empresas privadas, não há limite. Nas viaturas públicas, há limite. Isto também não faz sentido absolutamente nenhum. É isso tipo de coisas que a nível da legislação nós precisamos...precisamos que as corporações, que as corporações, deixem de interferir naquilo que é a produção legislativa. Se não interferem, pelo menos, a gente fica com essa desconfiança porque há, de facto, grandes pressões.

Imagine que nós temos uma situação de incumprimento sob o ponto de vista ambiental. Chega aqui o SEPNA (GNR - serviço de proteção da natureza e do ambiente) e multa-nos. Nós temos que resolver o problema. Caso contrário, daí a três ou quatro semanas temos aí novamente o SEPNA e multa-nos outra vez. Portanto, as multas não são assim tão suaves quanto isso. Nós temos pago multas de mais de cinquenta mil euros, por minudências, ou por coisas sobre as quais nós não temos objetivamente culpa. São multas violentíssimas. Uma vez fiquei com a desconfiança de que a pessoa que fez o delito foi a que fez a denúncia, era num terreno camarário, e que nós não tivemos hipótese de controlar, de saber. E tivemos que pagar a multa.

16. Já respondida.

17. 50'27" Um envelhecimento profundo. Tenho envelhecido muito rapidamente nestes anos. É uma tarefa muito pesada, é uma tarefa muito pesada, do ponto de vista pessoal, percecionada de forma errada, "eles estão ali para meter dinheiro ao bolso", "estão ali para almoços e jantares", "estão ali para isto, estão ali para aquilo", a esse nível é uma fortíssima injustiça, pelo menos entendo assim como tal. Esse envelhecimento precoce e rápido foi acompanhado também por três ou quatro aspetos positivos: um maior conhecimento daquilo que é a realidade, uma maior perceção da globalidade da realidade (realidade que nós contactamos, com que temos contacto, você na sua universidade, é uma realidade académica, claro tem a sua realidade familiar, a realidade do seu grupo de amigos) mas nós temos...o nosso conhecimento, a nossa perceção da realidade tem limites. A minha também tinha. O vir para uma autarquia aumenta de forma exponencial o nosso conhecimento do que é a realidade social, o que é que são as expetativas das pessoas, porque tocamos em muitos cantos, sob o ponto de vista da sociedade, e, a esse nível, é um enriquecimento significativo. Foram essas as duas mudanças, uma para o mau, e outra para o bom. Eu prefiro responder espontaneamente, porque respondendo espontaneamente de certeza que a primeira coisa que me ocorre é aquela que marca mais. Houve um envelhecimento exponencial. Principalmente nos primeiros dois anos, nós tínhamos tantas dificuldades sob o ponto de vista financeiro que eu pensei que não íamos acabar o mandato. Agora, não! Foram necessárias políticas duras (sob o ponto de vista financeiro) que, depois, são mal percecionadas. Dizer que "não", muitas vezes e a muitas coisas.

18. Toda a gente. Outro dia fui ver um caminho rural e encontrei um homem que me disse coisas interessantíssimas, o seu ponto de vista sobre a perspectiva ética no trabalho, aquilo que deve ser a ética das pessoas, foi uma conversa engraçadíssima! Os graus académicos podem ser importantes, mas por serem um ponto de partida. Acha que as pessoas sabem que eu tenho um doutoramento? A maior parte das pessoas tratam-me pelo nome, conhecem-me toda a vida... Claro que se nota na forma como se vê no mundo. A minha origem é classe popular.

Reiterei a questão.

19. Franqueza e um discurso direto. Nós, numa Câmara Municipal, numa autarquia, não estamos contra ninguém. Eu não posso estar contra os clubes de futebol, contra as associações de desenvolvimento, eu tenho que estar “com”, mas com conta, peso e medida. Dentro, desde logo, daquilo que são as minhas capacidades financeiras. Antes da entrevista, vieram aqui dois jovens com uma proposta interessantíssima, só que, depois, como é que a gente paga isto? Às propostas e às ideias está sempre, sempre, um envelope financeiro.

Confrontei com que a ADC Moura tinha sugerido, de estarem mais vezes à mesma mesa, numa mesa redonda, de forma a que haja o entendimento de que todas as opiniões são válidas.

Todas, mas está sempre associado um pacote financeiro. (pediu Off). Estas associações amam o povo numa perspetiva antropológica. (expressou que Não têm uma presença expressiva nas dinâmicas populares) isto aqui é um desassossego Eu não consigo ter um fim de semana em que não tenha alguma iniciativa (atividade). Sim, nós temos disponibilidade para reunir com essa entidade, para nos sentarmos à mesa, e com todas, até pode ser informalmente.

20. Não, está tudo.

TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA E12P

2 Fevereiro 2017

Duração 35 minutos.

Nota Prévia: O entrevistado ofereceu resistência à realização da entrevista, bem como a seguir as questões previstas no Guião da mesma.

Entrevistado: eu não sou muito alinhado com isto. Vamos lá ao que interessa, porque se não...

Você falou das Associações de Desenvolvimento Local, mas isso não é forma de participar. Muitas delas alguns dirigentes das Associações de Desenvolvimento Local estão lá há imensos anos, está a perceber? A participação não é nenhuma, são sempre os mesmos. Será sustentável acabar com as mercearias todas e ter o Continente? Não é! Agora anda tudo a voltar aos produtos ecológicos, que ficam mais caros ... nós vamos desgraçando tudo e depois queremos compor o que está desgraçado. O que é que quer que eu lhe diga, para mim a resposta está aí, não é? Pronto, ponha lá questões concretas.

Nota: dado a atitude demonstrada pelo entrevistado, optei por colocar conjuntamente as questões 1, 2, 3 e 4.

1. Para mim o desenvolvimento tem uma coisa: ponto 1, é fundamental as pessoas participarem na vida pública, e pode ser de diversas formas, pode ser de forma direta, pode ser através de associações, pode ser através de associações culturais, económicas, é uma forma, portanto, de participarem. Depois na política local há uma questão que é fundamental que é, qualquer concelho... isto é como tudo, na nossa casa e em todo o lado, deve haver um planeamento, deve ser tratada a questão do... o planeamento é fundamental. Quando se está numa cidade e se abre

uma rua, e que se fazem...loteamentos, que se põem habitações, não é? nós estamos a contribuir para dar harmonia e dar ambiente a essa mesma cidade. Portanto, as questões como o ambiente são fundamentais, o ambiente urbano, não é? Questões como o desenvolvimento económico e quando se faz de forma a que isto possa traduzir as potencialidades que há nessa zona e voltando aqui ao caso, por exemplo, para Beja e para esta região o que é que nós temos? Temos as questões da... enquanto nós podemos aproveitar todos aqueles recursos que nós temos cá sem aproveitarem e aqui juntando o planeamento isto permite uma coisa que é: com planeamento aproveitam-se os recursos sem hipotecar o futuro isto é como ir apanhar um barco ou ir apanhar o não sei quanto uma coisa é chegar com uma rede e limpar aquilo tudo, outra coisa é aquilo ser tudo feito em função daquilo que existe, não é?

Eu: perguntei se a preocupação pelo desenvolvimento sustentável tem subsistido à sucessão de mandatos, de alternância de partidos.

Isso do sustentável toda a gente, toda a gente utiliza e a gente já está habituado, isso já começa a ser... O ser sustentável começa pelas escolas, que são fundamentais, começa desde pequenino, não é? No ensino. Porque quando nós vemos aqui Beja, e são pequenos exemplos, que valem o que valem, mas... vai pelo passeio e tem carros em cima dos passeios, isto não é uma cidade que...não é uma cidade que... quem estaciona em cima dos passeios a pessoa, a pessoa que vai com um carrinho de bebé tem que sair de cima do passeio, portanto, a pessoa que não para mais longe porque quer por o carro ao pé da porta. São todas essas coisinhas que, quando se fazem estradas, quando se abrem ruas, quando uma cidade se desenvolve, e depois às vezes temos que ir à pressa, vamos fazer habitações, quer dizer... não há esta forma de planificação, é preciso estudar isto com cuidado, não é? Isto tudo contribui para esse desenvolvimento sustentável que está a falar.

8'00''Eu não sou apologista de quatro anos (refere-se aos mandatos) até porque um Governo, uma Câmara...vamos falar do Governo porque há casos concretos. Quando o Governo quer fazer uma estrada ou quer pensar uma IP ou uma

autoestrada, uma autoestrada não pode começar numa terra e acabar noutra, não é? Também pode, mas... tem que fazer, planificar uma rede nacional de estradas, dizer é aqui, é ali, e depois, vai fazê-lo, podem haver ajudas, pode haver tudo isso, ora não vai pensar só para quatro anos. Porque, senão, se mudasse o Governo, mudavam as opções, mudavam alguns diretores gerais, aquilo tinha que alterar tudo, teria sempre que alterar. E a mesma coisa com... quanto tempo levou a fazer a auto-estrada de Lisboa-Porto? Muitos anos. Ela foi pensada, os Governos foram executando. Pode haver às vezes um acerto no traçado. Aqui é a mesma coisa. Quando se pensa, ou quando se faz um Plano Diretor Municipal tem uma validade de rescisão, só é revisto ao fim de 10 ou 12 anos, tem que ser uma Câmara a fazer, não é? Em determinado mandato. Agora, isto é que tem que ser bem pensado: onde é que ficam as habitações, onde é que ficam as zonas industriais. Se não começam a ser plantadas. Há muitas zonas em Beja que há para aqui, para acolá, para... e depois, dentro das potencialidades que temos tem que haver o aproveitamento de tudo. Entende que é um facto que temos que aproveitar as questões agrícolas, não é?

Considera que a agricultura é um fator preponderante na região?

Temos que aproveitar as potencialidades que é para depois chegarmos também para o turismo. Nós temos a parte da ecologia, no fundo, o social, tentar que as coisas sejam economicamente mais justas, temos que conciliar isto, porque as pessoas contam com o social. Tem que haver o essencial, as pessoas têm que contar com o essencial, têm que viver, têm que fazer isto de uma forma harmoniosa.

Sobre “sustentabilidade”:

10’ 41” Dantes falava-se em crescimento contra desenvolvimento. Há uns anos atrás a gente falava...eu lembro-me de estar na Câmara de Serpa há muito anos, o Alqueva era uma miragem, e de nada se falava. Falávamos do Alqueva porquê? Falávamos do Alqueva porque era o aproveitamento de um recurso natural, que dá eletricidade natural, não é? Que leva, chega, a água aos campos, para o

abastecimento, toda a gente precisa de água, e depois apareceram muitos *expert*, muita teoria! Uns com certeza de mais sustentabilidade, a dizerem que havia muitas barragens que não era preciso fazer aquele monte de.... Só que as barragens, ao fim de algum tempo, aquilo num ano de seca, ficam sem água. Que é o acontece ali no Roxo, portanto, já viu? podem utilizar para injetarem no solo bioquiana, que é lá dos adubos, e outra coisa é produzir, produzir de qualquer forma, mas, portanto, isto é uma realidade que temos, é uma realidade, é um recurso natural, que o devemos aproveitar da forma mais correta. Se tivermos um campo, desertificado, sem nada, é uma coisa, mas se tivermos um campo com árvores de fruto... até estamos a contribuir para um bom ambiente do planeta, não é?

Perguntei sobre se as opções que se tomam, por a exemplo no âmbito da agricultura intensiva, se considera sustentáveis a médio e longo prazo.

12'30'' Pomos a questão no olival, com certeza os produtos que utilizam não será o melhor. Tinha que haver, aí está, entre na mesma coisa. Nós tínhamos uma vastíssima mancha de solo agrícola, e quando digo agrícola é a parte do regadio e sem ser o regadio, temos aquilo que é chamado de sequeiro, aí que pode ter sobreiros, pode ter... nós podemos por... porque é que às vezes damos dinheiro e subsídios por tudo e por nada e porque é que não se apoiar, por exemplo, a colocação de sobreiro, a colocação de uma data de... a gente também tem por causa do porco alentejano que se pode criar, mas, ao mesmo tempo, o porco alentejano é um porco que equivale a não sei quantas pessoas, por exemplo, no esgoto, quer dizer, aquilo também contamina, também não é... pronto, isso era só um exemplo mas, de qualquer maneira, nós temos estas potencialidades aqui, estes recursos que acho que devem ser aproveitados. Agora, aproveitados com harmonia, aproveitados com regras, está a ver? Quer dizer, agora estragaram porque construíam em cima da costa, também se fez isso tudo, agora também não quer dizer que não se possa construir e levar que a gente até não tem, em termos urbanísticos, em termos de ambiente o Alentejo está preservado, agora há que manter isto. Nós temos, estamos a criar uma zona industrial, um vasto espaço que

possa construir com água e luz, que é o que nos interessa é que se possa fazer aqui a transformação, a mais valia ficar cá. Não é pegar aqui num produto e transformar não sei outro noutro lugar, por exemplo, o azeite: nós temos aqui muito olival, sai daqui o azeite e vai ali para a Espanha, e quando é ali transformado sai daqui a um preço e depois sai de Espanha com certeza ao dobro, e vai para Itália quatro vezes mais, percebe? Esses é que ganham o dinheiro, mas está tudo aqui. Agora o mundo tem que ser com amor e paz e ...Se formos na política, quando maior há estas empresas multinacionais, elas não querem saber disto, não lhes interessa, podem poluir, podem fazer tudo e mais alguma coisa porque nisto, o dinheiro é que está a mandar no mundo. Entende? Portanto, isto é logo um problema.

Você não precisa disto (o entrevistado refere-se ao guião de entrevista) porque eu não vou responder a essas questões todas.

15'39'' Agora a outra questão. Quando falei da regionalização, porquê? Os poderes, e quando é a participação, agora tem as CCDRs, não é? Agora o Governo quer passar responsabilidades, não quer passar competências. Passa uma competência para a Câmara, e depois os dinheiros respetivos para essa competência, partindo do princípio que o poder mais perto das pessoas é aquele que melhor resolve o problema. Mas não! Quer passar competências, responsabilidade sem o dinheiro. Agora quer passar a Proteção Civil, depois quer passar não sei que mais, depois passa outra coisa qualquer. Eu, o que nós defendemos, e eu assino logo, que é a criação de uma região administrativa para todo o Alentejo, uma comunidade regional. Porquê? Mas uma comunidade eleita, depois há quem diga “é mais outro poder”, sim, é mesmo outro poder. A CCDR existe, só que faz o que o Governo quer.

Confrontei com a fraca visibilidade da expressão do Baixo Alentejo nos documentos produzidos pela CCDR, como por exemplo o PORA.

17' Ora, se fosse o Alentejo a eleger, não é a questão do Presidente. Interessa se as competências que tem. Ora as competências que tem é decidido em Assembleia

Regional, não é? Isto não é a Madeira, nem os Açores, porque a região administrativa é como uma Câmara. Tem um Assembleia Regional, e depois tem gente de Beja, Portalegre, portanto as políticas tinham que ser umas políticas globais regionais, não pode ser de Évora e não sei quantos. E isto como região tínhamos algum peso, isto como região tínhamos uma marca, uma marca que é a melhor marca que há neste país: “Alentejo”! Eu sou minhoto, portanto... é a melhor marca que vende, percebe? Isto, até esta palavrinha seria sustentável, porque vêm turistas, têm que se fazer aqui construções, tem que se dar qualidade de vida. Se vêm turistas vamos apostar nos cavalos que é um bicho que nós temos, o cavalo lusitano é nosso, que se pode criar, que se pode vender, que se pode fazer muitas iniciativas, com aquilo que temos. Podemos aproveitar o Guadiana, aliás nós estamos a avançar com o projeto para ligar daqui de Beja ao Guadiana, quer dizer, para criar um bom ambiente, para a gente se sentir bem, isto é como em todo o lado. A gente pode ir a um sítio, porque vai comer, ou come bem, porque... por exemplo, eu não vou ao McDonalds. Só aquilo, está a ver, é um sítio que não tem nada que ver com sustentabilidade, para mim. Não vou lá! Prefiro comer uma bifana ou um prego, com pãozinho daqui, com uma imperial ou um copo de vinho tinto... E agente pode criar, mesmo às vezes uma tasca, se tiver um ambiente com um grupinho coral, estamos preservando... os espanhóis têm muita coisa nova disto, ouvem o flamenco e está tudo numa boa, percebe? Eu, em Serpa, para fazer um cortejo, ninguém queria ir de ceifeiro; mas de rei, havia não sei quantos que queriam tudo. Se nós prepararmos gente nos Institutos, nas escolas, para trabalhar. Agora querem ir todos para doutores, tudo muito bem, até podem ter todos mestrados, e até catedráticos, mas também podiam ser catedráticos de calçada, não é? Porque se estivermos nós todos a trabalhar na agricultura, não podem ir licenciados em Direito para lá.

Quando se fala de uma estrada regional que vai de Mértola ao Algarve, por aí acima, Serpa, Moura, Mourão, por aí fora, isso é uma estrada regional. Se fosse o Interregiões Baixo Alentejo- Alto Alentejo, o que é que acontecia? Uns faziam aqui, os outros, como não interessava, não faziam. Não há coesão. Mesmo aqui o

aeroporto. Nós temos aqui um aeroporto e voos a levantarem, sim senhora... e a Câmara está empenhada, ainda hoje estive aqui a tratar, para se fazer ali atividades ligadas às manutenções, ao desmantelamento. Desmantelar um avião não se faz em muito sítio, vão para lixeiras e ficam lá de qualquer maneira. E não há nada como ter aquilo tudo tratadinho e cuidar dos lixos. A gente pode ter uma lixeira, mete para lá; outra coisa é ter um aterro como deve ser. São coisas diferentes.

Pronto, é isto, sou um defensor acérrimo do planeamento.

Perguntei sobre as estratégias de desenvolvimento que ficam em Évora e que poderiam estar em Beja.

22'00'' Esse peditório eu não dou muito por isso. Acho que Beja até vai ser mais importante que Évora. O futuro (não é bem a Deus pertence) mas a gente é que faz o futuro. Se estamos à espera que venham cá dizer alguma coisa, estamos desgraçados! Agora o futuro, e aí é que pode ser o tal de sustentável, é a gente nasce e o Homem, o político devia dar logo a sustentabilidade à nascença, que é a questão da saúde, que é a questão de... e aqui devia haver um equilíbrio, e a pessoa saber. Para isso tem que haver planeamento. Mas há... liberdade, liberdade, para eles roubarem. "Então é este que está a governar?" Ainda não começou e as pessoas já o querem matar (referia-se a Donald Trump). Já o querem matar porque alguns pensam, são os donos dos jornais.

Perguntei sobre as Associações de Desenvolvimento Local e qual a sua opinião sobre o contributo das mesmas para o Desenvolvimento Local Sustentável.

23'00'' O Centro de Emprego tem... tem... tem gente que se pode lá ir buscar e que recebe o subsídio de desemprego. Se é um advogado ou não sei o quê, tem que estar inscrito na ordem. Porque é que o trabalhador rural não tem que estar inscrito no sindicato? Não é? E queriam-se trabalhadores, e iam lá e acabava-se com isto tudo. Acabava-se com esta coisa aqui que vem da Ucrânia. Não é acabar com eles.

Eu não sou, aliás, uma das questões que o sustentável tem é a multiculturalidade, portanto, é aceitar. Se nós queremos ir para a Suíça, se queremos ir para o coiso...os nossos estão em todo o mundo e depois, nós aqui, quando vem gente de fora dizem logo “eh!!! Que tipo de gente anda aqui!!!”. Até parece que os portugueses quando foram, quando foram para a Suíça que também não coiso...também se podia fazer isso. Só que não se faz porquê? Porque é uma questão de interesse de classe. E a classe dominante quer é ganhar dinheiro e não sei quantos e depois é... e às vezes a gente tem que pegar nisto, tem que se fazer um Continente, ou tem que se fazer um Centro...(não é centro cultural, como é que se chama? Ah!) um Centro Comercial, mas depois... eu, por exemplo, antigamente houve aqui a Grula que era, no fundo, uma Associação das mercearias todas, e vendiam. Mas simplesmente se chegasse lá e comprasse cinquenta caixas de cerveja e eu dez, tinha um preço da cerveja... você pagava menos, vamos supor, dez cêntimos e eu pagava mais cêntimos, ganhava cinco cêntimos, e ainda consegui vender mais barato que as minhas, percebe? Porque ali devia ser tudo ao mesmo preço, mas não; era quem comprava mais tinha mais descontos, já é uma regra para ir abafando tudo o que é pequeno. Para mim essa questão, está ver, “o desenvolvimento gira tudo no local”. Sim, senhor, sim, senhor, mas não é por aí que vai resolver as questões de Quando eu propus uma descentralização é, efetivamente, uma descentralização, não é a Câmara e não tem que acabar na Câmara. Tem que ficar na Junta aquilo que é mais fácil de resolver. A Câmara. Depois era a região para haver um território e, depois, é o aparelho nacional. E depois, sermos soberanos. E depois, se quiser, uma harmonia no mundo, tem que haver parceiros, não é? Agora quem manda é a Alemanha, e os franceses, e o resto é treta!! Como é que há harmonia assim? Os interesses dos franceses está em tudo... A gente tem que comprar carros ibéricos, mas, depois, quem tem? A Citroen e não sei quantos! Porque eles preparam as leis, porque aquele já tem, percebe? Já sabem o que é. Porque é que temos um carro, como a gente chama, o “mata velhos”? Aquilo mata velhos e novos!! Se for por uma estrada devagarinho a quarenta, um acidente...está a ver? Agora, depois, depois aquelas coisas... as ecopistas, e mais não sei quanto. Agora é tudo “eco”!

Ecosistema... ecografia (e rio)! É tudo “eco”! É tudo muito bonito, nós também temos aí, também vamos fazer, sim, senhor. Ter ali o lugar para o deficiente passar, isso é fundamental. Agora, passamos do oito para o oitenta. Depois temos aqui neste edifício: agora vamos comprar uma coisa daquelas, tipo elétrico, que sobe, mas tentamos por um elevador. Como é que a gente faz isto? Quer dizer, é difícil depois fazer. Mas queremos passar logo do oito para o oitenta. Mas depois é as casas que não sei quantos, depois é para tirar uma licença para isto, e depois é mais uma licença para outra coisa, e depois mais outra, e mais outra. Isso não tem nada de sustentável! As pessoas ficam fartas, e “o poder político é não sei quantos”! É uma coisa séria, é uma coisa séria! Eu levo a política como uma coisa séria. É, não é, as pessoas dizem que não gostam muito de mim porque eu digo logo o que tenho a dizer porque não ando por ninguém. Está a perceber? Se querem aqui um bem falante, arranjem um ator de telenovela, que até há aí alguns, metem aqui na Câmara, pronto! São estas confusões todas, são estas confusões todas. E, portanto, para nós, preocupa-me em termos de política desta Câmara, e aquilo que eu acho, que é a questão do planeamento, a questão do urbanismo, do ambiente, não é? De ter os parques desportivos, dos centros culturais. É uma zona que nós estamos agora a fazer, foi aprovado na quarta-feira, um milhão e novecentos mil para fazer uma zona industrial, tratar daquilo tudo. Já pusemos a curso a iluminação, os leds, no fundo para minimizar uma data de... mas depois é carros por cima dos passeios... é casas para a habitações que se fazem, mas depois os estacionamento não são... são poucos. Uma família tem dois ou três carros... isto deve ser tudo pensado, e pensado para o futuro, sempre. Não é? Porque se vai fazer uma casa: hoje chega ali, “esta é boa”. Essa é outra coisa, não sei se deveria ser assim, se as casas deviam ter um outro sistema qualquer, e a pessoa alugava, como é ali na Holanda, sem ter aquele sentido... compra, com dois quartos, mas depois esquece-se que casou há um mês e vai ter três filhos, e começam os problemas, quando a coisa podia ser “vou ter um filho ou dois”, e depois vê “ehhhh aquela não tem despensa”, depois, não tem não sei quantos, percebe? Isto, planificar isto tudo, é contribuir, depois as edificações, algumas, ficam muito a desejar com os materiais e... tudo isso.

30' Perguntei o que pensa sobre a sociedade civil na região, se considera-a ativa.

Sim. O movimento associativo é bom, participa. Tem outra coisa muito boa, até por exemplo de outros tipos, as pessoas vão às iniciativas... também vão.

Sim, mas está a referir-se a eventos. E na Assembleia Municipal, por exemplo?

As pessoas não querem saber disso, nem as Câmaras querem saber disso. Não querem saber. Mas isso sempre foi assim, e participam se houver, assim, um assunto concreto, porque também não passa por aí, talvez passe por outras formas de... primeiro são hábitos; depois tem a ver com a educação. Se vamos participar sessenta pessoas ou setenta numa Assembleia, é porque tem um assunto que lhes diz respeito. Depois com certeza nem se trata... chamam nomes, e são capazes de insultar, está a perceber? As pessoas participarem... está a perceber, depois dá isto. Vou ter uma reunião com o movimento associativo por parte do desporto, vamos preparar, requalificar, o parque desportivo todo, uma coisa que já está assim há muitos anos, por causa disto ou daquilo, há nove ou dez anos que está numa desgraça. E agora a gente vai reparar, porquê? Porque as coisas foram feitas, que se fazem, e não se acautela o futuro de quem é...e depois vão acautelando porque se mete gente a mais, não é? A Câmara não é nenhum Centro de Emprego. Depois as pessoas entram, depois muitos vão tirar um cursozinho e começam a ganhar. Ninguém aceita, eu não posso... vamos supor: um calceteiro, tira o curso de engenheiro, a Câmara precisa de calceteiros, não é de engenheiros!! Se quer ser engenheiro, pode ir. Mas isto é... por exemplo, com o Politécnico, até estudam e trabalham durante o dia, e estudam para tirar cursos, só que depois, vai-se a ver, a pessoa conforme saiu da Câmara, assim entrou. Para estar no expediente é preciso jeito. Isto a gente só para ter um diploma, então podiam tirar diplomas em coisas ligadas aos funcionários da Câmara. Podia haver engenheiros ligados às obras municipais, podia haver um tipo de cursos que com certeza não há. O que é o encarregado hoje? O encarregado, pode haver o encarregado, o individuo que ao

longo do tempo sabe, aprendeu a fazer as coisas, faz bem, mas falta-lhe a outra parte, não é? Que é sempre aquilo...o corta das árvores. Nunca viu cortar as árvores... isto nunca se faz! Porque mutilar, não acredito que a árvore tenha que ser cortada assim, porque foi feita assim, para ser cortada assim, depois ficam aqueles troncos... aqui até nem fazem muito, mas em Serpa é uma coisa horrível! E quando saí começaram a cortar outra vez assim (demonstrou). As pessoas querem sol no inverno, mas depois querem sombra no verão. Isso é gozar com a árvore! Está a ver, são pequenas coisas que... uma coisa é podar, e outra é cortar. Mas depois temos esta gente toda que metemos aqui, que com certeza são sessenta técnicos superiores para depois termos três pedreiros. Isto é o que lhe tinha para dizer, já não tenho mais nada para lhe dizer.

2.

APÊNDICE IX

Sinopse Entrevistas a Dirigentes das ADLs do BA

SINOPSE ENTREVISTAS ADLs

Conceito	Categorias	Sub-Categorias		Freq.
DS	IMAGEM E CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Q1 O que é para si o desenvolvimento local sustentável?	<p>E1A “um conjunto de objetivos e metas que têm em consideração as características biofísicas, económicas e sociais do território, o que irá permitir, no futuro, garantir a perenidade dos ecossistemas, e com isso, também, obviamente, garantir que as populações, a economia, o bem estar social, económico, a qualidade de vida de modo geral, seja aquela de acordo com os padrões que nós consideramos aceitáveis, no mundo de hoje, continuem a ser garantidos” (E1A)</p> <p>E4A é inevitável que seja composto por um conjunto de entidades, ou seja, tem que se apoiar sempre numa parceria que trabalhe para o mesmo, que trabalhe no mesmo, num caminho mais ou menos comum, e que tenha os mesmos objetivos</p> <p>E7A Tem que implicar, no fundo, as atividades das pessoas nos territórios, a conseguir um equilíbrio entre... no fundo, as pessoas produzirem riqueza suficiente para terem alguma qualidade de vida, de forma a protegerem e desenvolverem as características do espaço onde vivem, em comunidades harmoniosas</p> <p>E2A Eu diria que não tenho um conceito de desenvolvimento local ou desenvolvimento nacional, tenho um conceito mais do desenvolvimento em si, independentemente de ser local ou nacional</p> <p>seja promovido de uma forma que possa garantir que as pessoas tenham em garantia as condições mínimas de subsistência, e que tenham garantia à sua qualificação, e que essa garantia, esse desenvolvimento que é dado às pessoas não seja feito em prejuízo de causar danos graves em termos do ambiente, e de uma renovação de recursos que tem que estar sempre presente e garantir que temos o desenvolvimento económico sem degradação das condições ambientais, e de condições de sustentabilidade de renovação de recursos não podemos com base no desenvolvimento económico a todo o custo, degradar regiões em termos de perspetivas de médio prazo</p> <p>Eu, muitas vezes, não gosto muito dessa palavra porque a acho um bocado gasta, não é? Para mim é mais um desenvolvimento integrado, com utilização racional de recursos E2A</p> <p>E3A</p>	

			<p>é aquele que tem em vista a melhoria da satisfação do bem-estar das pessoas, mas com respeito, naturalmente, com os valores em presença</p> <p>O desenvolvimento sustentável não é um projeto isolado na área ambiental</p> <p>E5A É um processo de construção participada pelos vários atores locais com base naquilo que é o contexto económico, social, cultural e ambiental, que procura ligar e valorizar tudo aquilo que tem ver com os valores identitários, que deve também estar aberto à inovação, e que, no fundo, permita uma, para além dessa tal primeira construção que eu falei, que permita também a operacionalização dessas políticas pelos atores locais, mas de forma que não haja apenas um ator ou dois que se destaquem nessa gestão</p> <p>E6A são processos de crescimento dos territórios e das comunidades, dinâmicos, claro, que permitam o progresso desse território e dessas comunidades de forma íntegra e integral dizer desenvolvimento sustentável é uma redundância, não é?</p>	
	“OPERACIONALIZAÇÃO DO DS”	Q2. Quais os pilares fundamentais do DS a nível Local ?	<p>E1A “ambiente” “desenvolvimento social ou outros” (E1A). “Os recursos hídricos disponíveis, em quantidade e qualidade” “o <u>clima</u> que temos e que vamos ter” “é um pouco isto, ter em conta estes aspetos, do clima, do solo, ou da parte natural, biofísica, climática. Tudo isso tem que ser pilares fundamentais. Obviamente, depois, também há as vertentes sociais e económicas” E1A</p> <p>E4A Um bom relacionamento entre as instituições, quer sejam elas públicas, privadas Conseguir a definição dos objetivos comuns uma parceria eficaz (...)que olhe para o terreno e veja as necessidades desse terreno e que todos tentem colaborar em conjunto</p> <p>E7A Coesão. É um bocado essa noção, nós temos grupos que... a coesão tem a ver com isso, que ninguém deve ficar para trás, é a “casa do mundo” a noção do local, mas a noção do global. E de que nós podemos encontrar ideias de fazer rede com o resto de mundo, com outros sítios que andam com os mesmos problemas, e a trabalhar nas mesmas coisas, e não se fechar no seu cantinho e querer ser sustentável. Porque você não consegue ser sustentável com os recursos que você tem, você tem que partilhar</p> <p>E2A a qualificação de recursos humanos (...) temos que ter massa crítica</p>	

		<p>a existência de recursos, de recursos também financeiros, se não houver recursos humanos que possam promover essa mudança, pura e simplesmente não há desenvolvimento, independentemente de haver potencialidades</p> <p>E3A aposta na Educação, e a aposta na participação e criação de mecanismos de governança valorização dos recursos locais, por parte das populações (...) e das suas expressões organizadas intervenção, social, económica e ambiental. E cultural</p> <p>E5A Identidade cultural e o património A questão da sustentabilidade ambiental Turismo. atividades de desenvolvimento turístico e de animação turística A agricultura, a manutenção da agricultura, e a inovação agrícola a questão do empreendedorismo local, quer empresarial quer social A questão da valorização da qualificação dos atores locais</p> <p>E6A um dos pilares fundamentais é a governança, aliás, é o decisivo a capacidade de ter ou de atrair para o território uma diversidade de... não queria dizer de pessoas... mas, no fundo, é, uma diversidade de capacitações, ou seja, de pessoas com várias capacitações, de pessoas com várias atitudes, de pessoas muitas vezes até capazes de criar ruturas (...) é decisivo porque é essa diversidade de pessoas que criam inovação, capacidade de coesão territorial (...) que vá abarcando sempre as várias dimensões, quer as dimensões ambientais, quer as dimensões humanas das questões mais tradicionais de que se devem acautelar o futuro dos recursos, a sustentabilidade dos recursos</p>	
	Q3. Quais são os principais desafios da sustentabilidade ?	<p>E1A "alterações climáticas" E1A "A questão das alterações climáticas é um desafio a nível global, mas aqui, na nossa região, também o é. Esse é um desafio fundamental" "as questões da água, as questões da gestão do solo: as mobilizações, a erosão, os próprios herbicidas (ainda há dias quando choveu, havia para ali zonas, em que a areia era toda na estrada), fora os desastres do passado quando se tentou que isto fosse o celeiro da nação, um desastre!"</p>	

			<p>“a paisagem natural. Repare, as doenças que estão a afetar os montados, que são uma marca da região do Alentejo, com os fungos e tudo o mais, tem a ver com as más práticas e com os fungos invasores que não eram de cá, não é?”</p> <p>“um desequilíbrio natural associado a espécies invasoras”.</p> <p>“desertificação no Alentejo. É um desafio imenso. Nós estamos a sofrer um processo de desertificação, no Alentejo. Portanto, esse é um problema. Só que, as pessoas não têm a perceção do que é a desertificação. Para elas desertificação é “falta água”. Desertificação é a perda da capacidade do solo em sustentar a vegetação”</p> <p>“Claro que do ponto de vista económico e social, pois toda a agricultura que se fizer pois está dependente se houver menos água, até o próprio projeto Alqueva” E1A</p> <p>E4A o bem estar e a melhoria das condições gerais, das comunidades, e essa melhoria continuada</p> <p>E7A é a questão do equilíbrio geracional nas comunidades</p> <p>E2A a utilização racional dos recursos naturais</p> <p>E3A A questão do despovoamento (...)liga-se seriamente à questão económica, existe um fenómeno de exclusão social, ou socio territorial, tem, como origem, a questão do emprego Bem estar social Valorização dos recursos (...) depois a inserção do espaço local, o espaço geográfico local, em espaços geográficos mais abrangentes, regional, nacional, europeu e mundial, portanto. Isto implica a participação em redes a questão das alterações climáticas mas que está subjacente à intervenção da valorização dos recursos, não é? E da proteção e da reconstrução</p> <p>E5A um desafio muito importante é o do trabalho em rede e o da participação O trabalho em rede, normalmente as organizações não estão ainda preparadas para trabalhar em conjunto, na construção dos processos, na organização dos processos A questão da qualificação e do aumento das competências dos atores locais, entidades, associações, autarquias e por aí fora Acho que não há a capacidade de flexibilizar as políticas publicas de desenvolvimento sustentável àquilo que são as realidades dos contextos locais</p>	
--	--	--	---	--

			<p>E6A Os pilares (...) são muito difíceis de concretizar</p>	
		<p>Q4. Quais os principais constrangimentos ?</p>	<p>E1A é o mau uso do solo que se tem feito, as más práticas agrícolas e florestais são já da História, não é? fala-se tanto, mas continuam. Continuam, Continuam. Todos os químicos, neste momento, da agricultura intensiva É a tal questão da economia (...) porque estamos num mundo de concorrência, porque não é só a concorrência interna, é com os outros países. Quer dizer, e acaba por se fechar os olhos a determinadas questões. E isto não é desenvolvimento sustentável. é a população em geral, porque os responsáveis não vieram da lua. Os responsáveis refletem, no fundo, a consciência da sociedade em que estamos, porque eles, no fundo, são pessoas. Falta de cidadania ativa: as pessoas, que só se preocupam com o problema que lhes bate à porta; as pessoas não percebem; a falta de conhecimento da população em geral e, depois, dos responsáveis. E1A</p> <p>E4A Financiamentos. Políticas pouco ajustadas à realidade, distanciamento dos agentes e dos atores locais entre eles as coisas são muito formatadas (pelas políticas nacionais) estas alterações políticas, estes atrasos nos programas, acho que não só dificultam em muito a vida das associações e acho que danificam o relacionamento interno (...) estamos aqui a esgatanharmo-nos para chegar à frente e para sermos nós a ter aquele financiamento e não o outro</p> <p>E7A a falta de políticas autárquicas na minha opinião, de apoiarem famílias jovens a ficarem nas aldeias Há uma desresponsabilização da Câmara. Você não acha que é uma prioridade cuidar das pessoas que aqui nascem e que aqui crescem? E fixá-las nas aldeias Políticas que de facto (...) apoiar a deslocação. (...) E não é construir as coisas. quando você tem maiorias partidárias que estão muitos anos, estando com o mesmo líder ou mudando, passa-se assim. Nós temos um partido, que está instalado na Câmara, e não há alternativa, e se começamos a ser tão poucos, se começamos a ser tão poucos que, qualquer dia, você está na Idade Média! as nossas comunidades tem uma percentagem de pessoas com mais de sessenta anos muito elevada. Portanto, se você for ver nós estamos de certeza abaixo da média da escolaridade, da qualificação a sociedade portuguesa, e o sul do Alentejo, mais do que o norte, a malta tem dificuldade em se associar.</p> <p>E2A</p>	

		<p>essa descarbonização da economia envolve custos financeiros muito elevado há constrangimentos necessários relacionados com os custos</p> <p>E3A eu situava-me mais nos meios para vencer esses constrangimentos não existe desenvolvimento local sem elevação do nível cultural que permita a participação plena do ser humano na sociedade Não existe capacidade de participação sem satisfação, também, de necessidades mais prementes, mais básicas não existem políticas locais sem políticas nacionais, pronto, e sem políticas europeias, pronto. E também sem obviamente desígnios de política mundial, como aqueles que são feitos a nível do ambiente (falta) A intervenção integrada ao nível da economia</p> <p>E5A há visões muito... muito... individualistas daquilo que é o desenvolvimento de cada um dos concelhos. Não há práticas de trabalho em conjunto é muito difícil desenvolver projetos em parceria é um constrangimento que se verifica ao nível autárquico, claramente, mas também ao nível associativo, ao nível empresarial</p> <p>outro constrangimento que se coloca ao nível do desenvolvimento local sustentável, parte da pouca flexibilização daquilo que são as normas, as... as portarias, a legislação que apela, por um lado, à participação, à colaboração, e não sei o quê, mas que são de tal forma rígidas e obrigam a um detalhe que, muitas vezes, extravasa aquilo que é o coerente e que põe em causa, também, o desenvolvimento dessas políticas.</p> <p>E6A Um dos principais constrangimentos é a falta de recursos humanos capacitados, não é qualificados, é capacitados para esta tipologia de processos com a falta, para não dizer inexistente, em Portugal e no Alentejo (digo de propósito), um plano de desenvolvimento a longo prazo (...)até pelas inerentes questões eleitorais, de quatro em quatro anos, cria, obviamente, uma instabilidade muito forte nestes processos de desenvolvimento progressiva dependência dos Fundos Estruturais, tem levado a que as organizações, sejam elas as Câmaras, ou ONGs, ou até as empresas, mas se calhar as empresas até menos, acabam por ir moldando aquilo que pensam que é o processo de desenvolvimento, ou o seu processo de desenvolvimento, aos Fundos, à tipologia dos Fundos, e não aquilo que propriamente, eventualmente o território precisa lideranças, particularmente as lideranças de quem está em lugares de decisão, mais uma vez os políticos (...) Se efetivamente não tiver a capacidade de, apesar esses constrangimentos, idealizar...ser persistente, pensar em termos futuros, pensar em termos de sustentabilidade, isso faz com que os territórios, de facto, não evoluam em termos de futuro, em termos de sustentabilidade. o facto de continuarem a necessitar da maior parte das infraestruturas</p>	
--	--	--	--

			<p>neste momento tem um exemplo muito claro. Todos os autarcas clamam pelos Fundos Comunitários para o arranjo das estradas. São quilómetros, e quilómetros, e quilómetros de estradas. É verdade. É verdade, também, que os Fundos Comunitários não estão abertos a isso, não é? Agora, é um <u>dilema</u>, porque de facto nós já não estamos em altura de utilizar os Fundos Comunitários para infraestruturas, e por isso mesmo eles não estão muito virados para as infraestruturas, rodoviárias, para as infraestruturas das piscinas, para esse tipo de infraestruturas</p> <p>esse é um pouco o problema dos ciclos eleitorais, dos ciclos de desenvolvimento a quatro anos, porque os reflexos são ao fim de dois ou três ciclos</p>	
		<p>Q5. O que é que acha que contribui efetivamente para o DS ?</p>	<p>E1A Educação</p> <p>E4A um bom relacionamento entre as instituições E o foco. Acho que é importante o foco. As pessoas esquecem-se muito do ... “porque é que estamos ali?” (...) Estamos ali não é para a auto-promoção, ou eu estou a pensar em mim quando estou a desenvolver ou a fazer um trabalho ou a ocupar o cargo, não é isso, mas eu estou ali para servir uma comunidade, ainda mais a nível camarário.</p> <p>E7A Participação das comunidades e envolvimento. Aqui na nossa zona eu acho que é a questão do conhecimento, pá, é fundamental. O conhecimento na perspetiva do estudo e da reflexão, pá, e de perceber a relação entre as coisas Que as coisas demoram tempo. Persistência tem que haver avaliação, avaliar para aprofundar o conhecimento, isto são ciclos, não é? Para emendar o mal, para ver os disparates que se fizeram e não voltar a cometer Depois temos que medir Eu acho que nós temos muito pouco a noção de processos! As coisas são processos. A gente quer logo... e com esta evolução rapidíssima da tecnologia que a gente teve e não sonhava, a gente quer logo uma solução, rápida e imediata (...) É preciso ter calma. Isto é um processo Depois há limites, e cada um tem o seu e deve perceber até onde pode ir e pode não ir</p> <p>E2A a qualificação dos recursos humanos é a pressão da opinião pública, a pressão da sociedade civil, que leva à transformação a qualificação dos recursos humanos, o investimento em políticas educativas viradas para essa situação, a educação cívica dos cidadãos</p>	

			<p>E3A há que criar instrumentos que progressivamente participem... sei lá, uma rede social é um instrumento... nós aqui, o GAL é um instrumento, a criação de mecanismos de governança, são instrumentos e simultaneamente mecanismos, não é? Por os agentes em contacto a questão de não concebermos o desenvolvimento sem educação. Educação com esse fim, pronto. Com o fim da promoção da cidadania e da autonomia da pessoa</p> <p>E5A questão da responsabilização para partilhar intervenções que visem a... o aproveitamento e a valorização dos recursos a todos os níveis ambientais, sociais, económicos, patrimoniais muitas vezes essa responsabilização não é dada quem... a quem deve ser chamado a participar no processo de desenvolvimento</p> <p>E6A a nossa ideia de trabalhar sempre com as pessoas, com as comunidades (...)Nós, muitas vezes, temos que estar a fazer coisas que não são nossa prioridade, nem fazem parte da nossa missão a formação de recursos humanos (...). E isso dá-lhes uma capacitação muito grande que levam para os sítios onde estão a trabalhar a capacidade e a capacitação das pessoas é fundamental</p>	
PPLDS	Q6. Quais as ideias que tem sobre as PPLDS, tendo em consideração as ações, os processos, e os resultados ?		<p>E1A “Sou sincero, não tenho acompanhado ultimamente mercê um pouco do tipo de trabalho que estou a fazer agora, não tenho a noção exata”. “Há aí umas Agendas, a Agenda 21, agora por causa daquela questão das alterações climáticas, ainda participei sobre isto numa sessão no Politécnico, aliás, na área da agricultura e houve umas com Ferreira sobre a mitigação dos efeitos das alterações climáticas, e há uma série de autarquias a participar, mas penso que ainda é tudo muito pouco consistente, muito pouco consistente o que ainda se faz. É muito solto, é aproveitar um Programa ou outro “Às vezes não têm bem a noção, é para aproveitar ali a oportunidade de projetos, financiamentos... é mais a pensar, às vezes, infelizmente, nas oportunidades de verbas para projetos que aquilo pode trazer do ponto de vista económico, do que uma verdadeira consciência” E1A</p> <p>E4A há políticas de desenvolvimento local que eu acho desenquadradas, ao longo do tempo tenho achado desenquadradas tendo em conta a nossa realidade porque eu acho que as coisas estão muito formatadas em geral e, pronto, e não se adequam a todos os locais e a todas as comunidades</p>	

			<p>(outro problema) é a continuidade no terreno destas políticas (...), há financiamento, depois, deixa de haver financiamento e as entidades consideram que “é melhor partir para outra, se calhar”, “já está gasto aquele modelo” , mas o difícil é fazê-la continuar</p> <p>E7A É evidente que as limitações que são impostas pelas políticas, municipais, nacionais e europeias, e etc., que muitas vezes estrangulam isto. Estrangulam. Estão a estrangular Temos autarquias que funcionam muito por interesses partidários e não comunitários E aqui temos uma comunidade muito controlada</p> <p>E2A Há políticas públicas que foram muito positivas, e que efetivamente mudaram e houve transformações as pessoas também muitas vezes não têm a noção das transformações que ocorreram no país; nós não tínhamos cá qualquer reparação dos resíduos, isso pura e simplesmente não existia. Nós não tínhamos qualquer política em termos de transformações energéticas</p> <p>E3A Faço uma ideias positiva, naturalmente com necessidade de evolução Positivo no sentido em que têm feito muitas coisas importantes. De facto, as políticas públicas locais têm evoluído por exemplo, o Programa das Redes Sociais, veio dar um impulso enorme à concertação, a nível local, de políticas em torno da problemática social questão dos resíduos, é o mesmo exemplo, não é? Com a criação das comunidades intermunicipais, ou para a gestão dos resíduos, estou a falar das CIM Portanto, todas essas políticas, e todos esses instrumentos que foram criados, tiveram impacto, depois, ao nível das políticas ao nível local, e é desejável que assim seja, não é? às vezes não é só a preocupação política, é também a capacidade técnica</p> <p>E5A Algumas contribuem para o desenvolvimento local (...).A questão ambiental, a... com a manutenção daquilo que é a agricultura tradicional a valorização de tudo o que tem que ver com a área social, da solidariedade social, e que essas são práticas que são mais ou menos comuns a todos os... a todos os municípios, a... mas que acho que não partem propriamente de um processo de construção participada</p>	
--	--	--	---	--

			<p>E as respostas, depois, são avulsas, digamos assim, e são feitas apenas por uma das entidades, ou por algumas das entidades, e isso não facilita, nem concorda com aquilo que deve ser o desenvolvimento de uma política pública de desenvolvimento sustentável</p> <p>Mas depois temos outros exemplos que são menos positivos: o exemplo de Ferreira do Alentejo, aliás, todo o exemplo das freguesias que são abrangidas pelo Empreendimento Múltiplo do Alqueva e pelo regadio, que têm apostado cada vez mais na agricultura intensiva e em particular no olival, no olival intensivo, que põem em causa muita coisa e que podem por e causa a própria sustentabilidade daquilo que é uma das atividades do Alentejo, e que pode por em causa outras coisas a médio e a longo prazo, não é' como a questão do desemprego, a desertificação, e por aí fora</p> <p>E6A de facto, não há políticas locais, não há políticas públicas para isso, não é? O que há é muito a importação daquilo que nós fazemos desse tipo de políticas, que em determinados contextos, e em determinados países resultaram, e em determinadas épocas, mas que, como de facto nós andamos sempre vinte anos atrasados, muitas vezes acabam por não resultar quando são aplicadas cá. O caso da Agenda 21 é um desses exemplos, não é? É mais um show off do que outra coisa</p> <p>Então, acha que as Câmaras Municipais desenvolvem as Agendas 21 sem as controlarem? É evidente que controlam. Não por querer, não com má fé, não é nada disso! Mas é assim, mas é assim. E portanto, verdadeiras políticas publicas de desenvolvimento... não existem.</p> <p>you tem agora a nível nacional, o Plano de Valorização do Interior. Que era à partida um documento que se esperava bastante importante, aglutinador e tudo isso, mas acaba por não ser, principalmente porquê? (...)São ações que ao Governo lhe interessa fazer. E tanto lhe faz que esteja naquele Plano, de valorização do interior, como noutra qualquer! São meramente o elencar de medidas que até já existiam</p> <p>o conselho diretivo que decide aquilo, são tudo organismos do Estado! Então é assim que se faz um Plano de Valorização do Interior? Não há ninguém da sociedade civil, não há ninguém de outro tipo de entidades</p>	
		<p>Q7. De modo geral, qual a sua opinião sobre as PPLDS ?</p>	<p>Na anterior.</p> <p>E4A Eu acho que tem, que a evolução é sempre positiva, que vamos aprendendo com os erros Mas acho que sim, que tem havido um esforço de adequar mais as políticas à realidade, e mesmo os técnicos têm trabalhado no terreno em continuidade E acho que não tem havido as mudanças que nós gostaríamos., mas acho que tem havido algumas mudanças</p> <p>E7A</p>	

			<p>não tínhamos mais nenhum projeto porque estava isto tudo à espera de, estamos à espera de ser, está tudo, estes Quadros estão todos superatrasados, O peso partidário dificulta a participação (...). Mas isto está um bocado trancado. Nas políticas públicas eu acho que há uma coisa que dificulta, mesmo os programas (esse não são autarcas) é a questão dos apoios, projetos muito curtos. Você tem projetos de um ano, dois anos, e depois sem garantias de continuidade, tem que se rever a forma de apoio. Acho muito bem que se vá avaliando, e que se vá se, as coisas não estão a correr bem, suspender; mas se as coisas estão na linha do que se pretende, haver cenários de linhas com mais coesão, dez anos. Não sei se me entende a ideia? Com ajustamentos. e depois mudam os nomes por tudo e por nada, mudam o hábito mas o monge é o mesmo, e os LEADERS: agora, demora muito tempo a arrancar. Demora muito tempo a arrancar. Estão-se a burocratizar os procedimentos, perde-se imenso tempo Os programas com as tutelas... são culturas completamente diferentes, são organizações diferentes, é uma confusão! Quem está no terreno tem que aplicar as coisas, por as coisas a funcionar e que, depois, é-lhe exigido execução. Ponham, se faz favor... puseram na carroça umas rodas quadradas, ponham, se faz favor, rodas redondas, não é? Para ser mais fácil empurrar a carroça, não é?</p> <p>E2A as políticas públicas têm que se direcionar, essencialmente, para a parte em que tem que haver um investimento público, para haver uma transformação, porque muitas vezes esse investimento, numa primeira fase, não tem chamado a rentabilidade económica, não é? Tem mais uma rentabilidade social</p> <p>o Estado e a Sociedade Civil, pode desempenhar um papel muito importante nessas políticas de qualificação de recursos humanos para essas novas tecnologias, da criação de condições para que esses novos modelos de negócios e essas novas... essa nova economia possa aparecer</p> <p>políticas viradas para o desenvolvimento sustentável, direcionamento dos recursos financeiros públicos para determinadas situações e não para outras. Portanto, a política é isso: é essencialmente fazer escolhas, não é</p> <p>A nível Local, sim, tem havido mudanças, (...) há a preocupação a nível dos municípios hoje em dia há uma preocupação cada vez maior, até por força do mediatismo</p> <p>Os municípios são eleitos, os cidadãos gostam (embora muitas vezes não pratiquem) das políticas ambientais e, portanto, por força disso, há, mais ou menos empenhadamente,</p> <p>E3A faço uma ideia, como disse, globalmente positiva, quer nos domínios social, educacional, e económico e cada vez mais, o ambiental</p> <p>E5A</p>	
--	--	--	--	--

			<p>Acho que há cada vez mais consciência da preservação dos recursos locais, cada vez mais as autarquias locais assinam, e outros atores, nomeadamente associações de desenvolvimento local, têm essa preocupação</p> <p>há uma consciência cada vez maior daquilo que é o desenvolvimento sustentável.</p> <p>E6A É preciso reforçar muito as políticas publicas, e é preciso envolver quem no dia a dia está no terreno, que se confronta com a necessidade e a coerência dessas políticas, públicas... e elas serem avaliadas, serem... serem até conduzidas pelas entidades locais, não tanto pelos Ministérios</p> <p>Portugal (...)que é um país muito diverso e as políticas públicas deveriam elas próprias ser <u>muito mais</u> adequadas a cada região, muito mais específicas do que aquilo que são. Nós não podemos ter políticas públicas, por norma, iguais para o Norte e para o Alentejo, pois são realidades completamente diferentes, não é?</p>	
		<p>Q8. Como tem conhecimento das PP, através de que meios de comunicação?</p>	<p>E1A Email, CM, outras entidades, dentro da própria associação, boletins, newsletters, Nacional e internacional Plataformas europeias e internacionais E1A</p> <p>E4A Essencialmente através da internet, nós estamos sempre à procura e pesquisando nos sites específicos à procura de informação. E muitas vezes através da televisão a nível da interação com outros pares</p> <p>E7A -</p> <p>E2A É basicamente através da internet, sim, internet</p> <p>temos um conjunto que é a Federação Minha Terra, que reúne todas as ADL onde temos discussões em pormenor sobre uma série de temas e de política (...) e para a apresentação de propostas..</p> <p>E3A Meios de comunicação, contactos com as tutelas, não é? Fontes do ministério; ao nível local temos fontes de contactos com os agentes, e não apenas só com as autarquias</p>	

			<p>acompanhamos aquilo que é a política internacional no âmbito da preservação do ambiente, diariamente acompanhamos em que é que aquilo se traduz em políticas europeias, obviamente Também através da interação social, mas mais com pessoas que trabalham no meio</p> <p>E5A muito também através dos meios de comunicação social, mas também porque a ESDIME participa em vários fóruns locais e regionais, nós estamos em todas as Redes Sociais</p> <p>há um conjunto de fóruns locais e regionais (Conselho Municipal para o Empreendedorismo, CIMBAL...) onde a ESDIME participa e onde estas questões são debatidas, portanto, vamos acompanhando os processos, tendo a noção daquilo que está a ser fazer</p> <p>E6A É a internet, é, sim, como trabalho em desenvolvimento todos os dias, estou atento, mesmo ao Diário da República, sim... em reuniões (interação social com colegas da mesma área), também, não é, vamos sempre tendo conhecimento do que vai saindo, do que se está a preparar</p>	
		<p>Q10. Quais as dimensões das PPLDS que considera mais estruturantes para o Desenvolvimento local ?</p>	<p>E1A Questão ambiental, porque é a base do território. A nível local: a questão do emprego. Autarquias fazem apostas nos parques industriais para terem condições para as empresas Falta de autoestradas, do caminho de ferro e do funcionamento do aeroporto, A questão demográfica é uma preocupação errada, é um mito. Já não é expectável apostar no setor primário; talvez a aposta no setor secundário. Aposta na questão mineira. E1A</p> <p>E4A Nós a nível do PRODER, e já do LEADER, e agora do PDR, fazemos parte de uma área de intervenção que é coordenada pela ESDIME apesar de ser um chapéu grande, pode haver ali, não será ao nosso desejo completo, mas, pronto, pode haver ali uma adequação à nossa realidade específica</p> <p>E7A Equilíbrio geracional nas comunidades Qualificação Coesão participação descentralização</p>	

			<p>E2A com maior impacto são as intervenções no domínio energético</p> <p>É onde os municípios, neste momento, podem desempenhar de uma forma concreta, atual, e muito perto, podem desempenhar as suas funções, quer pela promoção da utilização das energias renováveis, nos diversos domínios que os municípios têm, a ligação pública</p> <p>E3A fortíssima preocupação com o despovoamento, com a falta de condições com estas populações a intervenção no domínio económico, pelas mais diferentes formas (...) desde a produção do empreendedorismo, o apoio à diversificação das atividades económicas, ao estabelecimento de locais e de equipamentos favorecedores de infraestruturas favorecedoras da atividade económica, à discriminação positiva da atividade económica nas regiões do interior (dimensão económica na lógica de criação de emprego) naturalmente, aquilo que são os serviços às populações, são de diversa ordem: saúde, educação, (...) ambientais, e patrimoniais, o património em tudo, material e imaterial</p> <p>E5A A questão de toda a valorização da componente patrimonial e identitária, é claramente uma área que está a ter bastante impacto. Agora com a questão da homologação do Cante a Património da Humanidade, entre outras; isso são apostas que estão a ser assumidas por todos os concelhos</p> <p>As questões da sustentabilidade ambiental</p> <p>toda a área social que tem que ver com a concretização daquilo que está consignado nos planos de desenvolvimento local, que é o desenvolvimento social, leva a que essa seja uma área, a área da solidariedade, do envelhecimento ativo, das IPSS's, acho que está muito presente e começa-se, cada vez mais, a trabalhar na área do empreendedorismo</p> <p>E6A Depende do território (...) cada concelho deverá encontrar, uns já encontraram, outros ainda não, aquilo que é um... o âmago, o fundamental no seu território</p> <p>Agora, não é só nos recursos que acontece o problema, não é? É evidente que todos os concelhos já têm os seus recursos. Mas não é aí que está a questão. A questão está, como é que se olha para esses recursos, e a propósito deles se montam processos de desenvolvimento. Como é que se cria investigação em cima desses recursos? Como é que se criam subprodutos desses produtos? Como é que se criam... valências da academia em cima desses recursos?</p>	
--	--	--	--	--

	<p>“GOVERNANÇA”</p>	<p>Q11. Na sua opinião, qual é o papel de uma ADL na promoção do desenvolvimento sustentável ?</p>	<p>E1A Por um lado, na ajuda de tomada de consciencialização da população, para aquilo que é o desenvolvimento sustentável, a sua base, os seus pilares e, por outro lado, na participação, no debate público, nos documentos de orientação, nos parceiros que se fazem, no fundo, na discussão das linhas orientadoras que tiverem (...), fazendo pressão... participar e pressionar. E1A</p> <p>E4A a Câmara tem aquelas burocracias todas que atrasam, e então resolveu-se que era importante criar uma associação de desenvolvimento que servisse um bocadinho como um “braço” da Câmara, o que é bom e mau porque a associação tem que se afirmar por si, não está dependente da Câmara Eu acho que um papel de uma ADL é um papel muito importante porque tem esta margem de manobra</p> <p>uma associação de desenvolvimento consegue, tem obrigação de conseguir movimentar-se no terreno com muito mais “ligeireza”, do que uma Câmara que tem outro peso, e que consegue chegar mais facilmente quer a programas que consigam trazer mais-valias para a comunidade quer às vezes mesmo junto da própria comunidade. Terá que ter mais facilidade de chegar, de gerir e de falar, e que deveria ter aqui um papel muito de....agente de contacto, de conseguir aglutinar as forças todas</p> <p>E7A consegue ter uma visão e uma avaliação do território, e dos problemas do território, de forma menos sectária, porque não tem que servir interesses nenhuns, não é? é uma abertura. Se não for uma ADL que seja uma extensão de uma Câmara, porque há muitas delas que são. E, portanto, tem que obedecer Esta nunca foi isso. Nunca foi e tem pagado a fatura disso. Mas tem o benefício disso, não é? E, portanto, também ganha por parte da população mais confiança, tem mais autonomia para recrutar as pessoas, de facto, adequadas, tem mais autonomia para lidar com toda a gente e mais alguém, não está filiada e ganha a confiança. Tem mais ginástica para poder apanhar caminhos e áreas. Se vier aqui alguém propor um conjunto de serviços, então, desenvolve-se uma linha e não é preciso ir aos chefes por o visto, e ouvir que não, que não tem interesse. Há muito mais autonomia. Tem muito mais autonomia para fazer o seu caminho</p> <p>E2A nós temos unidades de gestão dos fundos comunitários, somos uma participação muito grande da sociedade civil. Nós, na nossa unidade de gestão, temos cerca de quarenta e tal organizações da sociedade civil que participam, que participam nessa parceria e temos reuniões regulares da parceria para a discussão de temas, a definição de políticas, portanto, com essa sociedade civil</p>	
--	---------------------	--	--	--

			<p>tem a obrigação de promover o diálogo entre as diversas partes usando a figura da costureira, que faz a ligação e cose as diversas partes</p> <p>Portanto, no fundo, tecer e ser o palco onde se põem essas entidades a dialogar umas com as outras é importante.</p> <p>É uma plataforma de diálogo entre as instituições</p> <p>a <u>ADL</u> é uma plataforma de diálogo entre essas instituições, não é um <u>meio</u> em si portanto não acho que se devam transformar em grandes conglomerados de empresas, andarem elas a fazerem de empresas, a fazerem isto, a fazer aquilo, não é esse o papel</p> <p>E3A</p> <p>quanto maior for a sua capacidade de implementação de mecanismos de governança, portanto, e de criar parcerias, de participar em redes, de interação com o exterior. São essas três, se quiser, capacidade de consensualização, estratégias, em função do desenvolvimento sustentável, ou que visem o desenvolvimento sustentável. Criar instrumentos participados de intervenção. E isso funciona em contínuo. Quanto maior forem essas capacidades, maior é o papel da organização</p> <p>Primeiro é preciso identificar as pessoas e, depois, ajudá-las a participarem, é preciso educação para a participação</p> <p>E5A</p> <p>O desenvolvimento e operacionalização de programas próximos das pessoas e dos territórios, não é? Não são competências das autarquias, nem devem ser competências das autarquias desenvolverem programas que trabalhem a questão do apoio às famílias, trabalhem na questão da... mesmo do apoio ao empreendedorismo, do apoio aos empresários, toda a questão do desenvolvimento rural, há muitas áreas em que temos que ser nós. Portanto, há competências que são, acho eu, distintas</p> <p>O problema é que, desde que houve a integração deste espírito LEADER (...)os programas nacionais, do desenvolvimento rural, acabou por se centrar numa lógica de legislar antes dessa construção, e isso não são exemplos positivos.</p> <p>E6A</p> <p>A ADPM não é apenas uma associação de desenvolvimento, é uma associação de defesa do ambiente, é uma associação de defesa do património, é uma associação de formação profissional, trabalhamos muito nas áreas sociais, embora não sejamos IPSS, e isso é um pouco, não porque queremos tomar tudo e fazer, não! Mas porque é a isso que nos obriga o território.</p> <p>(...) e é preciso dar <u>tempo</u>... não é? Porque estes processos de desenvolvimento, sobretudo no mundo rural, precisam de tempo (...)Os resultados têm que se começar a ver, mas os impactos vão surgindo, cada vez mais ao longo do tempo</p>	
--	--	--	--	--

			<p>E isso, mais uma vez, é incompatível com a visão das autarquias, muitas vezes, porque são obrigadas. O Presidente da Câmara é eleito por quatro anos (...) Agora, a capacidade de contrariar isso, e de enviar esse raciocínio meramente eleitoral é que é preciso, e é fundamental.</p> <p>É estar atento às oportunidades do território. É saber criar parcerias, e aqui as parcerias só com várias entidades, parceria aqui é no sentido do próprio processo em si, levar as pessoas, levar as organizações para essas ideias, para esses processos, e é... ter sempre uma atitude algo irreverente</p> <p>Temos que encontrar formas de, claro que temos que trabalhar com o que há de Fundos Comunitários, mas temos que encontrar formas, com esses Fundos, ou sem esses Fundos, de fazermos outras coisas que sejam importantes para o território e não esperar, ou mesmo estar à espera que os Fundos, ou mesmo quem venha de fora é que resolve o problema</p> <p>ter a capacidade de atrair recursos humanos qualificados</p>	
		<p>Q12. Qual a experiência de participação na definição/elaboração das PPLDS ?</p>	<p>E1A Não mantenho uma ponte muito grande com elas, neste momento presente (...)eu quero crer que estarão a par do que se está a fazer, pelo menos nas suas áreas na maior parte dos casos, como disse, têm uma ligação muito próxima com o poder local E1A</p> <p>E4A Muito pouca (sorriu), muito pouca. Pelo contrário. Mas durante a génese da constituição da ADTR e durante muito tempo, participamos ativamente, porque o nosso trabalho no local permitia-nos tomar contacto muito real, muito próximo, sabíamos as necessidades que a população tinha, e nós achávamos que era importante, e aí tivemos uma colaboração muito estreita com a Câmara e com as Juntas, depois, por estas questões, a partir de determinada altura..., também acho que nós deixamos um bocadinho de nos identificar com a política da Câmara, e a forma de trabalho da Câmara</p> <p>E7A já há avisos do LEADER, duma parte, e nós não podemos ajudar as pessoas aqui a fazer os projetos de candidatura E você aqui, não tem mais nenhuma associação em Moura com este tipo de características. Tem uma cooperativa da Câmara, a Comoiprel, com 52%, portanto, é o braço armado da Câmara para os Quadros Comunitários que a Camara não pode candidatar. Candidata com a Cooperativa E o CLDS que foi aí aprovado foi a Comoiprel que ficou com ele. O modelo que vinha no Diário da República era muito interessante e propunha parcerias, e tinha três áreas grandes de intervenção</p>	

		<p>Havia outra (área de intervenção) que era a cara chapada da ADCMoura, já faz e podia fazer melhor. Recusaram, recusaram, recusaram fazer parcerias com a gente. E estão orgulhosamente só, e a levar alguma coisa para diante que é para inglês ver</p> <p>E2A tivemos um diálogo muito grande com todas as instituições Nós falamos muito com os promotores, ouvimos os promotores, falamos muito com as diversas associações e procuramos responder aquilo que são as suas preocupações, dentro dos quadros normativos, e quando os quadros normativos não servem para aquilo que estamos a encontrar, procuramos promover a transformação e a alteração desses quadros normativos</p> <p>E3A Envolvemo-nos bastante e pedem-nos muito! Repare, quando nós fazemos aqui a estratégia de um DLBC (agora é DLBC, anteriormente foram os LEADERS), nós temos um protagonismo elevado porque somos a entidade gestora, somos nós que criamos os instrumentos de participação, fazemos os documentos de planeamento, em conjunto com os outros, não é? Portanto, temos algum papel de, temos algum papel de intervenção, isso a nível local</p> <p>depois também há coisas em que participamos, que somos chamados por outras pessoas, lá está, por aquilo que for definido ao nível das Redes Sociais, o que for definido ao nível das políticas educativas municipais, aquilo que é definido, agora, se quiser, na agricultura biológica, por exemplo, já nacionais</p> <p>E5A , nós participamos em vários fóruns locais e regionais, e tentamos sempre que... que aquilo que são os fundamentos da nossa própria intervenção passem, sejam transmitidos, fiquem Pela nossa experiência, há concelhos e concelhos mas, na generalidade, a grande parte dos concelhos chamam-nos para trabalhar com eles, por exemplo na construção dos próprios planos municipais para o desenvolvimento</p> <p>Com a CIM é uma coisa, ainda, muito nova a explorar, por exemplo, vou dar-lhe o exemplo de uma área em que nós temos muitas qualificações, fruto de um projeto que desenvolvemos há muitos anos, há mais de dez anos , e que tem que ver com a questão da inclusão, das acessibilidades, a promoção do turismo para todos, inclusivo</p> <p>entidade regional do turismo que nos contratou para fazermos o levantamento, o diagnóstico da situação das acessibilidades em todo o Alentejo, tirando os municípios da Lezíria</p> <p>E há exemplos de coisas que foram feitas, que não tiveram financiamento e que acabaram por não ser desenvolvidas, mas que permitiram trabalhar diagnóstico de situações que se revelaram muito problemáticas</p>	
--	--	--	--

			<p>(...)conseguimos fazer um diagnóstico das situações problemáticas dos miúdos que frequentam o agrupamento de escolas, e duvido que isto exista em concelhos similares</p> <p>E6A no caso do desenvolvimento, por exemplo, do desenvolvimento dos territórios, as ADLs são, talvez, das estruturas, quer as de desenvolvimento, quer até algumas de cariz social, culturais, são, de facto (...)as entidades que nos territórios rurais, mais importantes e que maior contributo podem dar para o desenvolvimento... e a verdade é que não lhes é dado poder absolutamente nenhum. Ao contrário do que seria expectável, não é?</p> <p>Ao contrário do que se diz, não há, de facto, nenhum papel da sociedade civil neste momento, a não ser aquilo que a gente escreve nos telemóveis, ou no Facebook</p> <p>No Alentejo (...)E quem é que dá vida a tudo isso? Muitas vezes, são as pequenas entidades locais, as sociedades recreativas, as pequenas tabernas. Pois o Alentejo 2020 não dá qualquer oportunidade dessas centenas de pequenas entidades locais, que aí, sim, é que está a sociedade civil, aí sim é que se faz a participação pública</p> <p>Não se podem candidatar a Fundos Comunitários. (...) Portanto, se o desenvolvimento, hoje em dia, só se faz com os Fundos Comunitários, e estas entidades, estas pequenas infraestruturas, esta sociedade civil não tem oportunidade em chegar aos Fundos Comunitários, portanto, há aqui um contrassenso a toda a prova.</p> <p>a ADPM, no caso de Mértola em concreto, não tem sido muito chamada ao processo de desenvolvimento do concelho. Participamos, colaboramos, com a Câmara, com... mas não há, de facto, um entrosamento entre aquilo que a ADPM faz e aquilo que é a estratégia da Câmara</p>	
		<p>Q13. E na operacionalização das mesmas?</p>	<p>E1A Eu tenho ideia que as ADL têm menos em consideração, nesses modelos de desenvolvimento, esta parte ambiental porque muitas vezes as pessoas que as formam... estão mais na perspetiva de ganhar o tal emprego para a região Nós aqui temos uma visão muito abrangente, fazemos consciencialização, e ali é muito para o desenvolvimento local: como é que vamos trazer emprego para aqui, procurar projetos, financiamentos Nós, aqui, somos muito críticos, em relação às políticas da floresta, disto e daquilo, da energia, vamos supor, é muito mais global E1A</p> <p>E4A Sim, há intenção, mas na prática não há participação Nós escolhemos a “saúde, promoção do desporto e vida saudável”, estamos a trabalhar com o Centro de Saúde, com quem temos estado a trabalhar, com a Câmara, eventualmente</p>	

			<p>E7A No início dos projetos comunitários era à fartazanas, a malta fazia formação, alugava salas a 400€ ao mês, que é estúpido! Alugava computadores a não sei quanto ao mês! Que é estúpido! Valores completamente... agora, dão orçamentos completamente...</p> <p>Nós aqui, quando houve na altura um Programa chamado PIPLEI interessantíssimo, muitas das associações que estão aqui beneficiaram, conseguiram sair da casca, organizar-se com o apoio do PIPLEI. E o PIPLEI foi um projeto relativamente barato com uma gestão muito fácil, muito acessível, muito próxima, com decisões a nível regional, com procedimentos muito práticos, vinham visitar, tinha um acompanhamento interessante, porque como não se perdia muito tempo com papeis tinham tempo para acompanhar. E que depois, esse modelo, era um modelo experimental, e que foi muito interessante, muito interessante, mas não passou de experiência, não foi replicado.</p> <p>E2A do tipo dos Fundos Comunitários que gerimos, procuramos ter sempre uma discriminação positiva em relação a operações que visem a sustentabilidade energética</p> <p>... nós trabalhamos sempre com a parte de baixo, ou seja, pequenos investimentos da agricultura, e pequenos investimentos nas pequenas e médias empresas, portanto, trabalhamos sempre nisso, não temos grandes projetos (...)nós trabalhamos nessa área que é muito sensível a qualquer tipo de mudança</p> <p>Portanto, quer no domínio de utilização da energia na agricultura, que é um dos principais temas que temos, quer do domínio da utilização e da racionalização dos recursos provenientes da agricultura, portanto, tecnologias que de facto façam isso, portanto, estão no domínio das nossas principais preocupações e discriminações positivas em termos de investimento</p> <p>E3A com a criação de mecanismos e instrumentos de participação e governança, não é?</p> <p>Eu estou muito habituado a esta questão das parcerias e das redes desde há muito tempo, e... posso dar-lhe quatro exemplos a nível local de coisas muito diferenciadas: as Redes Sociais (...) GAL, ; são 33 unidades parceiras (...)onde procuramos onde nenhum agente ficasse de fora, quer fosse agente setorial ou agente social, portanto, ter aqui participação (...)é um Centro de Competências para a Agricultura Biológica (...) Centro Qualifica.</p> <p>muito habituados às parcerias vemos, em todas elas, uma virtude imensa porque a nossa atuação, e sabemos que depois a atuação dos parceiros, não é só a nossa, não emana da nossa cabeça, emana, de facto, da concertação, do diagnóstico participado, primeiro da caracterização e depois da concertação para a ação tem sido uma participação efetiva</p> <p>E5A</p>	
--	--	--	--	--

			<p>Na anterior também há aqui outra coisa que é muitas vezes um bocado incongruente, na forma como se operacionaliza estas políticas públicas locais, e eu dou-lhe o exemplo dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social, os CLDS que, neste momento, não são candidaturas abertas, são por convite, digamos assim</p> <p>noto e é constrangedor o facto de ter havido, ainda que pouco, ter havido alguns apoios financeiros para organizações com uma dimensão um bocadinho maior como a ESDIME e outras associações de desenvolvimento local, como aquelas que referi, tirando um bocadinho a ADC Moura, que tem uma intervenção absolutamente extraordinária mas que, porque não é gestora do DLBC, nem gestora do LEADER, porque neste momento não tem Contrato Local de Desenvolvimento Local vê a sua dimensão muito reduzida, digamos assim. Porquê? Porque não tem a possibilidade de conseguir mexer com programas que lhe permitem ir desenvolvendo atividades, expandir um bocadinho a sua intervenção</p> <p>E7A Até porque há processos de desenvolvimento ou parte desses processos que acabam por não avançar tão rapidamente, ou de forma tão integrada, e às vezes alguns nem avançam, precisamente porque não se juntam a esse processo as entidades que seriam fundamentais.</p> <p>O maior exemplo que nós tivemos aqui de participação foi a criação do Parque Natural do Vale do Guadiana. O Parque Natural do Vale do Guadiana foi criado pela ADPM com a colaboração da Câmara Municipal de Mértola, com a Câmara Municipal de Serpa, e tem um bocadinho da Rota do Guadiana, mas a ADPM liderou. Foi o primeiro processo de criação de um Parque Natural em Portugal criado de baixo para cima, em que o território se organizou, fez tudo o que tinha a fazer, as investigações, os trabalhos científicos, as parcerias, e depois disse ao Governo “está pronto a criar, crie o Parque Natural”. Demorou dez anos, foi precisamente por isso.</p> <p>Porque... juntar interesses de caçadores, de pescadores, de autarcas, de ambientalistas, de tudo e mais alguma coisa, não foi um trabalho fácil. Isso demorou dez anos, não é? Mas foi um processo de participação pública extremamente interessante.</p>	
		<p>Q14. O que pensa que significam as PPLDS para as outras ADLs?</p>	<p>E1A algumas são formadas e ligadas perfeitamente às autarquias, é uma maneira das autarquias irem buscar Fundos de outra maneira, no fundo, estão muito ligadas à visão clássica do poder, não são as mesmas pessoas, mas são do mesmo círculo., é quase que um funcionário E1A</p> <p>E4A</p>	

			<p>Eu acho que para elas, tal como para nós, significam, são um instrumento de promoção e desenvolvimento dos concelhos e das localidades, das comunidades, e que são uma forma de contribuir para uma mais valia a nível da vida local.</p> <p>E7A -</p> <p>E2A Há um grande consenso sobre essas situações. Pela minha experiência própria de participação em reuniões da Federação no fundo as ADLs são participações da sociedade civil na gestão de dinheiros públicos, portanto, não são uma experiência de unidades de gestão pública fazem gestão de dinheiros públicos, gestão de dinheiros de Fundos Comunitários portanto é dar às populações algum... algum direito de definirem a utilização de parte desses dinheiros públicos, não é?</p> <p>E3A Há uma notoriedade dos GAL, mas isso... tem que ver com os instrumentos que gerem, das capacidades, têm mais competências Todas elas estão, de maneira diferente, têm maior ou menor grau de autonomia em relação aos poderes políticos locais, isto, só por si, condiciona muito as perceções que elas têm Todas elas com diferentes graus de autonomia, portanto, todas elas com diferentes atuações no domínio do desenvolvimento sustentável, mais ou menos dependentes das políticas públicas locais, portanto Na globalidade, ajudam a contribuir para as políticas.</p> <p>E5A Não há proximidade com todas as ADLs, e algumas ADLs, como a ESDIME, que gerem os instrumentos de apoio ao desenvolvimento local, rural, naquilo que é a figura do DLBC, todas estas ADLs, que são Grupos de Ação Local (GAL) estão organizados para a gestão e o financiamento dos apoios ao desenvolvimento rural a... estão organizadas numa Federação Nacional, que é a Federação Minha Terra A ADPM faz parte da direção da Terras do Baixo Guadiana, também participa nestes fóruns; a ADC Moura já não participa tanto, mas a ADC Moura por via de outro tipo de trabalhos, por exemplo, aquele trabalho que estamos a fazer por via da estratégia PROVER, de eficiência coletiva, tem permitido desenvolver alguns projetos complementares, na qual a ADC Moura está muito envolvida, como por exemplo o caso das... das... plantas aromáticas e medicinais, tem feito com que haja aqui uma partilha muito grande</p> <p>mas de qualquer forma falta-nos, aqui, um fórum, uma plataforma mais regional (das ADL)</p>	
--	--	--	---	--

			<p>há uma figura muito interessante que permite com que haja troca de ideias, haja construção e preposição, é ao nível da Rede Rural Nacional através do polo regional, de Évora, que é dinamizado pela Direção Regional de Agricultura, e que chama, não apenas os grupos de ação local, mas várias entidades que lhes estão associadas</p> <p>Eu não sei se não partilhamos todos a mesma ideia de que ... é tudo muito interessante no papel, mas depois acaba por não resultar muito bem</p> <p>E6A Eu diria que significam basicamente o mesmo que significam para nós. Algumas poderão ser mais focalizadas em determinadas áreas porque depende, claro, da área-mãe de intervenção das ADLs por exemplo, sei lá, se falar com a Rota do Guadiana, ou com a ESDIME ou com a Alentejo XXI, como o foco deles é muito o Programa LEADER, PRODER, e provavelmente eles falar-lhe-ão mais de políticas públicas ligadas à gestão, se calhar, dos dinheiros dos Fundos Comunitários, há pouca importância dada às ADLs na gestão deste tipo de programa, não é? Cada um foca um bocadinho mais nas áreas em que intervém, não é?</p> <p>Nós aqui há uns anos criamos uma coisa que se chamava Ideialentejo, não sei se já ouviu falar? (respondi que sim). Pronto. A Ideialentejo era a ideia de ligar todas as associações entre si, criar uma plataforma regional, articular políticas, articular todas essas coisas, não é? Por várias razões teve muita dificuldade em vingar, e neste momento existe mas não tem um papel... Não é fácil, não é fácil. Cada um de nós acaba por estar focado nas suas coisas</p> <p>há aqui uma questão que neste tipo de financiamentos, a... de desenvolvimento nestes últimos, últimos, quer dizer, desde há vinte ou trinta anos, cria concorrência. E a concorrência leva a que, de facto, não haja cooperação, por muito que a gente diga que haja, não há. Porque se há pouco dinheiro, quantos menos concorrerem, melhor para mim</p>	
		<p>Q15. O que é que as ADLs sabem sobre as PPLDS ?</p>	<p>E1A Sabem o que tem que ver com as suas áreas de intervenção. E1A</p> <p>E4A Depende, algumas estão bem informadas, mais ou menos, por exemplo, eu acho que a ESDIME está muito mais bem informada do que nós porque está no terreno há mais tempo, e tem uma abrangência maior, em termos não só de território, mas de intervenção, do que faz, porque tem um território maior, tem uma intervenção também mais alargada e está muito bem relacionada</p> <p>E7A -</p>	

			<p>E2A Eu considero que as ADLS, neste momento, são das instituições, no país, que mais sabem sobre políticas públicas, e que têm um conhecimento muito profundo das políticas públicas e, aqui, quando estamos a falar das políticas públicas também as comunitárias, porque as políticas públicas comunitárias, muitas pessoas não têm essa noção, mas têm um impacto muitíssimo forte no país, não é?</p> <p>as ADLS e esta gestão de dinheiros públicos a nível local, que vieram através do LEADER é uma imposição da Comunidade Europeia. Eu não sei se isto não existisse se o país teria isto. Eu acho que o país só tem isto porque há comunidade europeia, se não teria esta... não vejo isto diretamente dos governantes, eu acho que isto é quase, resultou muitas vezes da imposição de Bruxelas, não é?</p> <p>E3A Varia muito, varia muito. São medianamente informadas, o que decorre da procura de informação e de lhes ser dada informação, no fundo, é isso. Delas participarem mais ou menos, porque se as pessoas participarem normalmente têm informação, não é? Mas para participarem precisam de ser convidadas, não é?</p> <p>E5A Mais ou menos.</p> <p>E6A Basicamente o mesmo que nós. Por via das reuniões, por via dos próprios projetos em que estão envolvidas, a... Sim, estão a par das Políticas Públicas dos seus municípios (...)uma coisa são as ADLS (as que referi) que têm um Programa LEADER, mas existem dezenas de outras associações).</p>	
	<p>“EXPETATIVAS FACE À MUDANÇA”</p>	<p>Q16. Quais são as suas expetativas face às PPLDS ?</p>	<p>E1A o nosso contributo é parcial, somos parcialmente ouvidos ou integrados na ideia, o que não quer dizer que depois seja praticado ou posto em prática</p> <p>A minha expetativa é que haja mais rapidez na aplicação. As coisas hoje em dia... um dos recursos naturais que temos é o tempo. E é escasso!</p> <p>A rapidez e a dimensão é uma preocupação crescente. Temos que ser todos a mudar. É uma mudança gradual, não é só uma geração E1A</p> <p>E7A Eu estou um bocado apreensiva, e estou à espera que a sua geração chegue ao poder</p>	

			<p>Eu acho que, uma das coisas que é precisa é descentralizar. Estava mais descentralizado do que está agora</p> <p>E4A Eu gostava que nos dessem mais margem de manobra, nesta definição do que é que queremos, e o que é que precisamos, e que as políticas não viessem já tão definidas, tão rígidas, eu digo em tudo nos programas, quer em termos do público alvo, nas características do publico alvo, das ações que temos de desenvolver Margem de manobra para (...)atacar os <u>nosso</u>s problemas e não os problemas que são considerados os problemas gerais Mas esta faixa etária dos jovens, não é trabalhada de forma nenhuma</p> <p>E2A eu sou um otimista por natureza, e acho sempre que tudo vai correr bem. Portanto, estou com algumas expetativas que as ADLs Estou com alguma expetativa estou com alguma expetativa na gestão desses fundos, para que, porque acho que a gestão desses fundos pode-nos permitir de forma integrada trabalhar naquilo que há bocado falávamos sobre o desenvolvimento sustentável</p> <p>ter intervenções diretas na economia, como promoção de desenvolvimento económico, portanto, as preocupações ambientais nessa atribuição de recursos, e a utilização depois de recursos do Fundo Social Europeu para permitir colmatar algumas políticas no domínio social (...) são as questões da economia social.</p> <p>E3A As ADL podem ser melhores, elas não dependem só das Câmaras. As políticas públicas locais, para já, há uma dimensão que são as que dependem das Câmaras Municipais. Mas, depois, há muitas outras que influenciam a nossa atividade, ou a atividade de outros agentes, não é por exemplo, no domínio do desenvolvimento rural houve um retrocesso bastante elevado com este Quadro Comunitário de Apoio, o retrocesso com percas de autonomia, centralização excessiva, etc, etc,etc..., meios financeiras e por aí fora... Isso é grave.</p> <p>Quando falamos de políticas públicas locais, nós nunca podemos distanciar o local do nacional, porque há elementos de política, há políticas territoriais, se quisermos nacionais, mas que são territoriais, que são as expressões territoriais das políticas públicas, não é? Que podem evoluir mais ou menos, falamos da UMVI, mas se calhar aquilo pode evoluir muito mais</p> <p>E5A Que elas fossem próximas dos cidadãos e dos contextos territoriais</p>	
--	--	--	--	--

			<p>Que não houvesse um mainstreaming, porque nós, os territórios têm que ter características diferentes, são contextos diferentes, portanto, tem que haver capacidade de adaptação das políticas aquilo que são os contextos territoriais</p> <p>Governo do Guterres quando houve só para o Alentejo um Programa de Promoção do Emprego Local, chamado PIPPLEA (Programa Iniciativa Piloto de Promoção Local do Emprego no Alentejo), foi um programa que foi feito à medida aquilo que eram os contextos locais, em que nós com a intervenção e a participação dos parceiros definimos aquilo que era, efetivamente, um programa local para o desenvolvimento dos concelhos das nossas zonas de intervenção</p> <p>O PIPPLEA e o LEADER são as únicas duas experiencias que nós conhecemos, o LEADER I e o LEADER II, o LEADER + já pouco, e depois quando houve a integração daquilo que é a filosofia LEADER nos Programas de Desenvolvimento Rural, então, aí, deixou completamente de ter a possibilidade de construir à <u>escala</u> do local, e acho que esse é o grande desafio das próximas políticas públicas de desenvolvimento sustentável</p> <p>E6A embora possam ter troncos genéricos, mas elas têm que ser muito mais dirigidas à especificidade de cada uma das regiões. Depois, que elas sejam transversais a todas as políticas, ou seja, não pode haver PP para o DS só no Ministério do Ambiente, ou só para as questões do Ambiente, não! Tem que ser Políticas Públicas que sejam transversais à Política do Governo</p> <p>que elas sejam criadas a partir das necessidades reais das pessoas, das organizações, não é? E em tempo útil, porque os processos de desenvolvimento são dinâmicos, mas tudo tem um tempo, não é? Tudo tem um tempo O facto de o Quadro Comunitário anterior demorar demasiado tempo, deste para o anterior, ter demorado demasiado tempo fez com que muitas ADL tivessem que fechar a porta. E se não fecharam oficialmente, os recursos humanos qualificados foram-se embora para outros territórios, não é?</p> <p>Que elas sejam construídas com as próprias entidades, com os próprios interesses das entidades, com os territórios, é muito importante. No fundo, que deem resposta efetiva dos problemas a tempo</p> <p>as Câmaras Municipais são os <u>principais</u> intervenientes, principais porque são os atores territoriais digamos mais importantes no território, (...) <u>Nunca</u> há formação nestas áreas.(...) e nunca há formação nestas áreas, ora, como é que os Quadros das Câmaras Municipais podem estar preparados para trabalhar nestas áreas, se eles nunca têm formação nestas áreas? Não é? Nem sequer estão abertos, digamos, despertos para estas áreas mais imateriais do desenvolvimento, não é?</p>	
--	--	--	---	--

		<p>Q17. Quais as mudanças que identifica em si como resultado do seu envolvimento na ADL</p>	<p>E1A Passei a ter uma perspectiva muito mais integrada das coisas. Sem dúvida! Isso é o que eu vou ganhando cada vez mais</p> <p>e fui adquirindo a visão de que está tudo relacionado com o resto. Interesse-me imenso por estas questões associadas à globalidade, as questões do desenvolvimento, não é?</p> <p>é a consciência do papel que cada um tem. Não é só as entidades. Cada cidadão tem que ter.</p> <p>essa foi outra das coisas que eu ganhei: temos que ser nós, as pessoas, em pequenas coisas (e isso foi outra coisa que eu ganhei), temos que mudar. E eu tentei na minha vida ir fazendo isso, poupar, (...) é atitude E1A</p> <p>E4A Eu sempre tive muito ...como disse desde o início, esta convicção de trabalhar em parceria, em grupo, e de só assim poder ser. Ultimamente... eu acho que não mudou, continuo a pensar (a outros níveis também), que este trabalho é importante, mas... acho que me retrai mais um bocadinho Pessoalmente, o que mudou, algum desencanto em relação a isso, porque isso é uma coisa que me entristece. E algum cuidado</p> <p>E7A mas os contrapoder aqui não são fáceis de trabalhar, não, são difíceis de trabalhar. Mas têm que se trabalhar. Ou, então, mudo de zona, de território que considere mais fácil. Mas não vou mudar, não faço intenções disso. Portanto, tenho que continuar a descobrir parceiros</p> <p>E2A Muito grandes, muito grandes (riu)!! O que tenho procurado, no trabalho que tenho aqui desenvolvido, portanto é introduzir alguns conceitos de gestão, racionalização de recursos que é feita, portanto, e que são importantes nestas associações, Tem trazido a mim, pessoalmente, algumas experiências enriquecedoras, e... e por agora espero manter-me por aqui mais alguns tempos</p> <p>E3A um grande conhecimento sobre as diferentes formas de pensar por este território fora a nível nacional. Nós tentámos influenciar políticas públicas ao nível nacional Mas... o que eu destaco é alguma falta de vitalidade no todo nacional... (relembrei que era a perspectiva mais individual) ah, e a minha mudança é fruto disso. Olhe, conhecer pessoas boas (sorriu), conhecer pessoas com grande... conhecer outros exemplos de abnegação e de luta e de militância em todas as questões que têm que ver com o território onde as pessoas habitam</p>	
--	--	--	--	--

			<p>É saber que não estou sozinho. Tem sido uma cruzada <u>coletiva</u>, gostava de sublinhar isso</p> <p>E6A eu nasci quase dentro de uma ADL, nesta associação. A mudança tem muito a ver com a diversidade de assunto e de temas</p> <p>E, sobretudo, a partir do momento em que nós começamos a trabalhar noutros países em vias de desenvolvimento, Moçambique, Cabo Verde, mas com projetos a sério, isso deu outra dimensão dos processos de desenvolvimento. Ou seja, por um lado, a abrangência de assuntos, de sensibilidades, de oportunidades, com que vou contactando ao longo destes anos todos, portanto, muitas vezes de coisas até que nós sabíamos que já se estavam a fazer, que podem acontecer, não é? E, por outro lado, a verdadeira dimensão do que é que é um processo de desenvolvimento, (...) A gente vai para Moçambique, não é? a gente está a trabalhar e não há uma casa de banho, não há água, não há nada. Tomar banho com uma garrafa de litro e meio de água, e dá para dois dias! Mas é mesmo verdade, e isso dá-nos outra visão do processo de desenvolvimento, e outra capacidade de intervenção</p> <p>Portanto, digamos que esta aprendizagem, e esta <u>humanização</u> se quisermos, de como vemos o processo de desenvolvimento, foi talvez das coisas que mais aprendi</p> <p>não esmorecer, nem pensar que salva o mundo, nem pensar que consegue tudo, nem nada disso! Essa capacidade de resiliência foi uma aprendizagem muito grande também que fiz.</p>	
		<p>Q18. E quais as da ADL a que pertence?</p>	<p>E1A acho que as pessoas estão a ir de uma forma muito lenta. As pessoas estão a ir de uma forma muito lenta. As questões estão a ser integradas nas políticas locais, mas tem que haver mais... uma das coisas que eu gostava é que houvesse mais rapidez, não é? Mais rapidez nesta... e na aplicação E1A</p> <p>E4A Nós disponibilizamo-nos para, e damos o que nós temos e achamos que é importante, e transmitimos as nossas ideias e as nossas opiniões, e depois isso tudo é aproveitado e nós somos postos de lado Mas temos expectativa de que as coisas vão mudar</p> <p>E7A E somos a única Associação que trabalha com a comunidade cigana, que tem um impacto, aqui no concelho, muito grande, tem uma presença muito grande no concelho, proporcionalmente</p> <p>E2A O ter recursos e ter a capacidade de sempre intervir é sempre positivo, não é?</p>	

		<p>Nós fizemos, no anterior Quadro Comunitário de apoio, fizemos uma análise do nosso trabalho, como é óbvio,(...) estamos sempre procurando corrigir, procurando que as coisas possam correr melhor em termos futuros</p> <p>temos uma informatização total dos serviços que fizemos, temos um circuito em que toda a nossa documentação é feita já sem papel (...)em aplicação de novas tecnologias de gestão, em tecnologias de tratamento da documentação, tratamento de processos e, portanto, qualificação dos profissionais</p> <p>E3A Fortes! Perca de capacidade de intervenção por via da escassez de recursos financeiros, com esta mudança do Quadro Comunitário de Apoio tivemos o despedimento de 10 pessoas o desinvestimento no desenvolvimento dos territórios do interior</p> <p>E5A de aprender à nossa custa (...) a questão de trabalharmos com <u>rigor</u> aquilo que são as contas todas as questões que têm que ver com a gestão económico-financeira deste tipo de organizações gestão também das próprias pessoas, é muito importante,</p> <p>Esse rigor que nós tivemos que introduzir nas contas, mesmo na parte financeira, na gestão de pessoal, acrescido aquilo que é o rigor que nos é imposto pela gestão dos programas, levou-nos a ter que trabalhar um bocadinho as questões da certificação da qualidade, e por isso somos uma entidade certificada pela qualidade, e porque achamos que isso é um fator diferenciador da nossa intervenção</p> <p>E6A As ADLs são menos intervenientes, que eram dantes. No sentido de... da inovação social, ou seja, intervenientes do ponto de vista social, precisamente porque estamos condicionados à formatação dos financiamentos e, portanto, as ADLs querem fazer o trabalho, têm que esperar que o financiamento apareça</p> <p>a menor cooperação entre as ADLs</p> <p>(sobre os GAL) Mas elas entre si, quase que até fazem uma corporação, por isso é que depois, direta ou indiretamente, não surgem outras, porque estas associações, no fundo, dominam o Alentejo, se for para outra região, é igual</p>		
		Q19. E quais as das outras ADLs?	E1A Acho que estamos nos limites do tempo que temos para a mudança. E estamos a ir muito devagarinho nisto, nos planos das autarquias, agora, a conferência de Paris, e pôr em prática? O <u>tempo</u> que leva. Agora fala-se em	

		<p>economia circular, a descarbonização da economia, nós já falávamos disto há anos!! Mas, até que isto seja uma prática, vamos lançando trinta milhões de CO² para a atmosfera. E1A</p> <p>E4A as pessoas estão todas num quadro de dificuldades, as associações de desenvolvimento, que têm que despedir pessoas, que não têm dinheiro, e que se têm que agarrar a projetos, e às vezes passam um bocadinho por cima dos outros e...e... eu acho que isso não é leal podemos discutir as coisas, podemos dizer: “olha, vocês querem fazer esta candidatura, não era melhor fazermos nós esta agora, ou fazemos de outra forma, ou entrarmos em colaboração”</p> <p>E7A As outras associações maiores têm problemas maiores porque ficaram com dívidas maiores, tinham um quadro maior e despediram muita gente Todas as associações, neste momento, estão num ciclo baixo, em que não se dá importância às ADLs. As ADLs trouxeram muitos técnicos, requalificaram este território durante os últimos anos Eu acho que a coisa neste momento está muito difícil para as ADLs. Neste momento a sensibilidade dos dinheiros é para as Câmaras. Para financiar as Câmaras. Os recursos são para financiar as Câmaras e as empresas. A área do CLDS, pá, poderia ser um espaço interessantíssimo, pá, que a Câmara não afeta técnicos, pá. Tu não podes ter uma Rede Social a trabalhar com uma Técnica na Câmara, porque a Câmara é que coordena, afeta a 100%.</p> <p>E2A o que noto, em relação às restantes ADLs, é um aumento com preocupações de rigor, rigor e qualidade do trabalho no meu parecer, as ADLs estão muito melhores, do ponto de vista da organização e gestão, e estão muito melhor no trabalho que têm vindo a desenvolver no que respeita à qualidade técnica do mesmo</p> <p>E3A É o mesmo, ... com o conhecimento de diversas extinções, e com todos os dramas sociais e humanos que isso cria, porque as pessoas perderam emprego e, depois, havendo menos gente para lutar pela comunidade... há uma dupla perda pessoal e comunitária, esta ideia é importante.</p> <p>E5A Na anterior</p> <p>E7A</p>	
--	--	---	--

			Na anterior	
		Q20. Deseja acrescentar algo mais que não tenha sido perguntado	<p>E4A No seguimento desta conversa, eu acho que a ideia mais forte será a união. Entendermos que estamos em representação, sejam as Juntas, as Câmaras, as entidades privadas, não, as entidades privadas é diferente, a sociedade civil, público, não nos estamos a representar a nós, mas temos que nos unir para representar quem vive, as comunidades que aqui vivem nesta região trabalhando em parceria, discutindo ideias, não é as ideias formatadas Eu acho que, se calhar, não digo já criar outra associação, isso não, mas um fórum, vou chamar-lhe fórum, ou uma plataforma do Baixo Alentejo, em que a realidade é muito parecida, havendo, claro, que cada concelho tem as suas especificidades mas uma base comum,</p> <p>E7A -</p> <p>E4A UMVI Não. Nós íamos normalmente pela Câmara, eramos convocados para reuniões, reuniões de trabalho mesmo, partir pedra, ... sim, acho que deveriam envolver todas as associações.</p> <p>E2A Não, penso que falamos sobre esta questão.</p> <p>E3A há políticas públicas com expressão territorial que não podem ser desenhadas sem a intervenção dos contextos onde elas se aplicam, dos agentes que estão nesses contextos porque, caso contrário, existem formatações nacionais que não se aplicam, ou se aplicam menos, aos territórios, que tencionam visar, porque isto não é tudo homogéneo! Isto não é o Minho!</p> <p>E5A É giro falar da ESDIME e da noção daquilo que se tem passado em tantos anos, mas é um processo em construção. Não termos a noção que "somos. Pronto". Não! nós não somos, estamos constantemente em aprendizagem, somos um processo em construção, e temos que estar sempre a pensar em coisas, em novas abordagens, novas respostas, é extremamente importante</p> <p>E6A Muito mais, mas acho que tendo em conta o seu foco, o fundamental está aí.</p>	

		Outros	<p>E2A</p> <p>questão sobre a demanda ambiental enfrentar constrangimentos de âmbito económico: Todos os dias temos, claramente, constrangimentos. Temos também constrangimentos de carácter ambiental, mas temos que os saber gerir, não é? O facto de optar pela cultura intensiva, cria problemas, não é? Nós não podemos deitar para trás a existência desses problemas, mas também não podemos pura e simplesmente dizer que não.</p> <p>Temos que encontrar as formulações, para que essas situações possam ser minimizadas e, essencialmente, possam ser medidas. O que é fundamental é saber medir</p> <p>As políticas públicas (...)Devem ser direccionadas para promover tecnologias limpas e tudo isso. O Estado tem que assumir o seu papel de regulador. O Estado é o regulador. O Estado não deve fazer economia, mas deve fazer, cada vez mais, tem a obrigação, de fazer regulação e fiscalização</p> <p>Sobre conceito de DS Ah, isso é um chavão para vender, vende-se muito disso nas universidades Ah! É um chavão de sala de aula. Agora, como é que nós gerimos isto, como é que preservamos? Posso dizer-lhe claramente como. Há coisas em que temos que ser intransigentes. Quanto aos recursos humanos: nós não podemos ter 40 imigrantes num barracão!!! E temos que ser claros quanto a isso (...) Não podemos ser uma região para isso.</p> <p>Sobre Agricultura intensiva: A mesma coisa com a agricultura intensiva. Nós podemos ter quotas de quantidades de hectares disto, daquilo e daquele outro, podemos ter quotas de renovação, podemos ter obrigadoriedades de recuperação dos solos após a utilização: ao, 12 anos, muda a unidade de cultura, faz a recuperação dos solos, faz não sei o quê...quer dizer, essas coisas podem ser feitas.</p> <p>E3A</p> <p>UMVI ... pensava que aquilo desse mais do que aquilo que deu, mas, no entanto,.. pronto, mas a dimensão económica... tem, de facto, existir uma agenda para o interior. Por isso é que eu digo que aquilo ficou muito aquém. De facto, abrange ali um conjunto de domínios interessantes, mas, por exemplo (...)há ali uma dimensão que lhe pode parecer muito simples, que é a questão da comunicação TDT mas acho que na dimensão económica podia-se ter avançado muito mais, depois tem para ali umas ideias peregrinas de roteiros nacionais, depois, enfim, depois das 163 medidas se calhar 70% é dito que está em curso, então e o que falta fazer? E o que está em curso, está em curso em que medida?</p>	
--	--	--------	--	--

			<p>E5A ESDIME e elaboração do PORA as associações foram chamadas a participarem também, mas... foi só isso, mas foi só isso, porque a participação ficou-se por aí. Não foi só com as ADLs mas também com os próprios municípios</p> <p>Eu sou defensora a favor da regionalização e isso é um meio caminho andado para haver políticas de discriminação positiva para as regiões, não é? Num contexto de descentralização... eu não defendo uma regionalização super-espartilhada, como muita gente defende que deve haver o Baixo Alentejo, o Alto Alentejo, e por aí fora... acho que deve haver uma "Região Alentejo", dentro da região Alentejo é preciso saber descentralizar</p> <p>Gerir, também, essa... as políticas públicas de uma forma mais <u>coerente</u> e equitativa naquilo que é a dimensão de cada um dos territórios, dos contextos</p> <p>E6A Como fomentar sinergias entre associações ? Era preciso reconfigurar a forma como as associações sobrevivem, porque se elas só sobreviverem com os Fundos e, portanto, de projetos, tendo em conta que o dinheiro é sempre pouco, obviamente fica muito mais difícil articularem</p> <p>se o desenvolvimento está muito dependente dos próprios processos de desenvolvimento e se estão dependentes das orgânicas das CCDRs, era preciso na CCDR estar alguém da Sociedade Civil, era muito importante. Porque aí, também, já poderia ser possível começar a desenhar outro tipo de fórmulas de... de... de financiar o desenvolvimento dos territórios.</p> <p>está tudo demasiado burocrático, ou seja, nós hoje em dia, os dirigentes, levam mais tempo a trabalhar nos papéis, a fazer relatórios, a fazer quadros financeiros, do que no terreno, a verdade é essa</p> <p>E esse é também o problema das associações: com a instabilidade que têm, as pessoas vão-se embora, ficam sempre dois ou três, que são os líderes, que não se podem ir embora,</p>	
--	--	--	---	--

APÊNDICE X

Sinopse Entrevistas a Autarcas dos Municípios do BA

SINOPSE ENTREVISTAS AUTARCAS

Conceito	Categorias	Sub-Categorias	Beja	Serpa	Ferreira do Alentejo	Moura	Mértola
DS	IMAGEM E CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Q1 O que é para si o desenvolvimento local sustentável ?	<p>peçoas participarem na vida pública</p> <p>multiculturalidade</p> <p>nós vamos desgraçando tudo e depois queremos compor o que está desgraçado</p>	<p>um desenvolvimento com base nos nossos recursos</p> <p>seja feita de uma forma equilibrada</p> <p>ter sempre em conta o meio</p>	<p>sem comprometer o seu futuro e essa mesma continuidade...</p> <p>transmitir à geração vindoura o mesmo ou maior capacidade de assegurar a atividade humana</p>	<p>numa perspetiva de longo prazo</p> <p>manutenção e desenvolvimento de um território</p> <p>dificuldade em o atingir,</p> <p>imperativo porque é uma questão de sobrevivência (territórios; da espécie humana, do planeta)</p>	<p>É um conceito muito amplo</p> <p>falasse mais do que se pratica</p> <p>que não seja apenas circunstancial,</p> <p>que se mantenha para o futuro</p> <p>Tentar que as gerações vindouras possam continuar sustentavelmente</p> <p>Integração da comunidade</p> <p>Manutenção ou melhoria do ambiente</p> <p>Responsabilização</p>
	"OPERACIONALIZAÇÃO DO DS"	Q2. Quais os pilares fundamentais do DS a nível Local ?	<p>Ambiente</p> <p>Ambiente urbano</p> <p>Desenvolvimento económico</p>	<p>Património</p> <p>Riqueza dos solos (vertente agrícola)</p>	<p>2008, melhoria de comportamentos humanos, e implementação de políticas na redução</p>	<p>Demografia e emprego.</p> <p>desenvolvimento económico</p>	<p>Questões ambientais ou ligadas à natureza</p> <p>Turismo natureza</p>

			Potencialidades e recursos locais Marca Alentejo Turismo Guadiana Aeroporto		dos gases dos efeitos de estufa combate às alterações climáticas	meio ambiente qualificado	Questões do meio natural
	Q3. Quais são os principais desafios da sustentabilidade ?	Aproveitar com harmonia os recursos Aproveitar com regras	Salvaguarda do património natural, da natureza em si, a até de nós! Necessidade de política agrícola nacional que defina o que se deve produzir	a questão cultural passar essa ideia às pessoas e efetivamente promover esses comportamentos Sensibilização Educação Ambiental	renovar demograficamente os territórios, gerarmos emprego fixação de populações renovação das gerações equilíbrio demográfico.	temos que contar sempre com as pessoas desconhecimento do conceito por parte das pessoas Tudo depende que as pessoas assimilem os conceitos e as práticas ...	
	Q4. Quais os principais constrangimentos ?	Não há planificação O dinheiro estar a mandar no mundo Falta de coesão regional Supremacia alemã e francesa O excesso de licenças	Falta de condições ao nível da empregabilidade que inviabiliza a fixação de pessoas no território	A questão cultural A falta de educação e de preparação da população para a questão ambiental	é a questão demográfica concentração de investimentos no litoral e algarve encararmos o interior do país como uma causa perdida insuficiente capacidade das atividades económicas para desenvolver políticas de emprego ou de	Não impedimento nenhum Não há constrangimento Perturbações por parte de: burocracia, ordenamento, regulamento, decreto-lei	

						demografia a longo prazo	
		Q5. O que é que acha que contribui efetivamente para o DS ?	<p>Planeamento</p> <p>O ensino/escolas</p> <p>Aproveitas os recursos da forma mais correta</p> <p>Descentralização e (...) sermos soberanos.</p>	<p>- o bom aproveitamento dos nossos recursos endógenos;</p> <p>- utilização do nosso património para fins turísticos;</p> <p>- salvaguarda do património (...)mas podemos na mesma tirar daí alguns dividendos económicos</p> <p>na utilização da terra, em que o interesse económico fala mais alto (...) não tem em conta aspetos ambientais.</p>	<p>Campanhas cívicas</p> <p>atrair gerações mais novas,</p> <p>sensibilizar a população para a problemática,</p> <p>agilizar as formas de dinamizar essas campanhas</p> <p>articular entre as várias entidades locais, centrais e mesmo privadas, essa intervenção</p> <p>integração da estratégia municipal da promoção do DS</p>	<p>O poder central</p> <p>Ter capacidade de intervenção legal, administrativa e financeira.</p>	<p>É necessário que as pessoas conheçam bem o conceito de DS e o assimilem bem</p>
PPLDS		Q6. Quais as ideias que tem sobre as PPLDS, tendo em consideração as ações, os processos, e os resultados ?	<p>Deve haver planeamento</p> <p>Aproveitamento de tudo.</p> <p>O Alentejo está preservado (em termos de ambiente e urbanísticos)</p> <p>o Governo quer passar</p>	<p>As estratégias de DS assentam em dois recursos: património e na terra;</p> <p>A autarquia pode ter um papel ativo na salvaguarda do património para que seja um ativo económico;</p>	<p>progresso na sensibilização ambiental</p> <p>ainda há um longo caminho a percorrer</p> <p>falta de impacto de campanhas a nível nacional.</p> <p>Na prática, está identificado o</p>	<p>Esmagar o poder local</p> <p>Não ser dada capacidade às autarquias para definirem as políticas locais</p> <p>A gestão de um território não é a colocação em prática de um</p>	<p>Dimensão micro e macro do desenvolvimento: micro, têm responsabilidades muito específicas, muito localizadas com os “nossos” munícipes, para com as pessoas, na melhoria das condições de vida; macro, a</p>

			<p>responsabilidades, não quer passar competências.</p> <p>Quer passar competências, responsabilidade sem o dinheiro</p>	<p>Quanto à utilização da terra, a autarquia já não pode ter um papel tão ativo: pode apostar na produção biológica e na indústria agro-transformadora</p> <p>Autarquia lidera processo de instalação do Centro de Competências da Produção em modo biológico;</p> <p>Por considerar tratar-se de um grande investimento, a Autarquia não tem tantas condições, embora esteja interessada em colaborar na “utilização do clima para a produção de energia limpa”</p> <p>O concelho é “quase sustentável” na produção de energia que é utilizada pelas pessoas (há energia para 10 000 das 15 500 pessoas).</p>	<p>problema, está identificada a situação, mas depois não é consequente. Somos pouco consequentes nas coisas.</p> <p>Continuamos a não valorizar a temática ambiental.</p>	<p>programa eleitoral, a gestão do território não é a vontade de um autarca ou dos autarcas, a gestão do território é, no caso de Moura, a interação de 15 167 mil vontades. E é nessas interações que nasce aquilo que é a gestão, e que nasce muitas vezes o conceito que nós temos, a aplicação prática de um conceito como o da sustentabilidade.</p> <p>olhar as políticas públicas e olhar o envolvimento da comunidade numa perspetiva norte-europeia. Aquilo que se associa muitas vezes a estes conceitos são quadros mentais das culturas anglo-saxónicas e nórdicas.</p>	<p>intervenção autárquica acaba por ser integrada na intervenção mais regional.</p> <p>falar de políticas locais e desenvolvimento sustentável, é algo que tem tendência em diminuir, (...) temos que ter uma perspetiva mais regional do conceito.</p> <p>Os projetos locais ficam debilitados se não houver a perspetiva regional e, por sua vez, nacional</p> <p>Para contribuir para o futuro é necessário que a região não esteja “toda espartilhada”</p> <p>As políticas podem ser aferidas bottom-up e também top-down: se houver esse conceito a nível</p>
--	--	--	--	--	--	---	--

				<p>A Constituição Portuguesa sobre os três poderes Central, regional e Local, prevê a sua autonomia, e no que respeita a certas orientações sobre o Orçamento de Estado, são atualmente inconstitucionais dado que estão a entrar diretamente na autonomia dos municípios; ex. Lei dos Dirigentes.</p>			<p>regional, nós podemos ir trabalhando nesse sentido a nível local</p> <p>Reciprocidade entre o nível local e o regional</p> <p>Que o turismo natureza ajude a desenvolver o município</p> <p>Manter o que pode ser diferenciador de outras regiões e que possa trazer desenvolvimento</p>
		<p>Q7. Como tem conhecimento das políticas públicas ? através de que meios de comunicação?</p>		<p>A CM é inserida em várias associações e em várias entidades. Nós fazemos parte da CIMBAL, e muitas das questões passam pela CIM.</p> <p>Nós fazemos parte da CCDRALentejo</p> <p>,... e há outras questões que vêm também através da Associação de Municípios,</p>	<p>TV, órgão de comunicação social, sobretudo. Internet, redes sociais</p>		<p>antes de mais, tem que haver uma linguagem que seja parecida, que seja entendida</p> <p>CCDR e CIM, da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, contactos diretos com os secretários de estado, internet, email</p>

				há algumas questões que vêm diretamente de alguns Ministérios para as Autarquias. E, depois, logicamente estar atento sempre não à Lei das Finanças Locais, mas sim ao Orçamento de Estado			
		Q8.					
		Q9. Quais as dimensões das PPLDS que considera mais estruturantes para o Desenvolvimento local ?	Zona industrial Instalar industria transformadora	“os recursos que são nosso e que à partida não se esgotam” património e a questão agrícola	Contributo significativo na questão dos parques solares. FA é o segundo maior concelho de produção de energia solar fotovoltaica do país	Emprego e demografia reabilitação do património e de reificação do centro histórico da vila. instalação de equipamentos nas freguesias	depende muito de local para local. Mértola, o grande setor é o turismo (...) e nas várias vertentes: <i>birdwatching</i> , dos percursos pedestres, da caça, relacionados com o rio, os desportos náuticos Questões da natureza (...) conservação, a diversidade
	“GOVERNANÇA”	Q10. Na sua opinião, qual é o papel de uma ADL na	Inexistente, dado que os dirigentes são sempre os mesmos	Uma ADL tem as suas competências próprias, acho que é	É muito relevante	A César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”	para fazerem despertar, criar esta mentalidade

		promoção do desenvolvimento sustentável ?		<p>fundamental o bom funcionamento de uma ADL para o desenvolvimento desse território</p> <p>há umas ADLs que são mais vocacionadas para o tipo de formação, outras ADLs são mais vocacionadas para outro tipo de projectos, importa aqui a ADL estar em total sintonia com o território em que está inserida e trabalhar nesse desenvolvimento local</p>	<p>ADL necessita de meios (financeiros)</p> <p>são decisivas, porque são agentes no terreno conhecedoras do terreno</p> <p>todas as ADL têm alguma ligação com vários concelhos</p> <p>cuja intervenção se faz em vários concelhos</p> <p>têm um aspeto muito mais abrangente do que por exemplo uma Câmara Municipal</p> <p>A CM versa sobre aquele território, decide, é certo, mas a nível de sensibilização, promoção, de criar essa consciencialização ambiental...são fundamentais</p> <p>(Esdime) é uma entidade que conhece o território, com uma componente mais alargada do que a</p>	<p>Quem quiser ser Presidente da Câmara, candidate-se a ser Presidente da Câmara</p> <p>as associações trabalham no seu pequeno mundo e acham que aquilo pode ser replicado à escala de uma Câmara Municipal, não pode!</p> <p>INCOERÊNCIA: a ADC Moura tem um discurso muito "o rural", "o desenvolvimento sustentável"... no entanto não aceitaram que as instalações fossem numa aldeia rural</p> <p>A norte há mais autonomia da sociedade civil, há pequenas empresas e pequenos proprietários. Zonas de grande proletariado, como é o caso do sul, o proletariado já não</p>	<p>diferente também para este conceito</p> <p>fazem a gestão dos Fundos Comunitários</p> <p>ter a capacidade de sugerir ao território melhorias, retificações nessas políticas, participar ativamente na estratégia,</p> <p>têm que ter uma forma de ouvir as necessidades desse território pela voz das restantes entidades que têm que ser parceiras</p> <p>dão sugestões têm conhecimento têm experiência</p>
--	--	---	--	---	---	--	--

					<p>escala do município e que, conhecendo os atores no território, é fundamental e imprescindível a sua contribuição (se tiverem um projeto financiado) mais não lhes é exigido.</p>	<p>existe, mas ele reproduziu-se nos quadros mentais de quem vem a seguir, das novas gerações, que as pessoas são manifestamente assistenciais.</p> <p>Temos que ver as Políticas Públicas com grande realismo e com uma noção muito... muito precisa do que anda à volta, do que é viável.</p> <p>As políticas públicas têm que ser desenvolvidas de forma coerente, de forma sustentável, também, de forma coerente e ter em conta as reais possibilidades com que um território conta ou que estão ao nosso dispor, e aquilo que é a linha de conduta que nós temos</p>	
--	--	--	--	--	---	--	--

		<p>Q11. O que é que as ADLs sabem sobre as PPLDS ?</p>		<p>Eles de alguma forma digamos que sabem de tudo</p>	<p>as ADL só saberão se tiverem algum interesse imediato nisso, um interesse direto nisso (um projeto financiado) (...)</p>	<p>Sabem aquilo que querem saber</p> <p>A Câmara tem vários meios e momentos de disponibilização de informação sobre PPLDS (reuniões públicas, Atas, reuniões Assembleia Municipal, diálogo)</p> <p>Geralmente há sempre um espaço na reunião da Câmara onde as pessoas o podem fazer, geralmente as pessoas não o usam.</p>	<p>têm que ter uma noção de que não estão no território sozinhas</p> <p>tem que haver sempre uma congregação de interesses e de estratégias, de políticas de desenvolvimento</p> <p>tem a preocupação em conhecer as PPLDS</p> <p>para que haja uma facilitação de proximidade (...)de implementação dessas política</p>
		<p>Q12. O que pensa que significam as PPLDS para as ADLs ?</p>		<p>Quando resultam as nossas PPLDS de alguma forma já está incluído o que também resulta dessa discussão com eles</p> <p>Quando chegamos a um ponto em que avançamos para o Ministério da Agricultura, nós já</p>	<p>[AS PPLDS] são fundamentais se se traduzirem em projectos financiados</p> <p>não há grande possibilidade de se desenvolverem se não tiverem um grande suporte financeiro</p>	<p>Apoio financeiro</p>	<p>essas políticas são a viabilização da existência das ADL</p>

				temos por trás a discussão com a Rota do Guadiana			
		Q13. A nível político, como é contemplada a participação das ADLS na tomada de decisão sobre o DS ?		<p>essa influência não é na altura em que estamos a desenhar o documento. Em que a Câmara tem que apresentar uma proposta de documentos previsionais para o próximo ano</p> <p>eu digo é que as ADLS de alguma forma nos influenciam, é porque eles têm um contacto direto muito com aquilo que hoje é a base, ou que é fundamental, para que se desenvolvam essas ações, na prática, ou seja, as verbas comunitárias</p> <p>há uma influência quase que direta, por parte das ADLS, porque estando eles familiarizados com estes recursos, não é? eles, por vezes, nos encaminham, e bem, para a</p>	<p>com a exceção das exigidas por lei, não são chamadas a nada disso se elas não tiverem envolvidas nos projetos, elas próprias não se sentem habilitadas para participar na decisão</p> <p>apenas sugerir, dar um contributo para a discussão, mais do que isso não. É uma questão de legalidade aí</p> <p>Participação, não é decisão</p> <p>a participação pressupõe isso mesmo, o debate, a discussão, a sugestão. A decisão, cabe a nível local à CM, e a outras entidades que tenham essa tutela</p>	<p>Nós não podemos ir mais além. Abertura, temos, mas, nesta altura, as coisas têm que ser muito ponderadas.</p> <p>abertura para as ADLS e todas as entidades da sociedade civil. Numa base, muitas vezes de grande informalidade</p>	<p>Não podem ter sugestões vinculativas</p> <p>As ADLS não são eleitas pelo povo</p> <p>Há ADLS muito menos democratas do que uma Câmara</p> <p>São fechadas</p> <p>Não colaboram com autarquia de orientação política diferente</p> <p>Apenas podem participar por via da sugestão, porque os eleitos estão na CM e é quem tem responsabilidade</p> <p>Podem participar com poder de decisão por via da Assembleia Municipal, assembleias de freguesia,</p>

				<p>utilização destes recursos.</p> <p>há aí uma influência direta deles, das ADLs, digamos assim, sobre o rumo que as Câmaras acabam por tomar, e aqui na melhor utilização dos Fundos disponíveis.</p> <p>Nós participamos aqui nos órgãos também da Rota do Guadiana, na Assembleia Geral, temos nós conhecimento do que eles desenvolvem, e eles têm conhecimento do que nós desenvolvemos, sendo que há processos em que trabalhamos os dois de forma conjunta.</p> <p>neste momento estamos a desenvolver o processo do Centro de Competências de Produção Biológica com a Rota do Guadiana ... e, por exemplo, estamos a</p>			
--	--	--	--	--	--	--	--

				desenvolver um processo que tem que ver...que tem como objectivo principal a fixação das agro-indústrias no nosso concelho com a ADPM			
		Q14. Como aprecia a experiência de participação das ADLs na definição/elaboração das PPLDS ?	<p>As pessoas não querem saber disso, nem as Câmaras querem saber disso. Não querem saber</p> <p>Mas isso sempre foi assim, e participam se houver, assim, um assunto concreto,</p> <p>Há falta de educação quanto aos hábitos de participação</p> <p>Quando participam são ofensivas</p> <p>Sobre sociedade civil: Sim. O movimento associativo é bom, participa. Tem outra coisa muito boa, até por exemplo de outros tipos, as pessoas vão às iniciativas... também vão.</p>	<p>Não há aqui ... (como é que hei-de dizer...) ... um momento específico em que nós damos conta das nossas políticas de desenvolvimento às associações, mas há sim, um trabalhar conjuntamente</p> <p>Isto no geral, porque pode também haver uma medida ou outra, ou uma ação, em que possam não estar 100% de acordo, ou estar até em desacordo, mas no essencial partilhamos, se calhar quase na totalidade dos atores políticos neste território, no nosso Alentejo,</p>	<p>Têm sido bem acolhidas.</p> <p>As próprias ADL têm-se mostrado disponíveis disponíveis para colaborar</p>	<p>por vezes tendem querer substituir-se ao poder político e querer gerir as políticas públicas</p>	<p>que é muito importante a participação das ADLs</p> <p>as ADLs têm alguma flexibilidade para direccionar as PPLD Local, ao escolherem por exemplo, os projetos que apoiam, os produtos, e que setores priorizam</p>

		Q15. E na operacionalização das mesmas ?	Reunião com movimento associativo desportivo	as ações que promovem o desenvolvimento, ou que se quer que promovam o desenvolvimento nas autarquias, têm-nos encaminhado para um único caminho que são as candidaturas a Fundos Europeus. Inocente...ou menos inocentemente... é que há uma dependência total disso, não é?	tem sempre a ver com o facto de estarem ou não directamente envolvidas, senão, é-lhes pedido meramente uma opinião, um parecer, uma sugestão só se tiverem uma componente ambiental, dão um modesto contributo não tem havido ADLs com vocação específica ambiental	Precisamos (...) quadro legislativo que seja de maior responsabilização, de maior flexibilidade, e precisamos de meios financeiros.	papel na decisão quais são as políticas que vão avançar é feita através de: conversas, reuniões, eventos, sessões públicas, fóruns, seminários, reuniões dos órgãos
	“EXPETATIVAS FACE À MUDANÇA”	Q16. Quais são as suas expectativas face às PPLDS ?	a criação de uma região administrativa para todo o Alentejo, uma comunidade regional A CCDR existe, só que faz o que o Governo quer as políticas tinham que ser umas políticas globais regionais, não pode ser de Évora e não sei quantos	acho que no curto prazo não vai haver grandes mudanças. Há uma estratégia definida: desenvolvimento que passa muito por aqueles dois recursos que já falamos. O que eu gostava que houvesse de mudança era a... que as possibilidades para executarem essas	bastante positivas porque começa a toma-se consciência da importância da temática (ambiente) grande expectativa que as próximas gerações nós, enquanto entidades públicas, somos forçados a preocuparmo-nos com isso	Que haja um quadro legislativo mais flexível, de maior responsabilidade.	O país, e o Governo deveria valorizar mais os locais que têm, e praticam, essas PPLDS,

			<p>E isto como região tínhamos algum peso, isto como região tínhamos uma marca,</p> <p>Nós é que fazemos o futuro;</p> <p>Tem que haver planeamento</p>	<p>políticas fossem maiores (...) que houvesse uma melhor e mais justa distribuição das verbas que os portugueses pagam, não é? pelo poder local</p> <p>Uma mudança concreta: o cumprimento da Lei das Finanças Locais, em que iriam dotar as Câmaras de mais e melhores meios para pôr em prática essas políticas locais de desenvolvimento sustentável</p>			
		<p>Q17. Quais as mudanças que identifica em si como resultado do seu envolvimento na ADL</p>		<p>vamos evoluindo o nosso pensamento e julgo que não há outro caminho para esse desenvolvimento, a não ser o respeito por aquilo que nos rodeia.</p> <p>e agora quando se fala de produção de riqueza há sempre também já aquela reação de ir ver o que é que está por trás</p>	<p>antes de ir para a Câmara já tinha as mesmas preocupações ambientais</p> <p>Fomos até distinguidos por boas práticas a nível local</p>	<p>Tenho envelhecido muito rapidamente</p> <p>envelhecimento precoce e rápido</p> <p>aspetos positivos: um maior conhecimento daquilo que é a realidade, uma maior perceção da globalidade da realidade</p> <p>aumenta de forma exponencial o</p>	<p>tem que estar presente na nossa mente que tudo está em constante mudança</p> <p>a forma como nós assimilamos estes conceitos, e a forma como nos ajudam a interpretá-los</p> <p>gosto de ouvir opiniões e essa interação com a comunidade, para</p>

						nosso conhecimento do que é a realidade social	sentir que estou bem direcionado
		Q18. Na sua opinião, o que é preciso para existir uma efetiva construção conjunta da sustentabilidade a nível local ?	questão do planeamento, a questão do urbanismo, do ambiente	<p>mas o local aí transforma-se quase em regional, porque não há uma política local.</p> <p>Há um problema que é comum a todos: falta de postos de trabalho. (...) É a questão da falta de postos de trabalho. Tem que haver uma estratégia</p> <p>É uma estratégia que tem que ser no âmbito regional</p> <p>temos que pensar no nosso maior recurso que ainda é a produção, a terra. Se calhar tem que haver uma política agrícola, no mínimo regional, para que possibilite o surgimento de postos de trabalho, e depois a seguir aos postos de trabalho acaba por aparecer tudo</p>	<p>Participação, Participação pública, envolvimento público da comunidade</p> <p>Priorizar-se esta temática relativamente a muitas outras</p> <p>passar das palavras aos atos</p> <p>Há uma exigência por parte das pessoas também nesse sentido</p> <p>(todos pensarem que os impactos são globais; pelo que requer uma estratégia mundial concertada)</p>	Toda a gente	

				<p>uma política que, de facto, combata as assimetrias regionais, que combata a questão do interior</p> <p>políticas de desenvolvimento local, têm que estar sempre associadas a outras políticas, no mínimo, de domínio regional</p>			
		<p>Q19. O que poderia melhorar nas relações entre poder local e sociedade civil ao nível da implementação da sustentabilidade ?</p>		<p>Melhorar, pode sempre. Nós temos uma ligação razoável ou, até mesmo, boa.</p> <p>Há vários momentos em que qualquer cidadão pode comunicar com a Câmara: Conselho Municipal, Redes Sociais, reuniões de Câmara nas freguesias, contacto email e presencial.</p>	<p>um maior envolvimento das pessoas</p> <p>a própria assunção de responsabilidades do poder local de que a temática ambiental deve ser partilhada e deve ser discutida com a sociedade em geral</p> <p>cidadania ambiental</p> <p>o ónus e as responsabilidades na definição das políticas ambientais não podem ser só assumidas pelas entidades públicas</p>	<p>Franqueza e um discurso direto</p> <p>(sobre a ADC Moura) Sim, nós temos disponibilidade para reunir com essa entidade, para nos sentarmos à mesa, e com todas, até pode ser informalmente</p>	

		Q20. Deseja acrescentar algo mais que não tenha sido perguntado		<p>a construção da sustentabilidade, que é um objetivo utópico, mas para que o desenvolvimento seja de facto sustentável, passa por uma visão coletiva e equilibrada da gestão dos nossos recursos.</p> <p>Que uma politica local, de cada município, sem estar associada, ou sem estar articulada, com uma politica de âmbito regional</p> <p>devíamos continua a fazer ainda mais pressão, para que haja uma politica que nos ajude a desenvolver e a combater estas assimetrias regionais</p>	<p>A utilidade da investigação de doutoramento</p> <p>é fundamental que se pense sempre nas políticas ambientais públicas como em algo para fazer e não para ir fazendo</p> <p>substituição das ETARs do concelho, graças a candidatura especial, e que dão um contributo fundamental à qualidade de vida do concelho.</p>	Não. Está tudo.	<p>a palavra pass, ou a palavra chave nisto tudo, eu acho que é o diálogo, cordialidade, é, portanto, a reciprocidade</p> <p>é fundamental envolver a comunidade escolar</p> <p>Porque o país não é todo igual e não podemos ter uma política que é chapa 5 para aplicar em todo o país</p> <p>A politica tem que se adaptar a cada local, tem que ser flexível</p>
		Outros	<p>Auto-percepção: As pessoas ficam fartas, e “o poder político é não sei quantos”! É uma coisa séria, é uma coisa séria! Eu levo a</p>	<p>Limitações orçamentais: a verba que temos da transferência do Estado para investir em 2017 é ¼ do que tivemos em 2007</p>	<p>Agenda 21 local: nunca mais houve qualquer tipo de intervenção nesse domínio. Houve sim preocupação de integrar todas essas</p>		<p>Agenda 21 Local não temos propriamente uma Agenda 21 Local aprovada</p>

			<p>política como uma coisa séria. É, não é, as pessoas dizem que não gostam muito de mim porque eu digo logo o que tenho a dizer porque não ando por ninguém. Está a perceber? Se querem aqui um bem falante, arranjem um ator de telenovela, que até há aí alguns,</p>	<p>Alentejo 2020: diferença de tratamento dos concelhos. O que está refletido nesses documentos, é o resultado do que vem sendo feito há anos até pelo poder central; centralização em Évora e desfavorecimento dos outros concelhos (ex: aeroporto, hospital, linha férrea)</p> <p>UMVI: participação resume-se a facilitar a comunicação, também por via CIMBAL; na prática ainda não resultou em nada;</p>	<p>medidas na revisão do Plano Diretor Municipal que está ainda a prestar-se e que irá terminar em 2017</p> <p>Funcionou como ponto de partida</p> <p>Foi ponto de partida, e houve muita gente a participar no concelho disseminadamente</p> <p>desenvolvemos nós programas de intervenção sobre as alterações climáticas e sobre a eficiência energética, sobretudo. E isso foi, esteve presente na própria Agenda 21 Local.</p> <p>PNCT_UMVI: Eu penso que não houve particular enfoque. Foram convidadas várias entidades, este PNCT foi mais, sobretudo, dar a conhecer o que se pensava fazer</p>	<p>temos feito algumas coisas.... Temos trabalhado nisso</p> <p>O trabalho mais importante está feito</p> <p>Foi feito, a questão de formalizar para depois a aprovar é uma questão mais de formalismos,</p> <p>UMVI É uma tentativa das mais concretas de valorização do interior</p> <p>Participou nas reuniões</p> <p>Das 164 medidas, reconhece 4 ou 5 das que referiu à Coordenadora da UMVI</p> <p>Muitas dúvidas sobre como se aplica na prática, como se implementa no terreno, tendo</p>
--	--	--	---	---	---	--

					<p>(...), e não tanto chamá-las a dar um contributo. Todos os processos de decisão estão sujeitos (passo o termo) a consulta pública</p> <p>não só ao escrutínio, como ao próprio acolhimento de eventuais sugestões que possam vir a fazer</p> <p>PARTICIPAÇÃO SOCIEDADE CIVIL As nossas reuniões são sempre públicas, (...), ninguém vai assistir ou só vão se houver um interesse qualquer, mas a temática ambiental está muito lá para trás nas preferências</p> <p>consciência ambiental está mais adormecida, menos visível, justificado pelo facto da região não ser atingida por danos ambientais irreversíveis, ou muito graves</p>		<p>em conta a especificidade de cada região</p> <p>Deveria haver momentos de contacto com os atores regionais para especificarem melhor como operacionalizar naquele contexto</p>
--	--	--	--	--	--	--	---

					problema do déficit de cidadania		
--	--	--	--	--	-------------------------------------	--	--

ANEXO A

Email CIMBAL, 17 de Novembro de 2017.

Assunto: Participação da sociedade civil no PEDBA'2020

RE: Solicitação de documentação

CIMBAL | Cristina Casadinho <cristina.casadinho@cimbal.org.pt>

sex 17-11-2017 12:32

Para: Maria Inês de Campos de Sousa Faria <mifaria@ipbeja.pt>;

Cc: luis.silva@cimbal.org.pt <luis.silva@cimbal.org.pt>;

Importância: Alta

Ex.ª Sr.ª Professora Maria Inês Faria,

Relativamente aos esclarecimentos pedidos no mail abaixo, vimos por este meio responder ao solicitado por V. Ex.ª:

Qual a estratégia de monitorização que efetivamente tem sido realizada no acompanhamento da operacionalização do PEDBA'2020?

A este respeito, apenas referimos que o PEDBA'2020 prevê no seu Cap.7 (Modelo de Governance) a implementação de "um dispositivo permanente de acompanhamento, monitorização e avaliação alicerçado no seu Conselho Consultivo, cabendo à CIMBAL assegurar o necessário apoio técnico e proceder à sua dinamização", explicitando também as principais missões para esse dispositivo.

- Quais os critérios que estiveram subjacentes à seleção de participação dos stakeholders (sociedade civil);

A seleção dos stakeholders a envolver no processo de elaboração do PEDBA'2020 procurou privilegiar a mobilização de agentes-chave com influência efetiva no desenvolvimento do Baixo Alentejo, contemplando aí entidades públicas e entidades privadas (maioritariamente sem fins lucrativos e representativas de grupos específicos de interesse). Os agentes que foram convidados a participar foram os seguintes:

- ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo
- AgdA – Águas Públicas do Alentejo
- ALENTEJO XXI – Associação de Desenvolvimento Integrado do Meio Rural
- AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo
- AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central
- ANA – Aeroportos de Portugal
- ARECBA – Agência Regional de Energia do Centro e Baixo Alentejo
- ARPTA – Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo
- ARSA – Administração Regional de Saúde do Alentejo
- Associação Terras do Baixo Guadiana
- CP – Caminhos-de-Ferro Portugueses
- DGEstE – Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares: Direção de Serviços do Alentejo
- DRAPAL – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
- DRCA – Direção Regional de Cultura do Alentejo
- DREA – Direção Regional de Economia do Alentejo
- DST Telecom
- ERTA – Entidade Regional de Turismo do Alentejo
- EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva
- EP – Estradas de Portugal
- ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste

- IAPMEI – Centro de Desenvolvimento Empresarial do Alentejo
- IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional: Delegação Regional do Alentejo
- IMT – Instituto de Mobilidade e Transportes: Direção Regional do Alentejo
- Instituto Politécnico de Beja
- IPDJ – Instituto Português do Desporto e da Juventude: Direção Regional do Alentejo
- ISS – Instituto da Segurança Social: Centro Distrital de Segurança Social de Beja
- NERBE/AEBAL – Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral
- PSBA – Plataforma Supraconcelhia do Baixo Alentejo
- RA – Rodoviária do Alentejo
- REFER – Rede Ferroviária Nacional
- RESIALENTEJO – Tratamento e Valorização de Resíduos
- ROTA DO GUADIANA – Associação de Desenvolvimento Integrado
- TERRAS DENTRO – Associação para o Desenvolvimento Integrado
- ULSBA – Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo

- Quais as propostas e/ou contributos que foram apresentados, e tidos em conta, pelas associações da sociedade civil?

Apenas foram recebidos contributos escritos do Instituto Politécnico de Beja e da EDIA. Em qualquer caso, publicitado no site da CIMBAL um documento datado de 22 de Julho de 2013 intitulado "Principais Mensagens da 1ª Fase de Auscultação dos Stakeholders da Região". Link:

http://cms.cimbal.pt.vf-host.com//upload_files/client_id_1/website_id_1/Documentos%20da%20CIMBAL/Fase%20de%20Auscultacao.pdf

- O documento previu o alargamento à participação de outras Associações da sociedade civil do Baixo Alentejo: efetivou-se? quais?

O documento esteve em consulta pública no site da CIMBAL, que o divulgou através dos meios habitualmente utilizados. Não foram rececionados quaisquer contributos nem pedidos de participação no processo.

Com os melhores cumprimentos,

Cristina Casadinho
Técnica Superior

Unidade de Planeamento, Ordenamento e Desenvolvimento Estratégico
email: cristina.casadinho@cimbal.org.pt



Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo
Praceta Rainha D. Leonor, n.º 1
Apartado 70
7801-953 Beja
Tel.: 284 310 160; Fax: 284 326 332
email: cimbal@cimbal.org.pt

De: Maria Inês de Campos de Sousa Faria

[\[mailto:mifaria@ipbeja.pt\]](mailto:mifaria@ipbeja.pt)

Enviada: quarta-feira, 8 de novembro de 2017 16:02

Para: cimbal@cimbal.org.pt

Assunto: Solicitação de documentação

À CIMBAL,

No seguimento da leitura do documento estratégico PEDBA'2020, gostaria de ter acesso ao documento ali referenciado como "Principais mensagens da 1ª fase de auscultação dos stakeholders da região", cuja referência indica constar na página da CIMBAL, no entanto, não estou a conseguir localizar, pelo que solicito que me seja enviado.

Grata pela atenção,

Com os melhores cumprimentos,

Maria Inês Faria